

ESPAÇO DOS POBRES

Identidade social e territorialidade na modernidade tardia

EBER PIRES MARZULO

ESPAÇO DOS POBRES

Identidade social e territorialidade na modernidade tardia

Tese de doutoramento apresentada ao Curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Planejamento Urbano e Regional.

Orientador: Prof. Dr. Frederico Guilherme Bandeira de Araujo

Doutor em Engenharia de Produção/UFRJ

Rio de Janeiro

2005

M389e Marzulo, Eber Pires.

Espaço dos pobres : identidade social e territorialidade na modernidade tardia / Eber Pires Marzulo. – 2005.

220 f. : il., mapas ; 30 cm.

Orientador: Frederico Guilherme Bandeira de Araújo.

Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional)-
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro,
2005.

Bibliografia: f. 210-220.

1. Identidade social. 2. Classes sociais. 3. Estrutura social. 4. Territorialidade humana. 5. Pobres. 6. Favelas. 7. Segregação. 8. Favela Pavão-Pavãozinho (Rio de Janeiro, RJ). 9. Paris (França). I. Araújo, Frederico Guilherme Bandeira de. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. III. Título.

CDD: 305.56

EBER PIRES MARZULO

ESPAÇO DOS POBRES

Identidade social e territorialidade na modernidade tardia.

Tese de doutoramento submetida ao corpo docente do Instituto de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor.

Aprovado em:

Prof. Dr. Frederico Guilherme Bandeira de Araujo – Orientador
(Doutor em Engenharia de Produção/UFRJ)

Profa. Dra. Ana Clara Torres Ribeiro
(Doutora em Sociologia/USP)

Profa. Dra. Lilian Fessler Vaz
(Doutora em Arquitetura e Urbanismo/USP)

Prof. Dr. Luiz Antonio Machado da Silva
(Doutor em Sociologia/Rutgers-EUA)

Prof. Dr. Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro
(Doutor em Arquitetura e Urbanismo/USP)

AGRADECIMENTOS

Será impossível agradecer a todos os envolvidos no trabalho de tese, assim serei necessariamente injusto, mas correrei o risco de nomear quem aparece agora em minha memória com presença clara.

Começo pelo interlocutor mais forte no que a formulação a seguir apresentada deverá ter de mais bem fundamentada e precisa, ao orientador e interlocutor privilegiado meu mais pleno e amigável agradecimento. Ao Fred, Prof. Dr. Frederico Guilherme Bandeira Araújo, cuja orientação tranqüila e equilibrada teve sempre o sentido de encaminhar para a revelação das afinidades intelectuais, meu muito obrigado. Em particular, devo à sua insistência e colaboração para que a abordagem de questões capitais como o individualismo e as classes, para a reflexão proposta, fossem concretizadas. Certamente uma referência exemplar da excelência da instituição e o grande responsável pelo que há de relevante na presente tese.

Ao IPPUR, então, como totalidade institucional, por oferecer condições para o desenvolvimento de troca intelectual e experiência de vida acadêmica, agradeço na figura-síntese do atual diretor Prof. Dr. Carlos Vainer. A experiência de convívio com professores, pesquisadores, bolsistas e estagiários, estudantes do mestrado e doutorado de diferentes turmas, e o corpo técnico e funcional, além de convidados e colaboradores, durante os últimos 4 anos, espero que se expresse na contribuição que a tese trouxer. Agradeço, em especial, a interlocução, dedicação e paciência em distintos momentos aos professores.

À Profa. Dra. Ana Clara Ribeiro, pela contribuição na construção do método e na insistência sobre o tratamento do conceito de classe, além do incentivo à abordagem desde clássicos da sociologia brasileira. Ao Prof. Dr. Luiz César Ribeiro, pela atenção e contribuição no entendimento do fenômeno favela e na indicação da literatura sobre segregação das classes populares, além da facilitação de acesso aos recursos do Observatório de Políticas Públicas e Gestão Municipal. Aproveito para agradecer aos técnicos do

Observatório sua dedicação e interlocução para a construção de dados, particularmente ao Sociólogo Peterson Pacheco. À Profa. Dra. Luciana do Lago pela interlocução em relação à problemática da segregação, indicação de literatura e, principalmente, pela revelação da relevância existente na descoberta das práticas espaciais cotidianas de escala metropolitana surgida durante o trabalho de campo na favela carioca, além de lhe dever a inestimável apresentação da Dra. Catherine Bidou. Ao Prof. Dr. Jorge Natal, pela disponibilidade em sempre dar encaminhamentos precisos e de maneira serena a problemas administrativo-acadêmicos e suas contribuições sobre questões do campo econômico, em especial sobre o sentido de monetário conforme aqui empregado. De maneira distinta, agradeço, também, a colaboração do Prof. Dr. Pedro Abramo.

Aos funcionários do IPPUR, a todos com quem tive contato mais cotidiano, em especial aqueles que acompanharam a redação em pleno verão carioca, muito obrigado pela camaradagem e capacidade de resolução de necessidades eventuais.

Aos colegas de doutoramento, de diferentes turmas, e aos do mestrado, devo o privilégio da interlocução associada aos laços de convívio, de solidariedade ou comunhão das angústias. Entre os colegas gostaria de agradecer especialmente a contribuição a detalhes da tese, ao Prof. M. Renato Emerson, em relação ao tema do racismo e a M. Maria Alice Souza, pela valiosa ajuda no que se refere à ocupação ilegal das classes médias. Ao Prof. M. Ramiro Rojas, agradeço pelos passeios esporádicos, mas sempre inquietantes, na floresta da relativização, onde podíamos exercitar o pensamento desde conceitos e paradigmas comuns sobre realidades sócio-históricas extremamente distintas.

À UFRGS e CAPES, instituições fundamentais para realização a dessa contribuição acadêmica, durante todo o período de estudo e pesquisa. Ao CNPq, por possibilitar a experiência acadêmica e pesquisa na França, através da concessão de bolsa para a realização

de estágio no exterior, sem a qual a experiência de inserção no *Institute de la Recherche Interdisciplinaires en Socioeconomie*, IRIS-CNRS não teria sido possível.

Em Paris, meu mais profundo agradecimento à dedicação e contribuição intelectual na orientação da descoberta das relações espaço-sociedade, tanto na literatura sociológica francesa contemporânea como no tratamento de dados socioeconômicos, mas fundamentalmente pela interlocução na questão conceitual sobre as classes, da orientadora no estrangeiro *directrice de recherche* CNRS Dra. Catherine Bidou-Zacharasien. Ao conjunto do IRIS, em particular à amizade e interlocução de Dr. Pierre Mercier. Ainda no IRIS, meu especial muito obrigado, em todos os níveis que envolveram a investigação e minha estada, e pelo convite para participar de seu seminário no IHEAL onde pude aprofundar e incorporar a problemática do trabalho à tese, ao já praticamente franco-brasileiro, Prof. Dr. Christian Azaïs. À *directrice de recherche* CNRS Catherine Rhein, sem a qual teria sido muito difícil o entendimento do sentido da distribuição dos grupos sociais e classes sociais na metrópole parisiense, meu sincero agradecimento pela orientação científica e gentileza. A todos os demais pesquisadores com quem pude ter contato pessoal em Paris, agradeço a atenção e compreensão. Entre esses, especial agradecimento à acolhida e interlocução rápida, mas intensa, sobre a questão da espacialização das classes populares, do Dr. Yves Sintomer.

À UFRGS, instituição presente em todos os níveis de minha formação intelectual, meu reconhecimento ao seu compromisso em capacitar as futuras gerações e agradecimento por seguir viabilizando o aprimoramento e possibilitando a formulação científico-acadêmica no âmbito internacional, mantendo nossa província em sintonia com o estado da arte no campo do conhecimento. Lembrança especial ao corpo funcional da PROPG, responsável pelos afastamentos de professores, pela presteza e atenção. Aos colegas do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura por endossarem o afastamento e pela acolhida em meu retorno, muito obrigado. Em especial, agradeço à Profa. M. Iára Castello, colega, amiga e

Chefe do Departamento durante grande parte desse período de afastamento, pela objetividade nos encaminhamentos e confiança.

Aos moradores do Pavão-Pavãozinho, em particular aqueles vinculados à Associação de Moradores, por sempre terem facilitado o desenvolvimento do trabalho e estarem disponíveis a dividirem um pouco de seus problemas com um desconhecido. Aos técnicos da Secretaria Municipal de Habitação da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro pelo interesse e viabilização de acesso a informações. Aos entrevistados do *Clos*, em Stains, pela atenção e por compartilharem sua condição com um desconhecido estrangeiro. Ao *Plaine Commune*, particularmente através de Mr. Richard Geron por atender às minhas necessidades e ajudar a definir o *locus* da pesquisa; e a MOUS, através de Mme. Fereshteh Tabib, cujo interesse na pesquisa permitiu a entrada no campo e o recolhimento de dados específicos preciosos sobre o *locus*.

Aos velhos amigos de Porto Alegre por manterem a disposição de estarem por perto, incentivando a reflexão mesmo que por vias indiretas e de evocações da memória, através da troca de e-mails. Devo mais esta a vocês. Aos amigos do Rio pelo interesse e as perguntas diretas sobre a condição na favela. Aos amigos de Paris, em particular ao Prof. Dr. Robert Pechman e sua família, pela agradável convivência e conversas sobre as relações entre história-cidade-literatura-imagem, meu sincero e fraterno agradecimento.

À M. Marília de Araújo Barcellos, pela interlocução permanente em todo os momentos dessa aventura e particular contribuição no conteúdo da tese ao apresentar-me à literatura que trata da relevância do sistema literário na formação da identidade nacional, minha eterna gratidão.

Todos foram fundamentais para o que há de relevante na presente tese. Aos demais, não nomeados, mas que dividiram em algum momento seu tempo e preocupação com minhas angústias e incertezas, meu muito obrigado.

Resumo

A tese aborda a questão da identidade social no espaço dos pobres na modernidade tardia. O estudo está situado na tradição das ciências sociais que toma como elemento constitutivo da identidade social a dimensão espacial. Parte-se do problema da identidade social na modernidade tardia, desde a condição de crise das principais identidades da modernidade, a saber: a identidade individual, a nacionalidade e a identidade de classe. A crise dessas três matrizes identitárias modernas se articulam permitindo situar o espaço onde vivem os pobres na metrópole como parâmetro de definição de sua identidade social. A partir da literatura sobre o tema, dois espaços dos pobres são investigados como casos de estudo. No Brasil, a favela do Pavão-Pavãozinho, no Rio de Janeiro. Para ter elementos comparativos, fez-se uma pesquisa sobre o espaço dos pobres em Paris. Ali, o caso de estudo foi uma *cité* muito importante na região parisiense: Clos St. Lazare. Assim, foi possível abordar se a rela o pobres-espaço   constitutiva de uma identidade social dos pobres na metrópole ocidental na modernidade tardia.

Résumé

La thèse traite de la question de l'identité sociale entre ceux qui vivent dans les espaces des pauvres en la modernité tardive. L'étude est à l'intérieur d'une très grande tradition dans les sciences sociales qui présente comme un des éléments constitutifs de l'identité social la dimension spatiale. D'abord, recherche la problématique de l'identité sociale à l'époque de la modernité tardive, qui a comme condition la crise des identités plus fort de la modernité, à savoir: l'identité individuelle, la nationalité et l'identité de classe. La crise des trois matrices identitaires modernes s'articulent pour situer la possibilité des espaces où vivent les pauvres dans les métropoles on paramètre de sa identité. A partir de la littérature, deux espaces des pauvres sont recherchés comme cas de recherche. Au Brésil, la « favela » du Pavão-Pavãozinho à Rio de Janeiro. Pour avoir éléments comparatifs, s'il y a fait, aussi, une recherche sur l'espace des pauvres à Paris. Là, le cas a été une cité très important dans la région parisienne : le Clos St. Lazare. Ainsi, il a été possible traiter si le rapport pauvres-espace est constitutif d'une identité sociale entre les pauvres dans la métropole occidentale en la modernité tardive.

SUMÁRIO

Introdução: a questão da identidade social e sua relação com o território	15
Parte 1: Da formação à diluição das matrizes identitárias modernas	30
Capítulo 1: A função da família na formação identitária	31
Capítulo 2: A formação do indivíduo moderno	56
Capítulo 3: Do costume ao <i>habitus</i> : a formação das modernas classes sociais	73
Capítulo 4: Identidade nacional e Estado moderno	92
Capítulo 5: Mutações nas configurações identitárias modernas	107
Parte 2: Da favela à <i>cité</i> : a territorialidade das classes populares	117
Capítulo 6: Identidade social e espaço entre os pobres	118
Capítulo 7: A favela brasileira	129
Se�o 1: Favela carioca e <i>cité</i> parisiense: testemunhos de dois territórios	139
Capítulo 8: Uma típica favela carioca: o Pavão-Pavãozinho	139
8.1. Localizando e nomeando os territórios	141
8.2. Negros e nordestinos: a composi�o cultural	144
8.3. Forma�o e configura�o do Pavão-Pavãozinho	147
8.4. A ocupa�o em números	155
8.5. A metrópole praticada desde a favela: a mobilidade espacial	161
8.6. Representa�o gráfica ligada ao discurso: os mapas mentais	167
8.7. O próximo distante: as rela�es com o entorno	176
8.8. O fator risco: violência que gera enraizamento e pertencimento	179
8.9. Pouca circula�o de dinheiro e a fun�o da moradia	182
8.10. Enraizamento socioeconômico e circula�o de dinheiro	189

8.11. Trabalhos remunerados no interior da favela:	
aprofundando o enraizamento	193
8.12. Tecnologia e bens audiovisuais: fontes de trabalho dos jovens	199
Capítulo 9: A <i>cité</i> francesa: o caso de controle em Clos Saint-Lazare	204
9.1. Uma breve contribui�o � discussão metodológica	204
9.2. <i>Clos Saint-Lazare</i> : uma <i>cité</i> típica em <i>Stains</i>	215
Parte 3: Das rela�es entre território e classes populares	
na modernidade tardia	234
Capítulo 10: A representa�o social do espaço dos pobres	235
10.1. Dá para comparar a favela carioca e a <i>cité</i> parisiense?	235
10.2. Os pobres no cinema: Cidade de Deus e L'Esquive	239
10.3. Da tevê ao cinema: a m�dia audiovisual e a constru�o da representa�o social	242
10.4. O bem simbólico filme frente às instâncias de consagra�o	245
10.5. Efeitos de realidade na representa�o social e sua dimensão identitária	251
Capítulo 11: Similaridades e diferenças nos territórios dos pobres:	
a <i>cité</i> e a favela	254
11.1. Família e moradia na dinâmica de enraizamento	254
11.2. Juventude, crime e estigma	259
11.3. Da recorrência de aspectos às diferenças de dinâmicas	263
Capítulo 12: Fim da favela ou faveliza�o ampliada	268
12.1. O esgotamento da favela como fenômeno	268
12.2. Segrega�o ampliada e o padrão-favela	277

Capítulo 13: Identidade social e territorialidade das classes populares	284
Referências	295
Tabelas	
Tabela I: Índice de carência habitacional	140
Tabela II: Domicílio e habitantes	157
Tabela III: Densidade	157
Tabela IV: Crescimento no número de moradias	158
Tabela V: Crescimento do número de habitantes	159
Tabela VI: Rendimentos médios dos responsáveis	187
Tabela VII: Estratificação da posição dos indivíduos das redes sociais familiares	192
Tabela VIII: Composição das famílias	226
Tabela IX: Número de filhos por família	226
Tabela X: Evolução do crescimento do desemprego na França Metropolitana	227
Tabela XI: Evolução da presença de estrangeiros	228
Quadros	
Quadro 1: Fontes de remuneração da rede social familiar	190
Quadro 2: Número de apartamentos, conforme seu tipo	225
Quadro 3: Comparação entre a favela e a <i>cité</i>	266
Mapas:	
Mapa 1: Favela do Pavão-Pavãozinho	142
Mapa 2: Mapa mental com limite e escadaria	168
Mapa 3: Mapa mental de escadaria e casa	169
Mapa 4: Mapa mental da subida	170

Mapa 5: Mapa mental da criança	171
Mapa 6: Mapa mental com ruas e equipamentos	171
Mapa 7: Mapa mental com número da escada de acesso	172
Mapa 8: Mapa mental e domínio da escrita	174
Mapa 9: Mapa mental e a praia	175
Mapa 10: <i>CLOS</i> e entorno	218
Mapa 11: Mapa mental esquemático	221
Mapa 12: Mapa mental descritivo	221
Mapa 13: Mapa mental esquemático descritivo	222
Mapa 14: Mapa mental com arborização	223
Mapa 15: Mapa mental <i>c'est moi</i>	224

INTRODUÇÃO

Atormentado. Eis a condição intrínseca ao fazer do sociólogo. Antes de qualquer coisa um cidadão que deve refletir e desvendar o mundo social. Um mundo atormentado. Talvez, não mais do que outros mundos e épocas, mas o mais consciente de seus fantasmas. Reflexividade cognitiva e instantaneidade comunicacional pintam o quadro do tormento. As tintas são densas, as pinceladas pesadas, as camadas se sobrepõem, a percepção se embaralha. E espanta. O humano se torna monstruoso. Como em um quadro de Bacon.

Espanto contínuo que pode jogar o cidadão na letargia. Se o cidadão para afirmar sua cidadania não deve ficar insensível ao espanto, o sociólogo não pode. Por dever de ofício deve manter o espanto, o tormento, a angústia. Mas não pode desesperar. Não pode fugir, nem virar as costas. Por obrigação social deve estar atento e astuto. Astúcia para ser capaz de conviver com as sensações de tormento e espanto sem perder o viés analítico. Astuto para não gritar contra as brutalidades policiais durante o trabalho de campo, mas segurar o tormento até chegar ao conforto de sua casa e ter a coragem de assumir as lágrimas que embaçam a visão ao escrever o diário de campo.

Assim esse trabalho foi realizado. Incompleto, é certo. Mas certamente trazendo contribuições para compreensão de nossa contemporaneidade, ou melhor, a contemporaneidade dos outros. Nem que seja por afirmar o óbvio esquecido, ou por propor o insustentável. Nem que seja apenas pela emoção da experiência. Um trabalho construído sobre limites.

Os limites e imposições que a condição de sociólogo traz são totalmente dependentes de sua posição e situação de classe. Na favela do Pavão-Pavãozinho, no núcleo da zona sul carioca, na divisa entre Copacabana e Ipanema, a primeira distinção notada, a partir dos

olhares dos moradores, era o de ser um outro, de uma outra classe social. Que eles conhecem, mas que não frequentam aquele espaço, pelo menos não da forma aberta e nos horários diurnos em que a pesquisa se realizava. Depois, só depois, pressupondo a apresentação e um primeiro nível de contato, a distinção profissional de pesquisador. Mas que continuava marcada pela diferença de classe. O contato de dois mundos nas conversas na sala da sede da Associação de Moradores com a secretária e os garotos que atendiam ali o serviço da tevê a cabo foi educativo. Às vezes eles tinham mais a perguntar do que o pesquisador. Se fosse o objetivo, ter-se-ia um farto material para análise sociológica sobre a representação social das classes populares sobre as classes médias intelectualizadas. Quem sabe? Um pouco como o pesquisador lá, suas curiosidades eram sobre aspectos elementares da vida cotidiana de um sujeito de classe média. Não que eles não conheçam a vida desses sujeitos. Mas jamais podem perguntar como eles, no caso nós, vivem. A mulher trabalha? O filho estuda? A filha estuda? É professor de Universidade? Como pode trabalhar lá e estar aqui? Para que serve a pesquisa?

E ainda havia a curiosidade de não se ser carioca, nem dos estados vizinhos, nem daqueles de onde em geral vêm os moradores. Um tipo estranho de brasileiro. Além da classe social aparece o estranhamento de alguém que vem do sul, lugar distante, frio, de população branca e rica. Uma representação quase mítica de local com paisagem natural e humana européia. Lá tem muitos loiros de olhos azuis? Faz muito frio, mesmo? Neva? Como se chama aquele negócio que bebem? É quente? É doce? É mais perto de outro país do que do Rio? Lá tem negros? E nordestinos? Não tem praia? Quase tão estranho quanto o estudante de Lyon que também andou por ali pesquisando durante a pesquisa de campo. Talvez menos, pelo idioma, o futebol, a música. Talvez mais, por falar os dois idiomas e, embora brasileiro, se aproximar rapidamente do estudante francês. Questões identitárias...

Se aqui foi assim, e lá em Paris? Primeiro, o confronto da diferença de identidade cultural e nacional. Cultural, antes mesmo do que nacional. Lá, a população da *cité de Clos Saint-Lazare*, em *Stains*, tendia a perceber o pesquisador como um outro, europeu, mas mediterr neo. Achavam que se tratava de um espanhol ou italiano. Apenas após a proximidade se afirmava a distin o de ser brasileiro. Jamais um latino-americano, identidade que só apareceu no contato com outros latino-americanos e, a , rapidamente se era um brasileiro. A distin o primeira era de estrangeiro. Um estrangeiro fazendo pesquisa. A condi o profissional absolutamente subordinada   de estrangeiro. Um estrangeirismo particular, entre tantos níveis de pertencimento e exclusão   nacionalidade francesa encontrados ali. Estrangeiro por não ser um t pico francês europeu, nem ter traços  rabes, sequer africano ou antilhano, tampouco asiático. Mas mesmo assim, a condi o de brasileiro tinha de ser dita. Condi o carregada de positividade junto aos jovens da *cité*. “*L -bas c’est bon, ahn?*” Se não, o tratamento seria o dado a qualquer estrangeiro de país do sul da Europa. Nunca a ancestralidade européia apareceu de forma tão nítida. Para eles, o acento no idioma lembrava o modo de italianos e espanhóis, a gesticula o também. Curiosa identifica o. O pesquisador descende de italianos. E   um fronteiro com países hispânicos, para quem v  o Brasil de seu centro ou norte geográfico. Para um porto-alegrense, fronteir os são os gaúchos da fronteira. Tal como o pai. Níveis identitários biográficos...

Abordar as questões identitárias e suas rela es territoriais aparece não só como objeto da investiga o e fundamento do trabalho de tese, mas também como presenças ao longo da formula o da reflexão intrínseca   própria condi o do pesquisador. Manifesta o ao nível biográfico da abrangência e relevância da questão na contemporaneidade.

Contemporaneidade aqui tomada desde as transformações nos processos produtivos, com a passagem da ênfase econômica da produção industrial de massa para a acumulação flexível¹, e nas funções do Estado, de instância responsável pelo controle da população e território para gestor dos fluxos financeiros mundiais, que alteraram profundamente o mundo do vivido², impondo à modernidade novas características e conteúdos³, formatando o presente como hipotética época moderna tardia. Modernidade tardia⁴, como trata a literatura que se toma como referência, será a formulação assumida.

A opção pela formulação modernidade tardia está articulada ao seu emprego no contexto da problemática identitária e por sua formulação remeter às semelhanças na forma como o capitalismo brasileiro é descrito, permitindo que se abordem as especificidades e semelhanças encontradas na construção teórica sobre a economia brasileira e sua repercussão social com aquela apresentada e investigada nos países centrais do capitalismo. Sem perder a ironia. Ironia da história é claro. Para uma melhor compreensão do significado da incorporação da contemporaneidade como modernidade tardia é importante se apresentar as posições frente às outras denominações encontradas sobre o mesmo período.

De certa forma, compreende-se a posição pós-moderna como aquela na qual as transformações contemporâneas constituem uma nova condição de natureza epistemológica, a pós-modernidade⁵, forjando uma concepção do presente da qual se discorda pelo conjunto da investigação apresentar claramente a presença dos paradigmas de autocompreensão modernos na problemática tratada. A perspectiva tomada, todavia não implica no alinhamento teórico

¹ Cf. Harvey (2000).

² Cf. Habermas (1987; 1997; 2001).

³ Cf. Araujo (2003).

⁴ Cf. Hall(2002; 2003)

⁵ Cf. Lyotard (1983).

com a posição moderna que defende a necessidade de implantação plena da modernidade, pressupondo-se que o desenvolvimento dela tenha sido desviado⁶. Discorda-se, pois o entendimento apresentado defende que a condição presente é fruto exatamente dos princípios modernos, não em sua totalidade programática, mas em sua capacidade de imposição histórica. Há, também, a abordagem histórica que nomeia essa condição atual como alta modernidade⁷, da qual a perspectiva tomada nitidamente se aproxima, porém mantém-se uma distância desta formulação por entender que traz implícita uma visão linear do tempo histórico ao acionar uma formulação mais adequada à divisão de uma temporalidade em idades do que no sentido sincrônico aqui preponderante.

Modernidade tardia então estabelecida a partir das mudanças no processo histórico, decorrência imediata das alterações nas esferas da política, enquanto Estado; na economia, como referida aos processos produtivos de bens; e na sociedade, na qual as instâncias das sociabilidades se articulam e concorrem caracterizadas agora pelo abalo nas matrizes identitárias modernas. Por matrizes identitárias modernas se entende o indivíduo, como unidade social e sujeito psicológico, tendo como dimensão intrínseca a subjetividade; as classes sociais, pela estruturação da sociedade moderna ser, por princípio, dividida em classes, divisão estabelecida a partir da posição dos sujeitos no processo de produção capitalista e sua situação definida em função das relações com os demais extratos; e a nacionalidade, fundada no Estado-nação, enquanto expressão político-jurídica definidora do pertencimento territorial por excelência da modernidade. Sua construção analítica como matrizes identitárias e não especificamente identidades sociais, deve-se à compreensão de que tais abstrações cognitivas funcionam como referências de fundo para os diferentes desdobramentos identitários

⁶ Cf. Habermans (1987).

⁷ Cf. Araujo (Op. cit.).

encontrados na realidade sócio-histórica. Mesmo o indivíduo, que por definição é a matriz mais indivisível, e, logo, assume a função de matriz das demais matrizes, apresenta uma diluição em sua manifestação na modernidade tardia, pois ao ser formulado modernamente enquanto unidade social dotada de uma psique apresenta, no quadro contemporâneo, sintomas de uma diluição e pulverização dessa identidade mais profunda de caráter subjetivo dada a sobrecarga colocada sobre a individualidade, a partir da diluição das demais matrizes.

A diluição socialmente estabelecida na modernidade tardia das matrizes identitárias fundadas no Estado-nação e classes sociais desdobra-se em uma sobrecarga sobre a individualidade, enquanto matriz, diluindo e pulverizando a própria unidade subjetiva do indivíduo moderno, afirmadora de sua singularidade. Singularidade subjetiva, por princípio estruturadora das experiências decorrentes da inserção nas diferentes esferas da vida social moderna, manifestas através da representação de distintos papéis sociais junto às instituições, cuja unidade social estava garantida por sua densidade subjetiva, entendida como condição intrínseca ao indivíduo moderno. Na medida em que as transformações contemporâneas, características da modernidade tardia, sobre as esferas das sociabilidades, das atividades econômicas e da função do Estado-nação acabam por enfumaçar as fronteiras entre estas esferas, a singularidade subjetiva do indivíduo se vê sobrecarregada, em um excesso de privacidade desencadeador de uma diluição e fragmentação do indivíduo como unidade social primordial da modernidade. Tal raciocínio é mais facilmente extrapolável às demais matrizes.

Em relação à nacionalidade, matriz identitária que manifesta seu caráter moderno abalado em virtude do enfraquecimento de sua capacidade normativa, na medida em que as necessidades do sistema econômico capitalista, cada vez mais, impõem ao Estado nacional a função de organizador dos fluxos dos capitais financeiros, no sentido de adequação de seu

aparato político-jurídico, antes vinculado ao controle do território e população, agora às necessidades do livre fluxo das finanças, cuja expressão mais nítida é ter sua dimensão de identidade social crivada no presente por tensões derivadas das problemáticas das ditas identidades regionais, aqui tomadas como aquelas referidas tanto em nível interno como externo ao Estado-nação.

Enquanto as classes sociais, subdivididas em suas frações, têm sua situação e posição no interior da estrutura social tremendamente afetadas, pois as mutações contemporâneas implicaram no aumento quantitativo dos estratos inferiores da estrutura e da distância entre estes e os estratos médios. De certa forma, desencadeando um processo de enrijecimento da estrutura social que se choca com o princípio constituidor da própria estruturação da moderna sociedade capitalista, isto é, a mobilidade social.

Compondo o quadro, ainda, as conseqüências sobre as inter-relações entre as matrizes, perspectiva fortemente empregada para compreensão das especificidades identitárias modernas que variam, conforme a escala espacial e dimensão temporal em foco. Além desses desdobramentos, essas matrizes são formatadoras da própria condição moderna e, assim, inevitavelmente matriciais da modernidade. Por último, mas não menos relevante, seu funcionamento como matriz não anula seu caráter de identidade social, antes o reforça.

Na forma de apresentação, todavia, tem-se incluído na análise da formação dessas matrizes identitárias uma organização social a qual não se atribui o caráter de matriz identitária. Trata-se da família. Embora ao nível do senso comum e senso comum científico tenha muitas vezes sua condição naturalizada como identitária, sua função na formação das matrizes e da própria modernidade é tomada como de um outro nível. Um nível anterior, porque constituidor das próprias identidades sociais. Talvez funcionando como organização

proto-identitária moderna. A constituição e as inter-relações entre as matrizes identitárias passam pela organização familiar, tanto como sua estruturação e funções modernas se forjam visando cumprir essas atribuições. Se o indivíduo é a matriz fundamental, por ser intrinsecamente formador das demais identidades, a organização familiar está imbuída da própria constituição desse indivíduo moderno e, logo, psicologizado. Aparece como mediador tanto na relação do indivíduo para fora, em sua inserção e constituição na vida social, como para dentro, na formação de seu mundo interior, o mais indivisível, exatamente porque, por princípio, o indivíduo moderno tem sua singularidade estabelecida desde a fratura vinda das tensões em sua formação subjetiva como individualidade, que se depositam na instância definida modernamente como psique.

Em vez de apresentar-se uma construção típica dessas matrizes, aliás, procedimento teórico absolutamente legítimo, o caminho escolhido foi o de estabelecer uma interpretação para a formação dessas matrizes identitárias. Justifica-se tal viés por dois grandes motivos centrais, sendo o segundo subordinado ao primeiro:

- 1) Devido ao entendimento de que a modernidade tardia constituída desde a diluição das matrizes identitárias cria uma condição, em relação à formação da identidade social, similar, em termos histórico, àquelas encontradas na configuração da modernidade, dada a perda dessas matrizes como referência central;
- 2) Por tratar especificamente das relações entre espaço e identidade social, vínculo encontrado na literatura como tensionando a formação da sociedade moderna, cujo processo de instauração levou à relativização de tal princípio identitário, situando tal associação na modernidade apenas ao sentimento de pertencimento ao território do Estado-nação, através da nacionalidade.

Assim, a dinâmica identitária é compreendida sempre em seu caráter relacional⁸, primeiro entre a organização família e a própria formação das matrizes identitárias modernas, em seguida pela necessária inter-relação entre as matrizes na afirmação da própria modernidade e a função de eixo identitário ocupado pelo indivíduo. Pois, entende-se que na atualidade o caráter relacional é incontornável para a análise das identidades sociais, na medida em que a condição presente assume contornos extremos de indefinição por causa da diluição identitária. A tomada da análise, desde a relação espaço-identidade, pressupõe o enfraquecimento das matrizes tanto quanto a força identitária dessa relação, explicitada na literatura das ciências sociais.

Apenas durante o ápice da modernidade, no século XX, período de afirmação dessas matrizes como as próprias identidades sociais modernas, a partir da configuração dos principais Estados-nação e de pleno desenvolvimento das relações sociais capitalistas, tal relação ficou limitada às fronteiras nacionais, embora dentro delas mesmo tenham se desenvolvido investigações clássicas sobre as relações entre identidade de classe e território⁹. Sem falar nas investigações de cunho antropológico em sociedades simples, ou não-modernas. O conjunto desses temas está desenvolvido ao longo da Parte 1, entre os capítulos 1 e 5.

No âmbito das conseqüências das transformações características da modernidade tardia, assume-se como particularmente relevante, em termos sociológicos, os efeitos sobre os pobres. Pobres, no presente estudo, é termo acionado como noção quando a análise tem uma dimensão trans-histórica, isto é, quando não se atém às especificidades da moderna sociedade de classes, particularmente ao buscar o estabelecimento das condições de definição da sociedade moderna e das próprias classes sociais. E, também, devido ao fato de durante a

⁸ Na modernidade tardia cf. Hall (2003).

⁹ Em particular ver os seminários: Hoggart (1986) e Gans (1965).

investigação empírica, ter se imposto com capacidade explicativa para compreensão das dinâmicas encontradas nas relações espaço-identidade entre aqueles que formam as classes populares, abordados desde a historicidade das famílias investigadas. A temporalidade histórica, tanto na construção paradigmática da formação das matrizes identitárias modernas como aquela oriunda da investigação empírica, impuseram a força heurística da noção pobres.

Por outro lado, o descarte dos conceitos de proletariado, classes trabalhadoras e operariado, ocorre na medida em que tais conceitos especificam relações imediatas com o trabalho, enquanto trabalho assalariado, cuja perda de centralidade é tomada como real tanto ao nível da empiria quanto da literatura que analisa esse domínio, no contexto das transformações em curso nessa etapa da sociedade moderna. Na mesma direção, mas com sentido oposto, o tratamento com o conceito de classe social é resgatado pelo entendimento de que tais transformações não alteraram a configuração em estrutura da sociedade, estando a adjetivação da classe como popular, ou melhor, populares, por sua imprecisão corresponder melhor às diferentes situações em relação ao trabalho encontrada na investigação e por remeter mais claramente, até mesmo em sua etimologia, ao conjunto trans-histórico pobres. Ainda em relação ao tratamento desses atores, em uma perspectiva de sobrevôo de longa duração, como pobres e não a partir de sua condição de pobreza, cabe uma explicação. Primeiro: concorda-se com a abordagem que demonstra como a transformação dos pobres no problema da pobreza foi uma estratégia de dominação, a partir da retirada do sentido de sujeito social e histórico dos pobres, estratégia fundamental para a implantação da moderna sociedade capitalista¹⁰. Depois: entende-se que tal estratégia vem sendo retomada pelo Estado na época

¹⁰ Cf. Simmel (2002).

atual, através das políticas focais, agora retirando sua inserção analítica como sujeito social e histórico, através do seqüestro de sua identidade de classe.

Para tratar da hipótese proposta da existência de uma identidade de favelado, definida a partir do pertencimento a um território e da diluição do referencial de classe, a pesquisa se constitui desde uma investigação da literatura sobre o assunto, mas também pela construção de um caso de estudo. O caso de estudo aparece imediatamente como objeto empírico espacialmente definido, isto é, uma favela. Para uma compreensão em nível profundo, embora sem a densidade da investigação antropológica, mas usando alguns recursos da pesquisa etnográfica, definiu-se um *locus* territorialmente delimitado. Uma típica e histórica favela na zona sul carioca.

Foram investigadas, através de entrevistas não-diretivas, as famílias mais antigas da favela, a partir de um membro da 1ª geração e outro da 3ª geração. Não foram entrevistadas todas as famílias, porém, conforme as informações recebidas, poucas ficaram faltando. O acesso da pesquisa à 1ª geração de moradores das famílias mais antigas não ofereceu maior problemas, permitindo uma reconstrução histórica da formação do território e de suas implicações sobre a formação identitária. Bem mais complicado foi o trabalho em termos geracionais, pois a 3ª geração, os netos, hoje jovens, muitas vezes demonstraram resistência a participarem da pesquisa. Para contornar o problema, estendeu-se para baixo a faixa etária e, assim, um problema permitiu a emergência de uma outra e relevante perspectiva sobre as dinâmicas existentes: as crianças.

Além da aplicação de entrevistas, os entrevistados eram convidados a desenharem um mapa do lugar onde viviam, técnica que possibilitou consolidar impressões extraídas das entrevistas e afirmar outras que não se explicitavam ao nível da narrativa. Paralelamente à

realização das entrevistas, tem-se a inevitável observação de cunho etnográfico, que acabou trazendo informações bastante relevantes sobre as dinâmicas existentes no *locus*, junto às conversas informais com aqueles sujeitos que, não se enquadrando no interior do método, acabaram criando vínculos de camaradagem e confiança com o pesquisador e, assim, contando episódios da vida cotidiana, muitas vezes em um diálogo, no qual a relação entre pesquisador e pesquisado parecia se inverter.

As muitas visitas aparentemente infrutíferas, quando a entrevista marcada não ocorria ou a circulação no interior da favela não era recomendada devido à presença da polícia e à possibilidade de conflito armado, como também as longas esperas por um guia, terminavam por se tornar momentos privilegiados de observação das relações que se desenvolviam na sala de atendimento aos moradores da Associação. Além disso, a realização de caminhadas, dentro da favela, com guias, normalmente os jovens trabalhadores da tevê a cabo local, para a realização das entrevistas, ou para conhecimento mais profundo do local, com um entrevistado que se tornou um informante privilegiado, permitiram a observação de aspectos territoriais, relações sociais, distribuição e práticas dos moradores que a simples aplicação das entrevistas nas duas gerações das famílias mais antigas não traziam, ao mesmo tempo em que davam elementos para o enriquecimento das entrevistas. E da favela foi-se à Paris.

Tentando compreender melhor o que se passa na relação território e identidade social entre os pobres na modernidade tardia, realizou-se um estágio em Paris. Durante os seis meses de estágio, buscou-se controlar o estado da arte sobre essa problemática, a partir dos estudos realizados sobre o território dos pobres na França. Esse procedimento se reveste de particular importância, pois ainda é comum, embora as facilidades de comunicação, investigadores brasileiros irem estagiar em países centrais para conhecer o que diz a literatura

lá produzida sobre a realidade brasileira. Fora raras exceções, tal trabalho parece desproporcional aos custos sociais envolvidos. Não foi esse o caso. Além do estudo na literatura da sociologia e geografia francesas sobre a segregação do espaço dos pobres na França, realizou-se uma pesquisa de campo, em um típico território *sensible*, na denominação oficial. O maior esforço na construção desse caso de controle foi sua definição conceitual. Problemas e soluções encontrados durante a realização do campo estão apresentados assim como as informações obtidas e as análises realizadas.

Em ambos os trabalhos de campo, a abordagem realizada nas entrevistas e o sentido dado a elas configuraram verdadeiras sociobiografias¹¹. Tal compreensão deu-se através do controle da literatura sobre o tema paralelamente à pesquisa de campo em Paris, logo, não sendo uma ação controlada no campo realizado no Brasil. Porém, como se trata de uma construção de método na qual se pode incluir o procedimento de estudo clássico realizado pela literatura sociológica brasileira¹², o contato com a formulação da sociologia francesa serviu para melhor definir o procedimento. As relações entre identidade social dos pobres e território, a partir do caso de estudo e seu controle, compõem a Parte 2, que vai do capítulo 6 ao 9.

Na Parte 3, composta pelos capítulos 10, 11, 12 e 13, apresenta-se uma análise comparada entre a condição da favela e da *cit e* em rela ao   incidência do território sobre as identidades sociais encontradas em cada um dos casos. No Capítulo 10, faz-se uma análise da representa o social do espaço dos pobres em cada um dos países, a partir dos casos dos filmes *Cidade de Deus* e *L'Esquive*. No Capítulo 11, a compara o se restringe aos aspectos que emergiram da pesquisa de campo na favela carioca tendo como referência sua manifesta o no caso francês e a emergência de outros aspectos ali que não tiveram relevância

¹¹ Cf. Passeron (1989), Penner e Pudal (1996).

¹² Bosi (2001).

ou foram inexistentes na favela. Em seguida, no Capítulo 12, critica-se a tese recente e respeitável do esgotamento da capacidade explicativa do fenômeno espacial favela em termos socioeconômicos. A partir da crítica a essa tese, desenvolve-se a compreensão de que tipo de relação a favela, enquanto território, exerce sobre seus moradores e como a relação destes com o espaço permite a compreensão das dinâmicas de segregação dos territórios das classes populares em uma escala metropolitana. Apresenta-se aqui, também, a análise das relações entre território e identidade em diferentes níveis, desde as informações coletadas junto ao grupo investigado. Por fim, já no Capítulo 13, responde-se então a indagação inicial: existe o favelado, enquanto identidade social definida territorialmente, no âmbito das mutações identitárias que caracterizam a modernidade tardia? E também se aponta o que o estudo revela em relação às ações institucionais nesse espaço.

O longo percurso do trabalho termina, mas não se esgota. Ao contrário, coloca inúmeras possibilidades de se pensar a objetividade e urgência da problemática do espaço dos pobres na sociedade contemporânea. Uma longa trajetória em que o desenvolvimento da investigação posicionou o próprio autor na condição dos sujeitos investigados. O problema da identidade social, além de objeto da tese, foi parte da condição vivenciada durante o trabalho de campo, como estrangeiro, como de outra cidade, como de outra classe. A atualidade da questão se afirmou sobre o próprio formulador, ao nível de sua vida cotidiana, de forma absoluta, incontornável e imediata. Epidérmica, até mesmo. Eis uma situação particular com inevitáveis conseqüências sobre o andamento e resultado da pesquisa para a tese. Dimensão relativa ao método.

Entendida como modernidade tardia, a sociedade contemporânea aparece como configuração social que dilui diferenças e distâncias, aproximando centro e periferia, ou

melhor, alterando a antiga naturalização atribuída a tais noções espaciais. Ao mesmo tempo em que reafirma, com outra formação, a permanência para o entendimento do mundo social do conceito de classe. Mesmo que radicalizadas as diferenças, alteradas as situações e redesenhadas as posições na estrutura social.

Por último, mas não menos importante, a tese apresenta as diferentes escalas envolvidas, ou ficaria melhor o uso da expressão englobada, e níveis de pertinência na relação entre território e identidade. Escalas no sentido de demonstrar como a territorialidade referencial e atuante sobre a formação identitária não se apresenta a partir do paradigma da proximidade geográfica e semelhança de configuração espacial e tipologia arquitetônica, em termos de uma formação nacional. Apresenta, também como processos comuns nos marcos do sistema econômico, característicos da própria modernidade tardia, criaram similitudes em contextos nacionais opostos, em termos internacionais. E, ainda, a tese aponta que a dinâmica de expansão da segregação espacial tem como modelo de densificação e construtivo a versão mais atual da favela, no contexto da metrópole brasileira.

Parte 1: Da formação à diluição das matrizes identitárias modernas

A questão das identidades sociais será abordada desde o processo sócio-histórico de constituição do indivíduo, classes sociais e nacionalidade como matrizes identitárias e, simultaneamente, paradigmas da própria modernidade. Essa perspectiva analítica leva ao tratamento em distintos níveis das matrizes identitárias, necessidade que emerge como imprescindível para o entendimento da modernidade e do processo contemporâneo de diluição de seu caráter referencial e constitutivo do que se compreende como modernidade tardia. Embora não seja entendida estritamente como matriz identitária, a família é tratada no primeiro capítulo, dada sua função central como mediadora na constituição das matrizes modernas, em particular o indivíduo. No Capítulo 2, aparece um outro nível de abordagem, o indivíduo, pois a moderna individualidade funciona como matriz das demais matrizes e eixo do próprio desenvolvimento da idéia de modernidade. Assim, o indivíduo assume um caráter particular e, em termos da análise, hierarquicamente superior e anterior às demais matrizes identitárias. A seguir, se apresenta a constituição do pertencimento às classes sociais, no Capítulo 3, como definidor de uma matriz identitária, desde a posição e situação do sujeito na estrutura social. A problemática do pertencimento espacial atravessa as matrizes, mas sua expressão mais nítida está, na modernidade, sem dúvida, concentrada na questão da identidade nacional e, logo, remetida à função do moderno Estado-nação, tratada no Capítulo 4. O último capítulo apresenta, em sobrevôo de pássaro, os processos responsáveis pelas mutações na modernidade, nas últimas décadas do século passado, e sua incidência sobre a condição contemporânea, indo dos pertencimentos às identidades sociais, tomando como referência a literatura que aborda o processo de diluição e fragmentação das matrizes identitárias modernas.

Capítulo 1: A função da família na formação identitária

Na questão das identidades sociais a problemática da continuidade social e histórica é intrínseca, tornando incontornável a abordagem das formas de constituição do legado, através da noção de herança. Herança entendida em seu sentido subjetivo, enquanto legado transmitido através das gerações de critérios valorativos capaz de constituir, ao mesmo tempo, uma unidade social como agrupamento de indivíduos e a permanência desse sentimento de identidade no fio da continuidade histórica. Nesse sentido, assumindo como aspecto constitutivo da idéia de legado a definição de quem são os herdeiros e, conseqüentemente, construindo uma unidade social, enquanto agrupamento social cuja partilha de valores é, necessariamente, perene.

Entendida assim, a problemática da herança ultrapassa em muito seu sentido jurial restrito, característico de abordagens objetivistas, enquanto termo relativo aos campos do direito e da economia, situando-a como ponto central da questão da identidade. A configuração das identidades sociais e sua continuidade temporal trazem à tona a necessidade de se investigar dentre as organizações sociais aquelas que têm, ao longo da história e das diferentes sociedades, como elemento central de seu próprio sentido, a herança, enquanto legado. Necessariamente com alto grau de perenidade, sendo fator que deve emoldurar a própria identidade social e sua permanência na história.

Nas modernas sociedades ocidentais, essa função de transmissão do legado aparece ligada à família, compreendida como organização social responsável tanto pelo desenvolvimento da vida íntima como pela inserção dos indivíduos nas instituições sociais, em que pese as transformações recentes na família poderem ser analisadas como causadoras do aumento nas taxas de perturbações dos modos regulares da moral civilizada. Situação esta que,

de fato, confirma a relevância da família como organização social central da formação identitária.

Para uma melhor compreensão dos caminhos que tornam possível a definição da família como organização grupal marcada pela função de constituição da identidade, através da idéia de herança, parece apropriado se realizar um breve exame de como diferentes campos das ciências humanas tratam essa questão identitária. Na perspectiva tomada, a abordagem implica em investigar o grupo em si e seu potencial relacional, seja no sentido de afirmação de sua própria existência, seja no de sua continuidade, isto é, de sua permanência no tempo.

Nos estudos de antropologia clássica a problemática da família que, modernamente, aparece como sendo esfera privilegiada do debate a respeito da identidade, em especial ao se tratar das relações intersubjetivas, ocupa um lugar menos relevante, do ponto de vista da constituição da estrutura social das sociedades simples ou tradicionais (não-modernas) e da questão identitária. A ênfase a respeito da esfera constituinte da identidade social se desloca para a noção de parentesco. Parentesco, contudo, não aparece como uma experiência empírica definida de forma consensual.

Uma tentativa de compreensão da construção social do parentesco e suas diferentes expressões na antropologia pode se dar desde a análise que define campos no interior dos estudos e abordagens sobre o fenômeno, revelando a existência de dois grandes paradigmas distintos e contraditórios¹³. Os dois paradigmas seriam o da tradição anglo-saxônica e da tradição francesa. Na tradição anglo-saxônica a ênfase para compreensão da incidência sobre a estrutura da vida social das relações de parentesco recairia na análise de grupos, enquanto na tradição francesa o sentido seria inverso por enfatizar as relações estabelecidas através das

¹³ Cf. Dumont (1971)

alianças como indicadora profunda das formas da vida social. Essa diferença de abordagem pode ser esclarecida se são tomados os termos empregados no processo de estabelecimento e compreensão do funcionamento das relações de parentesco.

Na tradição anglo-saxônica encontra-se a idéia de parentesco, *kinship*, associada imediatamente à consangüinidade, não havendo uma distinção relevante, do ponto de vista do entendimento, na definição de parentesco entre relações estabelecidas pela aliança e aquelas adquiridas por laços consangüíneos, fazendo com que tal indistinção implique, na realidade, na desconsideração das relações formadas por alianças. Pois, essas são compreendidas, no interior do paradigma anglo-saxônico, como subordinadas à consangüinidade e expressas, no limite, pela força estruturadora da vida social dos grupos de filiação corporativos.

Já na tradição francesa¹⁴ enfatizam-se as alianças como elemento central na constituição de laços entre grupos diferentes, sejam famílias, linhagens, clãs, forjando dessa maneira uma unidade maior, além daquela dada por relações de consangüinidade, de certa forma uma abordagem que horizontaliza as relações e seus significados. Emergindo a noção de afinidade que tem, por princípio, um sentido oposto ao de consangüíneo, na medida em que no caso das línguas de origem latina, ambos os significados, afinidade e consangüinidade, fazem parte da idéia de parentesco. Ao contrário, o termo de origem anglo-saxônico *kinship*, é mais restrito ao sentido de consangüinidade, levando à secundarização da idéia de aliança e afinidade. Contudo, em ambas as tradições, tem-se a família como organização subordinada ao parentesco e, esse como constituidor da identidade social.

Se na abordagem inglesa a ênfase está no tratamento da problemática da definição dos grupos de filiação, tanto uni, sejam patri ou matrilineares, como bi-laterais, a tradição francesa

¹⁴ Cf. Levi-Strauss (1983).

está preocupada, antes, com o entendimento dos critérios de afinidade definidores das alianças. Essa distinção é fundamental, pois constitutiva desses dois verdadeiros paradigmas na abordagem do tema do parentesco¹⁵.

As duas abordagens trazem remetimentos distintos para a problemática da herança, pois, enquanto na tradição francesa a análise está centrada na circulação de bens através das alianças, na anglo-saxônica fica situada no estabelecimento dos critérios de constituição de filiação. Mesmo que a idéia de filiação permita pensar em termos de temporalidade, sua forma de tratamento prioriza o estabelecimento de grupos e não a transmissão geracional. A vertente francesa, por outro lado, trata fundamentalmente das relações entre grupos em seu sentido sincrônico, mesmo que a dimensão temporal não esteja esquecida, todavia, concretamente, a tradição estruturalista também não a prioriza.

A identidade social, assim analisada, assume como referenciais para o estabelecimento dos agrupamentos sociais ora os grupos de filiação, ora as relações de aliança, estando, em ambos os casos, clara a relevância estruturadora que assume a idéia de parentesco para a definição de grupo social. O problema da herança, nessas abordagens sobre parentesco, não aparece colocado imediatamente em uma dimensão temporal, pois a problemática da herança material ou imaterial coloca sempre em jogo a transmissão-manutenção de bens. Mesmo não tendo um lugar nuclear nas abordagens, em ambas está presente o problema do legado.

Apesar de na tradição anglo-saxônica o foco estar fixado na análise sobre o funcionamento no interior do grupo e na francesa, através das trocas entre os grupos constituidores de relações por aliança, a noção de processo e as dinâmicas de permanência, que atualizam as estruturas de parentesco, são encontradas nas duas perspectivas. A noção de

¹⁵ “Essencialmente se trata de saber si la vida social se compone de grupos o de relaciones, de si la antropología social debe ser sustancialista o estructuralista” (DUMONT, 1971, p. 85).

processo traz intrínseca uma dimensão de temporalidade. Assim, o parentesco aparece como fenômeno capaz de constituir uma arquitetura da identidade social no interior da temporalidade, durante o processo de sucessão, entendido como transmissão, e, logo, responsável pela continuidade.

Um estudo de caso apresentado pela literatura¹⁶ mostra as relações de parentesco se explicitando nitidamente, através de uma lógica de repetição de nomes que em si é constitutiva de uma hierarquização, estabelecendo critérios para o direito à herança de bens¹⁷. Um funcionamento em que se reconhece a predeterminação da herança e da continuidade pelo controle circular dos nomes e do conseqüente lugar ocupado na sucessão do direito à herança. O aparecimento nesse caso da temporalidade faz emergir a idéia de geração ao estabelecer nexos de continuidade, pelo emprego de um procedimento que, simbolicamente, ressuscita os ancestrais.

Os nomes, estruturadores do direito à herança, se repetem geracionalmente, mantendo a estrutura social pela presença, através dos nomes e seus significados, dos ancestrais mortos. A reflexão sobre o caso permite trazer à luz alguns traços fundantes da problemática da herança, a saber: a temporalidade, como continuidade histórica; as gerações, como atualizações no tempo histórico das ancestralidades; e as semelhanças, enquanto explicitação desse contínuo. Eis a dimensão temporal da herança e uma expressão da formação de uma identidade estritamente cultural, pois constituída pelo universo simbólico.

Em termos espaciais, a herança, ao ser tratada como problema que atravessa a questão da identidade, leva, necessariamente, à idéia de fronteira, em virtude do pressuposto implícito

¹⁶ Vernier (1991)

¹⁷ « Mais, surtout, étant donné l'idéologie qui le sous-tendait et qui 'identifiait' les aînés aux ancêtres dont ils portaient le nom, le système des appellations avait pour fonction essentielle de légitimer, aux yeux de tous et, spécialement, aux yeux des cadets, les droits exclusifs des aînés sur l'héritage » (Op.cit., p. 83).

na constituição da identidade pela herança comum da efetivação de uma posição em relação à herança e da existência de um Outro. Surge a necessidade de acionar a noção de alteridade. Esse Outro, no caso, sendo o não-parente, aquele que não pertence às minhas relações de parentesco, logo, com quem não partilho uma herança em comum, conforme as abordagens norteadas pelas relações de consangüinidade.

A incorporação da idéia de alteridade em estudos empíricos, às vezes se afasta, às vezes se aproxima mais nitidamente da idéia de parentesco, como formadora de uma identidade em oposição aos Outros. A alteridade fica problematizada ao se pensar na hierarquização das relações de parentesco em relação à herança, procedimento que não remete a um Outro de forma aparente e imediata, mas antes reafirma a unicidade do fenômeno e de seu processo em termos de uma totalidade social. No entanto, mesmo esse procedimento de hierarquização se realizando no interior de um contínuo parental não impede que seja latente a presença do Outro, do que não está, pois esta ausência é, em nível não aparente nem explícito, pressuposta na própria relevância atribuída à expressão do fenômeno, mesmo que fora de sua construção analítica. Logo, ao se tratar de noções como parentesco e família, em geral, e ao incorporar à abordagem a idéia de alteridade, tem-se como surgindo da construção abstrata a concretude trazida pela noção de fronteira e, assim, de território. Mais adiante, tal relação se tornará mais clara, em termos históricos.

Em outro estudo de caso¹⁸ relevante, que de certa forma explicita o implícito no caso anterior, mostra-se como a construção do Outro é fundamental também em um sistema onde a noção de totalidade é o ponto de partida. Por um lado, o grupo em foco, no estudo, se entende como uma totalidade de parentes, compreendidos como sendo aqueles que vivem na aldeia,

¹⁸ Cf. Gow (1997)

porém, por outro, forjam situações para a constituição de um Outro mesmo no interior dessa totalidade. É o caso da procura pelos rapazes de um *ganuru*¹⁹ que traz em sua efetivação simbólica a produção de um Outro. Ou ainda, talvez de maneira mais forte, no significado que o ato de corte do cordão umbilical, embora o convite seja entendido como uma honra, implica em termos de reposicionamento do sujeito na relação de parentesco, transformando um aparentado, pré-condição para ser convidado a realizar o corte do cordão umbilical, em um não-parente²⁰.

Assim, a alteridade aparece como sendo uma noção subjacente à problemática da herança, pois a questão identitária, nessa perspectiva, implica necessariamente em se tratar da manutenção no interior dos grupos ou da circulação entre grupos de valores e bens, cuja permanência constituirá, necessariamente, fronteiras, entendidas como limite ou interface, conforme o paradigma. E a inevitável definição de um Outro com quem não se estabelece relações ou com quem se deve estabelecer relações de determinado tipo, situado espacialmente, seja em termos sociais ou geográficos, podendo haver uma sobreposição do espaço social e geográfico. Tem-se, então, uma articulação fina e precisa, no âmbito da problemática do parentesco, entre tempo e espaço, entre continuidade e territorialidade, na formação da identidade.

Essa distinção e construção do Outro, que desenha uma fronteira social, normalmente expressa também geograficamente, configura, ao mesmo tempo, um eixo de transmissão de bens e valores, enquanto dinâmica de afirmação identitária, ao longo de um contínuo temporal,

¹⁹ Significa cunhado.

²⁰ “A convocação de um cortador de cordão umbilical é, assim, um momento delicado, pois o pai da criança deve ir até alguém, dirigir-se a essa pessoa por um determinado termo de parentesco, para logo em seguida negar o parentesco suposto pelo termo, com o pedido de que corte o cordão do recém-surgido, isto é, de um ser em via de se tornar parente do pai” (GOW, op.cit., p. 49).

capaz de estabelecer a identidade social. Desde a manutenção dos bens, enquanto valores, no interior de uma determinada sociedade, ou da circulação desses bens entre vários agrupamentos, através da história, se afirma uma determinada identidade social. Eis como a dinâmica das práticas afirmativas de um determinado legado, sobre um eixo temporal comum, explicitam um espaço que se ressignifica pela continuidade como condição da própria existência e afirmação identitária.

Nas modernas sociedades ocidentais, a problemática da herança sofre um deslocamento do parentesco para a família, na medida em que esta aparece como estruturadora das identidades tanto para dentro, enquanto formação da identidade individual, como para fora, enquanto dispositivo construtor da identidade social, seja étnico, de classe, ou nacional, embora, tal como o parentesco, a família seja um fenômeno multiforme, variando em estrutura e atribuição tanto em termos geográficos, como da posição e situação social.

Mesmo se a modernidade é tomada como fruto de uma concepção iluminista, cuja compreensão do processo sócio-histórico realça a ruptura e onde mais vale o adquirido, como condição determinante da própria idéia de sociedade moderna, permanece, como elemento fundamental dessa identidade moderna, a herança. Tendo como legado geracional, na manutenção da modernidade, a valoração do que é adquirido, em detrimento ao atribuído, ou seja, do que foi previamente definido como herança. Paradoxo constitutivo da própria idéia de modernidade, em que a tradição é a ruptura e a herança é a valoração da aquisição. Forma peculiar de atualizar no interior da moderna sociedade ocidental o pressuposto da idéia de transmissão, mesmo que seja a transmissão da valoração positiva daquilo que é adquirido, como formador da identidade.

Se as investigações que buscam desvendar as estruturas mais profundas e as dinâmicas mais arraigadas da vida social levaram as ciências humanas à pesquisa e teorização sobre as relações de parentesco como ponto nevrálgico do funcionamento e estruturação das sociedades simples, em que o universo social é compreendido enquanto totalidade, o mesmo não ocorre quando o fenômeno em tela se desenvolve na moderna sociedade ocidental.

Aqui é a família que estrutura e faz funcionar, enfim, que estabelece e define as relações de parentesco. Aparece uma inversão na relação entre família e parentesco, pois a relação que nas sociedades simples, ou mesmo no interior das sociedades ocidentais daqueles agrupamentos de estruturação e dinâmica holística, é determinante, no caso o parentesco em relação à família, em suas diversas formas de abordagem e manifestação empírica, passa a ser determinado, na moderna sociedade ocidental, pela família. Essa inversão moderna é, aliás, fundante da própria sociedade moderna, pois a ênfase sobre a família não é apenas analítica, mas, antes, está dada pela relevância que a organização familiar assume no sentido de instauração e afirmação dos valores característicos da modernidade.

A passagem de uma situação à outra da família foi um processo secular simultâneo às grandes transformações que forjaram a sociedade moderna, em especial nos países da Europa ocidental a partir do século XVIII²¹.

O desenvolvimento desse sentido de família determina a necessidade de proteção ao corpo da criança, função diretamente ligada a dimensões absolutamente estruturadoras da experiência moderna. Tem-se a família como instituição ou dispositivo de construção e afirmação da vida íntima, logo, da dimensão privada, aliás, dimensão paradigmática da

²¹ “A família não deve ser mais apenas uma teia de relações que se inscreve em um estatuto, em um sistema de parentesco, em um mecanismo de transmissão de bens. Deve-se tornar um meio físico denso, saturado, permanente, contínuo que envolva, mantenha e favoreça o corpo da criança” (FOUCAULT, 1985, p.199).

configuração moderna caracterizada pela construção de esferas distintas da vida social, isto é, do público e do privado. Assim, a esfera íntima, o domínio do privado, e afirmativa do indivíduo e da autonomia das esferas da vida social, aspecto absolutamente característico da modernidade, depende da transformação da família em um “meio físico denso, saturado, permanente”²² para que possa forjar a diferenciação entre os espaços e constituir o indivíduo enquanto sujeito social. Essa transformação da família, de certa forma através de um movimento em direção ao seu próprio interior, afastando-a de seu caráter anterior de fenômeno determinado, porque diluído, no interior das relações de parentesco, traz em seu bojo como dimensão essencial de suas transformações e da afirmação radical da intimidade e da autonomia individual o sentimento e o afeto. A intimidade, entendida como manifestação afirmativa da diferenciação do espaço social entre público e privado acaba por encaminhar a problemática do indivíduo, tomada como referente da formação da identidade individual, à esfera intra-subjetiva e, assim, à dimensão psíquica dos sujeitos.

Pelo desenvolvimento desse percurso afirmativo tanto da constituição de dois espaços distintos da vida social, o público e o privado, como do indivíduo subjetivo, enquanto sujeito da vida social moderna, se instauram como alicerces fundantes e fundamentais da modernidade os sentimentos e afetos. Essa dependência entre família e afetos não é, todavia, uma expressão específica da família moderna, pois já a encontramos em estudos clássicos da antropologia social sobre parentesco²³.

Ao se estabelecer a função da família como sendo da esfera doméstica e o clã como espaço social de afirmação das hierarquias sociais tendo por base relações de parentesco e sendo, por princípio, não doméstico, os sentimentos são revelados como elemento central da

²² Cf. Foucault (Op. cit.).

²³ Malinowski (1930).

especificidade do grupo familiar. O espaço específico da família, o universo doméstico, está marcado como espaço de desenvolvimento dos afetos.

Embora possa se perceber algum desvio etnocêntrico nessa abordagem e, assim, ser necessário guardar-se alguma reserva às semelhanças da descrição com a família moderna, é relevante notar que o traço de distinção estabelecido entre família e clã, sempre sendo importante reter-se o caráter estrutural e determinante na vida social, nessa abordagem, do clã sobre a família, apresenta a organização familiar como associada à esfera íntima, de forma semelhante a sua manifestação moderna. Em especial, em relação aos legados intersubjetivos estabelecidos entre pais e mães e a prole²⁴. Mesmo que ainda não saturado, nem denso, o espaço da família, nesse contexto, já aparece marcado como esfera privilegiada do desenvolvimento dos afetos.

A densidade atribuída à família moderna pode ser entendida, então, em função da relevância que a intimidade, no limite definido pela esfera da psique, enquanto reduto último e menos violável, mais particular e afirmativo da intimidade da vida individual, assume na sociedade moderna. A esfera subjetiva, estruturadora da experiência existencial moderna e constituidora da própria modernidade, acaba por ser nesse contexto psico-sócio-histórico responsável pela mudança de função da família, tanto em relação às suas manifestações históricas, enquanto alteração na sua própria constituição, quanto em sua relevância no interior da vida social geral. É no quadro dessas alterações e da potencialização de seu caráter íntimo, associado à dimensão subjetiva do indivíduo, que se pode localizar a importância dos sentimentos e afetos na família moderna.

²⁴ “*The relation between parents and child – that is family relation – are based on procreation, on the early psychological cares given by the parents to the child and to innate emotional attitudes which unite offspring and parents*” (MALINOWSKI, op.cit., p. 28).

A emergência e desenvolvimento dos sentimentos em cada indivíduo e a circulação dos afetos são fundamentais para a consolidação da sociedade moderna, pois, ao mesmo tempo, essa dinâmica dos sentimentos e afetos é elementar para a afirmação do sujeito, enquanto indivíduo psiquicamente definido, e garantia de continuidade dos valores e da inserção dos indivíduos na sociedade moderna. Essa formação dos indivíduos, através da criação de vínculos formados pela circulação de afetos que viabilizam a manutenção dos valores sociais como fator para a continuidade da sociedade fundada na individualidade subjetiva, é uma atribuição da família moderna na sociedade ocidental que interessa ser tomada para a compreensão do indivíduo como matriz identitária hierarquicamente superior e analiticamente anterior à classe social e nacionalidade, conforme será abordado adiante.

Esse movimento para dentro da própria família aparece como processo histórico, em especial das sociedades européias entre os séculos XVIII e XIX, de sentimentalização da família²⁵. Colocada assim, a problemática da família e, logo, da herança, se afirma como dimensão subjetiva da vida social, antes da perspectiva de abordagens objetivistas que enfatizam a estrutura, forma e economia, sendo estas objetivações da vida social determinadas e dependente da constituição de uma esfera intra-subjetiva e psíquica das relações entre os sujeitos sociais, no caso moderno, os indivíduos. Indivíduo subjetivo que, por princípio e constituição, é social, na medida em que sua existência exige partilha de valores, tanto em termos de sua experiência intra-subjetiva, enquanto individualidade singular que absorve e estrutura hierarquicamente os símbolos incorporados em sua formação, como intersubjetiva, na relação explícita de associação, negação ou adesão aos valores daqueles com quem estabelece relações sociais.

²⁵ MEDICK ; SABEAN (1988).

A densificação da família moderna está, então, caracterizada pelo processo de sentimentalização, que funciona como chave para afirmação do indivíduo subjetivo e da continuidade da ideologia do individualismo, enquanto legado, herança social típica da modernidade, através da circulação dos afetos. O paradoxo moderno que se coloca é o da afirmação do indivíduo ser dependente da manutenção e intensificação dos sentimentos e afetos no interior da família. É a família, como espaço denso marcado pelo desenvolvimento dos sentimentos e pela circulação dos afetos, que afirma a essência do sujeito na sociedade moderna: o indivíduo.

A partir da sentimentalização e da circulação dos afetos no interior da família, dinâmica intrinsecamente social, através de processos formadores do sujeito e, logo, de sua subjetivação, é que a sociedade moderna se mantém alicerçada sobre a ideologia do individualismo. Contudo, esse mesmo amálgama, baseado no sentimento e na manifestação afetiva, afirmativo de uma subjetividade e de uma vida psíquica, enquanto esfera derradeira da individualidade, fundamental para a continuidade social moderna acaba por, inevitavelmente, ser mensageiro de outros aspectos das subjetividades colocados em circulação, através do que se pode chamar de rede afetiva.

Nessa abordagem, os efeitos da sentimentalização da família e sua realização prática como rede afetiva constroem um desdobramento no interior do paradoxo moderno, mas agora em uma tensão para dentro, a saber: o processo de subjetivação responsável pela formação mais profunda do indivíduo, enquanto singularidade, é o mesmo que leva, necessariamente, aspectos das demais subjetividades que compõem a rede afetiva mais íntima a interferirem na unicidade de cada indivíduo.

Talvez, nessa tensão esteja um caminho para se compreender os limites do projeto universalista de matriz iluminista, cujo programa normativo afirma a unicidade individual como paradigmática e a significativa permanência de abordagens de matriz romântica, em que os vínculos e as identidades grupais mais imediatas funcionam como referenciais compreensivos e base para projetos normativos, particularmente no interior dos debates contemporâneos sobre integração, miscigenação e multi-culturalismo que atravessam o pensamento nas modernas sociedades ocidentais.

Os estudos sobre a família na sociedade contemporânea reproduzem tal tensão entre os paradigmas universalista e romântico ao buscarem, muitas vezes, instaurarem pesos diferenciados aos elementos em tensão no interior da família moderna conforme a classe social. Assim, emergem investigações que apresentam as famílias de classe média como expressão mais próxima de um tipo ideal de família moderna, talvez por serem consideradas como participantes mais próximos dos elementos constituintes da modernidade, ou por puro sócio-centrismo dos autores que, em geral, são típicos sujeitos das modernas classes médias das sociedades ocidentais e cuja posição social pode levar a uma valoração positiva da modernidade. Construindo-se como pólo oposto, as famílias de classes populares que, devido a sua posição na estrutura social, estariam mais afastadas dos núcleos mais fortes da vida moderna e, também, as famílias das elites tradicionais, em virtude da identificação e relação com os núcleos mais avançados da modernidade ainda estarem profundamente balizados por suas origens.

Essas perspectivas aparecem criticadas em análises que demonstram como a circulação dos afetos entre os grupos pobres é aspecto fundamental na constituição de laços de solidariedade e, logo, atuante nas configurações sociais e econômicas decorrentes, ou seja, ao

invés dos laços econômicos enfraquecerem a relevância dos afetos os reforçam, tanto quanto são reforçados. Tem-se que as tentativas em solucionar a tensão interna da família moderna ao se darem pesos distintos, conforme a posição de classe, ao afeto são, por princípio, fadadas ao insucesso, ao se compreender que tal tensão entre a afirmação do indivíduo e da família, para fora, enquanto afirmação, através da família, do indivíduo, e para dentro, ao formar o indivíduo, enquanto psique única, em um ambiente denso marcado pela transferência de traços das individualidades participantes da rede afetiva, são complementaridades constitutivas da própria família na modernidade, além e aquém das distinções em relação à posição e situação na estrutura social.

A formação da identidade moderna vista do ângulo da função da família, pode ser apreendida a partir das transformações profundas que atingiram as relações de parentesco na Europa ocidental, desde o século X, quando emerge da crise do poder carolíngio, e se desenvolve, um poder senhorial fundado na idéia de linhagens tendo como base a noção de herança, enquanto legado moral e patrimonial. A envergadura histórica de tal transformação está fundada na relevância que a idéia de descendência assume como realização prática de uma concepção de história como continuidade, ao contrário da temporalidade com característica circular²⁶. Nessa perspectiva de análise, da historicização da temporalidade²⁷, tem-se a investigação de como o desenvolvimento da idéia de linhagem se forja como noção chave para a realização prática de um tempo histórico contínuo.

O tempo para frente da modernidade teria seus movimentos iniciais no processo de formação das linhagens, tão determinantes da sociedade feudal, pois estas buscaram afirmar sua especificidade e poder a partir da construção de uma ascendência, isto é, de um movimento

²⁶ Vernier (1991).

²⁷ Duby (1986).

para trás, como justificativa de seu poder que será legado à sua descendência, em um nítido movimento da história para frente. Além da prática do tempo histórico continuamente em desenvolvimento afirmada pela constituição e fortalecimento das linhagens, através dos casamentos, enquanto alianças, e o peso decorrente da idéia de herança, aqui, antes de tudo, como legado moral, tal configuração das relações de parentesco e de sentido das famílias mostra como essas esferas da vida social, a família e o parentesco, no caso expresso como linhagem, estão articuladas às instâncias instauradoras de espaços territorialmente estabelecidos²⁸.

A abordagem revela como o fortalecimento das linhagens, em detrimento das famílias, está ligado, intrinsecamente, a uma maior diluição do poder e, logo, das fronteiras. Fronteiras, entendidas em seu sentido mais duro, enquanto delimitações geográficas. Condados, ducados, e principados são níveis relacionados às fronteiras internas e externas, todos marcados pela diluição e flexibilidade. Fronteiras que se movem continuamente e cujas delimitações devem ser sistematicamente reiteradas, através de acordos e guerras. Poder e sangue surgem associados como determinantes da formação dos territórios. O sangue simbólico do poder é mantido através das linhagens, seja pelas guerras seja pelo casamento, em seu sentido de aliança.

Em um sentido oposto, a família traria em si uma delimitação mais clara das fronteiras e do poder social como espaço para a manutenção e constituição das identidades, por princípio, mais limitado do que as linhagens, tendo as fronteiras do Estado-nação, instância sócio-histórica cuja força se estabelece junta e conectada à família moderna, como exemplares

²⁸ « Or, c'étaient des relations de familiarité domestique qui successivement se rompaient de la sorte du haut en bas de la hiérarchie: de la maisonnée royale s'étaient éloignés d'abord les princes, qui fondèrent dans chaque cité leur propre Maison; ensuite, de ces maisons s'étaient séparés les 'puissants' de seconde zone, qui fondèrent la leur dans chaque château » (DUBY, op.cit., p. 32).

dessa complementaridade que é, em última instância, afirmativa de fronteiras mais nítidas e rígidas. A formação das linhagens, ao instaurar o tempo histórico como contínuo, forja um sentido de herança imediatamente relacionado à temporalidade histórica que é fundante daquela que irá adquirir na modernidade. A decadência das linhagens estaria associada à ascensão de novas classes sociais em período de forte crescimento econômico e ao esvaziamento, pela vulgarização, de seus valores.

Estudo consagrado de história social²⁹ revela como o surgimento do sentimento de família e a infância se dão simultaneamente, de certa forma, com o mesmo sentido já apresentado para o afeto na família moderna³⁰. Na realidade, essa transformação social e afirmação de novas instituições, onde a concepção dos indivíduos passa inevitavelmente por sua inserção, identificação e classificação em faixas etárias está expressa no processo de fortalecimento de um espaço social específico de formação, no caso, as escolas. Antes, até o século XV, a transmissão de conhecimentos era realizada através do mestre, sendo os filhos, ainda crianças, separados de suas famílias para se tornarem aprendizes. É somente a partir do século XV que as crianças passam a frequentar mais a escola implicando, conseqüentemente, em uma maior convivência da criança no interior da própria família³¹. Mais uma vez, encontra-se uma ambigüidade marcando as relações entre sociedade e família na modernidade, pois se o desenvolvimento da escola forja a idéia de criança, enquanto distinção etária e fortalece os vínculos com a família, através de sua permanência no lar e a criação de uma rede afetiva que é fruto do desenvolvimento dos sentimentos, a escola irá, também, incentivar uma

²⁹ Ariès (1978).

³⁰ Foucault (1985).

³¹ “Esse fenômeno comprova uma transformação considerável da família: esta cada vez mais se concentrou na criança, e sua vida confundiu-se com as relações cada vez mais sentimentais dos pais e dos filhos” (ARIÈS, op.cit., p.233).

maior autonomia e a constituição do indivíduo, enfatizando os valores da aquisição em relação à atribuição, em suma, enfraquecendo a importância da herança, bem ao gosto do quadro paradoxal moderno caracterizado.

O nascimento articulado da família moderna, enquanto unidade sentimental marcada pela constituição de uma rede afetiva formadora da identidade individual, com a escola, explicita a relação constitutiva dessa família com as instituições sociais, para fora de sua interioridade. E, ao mesmo tempo, através da criação das condições para o desenvolvimento da esfera privada da família e psíquica do indivíduo, sua dimensão para dentro.

No entanto, em outras manifestações práticas da vida social, que se estende até o século XVIII, mantém-se nitidamente relações sociais marcadas pela sociabilidade de tipo clientelístico altamente hierarquizadas do mundo pré-moderno. As manifestações dessa sociabilidade encontravam como lugar as grandes casas, o que as tornava muito habitadas, enquanto as casas pequenas, dos pobres, eram pouco habitadas. Assim, na França do século XVII, encontram-se bairros pobres e mais densos com casas ocupadas por poucas pessoas, enquanto nos bairros nobres de casas grandes ou *hôtel* a ocupação de cada unidade de moradia era muito grande. Isto se explica pelo fato de que embora o surgimento da infância e o aumento da presença nas escolas terem intensificado as relações domésticas, a vida familiar ainda não tinha as características que viriam a conformar a família moderna.

Nas casas pequenas o espaço era tão ínfimo que os jovens deviam deixá-las bem cedo. Nas grandes casas habitavam, além do casal e filhos, uma vasta criadagem que servia aos familiares, aos próprios criados e a toda uma série de visitantes habituais, como clientes, parentes, colegas, agregados, empregados dos visitantes estabelecendo no interior da casa relações capazes de lhes conferir algum tipo de reputação. Provavelmente é essa configuração

familiar transitória entre a linhagem feudal e a família moderna a que os tradicionalistas fazem referência com o termo família extensa. No entanto, em termos rigorosos essa configuração não se difunde pelo conjunto da sociedade, nem ocupa, enquanto forma de organização social, um vínculo estrutural e histórico com a sociedade em geral sendo, antes, um resquício da forma anterior com traços da nova configuração familiar em formação. É, de certa forma, a expressão nas elites sociais, tanto as antigas como as em ascensão, da grande transformação que caracteriza a expansão do capitalismo como sistema econômico e da modernidade como dimensão cultural na sociedade ocidental.³²

Logo, não espanta o fato de que será nessa casa grande em que primeiro se desenvolverá o sentimento e a rede afetiva desencadeada pela convivência e guarda do corpo das crianças, ou seja, a primeira manifestação da família moderna. É na casa “desses homens ricos e importantes”³³ em que aparecerá a configuração típica da modernidade ocidental da família e a partir de onde se estenderá para o conjunto da sociedade como modelo. Afinal, a configuração da família moderna atende plenamente as novas necessidades sociais da sociedade na modernidade. Aliás, é por atender às demandas da sociedade moderna que a família ocupa um papel central na constituição de uma bio-política³⁴, através de uma clara manifestação de outra conexão dessa configuração familiar para fora: sua relação com a saúde.

A modernidade implica num controle microfísico³⁵ dos corpos, tratados como população, que traz em seu núcleo a necessidade de garantir a saúde como estratégia de reprodução da força de trabalho e de afirmação moral dos novos valores baseados no indivíduo. O movimento de controle dos corpos está inserido na mesma estratégia que gera o

³² Polanyi (2000).

³³ Ariès (Op. cit.), p. 258.

³⁴ Cf. Foucault (1977 e 1985).

³⁵ Na tradição foucaultiana.

desenvolvimento da escola, a criação da infância e, logo, da vida íntima, da sentimentalização da família, de constituição de uma rede afetiva e formação de uma psique do indivíduo: a estratégia disciplinar. Assim, a família moderna, densa e saturada, marcada pelo desenvolvimento dos sentimentos e pela configuração de uma rede afetiva, deve assumir a responsabilidade pelos corpos de seus entes, prioritariamente os das crianças. As famílias passam a funcionar, também, como dispositivos médicos capazes de preservar a vida de seus membros e, em função de sua sentimentalização, assumirem a tarefa como absolutamente inevitável e constitutiva do próprio agrupamento familiar. Nessa sua função médica se explicita seu sentido de conexão entre mundo íntimo e privado, no limite psíquico, e o externo, público, social³⁶.

Compreendida na perspectiva apresentada, a família moderna aparece como organização social caracterizada por uma dupla função mediadora. Em termos sincrônicos, ao fazer a conexão entre uma esfera íntima baseada nos sentimentos, na constituição de uma cadeia afetiva e na formação de uma psique individual, e o mundo social, em especial ao realizar o controle dos corpos e dos indivíduos e preparar sua inserção no mundo social. Em termos diacrônicos, ao ser, no mesmo movimento, instância fundamental para a continuidade histórica dos valores modernos, através da formação de indivíduos que são subordinados, todavia, aos traços constituintes de uma herança em suas dimensões psíquicas e familiares. Dessa forma, a família se afirma como espaço social privilegiado da continuidade histórica, dada sua característica fundamental como organização social ser o fato de estar configurada

³⁶ “A política médica, que se delineia no século XVIII em todos os países da Europa, tem como reflexo a organização da família, ou melhor, do complexo família-filhos, como instância primeira e imediata da medicalização dos indivíduos; fizeram-na desempenhar o papel de articulação dos objetivos gerais relativos à boa saúde do corpo social com o desejo ou a necessidade de cuidados dos indivíduos; ela permitiu articular uma ética ‘privada’ da boa saúde (dever recíproco de pais e filhos) com um controle coletivo da higiene e uma técnica científica da cura, assegurada pela demanda dos indivíduos e das famílias, por um corpo profissional de médicos qualificados e como que recomendados pelo Estado” (FOUCAULT, 1985, p. 200-201).

pela moderna idéia de herança, enquanto procedimento de atribuição às novas gerações do legado da afirmação da individualidade, através de um esquema simbólico poderoso capaz de interferir na formação mais íntima e derradeira do sujeito social moderno.

A constituição da família, no sentido proposto, está intrinsecamente associada à idéia de fronteira, dado seu caráter de organização social que se afirma através do processo simultâneo de espaço privilegiado de constituição do sujeito moderno, o indivíduo, através do movimento contraditório de afirmação do pertencimento desse indivíduo à família. Esse sentimento de pertencimento à família, constitutivo da própria família e fundamental para formação do indivíduo implica na construção de fronteiras capazes de diferenciar os diferentes legados que forjam cada individualidade. A herança, então, se torna idéia fundamental para afirmação da identidade da família e do indivíduo, tendo como lógica de afirmação a constituição de um campo de ação marcado por fronteiras, mais ou menos nítidas, mais ou menos porosas, que formam um sentimento de pertencimento cuja realização sócio-histórica se dará através de sua manifestação enquanto afeto constitutivo de uma rede afetiva. A problemática do pertencimento é, logo, central para a análise da questão identitária.

A abordagem do pertencimento e das fronteiras coloca em tela a relação entre família e comunidade³⁷. Pertencimento assumindo dois sentidos complementares: o sentimento de pertencimento a uma família e localidade que emerge do próprio indivíduo e o reconhecimento pela família e pela localidade de seu pertencimento, dada a comunhão do indivíduo dos mesmos valores afirmativos da identidade grupal – familiar e comunitária. A relevância dessa dimensão espacial que associa família e comunidade se explicita em

³⁷ CF. EDWARDS; STRATHERN (2000) E ELIAS; SCOTSON (2000).

determinados grupos sociais em que o sentimento de pertencimento é tratado simultaneamente como sendo espacial e familiar³⁸.

Na linguagem comum, explicitam-se essas relações. Na expressão em português brasileiro "nascido e criado", se explicita um caráter de reiteração de uma condição identitária de pertencimento ao colocar no mesmo nível a esfera do sentimento de pertencimento à família e ao lugar. Afinal, as expressões relativas ao nascimento e a criação, enquanto processo de socialização das individualidades, são atributos que perpassam a própria condição da família moderna, mas que na forma de locução falada implicam na valoração do sentimento de pertencimento a um espaço. As fronteiras, então, a exemplo do processo histórico de constituição das linhagens anteriormente tratado, assumem aqui um sentido, ao mesmo tempo, estritamente social, enquanto pertencimento à família e espacial, como de pertencimento a um território geográfico definido como comunidade. Em crítica à abordagem familiarocêntrica³⁹, apresenta-se o estabelecimento dos fortes vínculos existentes, e pouco considerados nas análises sobre família, entre comunidade e família, perspectiva que torna mais compreensível a similitude das expressões faladas tanto em inglês como em português que nivelam as duas instâncias, permitindo se pensar tais incidências como sendo mais do que uma simples manipulação lingüística, mas, antes, evidências de suas relações estruturais⁴⁰.

³⁸ "Community is described in terms of stability and communication, and its 'breaking down' is linked to the loss of these things. Like communities, families are said to be 'tight knit' and, like communities, they are also to be 'breaking down'" (EDWARDS; STRATHERN, 2000, p. 151).

³⁹ ELIAS; SCOTSON (2000).

⁴⁰ "O vínculo entre a estrutura familiar e a estrutura comunitária pode ser menos visível nos bairros residenciais de classe média do que em antigos bairros proletários. Mas, ainda que, no caso deles, as famílias tenham muitas relações fora de sua área residencial, seu bairro de modo algum é desprovido de estrutura" (ELIAS; SCOTSON, Op. cit., p. 197).

Assim, as práticas geradoras da identidade são, sempre e necessariamente, constituidoras de divisões e, logo, de fronteiras, como se houvesse uma espécie de película que ao envolver determinadas individualidades formasse um conjunto estabelecendo a idéia de proximidade, associada ao pertencimento, enquanto sentimento moral, mas que pode se manifestar objetivamente em termos da afirmação da proximidade geográfica.

Mesmo ao se tratar das trocas como sistema constituinte de relações de reciprocidade⁴¹ a problemática das fronteiras e do pertencimento emerge, pois ao enfatizar a relação, desde a definição das redes de reciprocidade afirmadoras antes da diferença e a necessidade de atualização dessas relações e, logo, o pertencimento estando secundarizado em termos analíticos, este permanece presente como constituidor dos limites e unidades imbricadas nas redes. Enquanto a abordagem estrita, desde o pertencimento, enfatiza a posição em uma totalidade grupal e/ou territorial. De qualquer forma, a associação entre família e comunidade acaba por remeter à problemática da proximidade na qual o eixo analítico é a associação entre proximidade espacial e afirmação dos traços identitários, em função desse contexto permitir, hipoteticamente, a intensificação da circulação dos afetos, circulação entendida enquanto prática dos sentimentos e conseqüentemente desencadeadora do amálgama delimitador das fronteiras da totalidade responsável pela transmissão de traços identitários⁴².

A família, então, pode ser pensada como retendo uma virtual carga de relacionamento cuja atualização, enquanto realização prática, tem como um de seus vetores principais a proximidade geográfica. Mais uma vez as expressões idiomáticas podem ajudar na reflexão

⁴¹ Mauss (1999).

⁴² “Spatial proximity may map onto emotional proximity so that families are regarded as ‘close’ because they live near to each other members interact frequently. Or ‘closeness’ may evoke the quality of affective ties: mutual support and the ability to confide in, depend upon, and trust” (EDWARDS; STRATHERN, 2000, p. 160).

sobre o tema, pois é nítida a relação geográfica na metáfora que, talvez, traga em si as relações intrínsecas à problemática de rede familiares com a dimensão espacial.

No português praticado no Brasil, um ascendente antigo é mais provável ter nomeada sua condição desde uma categoria espacial do que temporal, no caso, a idéia de parente distante, termo que também serve para referir-se àqueles não pertencentes à rede familiar, configuração em rede que não está dada *a priori*, pois depende de um processo histórico de afirmação prática, enquanto atualização no tempo histórico, das relações familiares. Assim, a distância seria uma distância relacional que, todavia, tende a estar mais atualizada nas redes familiares constituídas por indivíduos que possam praticar o potencial relacional, dado a partir da identidade familiar, ao contarem com uma maior proximidade espacial, em seu sentido geográfico, devido a relevância na constituição dessa identidade da circulação de afetos e a expressão dos sentimentos. Enfim, de uma dimensão subjetiva e ético-moral.

Essa dimensão espacial assume contornos particulares na família moderna, analisada desde seu caráter mediador entre o íntimo e o social, o público e o privado. Por um lado, a função para fora da família moderna aparece como formadora de um novo núcleo estruturador da sociedade articulando educação, saúde e habitação, enquanto núcleo também constituidor de uma fronteira, desde práticas baseadas na ideologia da higiene voltadas à constituição e perenidade do indivíduo, ou seja, o sujeito moderno; por outro lado, a noção de pertencimento, conforme a abordagem tomada ao acionar a idéia de comunidade, coloca em tela, simultaneamente, a noção de fronteira, tanto do ponto de vista da relação do indivíduo, através da mediação da família, com a comunidade, quanto desta como definidora do espaço social ocupado pelo indivíduo e, logo, de seu papel na articulação entre família e comunidade. Tanto o pertencimento quanto a fronteira acabam por estabelecerem uma referência à idéia de

herança, pois o pertencimento implica acima de tudo na afirmação de traços atribuídos, e não imediatamente adquiridos, e a fronteira desenha a separação do externo que, ao ser constituído, estabelece um Outro, acabando por trazer em si a definição de quem não pertence à determinada herança, história, traços em comum.

Na modernidade, o que é muitas vezes atribuído é o valor dado à aquisição, valoração cujas formas de atualização passam pela manutenção de aspectos herdados capazes de viabilizar as práticas afirmativas da autonomia da individualidade, enfim, da capacidade de aquisição. A problemática do pertencimento acaba por reafirmar a relação intransponível com as fronteiras e, logo, com aquilo que pode configurar o espaço da família, isto é, a comunhão de determinada herança que pode se explicitar mais nitidamente ao nível da psique do indivíduo, através da idéia de traço. Traço que se opõe ao que é fluído, isto é, os sinais que permanecem no fluxo indeterminado e afirmam sua existência ou passagem. Traço pode ser a substância dos havaianos, a honra da linhagem, a propriedade do burguês, a reputação do cavalheiro, a semelhança; a marca que constrói uma identidade e afirma a temporalidade. É aquilo que forja a herança subjetiva por isto sem prévia definição estabelecida, embora parte insuperável para se pensar o indivíduo e sua inserção enquanto estruturador da modernidade.

Capítulo 2: A formação do indivíduo moderno

No sentido tomado, desde o campo psicanalítico, a idéia de traço é particularmente relevante por não estar diluída no fluxo, ficando a interpretação centrada apenas naquilo que marca, mesmo sendo o sentido da marca difuso, às vezes se aproximando da idéia de índice⁴³. Todavia, essa mesma idéia de traço aparece com um sentido negativo na tradição das ciências humanas por remeter a uma noção de totalidade formada por partes estanques, cuja expressão se daria pelos traços. A abordagem resgatada será a primeira, com origem na psicanálise, em que a idéia de traço está referida à esfera mais profunda da identidade individual como uma marca, um índice de uma permanência situada ao nível do inconsciente e definidor profundo e não consciente da subjetividade que caracteriza a moderna individualidade.

Nessa perspectiva, surge a possibilidade de se projetar uma tensão entre socialização e intra-subjetividade do indivíduo tornando necessário, então, estabelecer a distinção entre as esferas psíquicas e a realidade socialmente construída, pois o traço, na abordagem tomada, não é algo mensurável, tendo sua explicitação que ser inevitavelmente realizada *a posteriori*. Se a imitação e a identificação, dinâmicas analisadas mais comumente nas ciências sociais, são passíveis de serem remetidas a fatos objetiváveis, o traço é por definição subjetivo. A noção de traço, dessa forma, aparece como aspecto fundamental não apenas da subjetividade, mas indo mais além, como elemento constitutivo do inconsciente, esfera mais íntima e inviolável na constituição do sujeito moderno⁴⁴. Logo, a idéia de traço assume relevância analítica especial, pois sua definição leva ao estabelecimento mais preciso daquilo que é definidor do próprio indivíduo moderno, isto é, sua esfera psíquica.

⁴³ Cf. Greimas ; Courtes (s/d)

⁴⁴ Ver Kaës (2001).

Com esse sentido, traço é incorporado para a análise da discussão sobre a herança, desde uma perspectiva sócio-histórica em relação à função da família moderna na constituição identitária do indivíduo, nos termos propostos em seu movimento para dentro, pela imbricação demonstrada ao nível de expressão do traço com a dimensão afetiva, sendo que a rede afetiva tende a consolidar um espaço social onde a prática concreta da circulação dos sentimentos assume como referencial de organização social a família, que por isto é moderna, levando à construção de uma espécie de película protetora no interior da qual flui a herança, mesmo em esferas não-conscientes. Embora não seja o nível em foco, a constatação na literatura sobre a transmissão psíquica de traços entre as gerações pode ser fundamental para a realização de uma abordagem capaz de afirmar mais ainda a força na formação identitária moderna não apenas da família, através da herança, mas da individualidade como identidade social com níveis constituidores que atualizam de forma absolutamente singular os legados transmitidos.

Indo-se além do tratamento da tessitura que articula um sentido para a formação do indivíduo pela família como instância mediadora, mais precisamente, organização social que funciona como interface entre o universo individual e social, inserindo esse indivíduo na história, pode-se tomar o indivíduo em uma perspectiva psico-sócio-histórica⁴⁵, em que se alcança o estabelecimento de nexos na construção identitária desde a dimensão mais profundamente individual até a social, sempre sobre o eixo da problemática da herança, enquanto processo de transmissão-aquisição de valores. Incorpora-se, assim, a inevitável presença de níveis absolutamente subjetivos, a partir da apropriação dessa concepção de traço, na formação do indivíduo moderno. A relevância do traço está, então, localizada no fato de ser

⁴⁵ Maitre (1996).

uma categoria que apresenta uma dimensão de legado às dinâmicas subjetivas mais profundamente individualizadas.

Se a perspectiva tomada não pretende se aventurar além da dimensão subjetiva de constituição do indivíduo, ou seja, não se estará em nenhuma hipótese na presente pesquisa investigando dimensões do traço psicanalítico, por outro lado essa dimensão profundamente intra-subjetiva definida como parte do inconsciente psicanalítico, é referencial ao aparecer como fronteira da análise em curso, na qual a compreensão desse sujeito moderno pressupõe uma configuração marcada pela subjetividade. Não se podendo perder de vista que a análise apresentada remete à configuração desse indivíduo subjetivo, tanto pelas relações vindas de fora, como por seu papel estruturador da própria sociedade, e também de sua incidência nas cadeias afetivas e sentimentais e destas sobre ele, desde as modalidades de sua inserção social, tendo como instituição mediadora a família. Dessa idéia de traço será tomada na abordagem sua expressão de conteúdo latente de mensagens inter e trans-geracional. No sentido de que a idéia de traço qualifica e precisa a abordagem sobre o papel do indivíduo, enquanto individualidade configurada desde a subjetividade.

Uma construção de sentido crítica, pois extremamente complexa ao tratar de noções que se originam de campos do conhecimento contemporaneamente definidos como distintos, no caso, os enlaces propostos entre a dimensão subjetiva do indivíduo e sua inserção enquanto unidade social e paradigmática da sociedade moderna. Mesmo que na literatura contemporânea se encontrem autores e perspectivas teóricas⁴⁶ que articulam essas instâncias em níveis de profundidade maiores que os acionados, aqui se está limitando a incorporação da dimensão subjetiva do indivíduo em sua relação, através da rede social familiar, com as

⁴⁶ Bourdieu (1991), Maître (1996), Kaës (1993).

instituições sociais e vice-versa. E não como instância com grau de autonomia capaz de até mesmo subordinar as relações sociais à problemática psíquica do sujeito. Se a separação dessas instâncias modernamente constituiu campos distintos do conhecimento, em que pese a literatura cada vez mais tratar das relações sociais como tendo como nível incontornável a dimensão intra-subjetiva, ao nível da psique mesma, é importante ter-se presente que na própria constituição das ciências sociais como campo específico do saber já se tinha como uma das questões a problemática da dimensão psicológica do sujeito. Contextualizar mais precisamente as condições de emergência desse indivíduo moderno durante o processo de configuração dos próprios paradigmas da modernidade ainda se torna necessário.

Na perspectiva tomada, o processo de individuação⁴⁷ será apresentado além de seu sentido de matriz identitária moderna, ou antes, para melhor compreender a função matricial identitária do indivíduo, a análise se orientará para o processo de constituição desse sujeito moderno, talvez o sujeito moderno por excelência, dada sua função paradigmática no interior da ideologia moderna, entendida ideologia como modo de compreensão e organização hierárquica de valores de uma sociedade dada⁴⁸. O que a primeira vista pode parecer um alargamento da abordagem, ao se buscar compreender além da função imediatamente atribuída de matriz identitária ao indivíduo, não tornará o percurso mais árduo, pois se pretende antes o contrário, na medida em que se trata de procurar uma forma mais clara de apresentação da constituição de sua relevância como matriz identitária, desde sua posição como paradigma da própria modernidade e, logo, assumindo uma anterioridade analítica em relação às outras matrizes.

⁴⁷ A preferência por esse termo e não individualização ou individualismo remete ao seu sentido no campo da semiótica e semiologia. Ver Greimas; Courtes (1989).

⁴⁸ Dumont (2000).

Classicamente a questão do indivíduo se insere na problemática da pessoa⁴⁹, em que a individualidade, enquanto unidade social *per se*, traz à tona inevitavelmente o processo social de construção da esfera íntima, através de atributos absolutamente particulares que se tornam constitutivos desse sujeito moderno: o eu-indivíduo. Esse eu-indivíduo que configura a pessoa moderna se afirma como antípoda daquele definido por sua posição e situação em uma cadeia de ascendência e descendência previamente estabelecida pela estrutura social, logo como configuração de pessoa que se constitui como pólo sintetizador dos valores modernos da autonomia e da indissolubilidade do eu-indivíduo implicando, necessariamente, na afirmação social de uma consciência psicológica.

Dimensão subjetiva que se desdobrará em uma psique estruturante da experiência da pessoa moderna, alcançando um eu-indivíduo, cujo papel social particular se dá exatamente a partir de sua especificidade psicológica. Esse eu, por princípio indivisível⁵⁰, constituirá e diferenciará o indivíduo moderno das demais configurações históricas de pessoa. Seu papel estruturador da própria sociedade moderna fará do indivíduo fundamento que atribui sentido às noções políticas e econômicas derivadas da noção da liberdade individual. Afinal, a liberdade assim estabelecida, como sendo do indivíduo, só tem sentido no interior de uma construção ideológica em que esse eu-indivíduo emerge profundamente definido, desde uma instância psíquica onde estará situada sua consciência. Consciência enquanto a expressão sócio-subjetiva de sua individualidade que se manifestará e estará incluída como fundamento do liberalismo político e econômico e constituirá o sujeito ético ao apresentar-se com capacidade de associar seus atos a uma determinada consciência e de julgá-los em relação a

⁴⁹ Mauss (1974), Dumont (2000) e Duarte (1986).

⁵⁰ Exemplar desse caráter de indivisibilidade é o fato de no campo do conhecimento psi o desdobramento do eu ser tratado como disfunção psicológica e/ou psíquica do indivíduo.

ela. De certa forma, essa configuração da pessoa como eu-indivíduo, pressupondo uma consciência psicológica, aparece entre os autores fundadores da própria idéia de modernidade, a partir das tentativas de definição da função da alma no debate teológico ao longo dos últimos séculos, em especial a partir da Reforma⁵¹. Esse percurso pela história das idéias passa necessariamente pela atribuição à pessoa, enquanto *persona*, de responsabilidades civis, ao nível do direito. A personalidade, entendida como manifestação de aspectos que caracterizam a *persona*, particularmente vista como imagem pública, na medida em que ganha estatuto jurídico assume relevância moral, pois deve se submeter a moral vigente e, assim, estar em consonância com o direito.

Essa dinâmica leva a atribuir à pessoa responsabilidades e direitos civis impondo e pressupondo, enfim construindo, de forma subjacente, a existência de uma consciência na pessoa pelo menos frente ao direito. Assim, a noção de consciência, tão fundamental e fundante do indivíduo moderno, teria também uma origem jural, a partir do momento em que no direito romano a pessoa passa a ser compreendida como unidade social que deve se submeter à consciência do bem e do mal. A emergência dessa compreensão de pessoa definida por sua posição frente a moral da sociedade implica no desenvolvimento da noção de consciência, não só a respeito dos Outros, mas, antes e acima de tudo, da própria pessoa ela mesma desembocando inevitavelmente em uma consciência de si.

A coerência da análise se reforça ao encontrar na tradição teórica⁵² tomada em investigações que remetem à existência de níveis de construção do indivíduo em sociedades não-modernas imediatamente ligadas às estruturas de parentesco e, logo, de afirmação de uma posição individual no interior da transmissão da herança nas cadeias de descendência e

⁵¹ Mauss (1974).

⁵² Mauss (Op.cit.).

ascendência. Esse sentido anterior à formação do indivíduo moderno, enquanto desdobramento do papel da pessoa, apresenta a idéia de pessoa ligada, imediatamente, à interpretação de determinada posição previamente atribuída pela posição na cadeia hereditária que, em alguns casos, implica mesmo na repetição geracional, através de lógicas peculiares denotativas da própria estrutura social, de nomes de antepassados cujas características devem ser repetidas e explicitadas nas manifestações rituais. Características que em muitos casos remetem ao lugar ocupado pelo clã na cosmologia do grupo sendo, não raras vezes, tais características, que modernamente poderiam ser chamadas de psicológicas, desenhadas nas expressões das máscaras rituais afirmando, assim, a posição da pessoa e de suas intrínsecas particularidades no interior da dinâmica social que funcionará como garantia da continuidade da própria sociedade. Também, os papéis sociais explicitados em termos de repetição de nomes dos ancestrais, às vezes modificados, conforme as sociedades, em função da faixa etária, servem então como estruturadores de toda a sociedade, cuja expressão se manifesta muitas vezes pelas representações rituais, enquanto teatralização da vida social, através mesmo do uso de máscaras determinadas pela posição social, em consonância com a posição nominal nas relações de parentesco.

Essa posição social, isto é, essa pessoa imposta socialmente pela atribuição, anterior mesmo ao próprio nascimento do indivíduo biológico e afirmado socialmente em atos rituais, isto é, evento essencialmente coletivo (públicos, em termos modernos), será de tal forma objetivável que poderá ser tomada, enquanto retirada, através da guerra. Dessa forma, a posição social da pessoa, definida por uma série de objetos rituais, incluindo mesmo os

símbolos das trocas já realizadas e as que ainda serão, tendo como referência o *potlatch*⁵³, significando um poder no interior das relações de troca em práticas que na modernidade se apresentarão como esfera particular da vida social, a economia, pode ser conquistada por outrem. Nessa situação de conquista emerge mais claramente a totalidade que a idéia de pessoa e sua objetivação significam, sendo a conquista dos objetos materiais o mesmo que de suas atribuições, levando à incorporação pelo conquistador da posição da pessoa conquistada, ou seja, de suas características mais subjetivas, inserindo-se dessa maneira em uma linha de ancestralidade e hereditariedade, através da conquista das especificidades espirituais implicando, necessariamente, na ocupação da posição da pessoa conquistada no mundo.

Em termos lingüísticos, viés analítico complexo demais para ser bem desenvolvido, mas que, sem dúvida, salienta aspectos para a abordagem insuperáveis, aparecem relações imediatas entre o termo *persona*, de origem latina, talvez com contaminações de sentido vindas do etrusco, sociedade onde a máscara tem forte presença até assumir contornos de caracterização dessa própria sociedade, perspectiva na qual não se deverá descartar alguma contaminação dessa origem do sentido (etrusca) como tendo se originado desde os gregos, e máscara. A constituição da pessoa nessa tradição latina, no interior da sociedade romana, assumiria uma relevância maior do que um fato de organização social, ao alcançar o estatuto de fato do direito. Esse sentido jurídico assumido pela pessoa na sociedade romana permite aproximar essa configuração do indivíduo a sua manifestação moderna e inserção coletiva, pois os eventos históricos de conquista pela plebe dos direitos de cidadania na sociedade romana podem ser tomados como constituintes de traços da moderna individualidade e de sua

⁵³ “Assim, por exemplo, uma posição, um poder, uma função religiosa e estética, dança e possessão, *parafernália* e cobres com forma de verdadeiros escudos, moedas-insígnias dos *potlatch* presentes ou futuros, conquistam-se na guerra: basta matar seu possuidor ou apoderar-se de uma das peças do ritual (roupa, máscara) para herdar seus nomes, seus bens, seus cargos, seus antepassados, sua pessoa no sentido da palavra” (MAUSS, 1974, p. 218).

afirmação como unidade, no conjunto coletivo definidor das modernas nacionalidades, o povo. As articulações encontradas em estudos etnográficos e históricos de sociedades não-modernas são ilustrativas da imbricação entre indivíduo e estruturação social. Mesmo naquelas onde o indivíduo ainda não aparece enquanto unidade autônoma e independente tendo uma existência pré-determinada, já se afirma como categoria do pensamento e prática social. Desde sua relevância estrutural pela posição ocupada nas relações de parentesco e lugar no teatro ritual, ao direito à participação na vida civil, nas sociedades não-modernas, as diferentes configurações se apresentam como referenciais para o entendimento do processo de constituição da moderna categoria de indivíduo.

Seguindo a abordagem da análise, o indivíduo moderno, com toda sua internalidade densa e subjetiva, no limite constituidora do próprio inconsciente psicanalítico, teria em sua gênese um remetimento à formação da própria ocidentalidade cristã, na medida em que se tem na constituição do cristianismo o pressuposto de uma alma individual conectada em Deus, enquanto lugar transcendental de encontro das individualidades. Ou seja, para a cosmologia cristã Deus seria o destino para o encontro das individualidades que estão mergulhadas em uma sociedade histórica hierarquizada, onde o indivíduo não tem relevância social, forjando uma individualidade como um indivíduo-fora-do-mundo, isto é, cuja existência se afirma no contato com Deus, através de um teatro interior, interioridade que prenuncia a subjetividade moderna, sendo tal condição de fora-do-mundo uma marca de distinção em relação ao indivíduo moderno, pois este, o indivíduo moderno, por princípio é um indivíduo-no-mundo⁵⁴.

⁵⁴ “Indivíduo-no-mundo/indivíduo-fora-do-mundo: o indivíduo na acepção (2) acima, se ele é ‘não social’ em princípio, em pensamento, é social em fato; ele vive em sociedade, ‘no mundo’. Em contrapartida, o renunciante indiano torna-se independente, autônomo, um indivíduo, ao abandonar a sociedade propriamente dita: é um indivíduo ‘fora-do-mundo’ (HH, ap, B)” (DUMONT, 2000, p. 280).

O surgimento desse indivíduo-fora-do-mundo pressupõe a introjeção como condição de sua própria existência e, assim, o desenvolvimento de um teatro interior que permite seu contato com Deus, independente das condições históricas e sociais, pelo menos de modo juridicamente reconhecido. O ressurgimento da teatralidade na constituição do indivíduo, agora nos marcos do Cristianismo, assume os contornos de traço indelével da individualidade. Teatralidade que deixa sua posição ritual e imediatamente de representação de papéis nas sociedades não-modernas abordadas pelos estudos etnográficos e antropológicos para assumir contornos absolutamente subjetivos, como parte intrínseca à própria afirmação da concepção de encontro com Deus, no entendimento cristão. Uma teatralidade manifesta, segundo textos e práticas cristãs, através de atividades subjetivas interiores, na instância modernamente reconhecida como *psique*. A conformação e penetração institucional da cristandade no mundo histórico, através de sua institucionalização e relação com os poderes terrenos, levarão à incorporação paradoxal das características ideológicas desse indivíduo-fora-do-mundo para o indivíduo-no-mundo, sendo essa particular configuração de antípodas característica do indivíduo moderno. Inserido no mundo e marcado pela existência de uma vida interior, subjetiva, psíquica, esse indivíduo acaba por incorporar à noção de pessoa, na sociedade moderna, a consciência psicológica.

Em uma apreensão rápida, a apresentação das diferentes formas de manifestação de aspectos de um sujeito individual em sociedades não-modernas, pode levar ao entendimento de que há uma continuidade cuja configuração final será o indivíduo moderno. Ao contrário, o que se pretende aqui é demonstrar as especificidades desse indivíduo moderno em relação a todas as outras formas de manifestação da pessoa individual em diferentes sociedades. E, também, a particular configuração do indivíduo moderno como tendo como estrutura fundante

a sobreposição de aspectos às vezes contraditórios em suas manifestações anteriores, como no caso das características do indivíduo cristão fora-do-mundo ao serem absorvidas em uma individualidade por princípio no-mundo. Nesse indivíduo moderno a inserção em uma continuidade assume particular valoração tanto maior quanto mais forte aparecer como legado sua capacidade de aquisição em oposição à atribuição que, em princípio, caracterizaria a dinâmica da herança.

Indivíduo provido de uma (auto) consciência individual e cada vez mais se constituindo como sujeito moderno em função dessa unicidade individual definida por uma interioridade psíquica, ao mesmo tempo é levado pelo processo socioeconômico da modernidade a se constituir coletivamente como classe e em termos da organização política moderna, sintetizada na figura do Estado-nação, como povo, tem seu papel social cada vez mais contaminado pela idéia de autenticidade, significando a manifestação pública de sua unicidade. Assim, desfazem-se as fronteiras no interior do próprio processo de constituição das esferas da vida social, particularmente entre a vida privada, ou íntima e a esfera pública⁵⁵.

O fortalecimento do indivíduo-subjetivo, simultaneamente afirma uma distinção entre o público e o privado e cria as condições para um esvaziamento da esfera pública pela via da sobrecarga do indivíduo⁵⁶. A problemática do papel social se reduz tanto quanto se complexifica, na medida em que o papel dos indivíduos na vida pública se torna ao longo do desenvolvimento da modernidade essencialmente a tentativa de representar publicamente as características mais peculiares de cada indivíduo, isto é, de sua subjetividade. Esse processo tende ao apagamento das fronteiras sociais entre o público e o privado, a princípio em

⁵⁵ Cf. Sennett (1998).

⁵⁶ “Quanto mais uma pessoa se concentra em sentir de modo genuíno, e não de acordo com o conteúdo objetivo daquilo que é sentido, quanto mais a subjetividade se torna um fim em si mesma, menos expressiva ela poderá ser” (Op. cit., p. 47).

detrimento do primeiro, porém ao sobrecarregar a esfera privada, íntima, em última instância, a subjetividade individual, que deverá ser representada publicamente a fim de afirmar a autenticidade do indivíduo, dinâmica que serve como vetor para compreender as perturbações e novas configurações porque passam as matrizes identitárias modernas em seu conjunto e não apenas o papel do indivíduo moderno, mas também das demais figuras de identidade social que são intrinsecamente ligadas, no caso a classe social e a nacionalidade, enquanto pertencimento a um povo como expressão do conjunto de indivíduos que norteará a constituição da organização política do Estado-nação, pois, a afirmação pública desse sujeito moderno, através da representação de sua subjetividade, termina por conquistar a esfera pública e, dessa forma, apagando a própria distinção entre público e privado.

O indivíduo moderno aparece marcado pela questão da consciência, enquanto consciência do eu individual, aspecto fundamental para a compreensão dos projetos normativos desenvolvidos a partir do século XVIII e paradigmáticos da própria conformação moderna da sociedade. À hierarquia das relações entre os homens que especificaram as sociedades pré-modernas ocidentais corresponderá, nesse processo de desenvolvimento, as relações entre o homem e as coisas, desse homem indivíduo, marcado pela afirmação de sua condição unívoca afirmada por sua subjetivação interior. Essa unicidade psíquica que qualifica o indivíduo moderno ao inseri-lo no mundo, através de um processo histórico de penetração dos valores cristãos nas instâncias de poder constituintes da própria sociedade ocidental e, logo, assumindo contornos epistêmicos, levará, dada sua própria dinâmica de existência ao nível da sociedade histórica, o indivíduo-no-mundo à necessidade, para sua afirmação enquanto tal, de constituição de um destino coletivo. Um destino que se configurará tanto mais

quanto mais avança o processo de constituição da sociedade moderna, através da figura coletiva do povo.

Aqui, a construção do indivíduo moderno se imbrica na formação do povo como sujeito coletivo que dará objetivação social ao surgimento da organização política do Estado-nação como, também, se apresentará como a unidade fundamental dessa configuração política, isto é, o indivíduo moderno fundamenta o cidadão, unidade social constitutiva do Estado-nação moderno. Essa perspectiva, ao priorizar a descontinuidade e a configuração moderna do indivíduo como sobreposição de características de outras manifestações da pessoa individual, muitas vezes contraditórias, se articula ao papel do indivíduo e da ideologia do individualismo⁵⁷ na configuração econômica da modernidade. A inserção da problemática econômica no âmbito da compreensão do indivíduo moderno se torna fundamental, na medida em que reafirma o entendimento da modernidade como período particular, seja na forma de configuração do indivíduo, agora incluindo sua incidência sobre o mundo econômico, seja pela própria especificidade da manifestação das relações econômicas na modernidade⁵⁸. O individualismo, compreendido enquanto ideologia da sociedade moderna implica, ao nível da economia, no desenvolvimento do liberalismo como princípio normativo que propõe a ordenação das relações econômicas fundadas no mercado. Tal assertiva traz em seu interior um problema constitutivo, pois, em termos da experiência social, a economia é uma função da sociedade, logo não sendo possível que as relações econômicas sejam normatizadas por uma esfera estritamente econômica, a não ser que se constitua socialmente a economia como esfera distinta da sociedade, o que caracterizaria um acontecimento *sui generis* na história das sociedades. Acontecimento que, embora efetivado na modernidade, a partir do âmbito

⁵⁷ Dumont (2000).

⁵⁸ Polanyi (2000).

ideológico, não deixa de trazer junto formas sociais de controle do mercado, enquanto dimensão estritamente econômica.

A tensão entre controle social e regulação pelo mercado das relações econômicas sempre compreendidas como relações sociais, atravessa a história moderna, desde sua constituição até os dias de hoje. Seja pelos interesses das guildas, das cidades, seja pelos interesses do Estado que para superar os limites impostos pelos interesses das cidades interveio no sentido de constituição do mercado nacional pela inclusão das municipalidades e do campo, formando o chamado mercado interno, porém delimitado pela regulação advinda do mesmo Estado-nação. O mercado, então, cumpriria sua função de regulador das trocas econômicas limitadamente, ou seja, nos marcos da regulação social, agora politicamente estabelecida pelo Estado.

A questão que será colocada para a regulação pelo mercado das relações econômicas remete a um impasse estrutural, pois como a terra, o trabalho e o dinheiro, fundamentais para a produção industrial, poderiam constituir um mercado, na medida em que não podem ser tomados como mercadoria, sendo mercadoria tudo aquilo que é produzido para a venda⁵⁹. A escala e a complexidade da indústria fabril levaram à incorporação dos próprios componentes da indústria, trabalho, terra e dinheiro ao mercado, causando movimentos oscilatórios ora de maior autonomia ora de maior restrição ao funcionamento da regulação pelo mercado em relação a esses componentes, em particular do trabalho.

A regulação do componente trabalho pelo mercado foi marcada por inúmeras tensões, dada a inserção até então desse trabalhador em uma ordem comunitária que buscava defendê-lo da possibilidade de chegar à condição de pauperização, horizonte possível nos marcos do

⁵⁹ “Em outras palavras, de acordo com a definição empírica de uma mercadoria, eles não são mercadoria” (POLANYI, 2000, p. 94).

surgimento da produção da grande indústria, proteção que se dava em seus primórdios pelo pertencimento à uma paróquia e suas relações familiares-comunitárias, ou posteriormente pelas legislações advindas do Estado. No entanto, as experiências de defesa das condições de sobrevivência do trabalhador, através de legislação, se mostraram sistematicamente incompatíveis com o desenvolvimento da moderna economia de mercado baseada na produção industrial e, sistematicamente, tiveram como principais vítimas àqueles que deveriam ser defendidos: os trabalhadores.

Afinal, durante o desenvolvimento da produção industrial, enquanto fundamento das relações econômicas, principal forma de produção de mercadorias, ao trabalhador restava apenas a possibilidade de se sustentar pela venda de sua força de trabalho, caso contrário perderia sua condição e se tornaria um indigente. Assim, toda forma anterior de defesa dos antigos artesãos, aprendizes, camponeses arrastados à cidade em busca de alguma forma de renda monetária se desmanchava com a aceleração da produção industrial e conseqüente constituição de uma nova coletividade social: a classe trabalhadora⁶⁰. A liberação do indivíduo de seus pertencimentos anteriores à comunidade em especial pelo reconhecimento à inserção em uma família, e a constituição do mercado de trabalho trouxe custos enormes em termos de aumento da miséria das massas. O processo de constituição do mercado de trabalho e, ato contínuo, da classe trabalhadora só pode ser entendido no âmbito do alastramento da miséria e da pauperização das massas da cidade e do campo sugadas para as engrenagens que colocavam em funcionamento a moderna sociedade industrial.

O indivíduo, unidade fundamental do liberalismo econômico, ao ter seu trabalho reduzido à condição de mercadoria emerge como classe social. Compreende-se que o

⁶⁰ Cf. Polanyi (Op. cit.).

indivíduo moderno, referencial ideológico da sociedade moderna, logo da moderna economia de mercado, fundada no projeto normativo do liberalismo econômico, ressurge, em termos econômicos, ao mesmo tempo como sujeito jurídico individual e exposto às oscilações e transformações nas formas de produção desencadeadas pela grande indústria e constitutivo, dado seu lugar social no universo da produção, de um sujeito coletivo: a classe. Essa articulação entre liberalismo econômico, enquanto projeto normativo de regulação social pelo mercado, e a ideologia individualista, subjacente a esse projeto, não surge na modernidade sem as já conhecidas sobreposições contraditórias que a marcam, pois a realização histórica do liberalismo, através do princípio do *laissez-faire*, esteve invariavelmente dependente das intervenções do Estado, seja através de atos legislativos, isto é, a elaboração de leis, ou de estruturação administrativa, ou seja, através da criação de organismos estatais, capazes de sustentarem socialmente a economia de mercado.

Assim, a expressão econômica da ideologia individualista, paradigmática da sociedade moderna, o liberalismo, tem, sistematicamente, se apresentado em termos sócio-históricos, através de intervenções realizadas pelo Estado, contradizendo seu princípio moderno de auto-regulação da sociedade pelos mecanismos de mercado.

Fundamental para a compreensão da abordagem tomada é a apreensão desse sujeito da modernidade, o indivíduo, como peça ideológica na estruturação dos valores modernos, até mesmo naqueles valores que se apresentam como ápice da objetividade, a saber, o domínio da economia. Afinal, o indivíduo, enquanto sujeito econômico, é a principal unidade social do credo liberal por adquirir uma função central na desestabilização das dimensões imediatamente coletivas anteriores, assumindo ao longo do desenvolvimento das modernas sociedades ocidentais funções cada vez maiores e totalizantes, tornando-se, no limite,

praticamente unidade geral da vida social, pois norteador da experiência subjetiva, em seu sentido psíquico e, também, da ordem econômica, economia essa agora autonomizada da vida social e regulada, hipoteticamente, por si mesma, através do mercado. É dessa forma que o indivíduo se torna o sujeito social da sociedade de mercado e núcleo responsável por muitas das contemporâneas perturbações de sentido moral e ético que problematizam a existência na sociedade contemporânea.

No interior desse percurso é que se pode compreender a crise do papel do indivíduo, onde seu esvaziamento de sentido passa por uma superafirmação, enquanto estruturador da experiência moderna em todos os seus níveis. O indivíduo moderno, então, aparece como figura que articula tanto a configuração familiar e a subjetividade, seja por sua inserção na circulação de afetos e sentimentos familiares como por sua posição na cadeia de transmissão da herança, cumprindo sempre um papel ao nível da representação social. Ora como unidade mínima na constituição, ao nível da configuração política do Estado-nação, do sujeito coletivo dessa configuração, o povo, que será definido como indivíduo-cidadão; ora como fundamento ideológico e sujeito econômico dos princípios da auto-regulação da economia e, ao mesmo tempo, unidade fundante, desde sua inserção no mercado, enquanto detentor da mercadoria trabalho, do sujeito socioeconômico classe social.

Capítulo 3: Do costume ao habitus: a formação das modernas classes sociais

Se a idéia de a sociedade estar constituída estruturalmente, através da organização de seus membros em agrupamentos distribuídos de forma hierarquizada, remonta aos estudos sobre as sociedades simples e não-modernas e, assim, oferece as bases constitutivas para a própria existência das ciências sociais, enquanto campo específico do conhecimento, a definição de sua estrutura fundada em classes e não em clãs, linhagens, castas ou estamentos, desenvolve-se na medida em que as relações sociais no ocidente tem um encaminhamento rumo à modernidade. Logo, a posição dos agrupamentos sociais de forma hierarquizada constituindo uma estrutura social não atribui a essa sociedade imediatamente o sentido de uma sociedade de classes, pois as sociedades não organizadas em classes também têm estrutura.

O que caracteriza uma sociedade de classes é o fato da posição⁶¹ na estrutura social implicar em uma situação relacional no interior dessa estrutura, isto é, de haver uma imperiosa necessidade de existência de relações entre os diversos níveis da estrutura social e dessas relações terem incidência sobre a definição da própria posição dos agrupamentos na estrutura; eis a condição *sine qua non* para o estabelecimento de uma sociedade de classes. Nesse sentido, há uma distinção entre as características próprias de determinada classe social na estrutura social e as “propriedades de posição”⁶² ligadas às incidências sobre sua posição das relações estabelecidas com outros níveis da estrutura social. Se tal perspectiva relacional é explícita em abordagem clássica⁶³, está subjacente em outra perspectiva analítica⁶⁴ também fundadora do próprio campo do conhecimento das ciências sociais.

⁶¹ Cf. Bourdieu (1999)

⁶² “Levar à sério a noção de estrutura social supõe que cada classe social, pelo fato de ocupar uma posição numa estrutura social historicamente definida e por ser afetada pelas relações que a unem às outras partes constitutivas da estrutura, possui *propriedades de posição* relativamente independentes de propriedades intrínsecas como por exemplo um certo tipo de prática profissional ou de condições materiais de existência” (Bourdieu, 1999, p.3)

⁶³ Weber (2000)

À generalização da idéia de as sociedades humanas serem constituídas em estruturas corresponde a tentativa de definição das diferentes formas de estruturação e, a partir de tal necessidade compreensiva, o estabelecimento de critérios capazes de diferenciar as distintas expressões estruturais das sociedades. Assim, propõe-se que a questão da posição na estrutura social e o grau de interdependência entre os diferentes níveis dessa estrutura é seminal para qualquer análise que procure tratar da sociedade moderna como questão em termos sociológicos.

O problema da identificação das classes, isto é, da definição de sua posição na estrutura social na sociedade capitalista, será tomado desde duas abordagens fundadoras da própria sociologia, sendo compreendidas como perspectivas complementares, logo não-excludentes. Para enfrentar esse problema, uma das respostas propostas na tradição do pensamento sociológico é o de identificar as classes em relação às fontes de renda⁶⁵. Indo um pouco mais além, nessa mesma perspectiva teórica, a definição das classes sociais levaria à necessidade de desvendar, a partir das origens das fontes das rendas, enquanto expressão mais visível do fenômeno, a posição dos sujeitos sociais nas relações de produção⁶⁶ define sua classe social, ou melhor, à luz da maneira mais diretamente vinculada a uma das características já apresentadas da modernidade, a relação dos homens com as coisas, entendendo por coisas, sobretudo os componentes terra e renda, constitutivos do capitalismo industrial, sendo o homem, no caso, o componente trabalho.

⁶⁴ Marx (s/d)

⁶⁵ “A questão que se propõe agora é esta: que constitui uma classe? A resposta decorre automaticamente da que for dada à pergunta: que faz dos assalariados, dos capitalistas e dos proprietários de terra membros das três grandes classes sociais? À primeira vista, a identidade das rendas e das fontes de renda” (MARX, s/d, p. 1013).

⁶⁶ “A conclusão geral a que cheguei e que, uma vez adquirida, serviu de fio condutor dos meus estudos, pode formular-se resumidamente assim: na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais” (MARX, 1977, p. 24).

Modernidade que se configura pela alteração dos princípios de uma estrutura social anteriormente compreendida como fundada na relação dos homens com outros homens para a relação dos homens com as coisas. Essa estruturação dos agrupamentos sociais na moderna sociedade capitalista, agrupamentos construídos desde sua posição nas relações entre os homens e as coisas, posição desvendada a partir da definição da origem de suas rendas, termina por inevitavelmente tornar os detentores de cada um desses componentes constitutivos do capitalismo em agrupamentos hierarquizados e interdependentes, assim, correspondendo a uma estrutura social que se configura em estrutura de classes. A situação frente a cada um desses componentes e, imediatamente, em relação aos demais agrupamentos sociais, torna-se o dado fundamental para definição das classes no capitalismo, embora haja a ressalva quanto às especificidades daquelas classes que não sendo proprietárias também não são assalariadas, isto é, as camadas médias.

A outra abordagem clássica⁶⁷, weberiana, estabelece uma classificação onde o conceito de classe social é definido como sendo um dos tipos de classe, distinto da classe proprietária, cuja situação de classe se dá em função das diferenças de propriedade, enquanto origem das rendas, ou da classe aquisitiva, aquela capaz de adicionar valor a bens ou serviços. Nessa abordagem, as classes sociais seriam formadas pelos trabalhadores, pequena burguesia, intelectuais e os proprietários e privilegiados por educação, conforme a formulação original, composta pelos grupos sociais classificados em relação às outras duas classes, a proprietária e aquisitiva, sendo definidas como negativamente privilegiadas, isto é, classes que não têm sua posição social advinda de rendas ou da capacidade de aquisição de bens. A interdependência

⁶⁷ Weber (2000).

nessa abordagem está explícita na própria construção das classes sociais como expressões negativas das características das classes proprietárias e aquisitivas.

Tanto a abordagem a partir da formulação de Marx, a primeira apresentada, como de Weber estabelecem, cada qual à sua maneira, a sociedade moderna como sendo uma sociedade estruturada pelas classes, no entanto, na segunda tradição apresenta-se uma nítida diferenciação entre a sociedade de classes e a sociedade estamental, desde um aspecto particular da já referida relação de interdependência entre os níveis hierárquicos da estrutura social: a mobilidade social. Nessa abordagem, é importante notar que as classes sociais, enquanto forma particular de classes, são definidas como sendo aquela mais próxima, em sua constituição e relação com as demais, da condição dos estamentos, ficando estabelecido que a particularidade das classes sociais é terem a possibilidade de um movimento de ascensão ou queda entre as posições de classe no interior da estrutura social⁶⁸, ao contrário da rigidez da estrutura social estamental.

As definições clássicas de classes sociais apresentadas são tomadas no sentido de descrever as especificidades que caracterizam sua condição dentro do contexto de constituição da modernidade, não envolvendo a problematização da consciência, mas antes, sendo um esforço estritamente analítico de descrição da forma de estruturação da sociedade moderna. No entanto, assim como na configuração do indivíduo como sujeito moderno, a problemática da consciência enquanto procedimento reflexivo, que aparece na literatura sobre a modernidade tardia através do conceito de reflexividade, está latente, podendo emergir com destaque ao se tratar da questão de identidade de classe.

⁶⁸ “O trânsito para uma vida de pequeno-burguês ‘autônomo’ era antigamente o objetivo de todo trabalhador, mas a possibilidade da realização torna-se cada vez menor” (WEBER, 2000, p. 201).

A noção de consciência de classe, entendida no interior da configuração da sociedade moderna como expressão ao nível das classes sociais da reflexividade, também remete às duas abordagens tomadas como parâmetros para delimitação do conceito de classes sociais: em um caso, aparece articulada à formação associativa e, nesse sentido, à uma determinada racionalidade⁶⁹; no outro, à autocompreensão do que seria o papel histórico de cada classe, em particular do proletariado, e desde aí a relação entre a consciência e o próprio ser⁷⁰. Embora não seja um aspecto condutor da análise ora em curso, o lançamento em uma perspectiva histórica da formação das classes sociais na modernidade para a compreensão da função identitária traz em seu bojo, em diferentes níveis e formas de expressão, a questão da consciência.

A tomada de uma perspectiva histórica para estabelecer um fio condutor de entendimento do processo formador da classe como uma matriz da modernidade nas circunstâncias de sua constituição como identidade social, apresenta-se necessária por colocar em processo a configuração em classes na sociedade europeia, tomada como espaço paradigmático de constituição da modernidade. Configuração da estrutura social que se pretende revelada, a partir da análise das tensões existentes durante a longa transição das relações sociais, ainda contaminadas por traços feudais, aos padrões modernos. Em uma Europa ocidental na qual a intensificação da formação das classes, em especial das classes trabalhadoras, como matriz identitária, fica tanto mais forte quanto mais se desenvolvem as formas institucionais que darão base à modernidade ocidental, como o Estado-nação, as relações capitalistas e a singularidade individual. Fundamentos dessa sociedade moderna que

⁶⁹ Weber (Op. cit.)

⁷⁰ “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência” (MARX, 1977, p. 24).

são compreendidos como intrinsecamente articulados ao processo que levou o espaço-histórico europeu, particularmente inglês, da ruptura da estrutura social feudal fundada em estamentos⁷¹ para uma estrutura social baseada em classes. Essa passagem e conseqüente reestruturação social esteve marcada por inúmeros conflitos, crivados de ambigüidades de sentido, até que as classes sociais modernas se constituíssem enquanto sujeitos identitários.

No interior desse processo histórico de constituição das modernas classes sociais se estará enfocando especificamente a constituição identitária da classe trabalhadora, ou, nos termos das referências teóricas acionadas, os assalariados⁷² ou segmento que compõe as classes sociais⁷³. O conceito a ser utilizado será o de classe trabalhadora por, ao mesmo tempo, especificar ao nível empírico de forma clara de que sujeitos se trata e remeter diretamente à construção conceitual dessas duas abordagens clássicas do tema.

Mantém-se, logo, o remetimento à abordagem de Marx, devido ao fato desta estabelecer a posição e situação de classe como dependente e subordinada à condição no interior das relações de produção capitalista, aspecto fundamental para compreensão da associação da dimensão econômica no estabelecimento do caráter de matriz identitária das classes sociais e, em seguida, para desvendar os componentes do processo de diluição desse caráter na modernidade tardia. E, também, a perspectiva weberiana, ao associar a condição de classe à posição e situação na estrutura social, construção conceitual incontornável para compreender-se a problemática da identidade social além de sua definição de fundo econômico, assim como por sua formulação explicitar a questão da mobilidade social,

⁷¹ “Toda sociedade estamental é *convencional*, regulada por normas de modo de vida, criando, por isso, condições de consumo economicamente irracionais e impedindo, deste modo, por apropriações monopólicas e eliminação da disposição livre sobre a própria capacidade aquisitiva, a formação livre do mercado” (WEBER, Op. cit., p. 203).

⁷² Marx (s/d).

⁷³ Weber (2000).

operação seminal para o entendimento das transformações contemporâneas que mais adiante serão tratadas.

A abordagem busca revelar a formação dos trabalhadores em classe social, desde as tensões e acomodações entre as classes surgidas do desenvolvimento do mercado e da produção industrial nos marcos do capitalismo, pois o sentido é o de fundar as bases para uma compreensão mais precisa da atual configuração e as alterações das posições e situações dessa classe trabalhadora na modernidade tardia, visando estabelecer, desde aspectos constituidores desta classe, fundamentos que ofereçam pistas investigativas para o entendimento dos desdobramentos de sua identidade social na atualidade.

Em breves pinceladas estar-se-á buscando delinear um contorno mais nítido do largo processo de constituição dos pobres⁷⁴ em classe trabalhadora ocorrido, historicamente, após o desenvolvimento das demais classes estruturadoras da moderna sociedade capitalista e da economia de mercado. Especificidade que se torna relevante ao compreender-se que a constituição dos trabalhadores enquanto classe implicou, de maneira inevitável, na criação de um mercado de trabalho trazendo em si e, por princípio, constituindo uma transformação radical nas relações entre as classes abastadas; e os pobres, nessa longa transição histórica das relações patrimoniais para as modernas, onde se ilumina o lugar a ser ocupado na nova estruturação social oriunda da hegemonia do sistema capitalista, pois, até então, enquanto sujeitos socioeconômicos, se encontravam diluídos em inúmeras atividades, em que tinham

⁷⁴ “ En cuanto a ‘los pobres’, esta expresión totalmente indiscriminada lleva consigo la sugerencia de que el grueso de población trabajadora merecía la condescendencia de la *gentry* y quizá su caridad (y que de un modo u otro era mantenida *por* la *gentry* en vez de ocurrir lo contrario); y la expresión incluye a los pobres y a los *yeomen*, que defendían ferozmente su independencia, a los pequeños campesinos, a los sirvientes agrícolas, a los artesanatos rurales, y así sucesivamente, en la misma categoría inventada por la *gentry*” (THOMPSON, 1995, p. 30).

diferentes posições e situações de classe tendo sua consciência presa ao domínio de um ofício e a relações sociais de tipo patrimonial ou comunitária.

Se, por um lado, era absolutamente necessária a criação de um mercado de trabalho para o funcionamento pleno da produção industrial, através da regulação dos componentes do processo pelo mercado, por outro, o abandono dos pobres à dinâmica de mercado implicava no fim das relações paternalistas, em especial pelas elites proprietárias do campo, tendo-se como caso paradigmático o processo ocorrido na Inglaterra elisabetana⁷⁵. O caso da nova elite rural, também apresentada de forma polêmica como burguesia rural, a *gentry*⁷⁶ inglesa, embora já nos marcos da produção industrial da virada do século XVIII para o século XIX, ao estabelecer relações com seus trabalhadores ainda nos moldes daquelas existentes com servos e camponeses é revelador dos desdobramentos e paradoxos do processo. As resistências a essas transformações não foram apenas fruto de ações dos próprios trabalhadores pobres, expressão que será usada para afirmar o sentido de transição da condição desses sujeitos de pobres, desde sua posição na estrutura estamental para a de classe trabalhadora, à formação de um mercado de trabalho e, logo, da constituição dos pobres enquanto classe, mas também das próprias elites, ainda comprometidas com modelos de relações sociais do período anterior, seja por necessidade, dada sua posição, mesmo que já nos marcos de relações burguesas, como seria o caso da *gentry* inglesa, seja pela função das próprias instituições com poderes políticos permanecer ligada a estruturação social anterior, nessa grande e longa transformação que irá desembocar na afirmação das relações sociais capitalistas e de mercado.

Há, na maneira como se coloca o problema de resistência ao surgimento do mercado de trabalho como regulador e, dessa forma, à própria constituição dos trabalhadores como classe

⁷⁵ Cf. Polanyi (2000), Thompson (1995).

⁷⁶ Thompson (Op. cit).

social, uma dimensão moral que reúne tanto as elites como os pobres. As ações legais e administrativas, oriundas das elites da segunda metade do século XVIII e primeira metade do século XIX, em especial o último e primeiro quartis, respectivamente, cujo efeito foi o de retardar a constituição do mercado de trabalho, tiveram como objetivo imediato enfrentar o problema da massificação dos pobres, consequência assustadora e imediata da revolução industrial. A atração para a cidade e a expulsão dos campos das massas de servos e camponeses pobres pela revolução industrial colocou para as elites como problema moral e político incontornável a indigência. Observa-se no período a elaboração de uma série de leis que declaravam buscar a diminuição da indigência e miséria resultante da industrialização entre os pobres⁷⁷. No entanto, tais legislações forjadas no interior do padrão societário anterior, isto é, baseadas em uma moral paternalista⁷⁸ com origem nas relações servis da estrutura social estamental, terminavam por, invariavelmente, acentuar as condições de misérias dos pobres trabalhadores.

A necessidade da produção industrial em dispor livremente da força de trabalho inviabilizava o sentido das legislações de proteção, tornando os pobres ainda mais expostos às condições de indigência e miserabilidade, muitas vezes diminuindo a própria produtividade capitalista, ou seja, indo contra os interesses econômicos da nova classe abastada, a burguesia industrial. Se esse processo é descrito pela literatura de forma mais nítida entre os pobres oriundos do campo, sejam servos ou camponeses, ele também se desenvolveu entre os grupos tradicionais de artesãos dos ateliers e corporações de ofício, ocasionando uma ruptura do tecido tradicional das sociabilidades. Ao serem polarizados pelas cidades e pelo trabalho na grande indústria os pobres eram forçados a romperem suas antigas solidariedades

⁷⁷ Cf. Simmel (2002) e Polanyi (2000).

⁷⁸ Ver Thompson (1995).

comunitárias, tanto em termos das identidades do *savoir faire* forjadas no interior das oficinas e ateliers de trabalho como do compromisso moral da comunidade a que pertencem com a subsistência de todos os seus membros, em especial através das classes abastadas, seja essa comunidade definida pela paróquia, seja pela municipalidade. Esses atores dos primórdios da sociedade moderna, embora à luz da modernidade apareçam como pólos antagônicos, na realidade se articulavam na constituição de um tecido social tradicional que era mediado pela família.

Tanto o *savoir faire* do artesão em geral passava por uma aprendizagem que se iniciava no interior da família e nas relações desta com um mestre de ofício ou agremiação, fundada em uma pedagogia prática e na tradição oral, como as classes dominantes tendiam ainda a se comportarem como sendo moralmente responsáveis pela subsistência dos pobres vinculados à sua comunidade paroquial ou municipal. Assim, muitos agrupamentos e classes perdem poder com o processo de desenvolvimento da produção da grande indústria e a necessidade de regulação do componente trabalho pelo mercado, ou seja, a formação do mercado de trabalho e, logo, da classe trabalhadora se chocava com os códigos tradicionais e compromissos morais de proteção tanto dos pobres pertencentes a uma mesma agremiação ou apenas com um mesmo *savoir faire*, como das elites dirigentes das comunidades em que esses pobres estavam inseridos.

Quanto mais essas elites dirigentes se tornavam dependentes da acumulação capitalista e das necessidades da produção industrial ou são substituídas pelas classes que emergiram da ascensão do sistema econômico capitalista, mais se organizam politicamente através do Estado-nação, fazendo com que as ações frente às conseqüências da industrialização junto aos trabalhadores pobres se desloquem e diluam em termos institucionais, distanciando-se das

relações comunitárias em direção à impessoalidade das políticas do Estado-nação. A dinâmica das solidariedades tradicionais definidas moralmente, até então fundadas na proximidade territorial se deslocam para relações impessoais. Esse longo processo histórico termina por tirar a face dos pobres, diluindo o sujeito social pobre na questão impessoal da pobreza⁷⁹, cuja qual será tratada pelo moderno Estado-nação.

Se esse processo de localização na estrutura social, em termos de posição e situação, levou a classe a assumir uma função de matriz identitária, analisado particularmente no âmbito da formação da classe trabalhadora tendo que, necessariamente, passar pela decomposição de antigos laços comunitários, incluindo aqui com especial atenção as relações no âmbito da produção, por se tratarem de pertencimentos de níveis em termos de tempo e, principalmente, de espaço absolutamente distinto daqueles que se tornariam subjacentes à expressão dos trabalhadores como classe na modernidade, incidiu, também, sobre o desenvolvimento e definição funcional do Estado-nação moderno. A localização na esfera do Estado-nação do problema dos pobres e a transformação desses sujeitos em conceito abstrato, a pobreza, deslocou a ambigüidade anteriormente existente entre o direito moral das classes abastadas de assistir aos pobres e o conseqüente não-direito dos pobres à assistência, para o comprometimento dos pobres como cidadãos integrantes do Estado moderno com a manutenção da sociedade e, logo, com o enfrentamento da pobreza, na qual eles próprios estão inseridos.

Em ambas as situações, os pobres estão, sempre, destituídos de direitos, pois a assistência, incluindo o grande período na transição para a modernidade em que as legislações

⁷⁹ « Le fait de centraliser celle-ci et donc de la faire apparaître non par une visibilité immédiate mais seulement à travers le concept général de la pauvreté est une des plus longues routes que les formes sociologiques aient dû parcourir pour passer d'une forme immédiate ressentie à l'abstrait » (SIMMEL, 2002, p. 66).

em sua defesa acabaram gerando maior indignação, aparecia historicamente ao doador como um direito em realizar uma atribuição consoante com os valores morais cristãos de sua comunidade e não como direito dos pobres, embora em termos da expressão discursiva tais legislações se apresentassem como fundadas no “direito de viver”. A ineficácia da legislação e das reformas administrativas realizadas no sentido de garantir a subsistência dos trabalhadores pobres, pois exatamente suas garantias impediam a constituição do mercado de trabalho, terminavam por lançar os trabalhadores pobres mais e mais na condição de indigentes, afetando a produtividade industrial negativamente.

O rumo à modernidade se radicaliza, com a impessoalização dos trabalhadores pobres através da noção de pobreza e da inclusão dos próprios como responsáveis pela manutenção da ordem social, enquanto povo e cidadãos. Revelando-se na operação um deslocamento de sentido moral, na medida em que a doação de cunho cristão se transforma em assistência impessoal pelo Estado-nação, forjando uma moral pragmática, preocupada acima de tudo em constituir os limites éticos capazes de garantir a manutenção da ordem vigente e, logo, da produção industrial e do funcionamento da moderna sociedade capitalista. A decomposição do tecido tradicional dos costumes dos trabalhadores pobres pela modernidade, ao mesmo tempo em que criava uma classe trabalhadora livre para vender sua força de trabalho sem estar mais presa aos grilhões que a vinculavam a uma comunidade, seja pelas relações de dependência em relação aos proprietários das terras, à paróquia, ou mesmo à municipalidade, como também às próprias agremiações e corporações profissionais, atingiu frontalmente aspectos da

identidade social desses grupos e seus pertencimentos comunitários, cuja perenidade era garantida pela passagem geracional dos costumes⁸⁰.

Identities de nível comunitário que eram marcadas por direitos históricos e ritos particulares, práticas fundamentais na manutenção de uma visibilidade afirmadora da presença e especificidade dos agrupamentos que a modernidade iria tornar opaca ao diluir seus traços identitários e reconfigurá-los no interior da identidade de classe. A passagem intergeracional do domínio de uma habilidade profissional que marcava a identidade comunitária fundada no *savoir faire* aparece no quadro como fator particularmente relevante por ser um aspecto que estará presente na configuração da identidade social da classe trabalhadora e será apagado. Sua apresentação oferece maior nitidez para a compreensão do processo de perda das identidades comunitárias ligadas ao ofício, como sendo uma operação intrínseca ao desenvolvimento e institucionalização das organizações sociais modernas. Num contexto sócio-histórico onde a perenidade se impunha sobre a mudança, a perspectiva de alteração não está colocada no horizonte das gerações, na medida em que adquirem seu saber a partir da aprendizagem com as gerações anteriores.

Esse saber, enquanto habilidade prática de um ofício, tipicamente, se realizava primeiro no interior da própria família, organização social que ainda cumpria ela própria todas funções de integração em uma sociedade onde não havia se estabelecido plenamente as separações entre as esferas da vida social. Desenvolvia-se, em seguida, o domínio de um ofício nos diferentes níveis de convivência da pessoa no interior de sua comunidade, em função de sua situação social, já que em muitos casos a grande distinção em termos de inserção social não era etária, mas sim entre casados e solteiros.

⁸⁰ “El aprendizaje como iniciación en las habilidades adultas no se halla limitado a su expresión industrial formal. Es también el mecanismo de transmisión intergeneracional” (THOMPSON, 1995, p. 20).

Era normal sob essa condição de transição, na instauração do capitalismo industrial, que muitas famílias de trabalhadores ligadas a um mesmo ofício vivessem juntas em áreas da cidade em pequenas habitações, muitas vezes nas mesmas construções onde estava a oficina ou *atelier*, situação acentuada nos casos de desenvolvimento da economia doméstica⁸¹, tornando um pouco mais difusa a atribuição à família, em seu sentido moderno, como primeira organização responsável pela passagem inter-geracional das habilidades dos ofícios, dada essa mistura comunitária fundada no ofício profissional. Práticas profissionais que ainda não constituíam exatamente um domínio, pois atravessavam a vida familiar e comunitária em esferas que iam além daquelas que modernamente se iria chamar de economia. Contexto que tornava improvável o desenvolvimento de outras habilidades profissionais que não aquelas às quais a família se vinculava e onde muitas vezes se diluía, em que a aprendizagem começava no seu interior e avançava para níveis mais coletivos da vida comunitária até o treinamento na oficina e atelier.

Também a temporalidade dessas comunidades incidia sobre as identidades, pois estava imbricada profundamente nas efemérides associadas aos ofícios, não só em termos do tempo social de preparação para o sujeito assumir responsabilidades em sua prática profissional ou no tempo cíclico do cotidiano, mas mesmo na constituição do calendário dessas comunidades, nas quais grande parte das festividades era ligada às dinâmicas do trabalho. Não sendo diferente em relação ao direito, que se alicerçava nas práticas comuns repetidas de geração em geração, em consonância com as necessidades e características dos ofícios. A passagem intergeracional desses valores e práticas de ofício sofrerá abalos ainda mais fortes quanto mais se universalizar a educação, através da escola, desfazendo essa continuidade geracional e, pela

⁸¹ Cf. Polanyi (2000).

primeira vez em séculos, não apresentando o futuro no interior do mesmo quadro das gerações anteriores.

O enraizamento das práticas de ofício na vida comunitária tornou a entrada na modernidade e a constituição da classe trabalhadora, a partir da formação de um mercado de trabalho, absolutamente dramática. Dramaticidade que se acentuará, pois a destruição dessa identidade baseada em um pertencimento a uma comunidade definida pelo ofício, delimitada pela proximidade espacial e temporalidade cotidiana e cíclica, será seguida em geral de um processo de empobrecimento desses sujeitos sociais, antes ligados às atividades no campo, no caso de camponeses e servos, ou das cidades, os artesãos e mestres de ofício, todos inseridos até então em maior ou menor grau em relações paternalistas.

Se o aumento do número de pobres pode ser compreendido pelos efeitos econômicos da transformação nas formas de produção fundadas no campo ou nas corporações de ofício pela introdução da grande indústria, ele se agrava por tal processo implicar na ruptura do tecido tradicional que funcionava como rede de proteção interfamiliar corporativa, além da mudança moral em termos do direito atribuído às classes abastadas de assistir aos pobres. Ou seja, o mesmo processo que rompeu as relações econômicas anteriores, rompeu junto e, dada suas imbricações, não poderia ser diferente, as relações comunitárias de autoproteção desses grupos sociais⁸². Frente ao aumento do número de pobres e a intensificação da indigência, as elites recorreram a mecanismos jurídicos de proteção fundados nas antigas práticas de solidariedade comunitária que eram absolutamente incompatíveis com as necessidades da grande indústria e acabavam, exatamente devido a essa incompatibilidade entre leis cujos

⁸² “Somente um trabalhador exausto e oprimido, argumentavam eles, renunciaria à associação com seus camaradas para escapar à condição de servidão pessoal, sob a qual ele se via obrigado a fazer aquilo que seu senhor dele exigia” (POLANYI, 2000, p. 200).

princípios remontavam à proteção de tipo comunitária e as necessidades da indústria, tornando a situação cada vez mais crítica em termos do número e intensidade da condição dos pobres⁸³.

Esse processo histórico de ruptura dos valores tradicionais dos trabalhadores e de constituição da classe como matriz identitária moderna se desenrolou marcado por conflitos cujas posições eram ambíguas. Conflitos cuja dinâmica se caracterizava por ambivalências, já que ao mesmo tempo se encontravam trabalhadores em luta contra seus senhores, no quadro das relações paternalistas, buscando em alguma medida fugir às amarras de sua servidão e, nesse sentido, assumindo uma perspectiva progressista em relação aos conflitos históricos então em desenvolvimento, ficando ao lado das classes médias⁸⁴, entendidas basicamente como as classes comerciais, profissionais e manufatureiras cuja autonomização das relações paternalistas impulsionaram o mercado e, logo, seu desejado anonimato. Por outro lado, os mesmos trabalhadores pobres lutavam contra sua diluição no mercado de trabalho e a perda de seus traços identitários estabelecidos a partir de seu pertencimento a um agrupamento definido espacial e temporalmente em função de sua habilidade profissional. De certa forma, se pode projetar a permanência de alguns desses traços anteriores à constituição dos trabalhadores enquanto classe como aspectos identitários da futura classe trabalhadora, desde estudos etnográficos clássicos⁸⁵, em especial sobre a classe operária inglesa.

Aqui, imediatamente, importa aproveitar os nexos históricos apontados na constituição da classe enquanto paradigma identitário, em um sentido analítico. A compreensão da longa transição histórica para a constituição dos trabalhadores enquanto classe se mostra de maneira

⁸³ “O sucesso dessa operação dilacerante, no entanto, foi consequência da profunda convicção de amplos estratos da população, inclusive os próprios trabalhadores, de que o sistema que pretendia auxiliá-los, na aparência, estava de fato espoliando-os, e que o ‘direito de viver’ era uma enfermidade que os levaria à morte” (POLANYI, Op.cit.p. 126).

⁸⁴ “A revogação da Speenhamland foi consequência do trabalho de uma nova classe que entrava no cenário histórico – as classes médias da Inglaterra” (POLANYI, Op. cit., 124).

⁸⁵ Em especial Hoggart (1986), Gans (1965) e Elias e Scotson (2000).

particular quando tomada a partir do estudo de aspectos não-econômicos dos trabalhadores pobres, ainda na transição, tendo-se como perspectiva de análise a importância que a noção de costumes⁸⁶ assume para tratar da questão da identidade social. Nesse sentido, a investigação do processo de perda dos antigos pertencimentos comunitários ao se diluírem na configuração da nova identidade social de classe, serve para alargar e tornar mais precisa as diferentes dimensões societárias intrínsecas à identidade social da classe trabalhadora moderna, em um movimento analítico que aproxima a noção descritiva de costumes ao conceito de *habitus*⁸⁷. A abordagem tomou como absolutamente necessária para a elaboração desse esboço de constituição da classe trabalhadora dos costumes, no interior do horizonte conceitual de *habitus*, ao compreender esse aspecto como de fundamental importância para a construção mais complexa e precisa da classificação social ocupada pelos trabalhadores na estrutura de classes da sociedade moderna. Classe social emerge não só como fenômeno social, mas como conceito que mantém capacidade heurística derradeira para a compreensão das transformações identitárias contemporâneas.

Do ponto de vista político, essa longa transição que irá desembocar na constituição do mercado de trabalho e, dessa forma, na classe trabalhadora, esteve sistematicamente articulada à configuração do Estado-nação moderno. Pois a perda dos pertencimentos mais imediatos envolvidos pelas relações paternalistas e de solidariedades comunitárias fundadas na identidade de ofício passou inevitavelmente pela construção dessa figura política cuja

⁸⁶ “ La mejor forma de comprenderla es utilizando o concepto de ‘habitus’ de Bourdieu: un entorno vivido que comprende prácticas, expectativa heredadas, reglas que determinan los límites de los usos a la vez que la posibilidades, normas y sanciones tanto de la ley como de las presiones del vencidario” (THOMPSON, 1995, p. 122).

⁸⁷ Bourdieu (1999; 2001).

dinâmica foi a da impessoalização das relações⁸⁸, tal como nos demais aspectos da modernidade. Esse corpo político, organizado na figura do Estado-nação, ao se instaurar no processo que irá diluir as identidades comunitárias, forja sua coletividade particular, o povo. Povo, que na historicidade apresentada significava primeiro os grupos sociais não vinculados à nobreza, aristocracia e clero, sendo constituído pelos os artesãos, camponeses e servos e, posteriormente, toda a classe média que se desenvolvia a partir do capitalismo comercial, incluindo a burguesia e suas frações. A diluição das antigas identidades comunitárias, no caso dos trabalhadores pobres, através da formação do mercado de trabalho e do surgimento da classe trabalhadora, constituiu o aparecimento de um outro nível identitário, agora associado ao pertencimento a um Estado nacional. As políticas assistenciais destinadas aos trabalhadores pobres e a articulação destes com as camadas médias, no sentido de se libertarem das relações servis, embora contraditórias entre si, paralelamente à intensificação da função dessas camadas médias na formação do mercado como entidade reguladora das relações econômicas, são dinâmicas internas ao processo de constituição da sociedade moderna entre as quais emerge simultaneamente e de forma interdependente os membros do novo poder político representado pelo Estado-nação⁸⁹.

Se o indivíduo é incorporado como unidade política, através da figura do cidadão, as classes modernas são fundamentais na constituição de uma matriz identitária coletiva, agora

⁸⁸ « *L'État n'est plutôt que l'intermédiaire, qui conduit les contributions individuelles, même si elles ne sont plus volontaires, à destination* » (SIMMEL, 2002, p.88).

⁸⁹ “Somente depois que a classe trabalhadora aceitou os princípios de uma economia capitalista e os sindicatos profissionais fizeram do pleno funcionamento da indústria a sua preocupação máxima foi que as classes médias concederam o voto aos trabalhadores mais bem situados” (POLANYI, 2000, p. 208).

tomada nos marcos da organização do poder político, enquanto poder sobre um território e população, isto é, o Estado-nação moderno⁹⁰. Daí a nação como matriz identitária moderna.

⁹⁰ Na perspectiva tomada, o Estado moderno é o Estado-nação, não havendo a distinção cunhada por Habermas (2000): “Mas existiam Estados modernos muito antes de surgirem ‘nações’ no sentido moderno. Só no fim do século XVIII os dois elementos – o Estado moderno e a nação moderna – fundiram-se sob a forma de Estado nacional” (p. 298).

Capítulo 4: Identidade nacional e Estado moderno

O debate sobre o caráter da nacionalidade seja como fundamento do Estado moderno ou como sua conseqüência, se torna absolutamente fundamental em virtude das transformações contemporâneas do estatuto do Estado-nação, tanto em relação ao problema do desenvolvimento de identidades internas ao seu território, muitas vezes rompendo com suas fronteiras territoriais, como na inserção dos Estados em estruturas políticas supra-Estados nacionais.

Em termos de uma classificação dessas duas perspectivas em grandes conjuntos teóricos, a ancestralidade atribuída à identidade nacional pode ser pensada como tendo fortes traços da tradição do romantismo, em especial em seu viés germânico, enquanto a concepção que parte da consolidação do Estado-nação como constituidor das nacionalidades emerge como herdeira da tradição universalista, apresentando-se como sendo absolutamente moderna e autônoma em relação a hipotéticos traços identitários anteriores. Todavia, não é unívoca a inclusão na tradição do Romantismo da perspectiva que trata a nacionalidade como expressão cultural, etnolingüística⁹¹ nos termos empregados pela literatura, pois o Romantismo, enquanto corrente de pensamento filosófico-cultural germânico, em particular, aparece vinculado à construção de uma identidade nacional, inserindo-se assim no campo do nacionalismo⁹², através de obras literárias e filosóficas cujo procedimento era o de associar imediatamente traços culturais no interior de uma comunidade política⁹³, no caso o Estado-nação, forjando uma tessitura que conforma a identidade nacional.

⁹¹ Cf. Balakrishnan (2000) e Habermas (1997).

⁹² “O nacionalismo mediado pelo romantismo e pela consciência histórica, ou seja, através da ciência e da literatura, fundou uma consciência coletiva *propícia* ao papel do cidadão, que nasce na Revolução Francesa” (HABERMAS, 1997, p. 283).

⁹³ Weber (2000).

Essas duas posturas teóricas têm desdobramentos no debate atual sobre a questão da cidadania e, logo, sobre o problema do pertencimento a um Estado no contexto contemporâneo dos grandes fluxos migratórios e das relações contraditórias entre tradição cultural e Estado-nação, situação tratada especialmente pelos estudos involucrados na alcunha de *cultural studies*⁹⁴, através do emprego do termo pós-colonial, em particular no âmbito dos EUA e da Comunidade Européia. A continuidade dessa dupla tradição no pensamento ocidental no enfrentamento à questão do Estado contemporâneo, em termos normativos, apresenta-se contemporaneamente pela divisão entre comunitaristas e utilitaristas⁹⁵, sendo os primeiros herdeiros de uma concepção republicana e os segundos da tradição liberal.

Aparentemente a nação, como matriz identitária moderna, aparece estruturalmente dependente da consolidação do Estado-nação, porém a questão da identidade nacional encontra bifurcações em um movimento para trás que complexifica seu entendimento, na medida em que há construções teóricas que propõem a nacionalidade como sendo constitutiva dos estados modernos. E não o contrário. Nessa perspectiva, o Estado-nação moderno não seria uma organização política fundada territorial e demograficamente, cujos membros assumiriam sua identidade social remetidas a ele, mas antes fruto de nacionalidades pré-existentes, cujos elementos identitários, basicamente a língua enquanto expressão mais acabada de uma identidade cultural, teria alicerçado a construção político-administrativa do próprio Estado-nação. Uma construção em que a nação aparece como sendo formada por uma unidade populacional de cunho etnolingüístico bastante similar à noção de povo, pois historicamente, em uma aproximação etimológica, estariam ambas as idéias definidas em oposição ao conjunto populacional estabelecido pelo pertencimento a uma mesma unidade

⁹⁴ Ver Hall (2002 e 2003), Bhabha (2003), balakrishnan (2000) e Chatterjee (2000).

⁹⁵ Cf. Habermas (1997).

política, a *civitas*. A dimensão cultural, todavia, não aparece como definidora da nacionalidade apenas nessa perspectiva analítica, mas também naquela que compreende a nacionalidade como sendo decorrência do pertencimento ao Estado-nação. Nesta, a formação da identidade nacional aparece como dependente da universalização da escola e de sua função em criar padrões culturais capazes de tecer uma identidade social à população amalgamada aos marcos de cada Estado-nacional, ainda e mais uma vez tendo a comunhão lingüística como referência.

Ainda em termos histórico e etimológico, o conceito de nação teria suas origens ligadas a *natio* romana, cujo sentido remete a *gens* e *populus*, enquanto unidade de tipo etnolingüístico, anterior à experiência de organização e participação civil, mas que já traz sua construção pura problematizada pelas diferentes formas como o Império Romano tratou sua própria população e as populações dominadas. Em geral, a incorporação política das populações dos territórios dominados pelo Império, particularmente através do recrutamento dessas populações ao exército, dava-se paralelamente à manutenção das características culturais, que se transformavam pela dinâmica cotidiana desencadeada pela dominação. A ruptura do domínio romano, em particular na Europa ocidental, a posterior feudalização e fragmentação da estrutura social sobre a qual irá se desenvolver a centralização política dos reinos criaram as bases para a construção do Estado absolutista, no qual se encontra a articulação moderna entre os conceitos de nação e povo, na medida em que o primeiro remete a uma origem comum e o segundo à população submetida ao poder do Estado⁹⁶. Na forma absolutista do Estado já se prenunciam algumas das características centrais do moderno Estado-nação, tornando ainda mais diluído e impreciso o conceito de nacionalidade, a partir desse sentido cultural, para ser tomado como uma referência com validade heurística. Afinal,

⁹⁶ “E desde meados do século XVIII, ambos os significados, o de ‘nação’, no sentido de uma comunidade que tem a mesma origem e o de ‘povo de um Estado’ se entrelaçam” (HABERMAS, 1997, p. 282).

mesmo em sua mais distante origem, o termo apresenta desdobramentos bastante particulares dada às profundas alterações de sentido histórico ocorridas entre os diferentes agrupamentos sociais ao longo dos séculos no território da Europa ocidental.

O desenvolvimento do sentimento de pertencimento à nação é, antes dos hipotéticos traços de identidade cultural pré-existentes, sejam lingüísticos, religiosos ou de organização familiar e comunitária, fruto da necessidade do moderno Estado em se legitimar frente às populações e, dessa forma, construir um amálgama identitário capaz de justificar a defesa do Estado frente a outros. Enfim, a necessidade de recrutar entre a população os membros de um exército e tornar a disponibilidade de suas vidas justificável em nome da defesa de um território exigiu a construção da moderna identidade nacional. O binômio terra e armas, cujos dois elementos se retroalimentaram na formação dos reinos e posterior constituição do Estado absolutista⁹⁷, embora ainda fundado em relações de servidão ou na transição para a sociedade capitalista da economia de mercado em relações paternalistas, deu as bases para a moderna formação da nacionalidade, através da lealdade ao soberano. A passagem do Estado absolutista para a organização moderna do Estado-nação se encontra marcada pela entrada em cena de novas classes, advindas da transformação desencadeada pelo desenvolvimento do capitalismo, especificamente a produção industrial e o mercado, classes que ao assumirem o poder político estabelecem os marcos de participação da população na gestão do Estado. O caso dos direitos de participação em eleições dos trabalhadores é sintomático desse processo, pois apenas com a constituição do mercado de trabalho e dos trabalhadores, enquanto classe organizada associativamente, foi que estes adquiriram direitos políticos, enquanto direito votarem em eleições.

⁹⁷ Cf. Elias (1993) e Habermas (Op. cit.).

Nesse sentido, a moderna nacionalidade está marcada pela submissão ao Estado-nação, através da aceitação de seus pressupostos constitucionais, logo, do direito à participação nos processos de decisão. A participação na democracia representativa como forma principal de pertencimento aos modernos Estados nacionais, se torna um elemento fundamental para a definição da nacionalidade, em um percurso analítico que termina por aproximar a questão da nacionalidade à cidadania e onde se situam especificamente os embates contemporâneos entre utilitaristas e comunitaristas⁹⁸.

Se o desenvolvimento do capitalismo, enquanto sistema econômico, gera relações sociais cuja dimensão econômica exige a regulação tendo como referência o mercado, uma estrutura social constituída por classes e uma organização político-administrativa centralizada e com controle sobre um território e sua população, também necessita criar um amálgama que solidifique esse sentimento de pertencimento, além das instâncias econômicas, sociais e políticas. Isto é, as formações sócio-históricas entendidas enquanto unidades espaço-temporais necessitam serem representadas como conjunto com unidade de sentido. A instância cultural acaba por constituir um domínio absolutamente indispensável para o funcionamento dessa organização social, pois é necessário criar as unidades de significação simbólica capazes de constituírem totalidades ligadas por redes de significados comuns que permitam os fluxos das matérias necessárias para a continuidade das formações sociais fundadas sobre esses referenciais paradigmáticos (mercado, classes sociais e Estado-nação).

Como já foi apresentado, a família moderna aparece como organização social mediadora fundamental para a formação do indivíduo moderno em sua especificidade, enquanto indivíduo social marcado pela subjetividade e inserido nas instâncias organizacionais

⁹⁸ Habermas (1997).

da sociedade. A mediação para fora da família tem como uma de suas funções principais a preparação, inclusão e manutenção de seus membros no sistema de ensino formal, a escola, pois será na escola que esse indivíduo receberá como sistema ordenado e formal os códigos de significação constitutivos da identidade cultural de sua nacionalidade, definida pelo pertencimento, enquanto submissão e participação, a um Estado. Essa dinâmica de formação identitária, em termos culturais, mais estritamente de domínio da língua escrita, como aspecto seminal na formação das modernas identidades nacionais, constituiu-se através de um processo histórico paralelo à própria formação da sociedade moderna. De certa forma, a sociedade moderna, ao mesmo tempo em que teve seu pleno desenvolvimento imbricado na constituição do Estado moderno e das classes sociais, também deve sua instauração à proliferação e difusão da leitura⁹⁹.

Os princípios da Reforma e sua expansão foram fundamentais para a difusão do hábito da leitura, desenvolvimento da imprensa e universalização da escolarização, alterando uma situação histórica de controle eclesiástico da palavra escrita no ocidente e impulsionando simultaneamente a normatização e estabilização das línguas vernaculares, que transformarão pouco a pouco o latim em língua morta. A difusão da Bíblia, através do enfrentamento ao poder papal e enfraquecimento do catolicismo em diversos reinos europeus, em versões traduzidas para as línguas vernaculares, teve uma função central na construção dos modernos idiomas ocidentais se tornando elo comum na formação de unidades culturais imediatamente vinculadas às unidades políticas do Estado nacional. Ler a Bíblia em edições traduzidas para os idiomas vernaculares permitiu o desenvolvimento de práticas de leituras até então inéditas,

⁹⁹ “O aumento da demanda de livros numa sociedade constitui bom sinal de um avanço pronunciado no processo civilizador, porque sempre são consideráveis a transformação e regulação de paixões necessária tanto para escrevê-los quanto para lê-los” (ELIAS, 1993, p. 229).

pois oferecia a possibilidade de penetrar na esfera divina diretamente, através da leitura dos textos sagrados, fortalecendo o indivíduo, enquanto unidade social, tanto em termos religiosos, na medida em que a novidade dessa prática era a afirmação cristã solitária, como no resgate da relação com Deus, seguindo, em alguma medida, o modelo do Cristianismo primitivo ao incentivar o aparecimento de um teatro interior responsável pelas práticas religiosas sem manifestações coletivas, isto é, impulsionando uma vida psíquica.

A leitura da Bíblia individualmente, como forma de despossuir a Igreja católica do monopólio da difusão e interpretação do texto bíblico só poderia se dar em uma dimensão interior, subjetiva, psíquica, reatualizando em alguma medida procedimentos já descritos utilizados pela cristandade em seu nascimento e influenciando a futura constituição do indivíduo moderno, enquanto sujeito com uma dimensão intra-subjetiva que estará na origem da formação do espaço moderno como distintivo entre uma esfera íntima, privada e outra pública. Essa possibilidade trazida pela Reforma permitiu o surgimento e difusão da prática da leitura silenciosa. Antes, as leituras eram feitas em voz alta em espaços comuns e com certa dimensão dramática, o que permite entender porque a literatura até o século XVIII era marcada por textos com descrição de ruídos, como se encontra na literatura gótica. A necessária dramaticidade do texto decorria das formas de leituras existentes, ou seja, a leitura era voltada para uma assistência. O sentido da difusão da leitura da Bíblia leva a uma nova forma de leitura, cuja instauração passa pela imbricação com o desenvolvimento da indústria gráfica, a normatização e estabilização das línguas vernaculares, a alfabetização, ou seja, a escolarização, e a afirmação do indivíduo, através dessa nova prática de leitura, a leitura silenciosa.

Na difusão da leitura e, logo, na constituição de uma unidade lingüística, mesmo que composta por mais de um idioma, como expressão identitária da nacionalidade moderna, a função da escola assume relevância particular se for investigada desde uma perspectiva analítica¹⁰⁰ que apresenta o sistema de ensino como espaço fundamental na formação de uma nova solidariedade, tendo-se presente a ruptura nos laços comunitários que o advento do mercado e da produção industrial ocasionaram. Nessa perspectiva analítica, a difusão da alfabetização, tão fundante da identidade nacional moderna, passou primeiro por um período de tensão, na medida em que o acesso a esse amálgama identitário era exclusividade das classes abastadas da sociedade de mercado. Foi a ruptura com os antigos laços de identidade comunitária e a necessidade de incluir os trabalhadores no interior da identidade cultural forjada no âmbito do Estado-nação que levou à universalização do acesso à escola. A impessoalidade que marca o Estado-nação moderno alcança nível altíssimo ao trazer para a escola, instituição controlada e construída pelo próprio Estado, a função de formar culturalmente a população, rompendo com o saber passado geracionalmente. Agora, trata-se de uma formação impessoal para o domínio de conhecimentos abstratos capazes de qualificar os futuros trabalhadores para a realização de suas tarefas independente de sua origem familiar e comunitária. Dinâmica engendrada à leitura expandida pela difusão da alfabetização e do hábito da leitura fazendo com que surjam as condições para o desenvolvimento da literatura escrita nas línguas vernaculares que irão transformar-se nos idiomas dos modernos Estados-nacionais. Essa expansão de um capitalismo de imprensa¹⁰¹ não só fortalece a instauração dos

¹⁰⁰ Cf. Bauer (2000) e Gelner (2000).

¹⁰¹ Cf. Balakrishnan (2000), da tradução *press capitalisme*. Talvez fosse mais rigoroso, embora menos literário, traduzir a expressão por capitalismo gráfico, pois em português a palavra imprensa está associada imediatamente ao jornalismo e não ao sentido aqui atribuído.

novos idiomas como também cria a possibilidade para o surgimento de relatos fundacionais e a construção de traços comuns das nacionalidades involucradas no Estado-nação.

Em seus desdobramentos, a questão da identidade nacional apresenta um curioso paradoxo, pois junto ao alastramento da idéia que atribui à nacionalidade um caráter etnolingüístico, pode-se desvendar o esforço em constituir uma identidade nacional pelos movimentos nacionalistas do século XX que não se nutrem dessa construção, distanciando-se da atribuição de uma perspectiva ancestral de tipo étnico à nacionalidade. Embora a primeira vista possa parecer que para um movimento de libertação nacional o remetimento a uma unidade cultural anterior do tipo etnolingüístico seria mais eficaz para os objetivos dos movimentos nacionalistas, por apresentar uma argumentação na qual a legitimidade da reivindicação do direito à autodeterminação da nação seria um dado, já que concebida com algum grau de ancestralidade com caráter mítico, a perspectiva e filiação desses movimentos nacionalistas tiveram como referência a construção da nacionalidade européia do século XIX, isto é, aquela fundada em princípios norteadores da constituição da nacionalidade como espaço aberto cuja identidade está para ser construída¹⁰².

Esse nacionalismo universalista das antigas colônias, cujo exemplo paradigmático seriam os EUA, apareceria como herdeiro do nacionalismo liberal, ideologia intrínseca à constituição das próprias metrópoles coloniais, sendo caracterizado pelo projeto de unificar e expandir, ao contrário do sentido etnolingüístico que traz em si a idéia de separação. Tal perspectiva de construção da nacionalidade teria o sentido político de tornar fortes esses novos estados nacionais, pós-coloniais, evitando a pulverização de seu poder político em virtude de identidades tribais, comunitárias ou regionais. Tendo-se como referência os movimentos de

¹⁰² Hobsbawm (2000).

emancipação clássicos da América Latina e, novamente, os EUA, viabiliza-se a compreensão da nacionalidade com fortes semelhanças com uma abordagem europeia de caráter normativo clássico, vinda do século XVIII, que aponta para a necessidade de constituição de um Estado moderno como unidade de grandes economias nacionais¹⁰³, capacitado para defender suas fronteiras, ou dito de outra forma, de defender sua economia. A ênfase sobre o caráter unificador do Estado nacional em relação à economia, além de ser antípoda da perspectiva etnolingüística, permite compreender um nível fundamental de articulação entre as classes sociais e o Estado-nação moderno.

Afinal, o Estado-nação como unidade de uma grande economia se torna espaço e instância privilegiada para o desenvolvimento da luta de classes, ou seja, as lutas sociais e econômicas, além daquelas diretamente vinculadas ao poder do Estado, ao longo dos séculos XIX e XX, deram-se principalmente no interior dos Estados nacionais e não internacionalmente como algumas tradições marxistas propunham. O Estado nacional como unidade constitutiva de grandes economias se apresenta como essencialmente multicultural e virtualmente aberto à experiência multilingüística, embora a referência a uma língua oficial ascenda nas formações nacionais, perdendo relevância na atualidade como fator de unidade, permitindo que se encontre outro paradoxo, pois exatamente os estados europeus mais multiculturais, isto é, aqueles estruturados em federações descentralizadas e com fortes diferenças internas em termos etnolingüísticos, como a Suíça, não constituíram grandes economias.

Outra dimensão encontrada na análise dos movimentos nacionalistas é que a compreensão do processo de construção da nacionalidade como matriz identitária moderna surge colocando como incontornável a questão da consciência como operação cognitiva de

¹⁰³ Listiana, cf. Anderson (2000).

reflexividade, do mesmo tipo daquela presente de forma fundamental na constituição do indivíduo moderno e que está subjacente a determinados níveis de autocompreensão da classe enquanto identidade social. Acompanhando-se a formação em termos típicos de uma consciência nacional se detecta um momento de passagem para a articulação e, simultaneamente, a negação de cada uma das duas perspectivas apresentadas como referenciais da análise e antípodas. Por um lado, é possível um entendimento no qual o nacionalismo clássico apareça como tendendo a se valer das possibilidades do capitalismo de imprensa para, em um mesmo movimento, através do mesmo instrumento, operar a afirmação de uma unidade nacional pela difusão de traços culturais, através da escola e expansão da leitura e, por outro lado, impulsionar a difusão por esses mesmos instrumentos constituintes da moderna nacionalidade de relatos literários cuja função é a de construir uma ancestralidade cultural imaginária.

Na literatura contemporânea¹⁰⁴ encontra-se essa operação sendo avaliada negativamente, seja no caso de constituição do moderno Estado-nação, seja nos movimentos nacionalistas-regionais da modernidade tardia, o que não parece ser sociologicamente coerente, partindo de uma análise de abordagem construtivista, pois a apreciação crítica negativa tem como fundamento a idéia de que há uma artificialidade na construção da nacionalidade e isto implicaria de forma imediata decorrente a compreensão da existência de processos históricos naturais ou reais. Sentido que se choca frontalmente com uma grande parte do *corpus* teórico destas mesmas perspectivas, ambas desenhadas com fortes contornos de cunho construtivista. Assim, a crítica ao caráter artificial da construção nacional, em termos normativos, não é coerente com o referencial paradigmático, tratando como se fosse possível

¹⁰⁴ Habermas (1997) e Bourdieu (2001).

se encontrar a verdade ou a natureza da identidade nacional ou regional. O sentido da crítica deveria ser exatamente o de desmistificar as construções que pretendem atribuir às identidades de cunho nacional ou regional uma naturalidade ou verdade ancestral e afirmar seu caráter absolutamente de representação e, logo, de construção social necessariamente relacional, ou seja, constitutivas de unidades sociais que forjam fronteiras e Outros.

Finalizando esse breve esboço visando à compreensão e estabelecimento de um quadro fundador das condições identitárias da nacionalidade moderna como uma das matrizes da modernidade, apresentada aqui como sendo aquela cujas condições de existência instituem tanto quanto configuram o Estado moderno, torna-se necessário apontar a dinâmica pela qual a afirmação das modernas nacionalidades passa inexoravelmente pelas relações entre essas totalidades que são os Estados-nação, seja em termos de associação, seja de concorrência, mesmo que o mais comum seja a configuração de relações que tendem a hibridizar e colocar a concorrência como parte da própria associação, como no caso da inserção nos organismos mundiais e vice-versa, como em situações na qual a dinâmica associativa é emperrada ou traz à tona aspectos concorrenciais entre os Estados, tanto em termos econômico-comerciais como simbólicos.

Nesse último domínio, a configuração relacional entre os Estados nacionais coloca em tela a dinâmica das absorções, através das traduções de obras literárias, introdução nas bibliotecas nacionais e nos mercados editoriais de outros países de obras constituidoras das nacionalidades que ao serem inseridas no interior das culturas nacionais se tornam afirmadoras da(s) Outra(s) nacionalidade(s), assumindo particular relevância por sua imediata expressão simbólica trazer para a formação da nacionalidade a questão da influência. A incorporação de obras literárias afirmadoras de determinada identidade nacional no sistema literário, logo no

âmbito da cultura, de outro Estado-nação demonstra uma dinâmica simbólica de reconhecimento da identidade nacional pelo Outro e a indissociável articulação no plano simbólico de cada Estado nacional das influências em suas próprias construções culturais de aspectos de outras identidades nacionais. Essa dinâmica de incorporação à própria identidade cultural nacional de obras artísticas oriundas de outros Estados leva inevitavelmente ao reconhecimento da existência da identidade nacional do Outro e, num mesmo movimento, na absorção em sua própria formação identitária de traços de outras nacionalidades.

Além das inevitáveis relações diplomáticas e comerciais, sejam concorrenciais e/ou associativas, a dinâmica de incorporação e reconhecimento das outras identidades nacionais, que passa pela absorção no interior da própria construção identitária de cunho fundamentalmente simbólico de obras literárias, tem importância peculiar por explicitar o quanto a afirmação das identidades nacionais implica no reconhecimento pelos outros Estados nacionais e também como a dinâmica desse reconhecimento implica em uma graduação das influências desse Outro sobre a própria configuração de cada nacionalidade, em um movimento em que o processo relacional não só se apresenta através do reconhecimento ao que é particular ao Outro, como pela apropriação de traços desse Outro à própria constituição da nacionalidade.

Assim, a afirmação da identidade nacional não é um processo que possa ser reduzido à escala intra-Estado, mas passa necessariamente pelo estabelecimento de uma teia de inter-relações com os demais Estados, cujo reconhecimento da autenticidade tende a ser tanto mais claro e nítido quanto maior for a absorção de traços do Outro na própria constituição nacional. Esse processo se dá, é claro, através de relações hierarquizadas, isto é, as penetrações nos

sistemas simbólicos de cada Estado-nação de aspectos identitários de outras nacionalidades não tende a formar relações equânimes. Antes pelo contrário.

Os efeitos das colonizações pelas potências europeias da América, África e mesmo do Oriente são casos que mostram como essa dinâmica relacional tende a ser desigual, não apenas nas esferas das relações diplomáticas e comerciais, mas, inclusive, por ter em sua própria existência dimensões políticas e econômicas, no domínio simbólico. Que se retenha aqui o sentido particular do aspecto relacional nas afirmações identitárias nacionais ao se tratar do campo da cultura (nacional), isto é, como a afirmação identitária da nacionalidade passa pelo reconhecimento de suas especificidades por outros Estados nacionais, através da participação das obras artísticas no interior destas e, logo, como essa inserção no campo cultural da nação passa a fazer parte de sua própria configuração identitária. Níveis de influência que, dada sua condição intrínseca ao poder político, econômico e social de origem simbólica, implica inevitavelmente em conflito.

Para a análise da situação da nacionalidade na modernidade tardia¹⁰⁵, identidade tão tipicamente moderna, conforme exposto, como também para compreensão de como se encontram as matrizes identitárias modernas fundadas na idéia de indivíduo e classe social, torna-se absolutamente necessário esboçar como funcionaram durante o período de afirmação da modernidade ocidental, durante o século XX, em particular no período do Pós-Guerra, as matrizes identitárias. Funcionamento no sentido sociológico, isto é, a maneira como operaram as matrizes de identidade social em um processo que afirma esses referenciais como paradigmas da estrutura social, organização política e forma de produção e regulação

¹⁰⁵ Cf. Hall (2003).

econômica que, ao mesmo tempo, os vão enfraquecendo como fruto das mesmas características e funcionalidade que os tornaram paradigmáticos.

Enfraquecimento que passa pela potencialização exacerbada de suas condições de existência seja do indivíduo, das classes sociais, em especial da classe trabalhadora, e do Estado-nação, que abrem fissuras nas matrizes identitárias, colocando-as em xeque enquanto tal. Curiosamente, muitas vezes, a partir da emergência de traços existentes no interior das dinâmicas de constituição das esferas da vida social e de sua abstração conceitual, fundantes da própria condição identitária dos sujeitos sociais, isto é, a partir do fortalecimento de identidades sociais ou culturais, derivadas, antes de forma subordinada, das matrizes e agora autonomizadas, em virtude do processo de exacerbação das identidades matriciais. Ou, por outro lado, na caracterização de crise destes paradigmas das modernas identidades sociais como permitindo o resgate de traços dos grupos sociais que vieram a constituir as próprias matrizes e que foram abafados exatamente para viabilizar a articulação funcional na sociedade moderna entre subjetividade, mercado e regulação pelo Estado-nação, como referencial identitário simbólico maior.

As mutações, apresentadas em vasta bibliografia¹⁰⁶, a partir da segunda metade dos anos 70 do século XX, caracterizadas como sendo de crise e diluição dessas matrizes identitárias, estarão em foco no próximo item para situar mais precisamente o estudo de caso e a questão da identidade social, a partir do pertencimento a uma forma particular de ocupação do território nacional.

¹⁰⁶ Para uma compreensão filosófica de instauração do problema ver em particular Lyotard (1986).

Capítulo 5: Mutações nas configurações identitárias modernas

Pano rápido. Em olhar de sobrevôo pode-se vislumbrar a configuração das matrizes identitárias, conforme apresentado nos itens anteriores, como constitutivas da própria instauração da modernidade e, logo, definidoras de seus respectivos domínios no estabelecimento das diversas identidades sociais encontradas na moderna sociedade ocidental. Isto é, os referenciais matriciais das identidades sociais, são:

- 1) O indivíduo e sua decorrência ideológica, o individualismo¹⁰⁷, que atua como força estruturante sobre as demais matrizes identitárias;
- 2) As classes, em particular a classe trabalhadora, desde a constituição do mercado de trabalho e a consequente estruturação social em classes da sociedade moderna¹⁰⁸;
- 3) A nacionalidade, como pertencimento enquanto população a um Estado-nação, necessariamente constitutiva e constituinte da modernidade¹⁰⁹.

Da grande transição para a modernidade, marcada pelo advento do indivíduo como unidade social, do mercado, como instância paradigmática de regulação econômica das relações capitalistas, e responsável pela própria formação da moderna estruturação em classe, e o Estado-nação, como unidade política formadora de um sentimento de pertencimento, aos dias de hoje se passaram pelo menos os últimos três quartis do século XIX e os primeiros três do século XX. Período em que o indivíduo se afirmou como principal unidade social para o conjunto das relações humanas e de sociabilidade, referente social da própria existência, além de unidade econômica, tanto na esfera da produção ou reprodução do capital, como na do consumo.

¹⁰⁷ Dumont (2000).

¹⁰⁸ Polanyi (2000).

¹⁰⁹ Habermas (1997; 2000).

Já as classes passaram por transformações mais de desenvolvimento do que de rupturas, através da estabilização e inclusão da classe operária, entendida como núcleo referencial da classe trabalhadora e das classes populares em geral, nas relações econômicas mais avançadas da grande indústria e o conseqüente crescimento de sua participação nas decisões políticas, no consumo dos produtos de bens duráveis e na escolarização. Paralelamente, se tem o aparecimento na grande indústria de uma elite operária comprometida com a gerência da produção, os chamados colarinhos azuis, os *blues collars*, e, nas classes médias, a emergência dos *white collars*, ligados à burocracia, em especial das grandes empresas capitalistas, mas também do Estado-nação, deixando no limbo da história as antigas classes médias constituídas pela pequena burguesia e profissionais liberais¹¹⁰. Enquanto a configuração de um Estado-nação monopolista nas mais potentes formações sócio-econômicas nacionais se desdobrou pela pressão de setores de classe e as necessidades da própria acumulação, desde os interesses da reprodução do capital, em Estado do Bem-Estar¹¹¹.

Tomando-se como referência o período do regime de acumulação fordista, pode-se estabelecer o Pós-Guerra como época de estabilização em desenvolvimento contínuo das matrizes identitárias, durante os chamados 30 anos gloriosos, cujas conseqüências emergem a partir da segunda metade dos anos 70 do século XX e seguem se alastrando nos primeiros anos do século XXI. Conseqüências daqueles aspectos que foram aqui tomados como constitutivos do estabelecimento das matrizes identitárias e que as entrelaçam em uma tessitura que

¹¹⁰ « Traditionnellement le terme de classes moyennes désignait avant tout dans la sociologie française, les catégories des petits indépendants (agriculteurs, artisans, commerçants). Ces catégories connurent un déclin numérique dans les décennies de l'après seconde guerre mondiale, tandis que se multipliaient dans le même temps les emplois salariés et qualifiés des secteurs publics et privés, correspondant aux nouvelles configurations de l'organisation productive » (BIDOU, 2005, p ?).

¹¹¹ Cf. Habermas (1987).

sustentou a modernidade ocidental tal como a conhecemos até o último quartil do século passado, através dos seguintes traços:

- 1) Psicologização do indivíduo como unidade social e a dinâmica de sua afirmação identitária progressivamente concentrada em sua individualidade subjetiva, no sentido de psíquica;
- 2) Estruturação em classes da sociedade, sempre enfatizando a viabilização da produção capitalista pela configuração de um mercado de trabalho como pressuposto analítico para a existência da classe trabalhadora enquanto tal, cuja estruturação em classe pressupõe a mobilidade social dos indivíduos;
- 3) Estado-nação como estrutura de poder, definida em termos demográficos e territoriais constituindo uma unidade cultural, em especial através da escolarização e da leitura.

O principal nó do entrelaçamento proposto é onde se encontram:

- a) Indivíduo psicologizado, formado cada vez mais autonomamente, através da mediação familiar para dentro influenciando profundamente sua dimensão mais indivisível e subjetiva;
- b) Escolarização e alfabetização, que implicam na ruptura com a passagem do saber geracional e o desenvolvimento de uma esfera íntima para formação subjetiva, através da leitura individual e silenciosa e inserção desse indivíduo em instâncias de sociabilidade de tipo impessoal, pois relacionada ao Estado-nação e ao mercado de bens simbólicos, forma que será responsável pela assimilação de aspectos constitutivos da nacionalidade, em especial, o controle idiomático e da moeda, em operação ainda mediada pela família, agora para fora;

- c) Mobilidade social como fenômeno intrínseco à compreensão da estruturação da sociedade moderna em classe, através da inserção do indivíduo na estrutura social, que no apogeu capitalista do Pós-Guerra passou por períodos de polarização das populações e conseqüente desestruturação comunitária e familiar, como nos anos imediatamente seguintes ao final da guerra, particularmente os anos 50, junto ao fenômeno da imigração do campo para os centros urbanos, seguido de um período, pode-se propor os anos 60, de reconfiguração e estabilização das relações familiares e, logo, de influência nas decisões de escolarização das novas gerações e, assim, de sua posição em termos de classe social, pelo menos até o ano-marco de 1968.

O nó desse entrelaçamento será a subjetivação, entendida como traço mais profundo e definidor do indivíduo moderno, que assim se alastra sobre as demais esferas identitárias, influenciando a posição e situação de classe e a inserção em um Estado-nação pela absorção e incorporação identitária de traços culturais simbólicos remetidos a esta unidade política-administrativa-territorial como maneira de aquisição de um pertencimento grupal, através da nacionalidade. Em última instância, é a dimensão subjetiva que atravessa e liga as principais matrizes identitárias modernas atribuindo ao mundo social a densidade psíquica que caracteriza o indivíduo na modernidade. Aqui, se alcança uma outra ordem a respeito da individualidade moderna, capaz de permitir um melhor entendimento sobre sua proeminência analítica em relação às demais matrizes identitárias. Essa posição distinta do indivíduo no rol das demais matrizes identitárias, entendida como hierarquicamente superior, se afirma não só por sua anterioridade analítica, na medida em que é constituidor, por definição, das classes e nacionalidades, mas também porque dele irradia a subjetividade que contamina o conjunto das

instituições sociais, tornando-se condição normativa e compreensiva daquilo que é especificamente moderno.

Se as lutas da classe trabalhadora européia marcaram os três primeiros quartis do século XIX junto à independência dos novos Estados-nação das Américas, incluindo aqui o último quartil do século XVIII com a independência das 13 colônias formadoras dos EUA, a primeira metade do século XX se caracterizou pelas revoluções socialistas e a criação da URSS e República Popular da China tendo como referencial ideológico, para formação desses Estados nacionais, as abordagens fundadas na divisão da sociedade moderna em classes e na necessidade histórica de chegada ao poder da classe trabalhadora, tratada como proletariado, necessariamente conduzida por sua vanguarda, a classe operária, através de sua organização política, o partido revolucionário. Não obstante, nem a Rússia de 1917, nem a China de 1948 fossem Estados modernos, pois sequer contavam com um proletariado relevante e uma classe operária com importância econômica para transformarem as relações sociais, ou seja, a estruturação em classes ainda não era tipicamente moderna, nem a função do mercado como regulador das relações econômicas estava estabelecida, tendo-se presente que ambos os Estados eram então fortemente agrários e contavam com uma indústria localizada e pouco desenvolvida.

Assistir-se-á, ainda na primeira metade do século XX, simultaneamente, o fim do capitalismo liberal, o desenvolvimento do capitalismo monopolista, através do Estado-nação que interferirá diretamente na produção industrial e regulará o mercado, em particular nos EUA e Europa ocidental, e a queda dos grandes impérios do século XIX: a Inglaterra e o Império Austro-húngaro. Emergindo como potência hegemônica, desde então num crescimento constante, os EUA, polarizando as nações da Europa ocidental e América Latina e

parte do oriente longínquo, hegemonia equilibrada pela URSS e seus Estados-nação satélites, frutos da divisão do Pós-Guerra entre as potências vencedoras¹¹². Nos 30 anos gloriosos do Pós-Guerra, as taxas de acumulação crescem em um ritmo fantástico na Europa ocidental e EUA¹¹³, desde a produção da grande indústria e do desenvolvimento do mercado de trabalho, propiciando conquistas econômicas e políticas crescentes da classe operária, entendida enquanto a fração da classe trabalhadora que produz na grande indústria. Situação que possibilita a constituição de sociedades estáveis e marcadas por uma afluência cada vez maior, seja dos bens de consumo, seja dos bens públicos, em todas as classes, tendo-se presente que nesse período há uma forte tendência ao aumento dos ganhos salariais. Fator que irá desencadear uma dinâmica acelerada de mobilidade social das classes trabalhadoras para as faixas de renda das classes médias, que também se transformam de pequena burguesia e profissionais liberais em modernos administradores das grandes corporações e do Estado-nação incorporando os gerentes de produção da grande indústria.

As mutações que se configurariam a partir do último quartil do século XX apresentam seus primeiros sinais na disruptura de 1968 servindo, também, para afirmar o acesso ao mercado e à mobilidade social da classe operária, através dos acordos entre os representantes políticos desta classe e os da elite política já localizada no aparelho de Estado, no caso francês; nos protestos pelos direitos civis e contra a derradeira guerra colonial no Vietnã, ou primeira guerra pós-colonial, no caso dos EUA; e a reafirmação do controle político, enquanto área de influência, da URSS sobre os Estado-nação surgidos da II Guerra na Europa central, com a derrocada dos protestos, simbolizados na chamada Primavera de Praga. Disruptura no ano-

¹¹² Habermas (2001 e 1997), Balakrishnan (2000) e Hall (2003).

¹¹³ A América-Latina e o Brasil em especial também acumulam boas taxas de crescimento econômico no período do Pós-guerra, cf. Mello (1987).

marco que, antes de qualquer coisa, foi sinal do enfraquecimento de suas bases que estava por vir, pois a perspectiva de transformação das classes trabalhadoras em classes médias¹¹⁴ não se confirmou; o indivíduo psicologizado se tornou fonte de distúrbios psicossociais assustadores; e os Estados-nação viram diluídas suas referências constitutivas, na medida em que se aceleraram as migrações e os impactos decorrentes sobre as culturas nacionais, novos Estados foram criados e outros sequer alcançaram ao estatuto de Estado-nação, seja em sociedades descolonizadas, especialmente as da África negra, seja nos países do oriente próximo, em particular nas sociedades árabes.

Diluição identitária que, ao nível simbólico, articula a perda de influência sistemática da literatura e dos circuitos a ela associados, isto é, mercado editorial, escolarização e sistema de bibliotecas, à difusão amplificada em todas as instâncias do mundo social das mídias audiovisuais. Primeiro, através do rádio, meio de comunicação de massa fundamental na solidificação dos espaços nacionais pós-coloniais, em virtude de sua capacidade de unificação lingüística e cultural independente do acesso à escola e alfabetização. Em seguida, pelos meios de comunicação audiovisuais, capazes de atribuir à identidade lingüística uma paisagem natural e um tipo humano, além de movimentar um circuito econômico cuja escala, desde o princípio, dado seu suporte tecnológico, é potencialmente mundial. Amplitude que atualiza ainda mais a questão, antes apontada, sobre as influências das culturas nacionais em outras formações, agora não só pela literatura ou obras de artes, cujo efeito de contaminação por princípio parte da elite culturalmente formada para atingir o conjunto da população

¹¹⁴ “*In the 1960s, the sustained job expansion was unequivocally a process of upgrading the employment structure: slow growth at the bottom reflecting the relatively modest expansion of retail trade and personal services; strong growth in the middle anchored in durable manufacturing; and even stronger growth at the top. In the 1990s, the job expansion is characterized by an asymmetrical polarization of employment opportunities weighted toward the high end of the job structure*” (WRIGHT; DWYER, 2003, p. 321).

amalgamada na identidade nacional, mas pela mídia audiovisual de massa, que por definição e componentes influencia diretamente as diferentes classes, independente de sua formação cultural e acesso à escola, sistema de biblioteca e participação no mercado editorial.

Nesse mesmo processo, a classe operária tornar-se-á relativamente menor e com menos importância econômica e política com a crise gerada pela desindustrialização e desenvolvimento de novas relações de trabalho, a partir da aceleração das inovações tecnológicas; os direitos civis individuais se tornarão um fardo psicossocial excessivamente pesado para ser carregado apenas pelos indivíduos, papel social que os levará a submergir em uma crise profunda marcada por uma tirania da intimidade¹¹⁵ que pode ser caracterizada pela extrema densidade da atribuição social assumida pelo moderno indivíduo subjetivo, gerando um quadro social de hiper-individualismo¹¹⁶, cuja consequência será o aparecimento de um hipo-indivíduo; e os Estados nacionais se reconfigurarão em diferentes áreas do mundo, desde distintos aspectos, como a criação de uniões aduaneiras ou comerciais até a configuração de unidades políticas continentais, intensificação dos movimentos regionais de libertação política, como da Irlanda do Norte, Reino Unido ou país Basco na Espanha e França, e todas as demais redefinições nos novos Estados-nação surgidos do fim da URSS, seja dos antigos Estados pertencentes à URSS ou aos Estados satélites de sua antiga área de influência na Europa do leste e central, sem contar a instabilidade permanente nas antigas colônias da África ou a manutenção de regimes autocráticos nos países do oriente.

Aproveitando os contornos geográficos acionados para abordar as mutações da identidade nacional, nesse período de desfuncionalidade das matrizes identitárias de referência da modernidade em geral, emergem pontos de conexão dessas identidades matriciais e a

¹¹⁵ Cf. SENNETT (1998)

¹¹⁶ Cf. SIMMEL (1987).

dimensão estritamente espacial. Ou seja, a abordagem recuperará a dimensão espacial, apresentada no processo de constituição da modernidade, d'A Grande Transformação, desde uma negatividade dada à destruição dos laços comunitário-familiar, logo, de proximidade, agora em sua expressão territorializada, através do território nacional em sua configuração metropolitana, no contexto de uma reconfiguração institucional e simbólica, em função dos efeitos das novas diásporas e das tensões entre o espaço das classes populares e as classes abastadas no interior da metrópole, associados aos efeitos na produção das mudanças tecnológicas e da função do Estado nacional.

Ao tratar-se em particular das classes, em especial das classes trabalhadoras, se tem até o último quartil do século XX sua identidade estabilizada na configuração de territórios como as cidades ou bairros operários, que pode ser tipificada como tendo em um primeiro momento a configuração urbana de Cidade Jardim e depois dos grandes conjuntos modernistas¹¹⁷ de habitação social, sempre referenciadas à proximidade do local de trabalho. Já a nacionalidade, desde o Estado-nação, tem intrínseca o espaço como condição de sua própria existência, pois a existência da moderna nacionalidade implica no pertencimento a um território definido por suas fronteiras, cada vez mais como extensão territorial contínua. Enquanto o indivíduo moderno estará caracterizado como o personagem, a figura, da grande cidade, ou de forma mais rigorosa, da metrópole, nesse espaço que se afirma como sendo moderno, por excelência, e onde a individuação se manifestará de forma mais bruta e paradoxal, através da dissolução do indivíduo na multidão¹¹⁸, tanto mais quanto mais denso se tornar seu papel social.

¹¹⁷ Ver Choay (1979).

¹¹⁸ “Isso resulta em que o indivíduo apele para o extremo no que se refere à exclusividade e particularização, para preservar sua essência mais pessoal. Ele tem de exagerar esse elemento pessoal para permanecer perceptível até para si próprio” (SIMMEL, 1987, p. 21).

O espaço onde se desenvolveram as matrizes identitárias modernas foi então o território do Estado-nação, enquanto delimitação territorial, e a metrópole, como forma de existência privilegiada ligada à produção fordista, ao indivíduo psicologizado e às classes em mobilidade dentro da estrutura social, expressando tal processo de forma nítida através de suas mudanças espaciais. Mobilidade espacial seja no território, inter-Estados, no caso europeu e intra-Estado na América, num primeiro movimento, seja no interior da metrópole, em seguida. Logo, as transformações nas matrizes identitárias na modernidade tardia se impõem também em termos espaciais. Seja ao diluir o indivíduo entre a periferia ou os centros metropolitanos revitalizados¹¹⁹, segregando as classes cada vez mais em territórios mais delimitados e distantes das demais, devido à dinâmica de alastramento dos próprios territórios das classes populares¹²⁰ e da construção de barreiras físicas separando-as das classes abastadas, fruto da perda do trabalho como referencial social que acaba por incidir pesadamente sobre as classes populares, antigas classes trabalhadoras, quase esgotando a possibilidade de mobilidade social, logo, espacial; seja devido a diluição das fronteiras dos modernos Estados-nação pelos fluxos migratórios continentais e pela reivindicação de autonomia de regiões, simultaneamente à crescente porosidade fronteira emergente em virtude da liberdade dos fluxos financeiros e da criação de instâncias comerciais e administrativas supranacionais.

¹¹⁹ Bidou (2002).

¹²⁰ Sintomer (2002); Sintomer; Bacqué (2002); Wacquant (2001).

Parte 2: Da favela à *cité*: a territorialidade das classes populares

Para enfrentar a problemática da identidade social na modernidade tardia dentro do quadro pressuposto de uma dilu o das matrizes identitárias modernas em que a escala espacial emerge como uma das esferas privilegiadas para a compreensão das forma es de identidade social na contemporaneidade, toma-se como sujeito da investiga o grupos sociais definidos pela localiza o em territórios reconhecidos socialmente. Sujeitos e não-objetos, na medida em que nortearão em parte o sentido da pesquisa e suas conclusões. Dessa espacializa o dos sujeitos sociais se parte para a investiga o da existência de um efeito de território com capacidade de constitui o de uma determinada identidade social como estratégia compreensiva para aferir o grau de precisão das análises que tendem a atribuir   condi o contemporânea uma perda total de referência em rela o às identidades sociais tipicamente modernas, por um lado, e, por outro, que abordam a questão dos pobres na modernidade tardia desde sua inser o espacial. Tal estratégia de investiga o, embora fundada na literatura sobre as duas questões, ou seja, na que trata da problemática da identidade social na modernidade tardia e a na que analisa a condi o dos pobres na contemporaneidade, se revestiu de aportes da etnografia e construiu campos de pesquisa. A favela brasileira constitui o caso de estudo da presente investiga o, na medida em que o grau de acesso a fontes documentais e de contato com moradores durante o campo foi razoavelmente profundo em se tratando de uma abordagem sociológica. O outro, em Paris, foi construído como caso de controle para a investiga o brasileira, criando parâmetros e níveis de interlocu o entre as duas situa es. A constru o do objeto empírico para realiza o do caso de controle apresenta particular contribui o em termos de método. Os casos da favela carioca e da *cité* parisiense que compõem essa Parte 2, estão reunidos na Se o 1.

Capítulo 6: Identidade social e espaço entre os pobres

Abordar a dimensão identitária daqueles que vivem em favelas no Brasil implica em compreender, por um lado, a formação dos referentes da identidade social moderna, a saber, indivíduo, nacionalidade e classe, conforme apresentado na Parte 1, e, por outro, retomar à luz das transformações sobre essas matrizes identitárias na modernidade tardia a expressão de novas identidades sociais de caráter socioespacial, tendo como horizonte teórico as questões clássicas relativas ao entrelaçamento espaço-sociedade na definição de identidades sociais. O pressuposto é que a situação de enfraquecimento do cimento identitário construtor das identidades modernas, em virtude das transformações no indivíduo, Estado-nação e classes sociais, e o processo de massificação dos pobres¹²¹ tendem a gerar novas configurações identitárias nos territórios desses atores.

Novas configurações identitárias forjadas a partir de dinâmicas de enraizamento¹²² e pertencimento, cujo desenvolvimento se dá no interior do contexto de uma hipoindividualização, desamparo das políticas públicas junto à dinâmica de diluição do Estado-nação e perda da relevância do trabalho como referencial identitário. Sob essas condições, analisar as relações entre espaço e identidade social, a partir da indagação se o favelado existe enquanto identidade social, isto é, se afirma uma identidade sociologicamente relevante e, logo, com capacidade heurística para compreensão da estruturação da metrópole brasileira, desde um diálogo indireto com o nível compreensível do senso comum e com a representação social que conforma sua existência, apresenta-se como ponto de inflexão privilegiado.

¹²¹ Cf. Wacquant (2001)

¹²² "I believe the embeddedness argument to have very general applicability and to demonstrate not only that there is a place for sociologists in the study of economic life but that their perspective is urgently required there" (GRANOVETTER, 1985, p. 507). Escolhe-se enraizamento como tradução para *embeddedness*, por trazer o sentido de fixação.

A investigação sobre a dinâmica dessas relações de enraizamento e sentimento de pertencimento nos espaços em que vivem os pobres na moderna metrópole ocidental, no contexto da pulverização e multiplicação das identidades sociais, desde as mutações nas matrizes identitárias modernas, leva à análise se tal dinâmica seria generalizada nas relações entre pobres e espaço ou se assumiria contornos particulares no caso das favelas brasileiras.

Dessa forma, a abordagem se insere nos estudos que usam a metáfora espacial de analisar a “sociedade de baixo”¹²³, ou seja, desde os estratos mais subalternos à estrutura de classe, em geral uma literatura referenciada na análise de dados estatísticos inseridos em processos macro-sócio-históricos. Todavia, aqui se apresentará como contraponto a essa abordagem uma investigação situada no universo das existências dessas populações lá mesmo onde elas se desenrolam, a partir de seus relatos, que muitas vezes assumem a dimensão de testemunhos¹²⁴, para apreender suas dinâmicas socioespaciais, desde a experiência cotidiana e histórica. A análise, então, inclui a perspectiva das existências como se faz no próprio território, no que se pode dizer como sendo uma visão de dentro daquela parte da sociedade considerada como sendo sua base.

A análise da literatura a respeito dos efeitos excludentes da dinâmica capitalista nas classes situadas em posições subalternas na estrutura social, núcleo do debate contemporâneo sobre a validade do conceito de classes sociais¹²⁵ e a condição das classes trabalhadoras e populares¹²⁶, surge como um facho de luz iluminando a questão ao se focar no problema da diminuição da mobilidade social que marca as mutações presentes do capitalismo em sua

¹²³ Ver Svampa (2000); Martins (2002) e Silva (s/d).

¹²⁴ Cf. Bosi (2001).

¹²⁵ Cf. Bidou (2002).

¹²⁶ Cf. Beaud e Pialoux (2003) na França; Wright; Dwyer (2003) nos EUA; Oliveira (2003) no Brasil; e Savage (1995) na Inglaterra.

etapa tardia. Aliás, a expressão tardia soa quase como uma ironia evolucionista invertida, na medida em que o quadro apresentado pela literatura se aproxima tanto na denominação como descritivamente de parte constitutiva do pensamento socioeconômico brasileiro¹²⁷, quando estabelece as especificidades do capitalismo nas sociedades periféricas e dependentes da América Latina¹²⁸. Em especial, nas análises da tradição do pensamento socioeconômico brasileiro que tratam a maneira como a modernização dependente articula elementos arcaicos e modernos tornando limitados seus efeitos universalizantes¹²⁹.

Assim, haveria um irônico encontro analítico entre as condições de formação da estrutura de classe que caracteriza as sociedades de capitalismo não-centrais, literalmente sociedades excêntricas, ou seja, aquelas classicamente denominadas de sociedades periféricas e mais adiante, no interior da literatura, como dependentes, no caso das latino-americanas; e as conseqüências das mutações do capitalismo nas sociedades centrais. Ironia da história, cuja expressão mais nítida seria a fase atual do capitalismo ser denominada, entre várias tentativas de definição na literatura sobre o tema, como modernidade tardia, forma similar àquela empregada para definir as peculiaridades do capitalismo na América latina ou ibérica, em uma perspectiva crítica e de filiação às teorias constitutivas das teses sobre o subdesenvolvimento e dependência¹³⁰.

Em que pese a ironia das coincidências, o relevante é que os efeitos dessas mutações fazem emergir como ponto central da crise de sociabilidade nas sociedades contemporâneas a

¹²⁷ Cf. Furtado (2001); Fernandes (1977); Oliveira (2003); Mello (1987); Martins (2002).

¹²⁸ “O conceito de América Latina surgiu após uma expedição militar e científica francesa ao México e apareceu pela primeira vez em livro publicado em 1862” (OLIVEIRA, 2000, p. 51).

¹²⁹ “Ao contrário das ‘classes privilegiadas’, os agentes e grupos de agentes que pertencem às classes ‘baixas’ não podem ampliar ou reforçar posições, *status* e papéis sociais marginais ou segmentários, em relação à ordem social competitiva, recorrendo a formas estamentais de autodefesa e de solidariedade. As alternativas à classificação (relação estrutural positiva com a ordem existente) são a marginalização e a exclusão (relações estruturais parciais ou totalmente negativas com a ordem existente)” (FERNANDES, Op. cit., p. 204).

¹³⁰ Ver Mello (1987), cuja obra chama-se “O capitalismo tardio”.

questão dos pobres¹³¹. Quase como um retorno do reprimido. Afinal, os pobres foram um problema central no processo de instauração da sociedade moderna e desenvolvimento do sistema econômico capitalista. Pobres cuja posição e situação de classe na modernidade tardia têm desdobramentos imediatamente espaciais, tornando essa dimensão quase intrínseca à própria denominação atribuída ao agrupamento social, remetendo sua compreensão diretamente às dinâmicas que esboçam a configuração de territórios, no fenômeno denominado pela literatura “efeito de território”¹³².

Esses pobres, aqui tratados no caso da sociedade brasileira¹³³, há décadas instalados nas metrópoles, tornaram-se vítimas da sociedade urbano-industrial ao serem cada vez mais colocados em posições subalternas e imobilizados na estrutura social, em relação à ordem social competitiva, e, logo, afastados, cada vez mais, das possibilidades de mobilidade social e espacial, em uma dinâmica que se acelera e alastra social e espacialmente. Pois, na medida em que o espaço metropolitano contemporâneo, no conjunto das modernas sociedades ocidentais, polariza expressões materiais e imateriais da produção capitalista, forja, inevitavelmente, como parte da própria dinâmica do sistema econômico, uma distinção social expressa crescentemente em termos espaciais, desencadeando uma diferenciação espacial¹³⁴ que se torna mais aguda quanto maior o enrijecimento da estrutura, em oposição à flexibilidade que a mobilidade social, aliás, condição intrínseca à própria estruturação em classes, apresentava

¹³¹ Cf. perspectiva já apresentada de Simmel (2002).

¹³² Cf. Bourdieu (2001); Bidou (1997).

¹³³ Na abordagem apresentada se tem como analiticamente correto tomar esse processo como difundido entre o conjunto da moderna sociedade ocidental a partir do Pós-Guerra.

¹³⁴ “Onde a pobreza nas metrópoles ocidentais costumava ser amplamente residual e cíclica, encravada em comunidades proletárias, geograficamente difusa e considerada remediável por meio da subsequente expansão do mercado, parece estar agora cada vez mais desconectada, a longo prazo, se não permanentemente, das tendências macroeconômicas e fixada sobre mal-afamados bairros de exílio nos quais o isolamento e a alienação social se alimentam um do outro, enquanto o abismo entre os lá confinados e o resto da sociedade se aprofunda” (WACQUANT, 2001, p. 185).

como especificidade da moderna sociedade de classes, assim influenciando o processo de massificação dos pobres¹³⁵.

Processo de agudização da diferenciação espacial que fica claro tanto do ponto de vista macro-estatístico, ao se analisar o crescimento populacional nas favelas, na década de 90 no Brasil, em particular no caso da cidade do Rio de Janeiro¹³⁶, como em termos qualitativos, em função do agravamento da estigmatização a que são submetidos os moradores desses territórios, cada vez em maior número, seja por crescimento vegetativo ou fluxos migratórios. No caso carioca, adicione-se à dinâmica de estigmatização a exposição cotidiana aos conflitos armados entre bandos de traficantes e destes com as forças policiais, todos com armamentos de guerra, enfrentamentos que têm como campo de batalha os espaços das classes populares¹³⁷. Dinâmica que se exacerba pela difusão da construção de uma representação social desses sujeitos, e seus espaços, associada à violência, reposicionando-os, nesse âmbito, próximo à idéia de classes perigosas, a exemplo do que se passou em outros períodos históricos, em especial no início do século XX, tanto no caso brasileiro como francês¹³⁸.

A hipótese é que, incrementada pela presente massificação dos pobres, a dinâmica de espacialização pode estar constituindo uma identidade social, no contexto de diluição das matrizes identitárias modernas, dada a relação íntima historicamente atribuída pelas ciências sociais entre formação identitária e espacialidade. Espaço das classes populares, onde acabam por se desenvolverem as condições para a própria existência biológica e subjetiva daqueles que lá vivem, através de práticas sociais efetivadas na vida cotidiana¹³⁹. Espaços localizados

¹³⁵ Cf. Wacquant (Op. cit.) e Davis (2004).

¹³⁶ Cf. Ribeiro e Lago (2001).

¹³⁷ Ver: Ventura (2001); Alvito (2000); Soares (2000); Barcellos (2003).

¹³⁸ Cf. Beaud; Pialoux (2003); Bidou (1996); Castel (1995). Propõe-se que a representação social das classes populares na França, em relação a esse aspecto, assemelha-se à existente no Brasil.

¹³⁹ Cf. Certeau (1996).

no interior da metrópole, assim intrametropolitanos, com territórios caracterizados urbanisticamente por dificuldades de inserção no tecido urbano consolidado, embora se leve em conta que alguns tenham maior acesso aos serviços e equipamentos, outros menos, mas todos em situação infinitamente inferior aos serviços e equipamentos urbanos oferecidos às demais classes sociais, que podem ser tomadas como elites, embora em termos de posição e situação de classe tenham grandes diferenças entre si, todavia diferenças que se apresentam como pouco relevantes se comparadas às existentes entre estas, as classes abastadas e médias, e as classes populares.

O espaço das classes populares nas metrópoles estaria funcionando como instância agregadora e dinamizando a criação de amálgama identitário, através da feitura de um cimento socioeconômico que pressupõe o sentimento de pertencimento. Mesmo sendo espaços que não cessam de crescer, alastrando-se e densificando. Embora as recorrentes dificuldades geofísicas que os caracterizam. Em que pese a violência física e subjetiva da qual são palcos. Apesar desses fatores, ou antes, por eles mesmos, o processo que configura o atual espaço das classes populares na metrópole brasileira remete a dinâmicas de enraizamento e pertencimento que podem ser constitutivas de identidade social.

Tratar dessa articulação entre espaço e identidade no debate sobre a identidade social dos pobres implica em atribuir relevância sociológica à capacidade que as práticas sociais têm de constituírem sentimentos de pertencimento e relações de enraizamento que se configuram espacialmente e, assim, determinam uma configuração identitária. Embora os vínculos entre indivíduos amalgamados por relações culturais tendam historicamente a serem tratados pela literatura como tendo maior desenvolvimento, dadas as maiores intensidade e facilidade onde há uma contigüidade espacial aproximando os fluxos de sentimentos e bens e, assim, criando

dinâmicas de pertencimento e enraizamento, os fluxos intrametropolitanos dos pobres apontam para a necessidade de incluir na análise dessas dinâmicas também um espaço mais difuso, que se configura através de uma articulação pelo sistema urbano viário e de transporte, superando o pressuposto da contigüidade geográfica enquanto proximidade espacial.

Tanto em termos históricos, na constituição identitária como sujeitos sociais participantes da estrutura de classe no espaço urbano-metropolitano da sociedade industrial brasileira, como o tipicamente sociológico, com a diminuição do referencial identitário de classe, referencial talvez apenas imaginado na formação da identidade nacional fundada no trabalho, enquanto horizonte possível de mobilidade social, com breves momentos de maiores aproximações e, quiçá, integração plena à ordem social competitiva, apresenta-se uma dinâmica criadora de enraizamento e pertencimento que remete à família. Remete por quê? Porque em termos de organização social, foram famílias que se deslocaram ou desagregaram ao se transferirem do universo rural pré-moderno, do sertão pobre, da roça ou da fazenda decadente de café para os centros urbano-metropolitanos, particularmente a partir dos anos 30 do século XX. Porque foi através da reconstrução da família, seja por uma dinâmica de fluxos migratórios de familiares que ao longo do tempo recompôs a família de origem, seja simplesmente pela criação de uma nova família, ou de processos intermediários em que partes das famílias de origem desagregadas se reagrupam em função da formação de novas alianças, que uma identidade histórica e subjetiva encontrou as bases para uma reconfiguração identitária. Às, vezes recompondo um legado, outras, construindo-o.

Nesse sentido, é a família, embora todas as mutações em sua configuração ao longo do século XX, que emerge como organização social mediadora do processo identitário, ao articular em si a possibilidade de enraizamento, em termos socioeconômicos, e pertencimento,

no sentido subjetivo, desde a ocupação e consolidação de espaços onde a vida dos pobres se desenvolve, no contexto de mutação das identidades modernas na modernidade tardia. Família agora configurada como rede social que estende e comprime, simultaneamente, as relações consangüíneas tanto como as de alianças, incorporando agregados, carregando de sentido a existência do indivíduo ao construir uma história em que a dimensão subjetiva se insere e afirma na esfera socioeconômica, cuja fixação identitária se arquiteta e molda, através da ocupação espacial. Produzindo, nesse movimento, condições de existência psíquica e biológica aos seus membros, condições essas que irão, com o desenrolar do tempo histórico, consolidando estruturas urbanas formadoras de uma herança que dependem do desenvolvimento tanto quanto alimentam a dinâmica de enraizamento e pertencimento.

Um processo sócio-histórico que pressupõe uma temporalidade moderna linear, significando a idéia de um movimento de desenlace para frente, na qual o presente é ponto de passagem entre o passado e o futuro, mas que tem em seu bojo uma dimensão de aspecto cíclico. Cíclico, em função de trazer dimensões históricas anteriores, inserindo na dinâmica que marca a modernidade, o avanço, um outro movimento. Na moderna temporalidade histórica, tem-se uma dinâmica na qual a família, enquanto organização social, é responsável simultaneamente pela construção do indivíduo como unidade psíquica e pela inserção desse indivíduo em uma cadeia histórica e social capaz de dar-lhe sustentação enquanto individualidade no mundo sócio-histórico. Processo tipicamente moderno que funciona como operativo para a compreensão da modernidade em seus primórdios e que precisa ser apreendido no momento de mutação das identidades modernas. Processo cujo desencadeamento do movimento da temporalidade histórica para frente esgarçou ao limite suas possibilidades até a fratura de suas próprias formações identitárias, que em seu zenite

implicou mesmo no enfraquecimento da família, logo, das relações de pertencimento e enraizamento por ela amalgamados, alcançando a própria integridade psíquica do indivíduo moderno.

Temporalidade moderna agora atravessada por uma outra de contornos cíclicos que traz a emergência de traços similares àqueles existentes na modernidade em seu nascimento. Traços da modernidade em sua constituição quando ainda apresentava dinâmicas identitárias baseadas no pertencimento e enraizamento tendo como organização social nodal uma família que funcionava como pólo agregador de identidades fundadas na contigüidade espacial e no saber de um ofício, logo, apresentando resistência à inserção e sua diluição no interior da modernidade. Por isto, foi exatamente a partir da família e sua configuração estruturada em termos comunitários de onde surgiram as grandes tensões na instauração da modernidade, através de táticas de resistência às estratégias modernas de inserção e controle social dos pobres na modernidade em muitas nações ocidentais até pelo menos o século XIX¹⁴⁰. Essa dimensão cíclica se insere na temporalidade linear para frente da modernidade ao colocar no eixo da investigação sobre a identidade dos pobres na modernidade tardia a questão identitária em uma perspectiva sincrônica e, nesse sentido, não-moderna, pois trans-histórica, instaurando no núcleo da mutação do presente a possibilidade de a família ser a organização social responsável pelo desenvolvimento de táticas de garantias da vida que desencadeiam dinâmicas de enraizamento e pertencimento, desde as quais se configuram novas identidades sociais no espaço da metrópole.

Ter-se-ia, então, o ressurgimento, no interior da modernidade tardia, de aspectos similares àqueles encontrados nas narrativas e análises do surgimento da vida moderna, em

¹⁴⁰ Cf. Polanyi (2000).

especial a invasão da cena pública pelos pobres, ligados à função anterior da família dos pobres como pólo de resistência, devido a dinâmica atual de relações de enraizamento e sentimentos de pertencimento, cuja centralidade é ocupada pela rede social familiar. Tornando plausível a identificação das dinâmicas de enraizamento e pertencimento, em decorrência das práticas cotidianas dos pobres para a manutenção de sua vida social e subjetiva, como estruturadores, desde grupos familiares enquanto redes sociais¹⁴¹, de fios construtores de um sentido histórico, sintomático indicador do desenvolvimento da formação de uma identidade social que articula famílias e espaço no universo das classes populares no Brasil. Entrelaçamento identitário entre classe social e espaço mediado pela rede social familiar, através da criação de vínculos que imbricam enraizamento e pertencimento, enquanto esferas imediatamente da ordem socioeconômica e subjetiva que, embora apresentem semelhanças com a descrição realizada pela literatura ao tratar da decomposição das antigas identidades rompidas pela modernidade, na Europa dos séculos XVIII e XIX, assume uma importância particular no caso brasileiro, quiçá latino-americano.

As distinções estruturais constitutivas da própria nacionalidade brasileira, em especial no que diz respeito aos pobres, em virtude da presença de aspectos culturais diferentes na formação dessa identidade nacional e daqueles encontrados na Europa ocidental não-ibérica e nas sociedades de origem anglo-saxônica, no caso em relação à função da família¹⁴², além das distintas formas de influência de outras matrizes culturais, como as de origem africanas e ameríndias, são particularmente reveladores. O debate clássico a respeito da latinidade

¹⁴¹ Cf. Bott (1976).

¹⁴² “O quadro familiar torna-se, assim, tão poderoso e exigente, que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico” (HOLANDA, p.82, 2002).

americana ou de sua constituição moderna primordialmente ibérica¹⁴³, apresenta indicações indiretas sobre a função e configuração da família¹⁴⁴ nas diferentes sociedades do continente americano, tomadas desde a tentativa de compreensão das especificidades e manifestação das influências sobre a formação social brasileira e seus desdobramentos contemporâneos.

Na presente investigação, tais distinções surgirão de forma clara ao se contrastar a função da família, enquanto rede social, na configuração identitária, desde o estudo de caso na favela brasileira em relação ao caso de controle na *cité* francesa. Indagar se o favelado constitui uma identidade social sociologicamente relevante e expressão metropolitana brasileira de um efeito de território, apresenta-se, então, como problema capaz de nortear a compreensão da relação entre identidade social e espaço inserido no processo de configuração contemporânea da metrópole no Brasil, em geral, e em particular sobre como as classes populares estão posicionadas nesse espaço do território nacional, além de permitir a análise das especificidades no contexto brasileiro do processo de segregação e massificação dos pobres tratados pela literatura mundial acionada como referência.

¹⁴³ Cf. Oliveira (2000).

¹⁴⁴ Para as transformações na família brasileira, a partir dos anos 70, ver: Ribeiro; Ribeiro (1994).

Capítulo 7: A favela brasileira

Em uma perspectiva histórica, o processo de modernização social e econômico brasileiro polarizou as existências e as inseriu, na fase áurea do capitalismo, isto é, do Pós-Guerra aos anos 70 do século XX, na estrutura de classe de forma mais intensa do que hoje, através da utilização da mão-de-obra na indústria e na construção do espaço urbano das metrópoles. Processo de modernização que atingiu as relações sociais e sociabilidades, ocasionando o rompimento com processos identitários anteriores profundamente fundados na espacialização, quando foram atraídas as populações que viviam em um mundo rural ainda com traços pré-modernos, pela expectativa de afluência da sociedade urbano-industrial. Sujeitos sociais marcados por uma identidade psíquica e social fundada em uma família hierarquizada social e economicamente e em uma condição profundamente espacializada de pertencimento e enraizamento. Na literatura histórico-econômica brasileira, encontram-se belas imagens desse momento anterior à configuração da sociedade urbano-industrial ao analisar a economia de subsistência¹⁴⁵.

Os pobres mais idosos de hoje, pais e avós na maior parte das vezes dos subempregados e trabalhadores precários moradores das periferias ou favelas das metrópoles, em geral, foram os sujeitos desse processo, tendo passado por uma reconfiguração identitária ao virem do espaço rural para o urbano-industrial e incorporarem, ao mesmo tempo em que construíam, uma identidade de classe, às vezes mais, em geral menos reconhecida pelos próprios, mas afirmada em suas práticas cotidianas. Esse contexto histórico, embora explicitasse em um âmbito espacial a identidade nacional, tinha o peso da territorialidade na formação identitária

¹⁴⁵ “Reunidos em grupo abatem as árvores maiores e em seguida usam o fogo como único instrumento para limpar o terreno. Aí, entre troncos abatidos e tocos não destruídos pelo fogo plantam a roça. Para os fins estritos de alimentação de uma família, essa técnica agrícola é suficiente” (FURTADO, 2001, p. 120-121).

diluído pela identidade de classe mesmo que, ao fim e ao cabo, esta acabasse por determinar a própria espacialização na metrópole e, dessa forma, apresentasse ao nível da vida cotidiana uma sobreposição no espaço da identidade de classe. Vilas operárias, bairros proletários, cidades industriais, foram manifestações urbanas desse processo. Todavia, esse processo histórico teve como elemento de identidade social, em última e primeira instância, a identidade de classe, referenciada no paradigma do trabalho, sendo a proximidade física um efeito que, conforme as transformações nos processos produtivos e nas relações entre produção e Estado nacional, passava por mudanças em termos da localização dos atores sociais. Ou seja, a territorialidade era, do nível empírico, intra-urbano, da vida cotidiana, às macro definições econômica e política, determinada pela identidade de classe social.

Uma identidade assim, por princípio, não espacializada, embora sua manifestação sócio-histórica dependesse de um referente espacial, o Estado-nação, que está hoje pulverizado, enfraquecido e com atores sociais cada vez mais confinados em espaços determinados, incluindo os eixos constituídos pelos fluxos migratórios constantes. Em um contexto de enrijecimento da ordem competitiva e esgotamento do horizonte de mobilidade social como possibilidade coletiva que traz como conseqüência a limitação da mobilidade espacial articulada às transformações macro-econômicas, em especial a desindustrialização acompanhada da precarização do trabalho e hegemonização da financeirização global. Daí a necessidade de as classes populares potencializarem os vínculos imediatos e familiares no processo de configuração de seus próprios espaços, na forma de táticas de sobrevivência cotidiana. Isto para redes sociais familiares já instaladas no espaço que, ao dinamizarem relações de enraizamento e pertencimento no espaço tendem a consolidarem territórios. Para os migrantes tardios, em especial para os jovens que, inseridos nos fluxos de deslocamento,

aventuram-se ou são obrigados a deixar seus locais de origem, o que emerge é uma condição migratória intrametropolitana e, mesmo, de manutenção de espaços migratórios no interior do território nacional, isto é, inter-regional. Fluxos que se tornam dependentes da consolidação territorial configurada pelas redes sociais familiares mais antigas e enraizadas.

A distinção das favelas em relação a outros espaços ocupados pelas classes populares na metrópole brasileira merece definição, além daquela estabelecida a partir de um paradigma jurídico-normativo. O fenômeno socioespacial favela é historicamente constituído; assume contornos sociais específicos por apontar imediatamente para aqueles atores sociais que ocupam posições subalternas na estrutura de classe; e está ligado à representação social do espaço como privilegiado para a atuação ilegal, seja tradicionalmente na dita contravenção ou, contemporaneamente, no tráfico de drogas, como *locus* marcado pelo crime e violência junto à idéia de carência; além de sua dinâmica construtiva e configuração arquitetônica e urbanística peculiar. A opção distintiva por tais aspectos e não aquele relacionado à situação jurídica de ocupação ilegal, informal e/ou irregular se deve ao fato desta ser uma construção frágil e imprecisa analiticamente, em termos socioespaciais, na medida em que há no interior da cidade uma grande plêiade de situações similares envolvendo outras classes sociais e suas frações. No Rio de Janeiro, a ilegalidade da ocupação de condomínios verticais e horizontais e grandes shoppings na Barra da Tijuca, em área tipicamente das classes abastadas, é um fenômeno reconhecido tanto por estudos técnicos vindos de organismos do Estado como em trabalhos acadêmicos¹⁴⁶. Também, porque, em uma outra direção, há uma série de espaços ocupados por pobres na periferia normatizados juridicamente que apresentam condições sociais e mesmo espaciais idênticas à favela.

¹⁴⁶ Ver em especial Souza (2004).

Isoladamente os aspectos acima apresentados como característicos das favelas são encontrados em muitos espaços, no entanto a peculiar forma de ocupação espacial associada a sua historicidade, enquanto dinâmica de transformação, e ao estigma que carregam hoje como espaço do crime e da violência, constroem um conjunto peculiar no qual não cabem outras situações de espaços em que vivem as classes populares como, por exemplo, os típicos subúrbios da periferia. Todavia, os típicos subúrbios onde vivem os trabalhadores pobres têm sofrido as conseqüências do descaso do Estado e precarização do trabalho, aproximando as condições sociais e econômicas de seus habitantes tanto como as físicas do território, sistematicamente, daquelas que caracterizam as favelas em sua configuração atual. Essa constatação e suas conseqüências para análise serão desenvolvidas mais adiante.

Nenhum espaço é mais emblemático da vida dos pobres nas metrópoles brasileiras que a favela. Centenária, a favela carioca é aquela que opera como referente para pensar-se o processo de ocupação das metrópoles brasileiras pelos pobres. Ocupação e construção da metrópole realizadas em um mesmo movimento pelos mesmos sujeitos e atores sociais. Construção dupla, pois, ao mesmo tempo, os pobres moradores das favelas, por princípio áreas ocupadas sem uma legalidade hipotética, estiveram envolvidos na construção do espaço urbano da metrópole diretamente como trabalhadores da construção civil ou indiretamente como prestadores de serviços a todos envolvidos na construção material da metrópole brasileira e, também, foram os responsáveis pela transformação dos morros e da periferia desocupada em espaços para sua moradia e existência, isto é, para a habitação das classes trabalhadoras urbanas¹⁴⁷. Em uma perspectiva histórica, os trabalhadores não qualificados, que foram inseridos na ordem competitiva de forma subalterna, posicionados nos níveis mais

¹⁴⁷ Cf. Duarte (1986)

baixos da estrutura social, hoje são os deserdados das políticas liberais e das transformações nas formas de produção. Subempregados, trabalhadores precários ou idosos pobres reféns de suas aposentadorias miseráveis que, ainda assim, muitas vezes sustentam as novas gerações lançadas à própria sorte, sem emprego, nem trabalho, sequer com uma profissão, e já sem escola e com acesso restrito à produção e consumo de bens culturais, mas que resistem a entrarem no crime. Exatamente por essas condições a ponta mais visível das atividades criminosas ligadas ao tráfico está localizada nos espaços das classes populares: os morros, as periferias, as favelas.

Em termos típicos, pode-se descrever o processo de configuração de ocupação espacial das favelas como iniciando com a vida em barracos, que dados empíricos¹⁴⁸ apontam para uma dinâmica na qual desde os primórdios da ocupação se desenvolvem relações de compra e venda ou mesmo aluguel, mas não constituindo típicas relações de mercado, pois se manifestam crivadas de elementos autárquicos e da economia doméstica. Construção sistemática das moradias sem projeto que, ironicamente, em geral, dependia da autorização de alguma presumida autoridade: funcionário da prefeitura, policial responsável pela área, ou membro da associação de moradores. Barracos que reproduziam uma tipologia e forma de ocupação similar àquela encontrada na roça. Aliás, *locus* da economia de subsistência, refúgio seguro histórico para todas as crises macro-econômicas, do canavial ao café, de onde esses construtores pioneiros da favela e da metrópole se originam, lançados à aventura da modernidade pela polarização que as benesses da sociedade urbano-industrial gerou nestes que tinham a existência reduzida ao enfrentamento de dificuldades de uma vida pré-moderna e rural. Lá, imersos em uma outra ausência, talvez ainda com menos alternativas de

¹⁴⁸ Da pesquisa de campo na favela do Pavão-Pavãozinho, que se refere a outras favelas e periferia metropolitana.

sobrevivência, na medida em que os processos macroeconômicos hegemônicos cambiavam. Não é por nenhum acaso o fato que a maior e mais conhecida favela carioca tem no nome uma relação explícita de referência a esse passado: Rocinha. Tipologia e padrão de ocupação inicial, ainda hoje encontrado nas favelas mais recentes ou nas áreas mais pobres daquelas consolidadas.

A seguir, o processo de densificação e aumento quantitativo do número de construções e da própria área construída, paulatinamente destruindo a semelhança com a roça e criando sua própria imagem: a do barracão de zinco¹⁴⁹. Algum tempo depois, com dinâmicas de consolidação se desenvolvendo, através de melhorias na infra-estrutura como acesso à água e luz¹⁵⁰, normalmente irregular, e o investimento familiar, na forma mais explícita de rede social, na transformação dos barracos em casas de alvenaria. Investimento econômico, as vezes monetário, troca simples e/ou trabalho familiar, misturando elementos de economia doméstica e subsistência com a moderna de mercado, embalado pelas primeiras políticas de urbanização das favelas, no caso carioca a partir da primeira metade dos anos 80 do século XX ou um pouco antes, quando os sujeitos desse processo detectam uma diminuição na intensidade da estratégia do Estado de realização das assustadoras remoções¹⁵¹. Essa dinâmica de transformação dos barracos em casas de alvenaria gera novamente a extensão das áreas de cada moradia e, simultaneamente, sua verticalização ou a preparação para tal, através da

¹⁴⁹ Expressão consagrada pela música popular Barracão de zinco, de Luiz Antonio e Oldemar Magalhães, gravada em 1963 por Marlene e consagrada na interpretação de Elisete Cardoso.

¹⁵⁰ Antes da urbanização das favelas, através do acesso a algum ponto de água, puxado por mangueiras e da extensão de um ponto de luz para dentro da favela.

¹⁵¹ A política denominada Cada família um lote, do Governador Leonel Brizola entre 83 e 86, foi a primeira tentativa de regularização das favelas no Rio de Janeiro, rompendo com a tradição autoritária das remoções para conjuntos habitacionais na periferia, como Cidade de Deus, ironicamente reconhecida internacionalmente como favela.

incorporação tecnológica da laje e o descarte definitivo do telhado tradicional¹⁵². O crescimento vegetativo das famílias explica muito e praticamente desnuda sua função na dinâmica de construção e funcionamento no espaço das classes populares no Brasil.

Nas favelas em morros, as mais tipicamente cariocas, as escarpas são aproveitadas como limites fazendo com que muito comumente os andares superiores ganhem área em relação aos inferiores, em uma peculiar arquitetura onde a verticalização não edifica prédios enquanto unidade, mas conjunto de moradias sobrepostos, pois os acessos são sempre externos não havendo possibilidades para circulação interna à edificação. Com muitos pilotis sustentando na pedra a sobreposição de lajes com moradias, na maior parte uni-familiar nucleares ou monoparental, embora no edifício normalmente se encontre parte da família organizada em rede. Tipologia que permite o aparecimento de casos bem desenvolvidos de moradias coletivas, onde as lajes formam andares com banheiros coletivos, com muitos quartos por andar, em uma estranha arquitetura onde se encontra também andar interno, formado por pequenos mezaninos. Nessas edificações, tem-se um mercado de locação de moradias e quartos bem desenvolvidos, principalmente destinados a um público bastante jovem.

Durante o século XX, a favela se densifica, verticaliza, assume taxas de ocupação imensas, estabelecendo estranhas arquiteturas e traçados internos cada vez mais próprios, em virtude de seu processo peculiar de ocupação e de manipulação das variáveis tecnologia e sítio construindo um particular padrão construtivo. Tem-se, nesse mesmo processo sócio-histórico arquitetônico-urbanístico, o sempre presente mercado de moradias, agora extremamente

¹⁵² O vernacular, na formulação arquitetônica.

aquecido, onde nas maiores e mais consolidadas favelas¹⁵³ surgem relações mais intensas de locação de quartos para jovens, normalmente os sujeitos dos fluxos intrametropolitanos, e pequenas casas/apartamentos para grupos de jovens ou famílias, muito seguidamente originários dos fluxos inter-regionais que ainda hoje se mantém. Os moradores e usuários das favelas brasileiras são, exatamente, os pobres que historicamente fizeram parte dos grandes fluxos migratórios inter-regionais, sejam incentivados por políticas governamentais, sejam impulsionados por processos socioeconômicos.

Tipificando uma continuidade temporal para o caso brasileiro, pode-se pensar que essas dinâmicas de enraizamento e pertencimento das redes sociais familiares primeiro se manifestaram como forma de compensar as frágeis relações institucionais atuantes sobre a estruturação social característica das sociedades do capitalismo periférico¹⁵⁴ e quiçá nas pós-coloniais¹⁵⁵, depois como alternativa derradeira de sobrevivência psíquica e social num quadro de esvaziamento absoluto das possibilidades imaginárias, enquanto horizonte do possível, de estratégias de mobilidade social e de garantias sociais de acesso ao trabalho, moradia, educação, saúde e previdência pelo Estado, enfim, pelo esgotamento de uma hipotética função protetora do Estado nacional e pelas transformações nas formas de (re) produção do sistema capitalista que deixam cada vez mais distantes as perspectivas de inserção no conjunto das novas complexidades da vida contemporânea. Pois a afluência atual envolve os domínios da tecnologia, conhecimento, monetarização, consumo e velocidade. Domínios dos quais as

¹⁵³ Cf. informações brutas coletadas durante a participação na pesquisa Mercado Imobiliário, Mobilidade Residencial e Tendências de Reconfiguração Sócio-Espacial, IPP-IPPUR, sob a coordenação do Prof. Pedro Abramo, realizada em 15 favelas cariocas no primeiro semestre de 2002.

¹⁵⁴ Cf. Fernandes (1977.).

¹⁵⁵ Cf. Hall(2002 e 2003), Bhabha (2003), Balakrishnan (2000). Na ficção ver: Lins (2000) e Agualusa (2004), no Brasil; Nailpaul (2002), para a Índia; Couto (2003) para Moçambique; Rahimi (2002; 2003), no Afeganistão.

classes populares vêm sendo sistematicamente afastadas, dificultando ainda mais suas possibilidades de inserção na ordem competitiva.

Em termos de método, quanto aos casos a seguir apresentados, interessa salientar a fluidez e o imponderável intrínseco ao recurso de formação de redes sociais, a partir das informações coletadas com os sujeitos das pesquisas, eles mesmos por princípio membros de redes familiares. Através das referências realizadas durante as entrevistas, seja às outras gerações ou aos contemporâneos, tem-se a idéia das articulações internas à rede social e sua imbricação sobre o território, ou, de outro modo, de como a consolidação dos territórios e suas dinâmicas são dependentes das redes sociais familiares. A eficácia do método está ligada, também, à capacidade de estender a análise, a partir das informações oriundas de um *locus* espacial de investigação, no estudo de caso das famílias mais antigas do Morro do Pavão-Pavãozinho, para além de seu núcleo imediato, procedimento que garante uma maior aderência às dinâmicas das próprias famílias em suas relações com o espaço intrametropolitano e inter-regional. Assim, o estabelecimento de um recorte espacial do objeto empírico permite uma investigação que assume contornos interescalar¹⁵⁶.

Em termos conceituais, note-se que o uso das redes sociais traz duas perspectivas distintas entre os estudos referenciados na literatura. Em um, o procedimento enfatiza e se restringe a explorar as relações da rede social familiar com a comunidade, a partir dos papéis conjugais, para definir níveis de tessitura das redes, como malha fina ou malha extensa, ficando limitada às relações estabelecidas por alianças¹⁵⁷. Noutro, ao contrário, que é o sentido seguido na presente construção, salienta-se a dependência constitutiva entre a rede social

¹⁵⁶ Swyngedouw (1997).

¹⁵⁷ Cf. Bott (1976).

familiar e espaço urbano e vice-versa¹⁵⁸. Essa dependência constitutiva fica mais nítida ao se perceber o forte papel cumprido pelas redes sociais familiares no âmbito da existência econômica, expressos espacialmente. A esfera econômica está, no sentido proposto, indissolavelmente imbricada nas relações de sociabilidade e, até mesmo, em sua esfera intra-subjetiva ao remeter à rede de afetos construída, desde vínculos intersubjetivos, na qual as inter-relações envolvendo bens, também, aparecem necessariamente em jogo. Essa articulação, investigada desde a rede social familiar, tem como uma de suas expressões mais nítidas das dinâmicas socioeconômicas as relações do mercado de moradia, denominado de mercado imobiliário informal na literatura recente¹⁵⁹.

¹⁵⁸ Cf. Elias; Scotson (2000).

¹⁵⁹ Ver Abramo (2002).

SEÇÃO 1: FAVELA CARIOCA E *CITÉ* PARISIENSE: TESTEMUNHOS DE DOIS TERRITÓRIOS

Capítulo 8: Uma típica favela carioca: o Pavão-Pavãozinho

A escolha do caso de estudo na cidade do Rio de Janeiro tomou como parâmetro uma situação que envolvesse o conjunto dos aspectos que mais caracterizam a condição de favela. Assim, a opção por favelas situadas em morros da zona sul se mostrou como a mais apropriada por apresentar uma das características mais típicas da favela carioca: a proximidade espacial com bairros das classes abastadas. Dentre o conjunto de favelas localizadas em bairros da zona sul do Rio de Janeiro optou-se pela favela do Pavão-Pavãozinho, localizada no morro situado na divisa entre os mais clássicos bairros da orla da cidade: Copacabana e Ipanema.

Sua adequação à investigação se deve por apresentar as características aqui tomadas como constituidoras de uma favela, além de reunir traços que a representação social consagrou como emblemáticas da favela carioca: em morro situado junto aos bairros das classes abastadas com vista para o mar e com população hegemonicamente negra. Essa favela traz também outras características relevantes, na perspectiva tomada, em comparação ao conjunto dos espaços onde vivem os pobres na metrópole carioca. Ela apresenta uma longa tradição de ações públicas, uma peculiar facilidade de acesso aos serviços urbanos e, mesmo, de ofertas de possibilidades de geração de renda, seja através de trabalhos estáveis, seja por um conjunto de possibilidades que o espaço entorno oferece para atividades geradoras de dinheiro¹⁶⁰. Dessa forma, é um espaço que ao nível das informações estatísticas apresenta uma condição de

¹⁶⁰ Dinheiro será usado na acepção de cédula-papel ou moeda-metal.

acesso aos bens públicos e serviços que não está marcada pela carência. Abaixo, a Tabela I apresenta como referência para uma visualização das condições de infra-estrutura o Índice de Carência Habitacional¹⁶¹ da favela, em comparação com o entorno imediato no bairro Copacabana¹⁶².

TABELA I: ICH

Área	Índice (médio)
Pavão-Pavãozinho	0,96
Copacabana	1,00

Para facilitar a compreensão do significado desse dado, em uma perspectiva oposta, tenha-se que em algumas favelas da zona oeste da cidade se encontra ICH médio de 0,85.

A escolha do Pavão-Pavãozinho entre as favelas da zona sul também leva em conta a característica de composição social de sua população, pois conta com moradores cuja origem regional se revela bastante ampla, por exemplo, em comparação com a encontrada em sua vizinha, situada no mesmo morro, a favela do Cantagalo. Enquanto essa última é considerada de raiz, ou seja, seus moradores na maioria seriam de famílias cariocas o que, muitas vezes, significa que seus antepassados vieram do interior do estado do Rio, de Minas ou Espírito Santo, remetendo a uma composição regional mais tradicional e menos universalizada. Condição que pode ser explicada pela presença durante muito tempo nessa área do morro de um posto de observação do exército ligado ao Forte de Copacabana que controlava as ocupações e impedia, por exemplo, a existência de locação de moradias. Enquanto no Pavão-Pavãozinho se encontra de forma contundente e interferindo diretamente no cotidiano da

¹⁶¹ “Destá forma temos um índice sintético, que engloba a prestação inadequada de serviços de abastecimento de água, tipo de escoadouro sanitário e destino do lixo. O valor do ICH varia de zero (0,0) até hum (1,00)” (http://www.ippur.ufrj.br/observatorio/metrodata/ich/metod_ich.pdf).

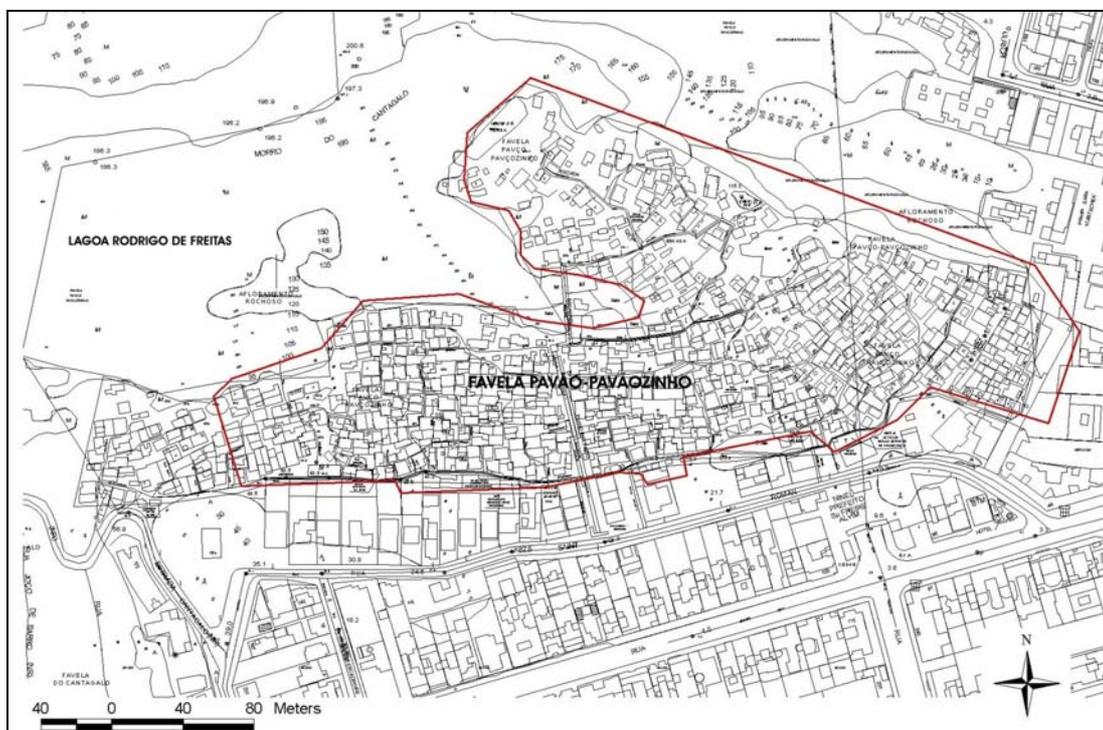
¹⁶² Média dos índices dos setores censitários da favela e do entorno imediato entre os postos 5 e 6 de Copacabana.

favela e em sua dinâmica atual, a presença daqueles chamados nordestinos, isto é, os moradores oriundos dos estados da região nordeste do Brasil, em especial Alagoas, Ceará, Paraíba e Sergipe, mas também Rio Grande do Norte e Piauí. Nomeados todos, jocosamente, em um jogo ambíguo e muitas vezes de auto-ironia, de paraíbas.

8.1. Localizando e nomeando os territórios

Em termos da localização, a favela do Pavão-Pavãozinho está no lado do morro voltado para Copacabana, tendo seu acesso realizado, a partir da rua Sá Ferreira, via rua Saint Roman e, então, através de três escadarias que levam à principal via interna da favela, a dita avenida Pavãozinho que, assim como todas as demais vias internas não permitem o tráfego veicular. Tomado esse sentido, seguindo-se pela ladeira Saint Roman, até onde ela faz uma inflexão em direção à Ipanema, rumo à rua Barão da Torre, há o encontro com o começo da Estrada do Cantagalo, via que dá acesso à favela do Cantagalo e faz o limite desta com o Pavão-Pavãozinho.

MAPA 1: Favela do Pavão-Pavãozinho



Fonte: Secretaria Municipal de Habitação da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Embora o morro todo seja chamado de Morro do Pavão ou do Pavão-Pavãozinho, há uma divisão associada a essa nomenclatura. O chamado Plano inclinado, junto a uma das escadarias de acesso ao morro pela ladeira Saint Roman, onde está instalado o elevador semelhante a um teleférico, porém com dimensões bastante menores, que durante o ano de 2003, período de realização do trabalho de campo, esteve a maior parte do tempo fora de funcionamento, estabelece o limite entre a área conhecida por Pavão e o Pavãozinho. Este fica localizado entre o Plano inclinado e o Cantagalo, enquanto o Pavão se localiza do Plano inclinado até os limites com os fundos dos prédios situados na avenida Nossa Senhora de Copacabana e a rua Saint Roman. Segundo as informações dos moradores mais antigos, o

nome de Morro do Pavão se deve a presença no local na época do início de sua ocupação de pavões. E o nome Pavãozinho derivaria da nomeação de Pavão atribuída ao lugar, sendo a área onde a presença de barracos era menor. Assim, no Morro do Pavão, o lugar com menos moradias no início da ocupação ficou conhecido por Pavãozinho.

Além dessa divisão em duas áreas que nomeiam a favela, encontra-se no seu interior outras divisões também nomeadas. Na parte do Pavão mais próxima à ladeira Saint Roman está localizado o Serafim, referência, segundo os relatos dos moradores, ao antigo proprietário da casa que dava fundos para esse território e princípio da ocupação dessa área do morro. Devido a sua localização mais próxima da rua Saint Roman e, logo, com acesso mais facilitado aos serviços e equipamentos oferecidos no bairro de Copacabana, essa área é a mais elitizada do morro, ou seja, onde se encontra o maior número de moradias com condições construtivas e de habitabilidade superiores às demais.

Já a área próxima ao topo do Morro, a partir da chamada 4ª estação, em referência a última estação do elevador, é conhecida por Vietnã. Segundo os relatos, a denominação se deve ao grande volume de desavenças existentes entre os primeiros moradores da área, lembrando a guerra do Vietnã. Em virtude da situação atual, os relatos salientam que, embora o nome da área, os conflitos no máximo apresentavam a presença de armas brancas. Dentro do Vietnã, no topo do morro, onde se tem uma vista magnífica do mar de Ipanema e Copacabana e das ilhas Cagarras e do Farol, está a área chamada de Caranguejo. A origem da denominação estaria ligada ao fato de ser uma área que não se desenvolve, não avança, tal como um caranguejo, segundo a explicação popular. No Caranguejo ainda existem construções em estuque, telhados feitos de capim santa fé ou de latas e cercados de madeira com criação de galinhas no pátio interno. Se o Serafim é a área elitizada da favela, o Caranguejo é, com

certeza, a área mais pobre, ao menos em termos das condições de moradia. Nesse local no topo do morro, encontram-se exemplares do padrão construtivo e da forma de ocupação semelhante aos descritos pela literatura e também pelos relatos dos moradores mais antigos como da época inicial da ocupação do morro.

Junto a nomenclatura atribuída às áreas internas, tem-se outra curiosa diferença em termos de denominação das ruas das duas grandes áreas do Pavão e Pavãozinho. Enquanto as ruas internas e escadarias do Pavão recebem, todas, nomes de flores, as do Pavãozinho são chamadas por nomes de pássaros. Embora se tenha indagado sistematicamente sobre a diferença e padronização dos nomes junto aos entrevistados e demais moradores contatados ao longo do trabalho de campo, as causas dessa classificação e distinção não eram conhecidas. As informações mais precisas apontavam o surgimento dessa nomeação e distinção à intervenção urbanística ocorrida em meados dos anos 80, quando os antigos becos, ladeiras e escadarias de madeira foram transformados em ruas peatonais e escadarias, porém sem explicarem o porquê de uma parte receber nomes de flores e outra de pássaros.

8.2. Negros e nordestinos: a composição cultural

Para melhor compreender a configuração socioespacial do território da favela, é importante fazer-se a descrição das diferenças culturais, no sentido da manipulação e consumo de bens simbólicos, que convivem em seu interior.

Como já foi apresentado, o Pavão-Pavãozinho apresenta uma diversidade regional na formação de seus moradores. Diversidade que constituirá dois grandes grupos. Um dos descendentes de famílias oriundas, na maior parte das vezes, do interior do estado do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais, mas também de alguns estados do nordeste,

normalmente famílias negras e ligadas a essa identidade cultural; o outro dos chamados nordestinos, aquelas famílias e indivíduos vindos ou com origem em estados do nordeste geográfico brasileiro, brancos e com práticas culturais ligadas à origem regional. As divisões espaciais internas apresentadas anteriormente não têm correspondência com essa distinção afirmada sistematicamente entre os nordestinos e os demais, que na realidade seriam aqueles ligados às famílias mais antigas e às práticas culturais vinculadas aos negros.

Essa distinção entre a cultura negra e a nordestina é muito forte, levando a que mesmo negros vindos de estados do nordeste não se considerem nordestinos. Os nordestinos, no sentido dessa representação social interna, seriam necessariamente brancos e imigrantes tardios, estando associados à dinâmica de verticalização e ao desenvolvimento do mercado de aluguéis de moradias no interior da favela, além de serem responsáveis por grande parte do comércio interno. Ao contrário dos negros, eles não teriam uma participação mais engajada nas atividades de lazer mais tradicionais ligadas ao samba e ao carnaval, sendo associados ao gosto pelo forró.

Um passeio pelo interior da favela permite que se perceba onde moram nordestinos ou negros, segundo essa distinção interna, em função da música que se ouve e das preferências pelos times de futebol, expressa em bandeiras, utilização de camisas ou adesivos. Enquanto os afro-brasileiros tendem a morar próximos, em conjunto de moradias estendidas no território tanto horizontal como verticalmente, os nordestinos apresentam como peculiaridade a moradia coletiva de jovens homens sem família em uma mesma residência. Mesmo nas preferências pelos times de futebol existe, nessa construção das identidades sociais internas, uma preferência dos vinculados à cultura afro-brasileira pelo Flamengo, ficando os nordestinos como torcedores do Vasco da Gama.

O sentido da construção dessa distinção parece ser antes o de garantir a convivência das duas matrizes da cultura popular brasileira, através da permanência das manifestações culturais dos moradores mais antigos, ligados à tradição da cultura afro-brasileira, por um lado, e, por outro, das expressões ligadas à cultura de estados do nordeste brasileiro, em especial aquelas polarizadas e representadas como sendo do Ceará. Aliás, assim como se encontram moradores que vieram de estados do nordeste, mas não se reconhecem como nordestinos no sentido ali atribuído, chama-se aos nordestinos também de cearense, independente do estado de origem e, como já foi dito, com um sentido mais jocoso e pejorativo de paraíba.

A identidade afro-brasileira se afirma com maior intensidade, inclusive estabelecendo conexões com outras origens afro-americanas de nível político e cultural. Uma expressão clara dessa relação é a existência na avenida Pavãozinho de um *grafitt* que ocupa um muro inteiro. Em uma espécie de *cul-de-sac*, em uma curva, no muro ao fundo que fica de frente para quem anda na direção leste, onde paralelamente à via está localizado um bar cujo alargamento configurado pela curva foi aproveitado como lugar para festas, há um enorme e bem realizado *grafitt* de Bob Marley, ícone da cultura pop e afro-americana, com as cores da Jamaica e de um hipotético pan-africanismo ao fundo, o vermelho, amarelo e verde, tendo abaixo a inscrição: “Todo poder ao povo da favela”.

Revelador dessa convivência entre as duas matrizes da cultura brasileira que afirmam distinções culturais internas é a informação de que esse lugar é normalmente utilizado para a realização de forrós. Pode-se visualizar a cena com os nordestinos e também negros se divertindo ao som do forró com a imagem de Marley abençoando a festa popular no *locus* histórico da cultura afro-brasileira no Rio de Janeiro.

8.3. Formação e configuração do Pavão-Pavãozinho

Conforme as fontes documentais¹⁶³, o início da ocupação do Morro do Pavão e formação da favela do Pavão-Pavãozinho remonta aos anos 30. Os relatos indicam a presença de poucos casebres na década de 30. Em um dos testemunhos, há a lembrança da existência nos primórdios da ocupação de exatamente 30 barracos, o que teria levado os guardas municipais responsáveis pela área de serem popularmente conhecidos como Os Trinta.

Mais de um relato dos moradores mais antigos, afirma que suas famílias ao chegarem ao morro no final dos anos 30 e anos 40 se instalaram através da locação de barracos, em alguns casos, e, em outros, pela locação de alguns cômodos de barracos já existentes. Em outros há a referência à compra e posterior melhoria de barracos. Tais informações demonstram como as relações de mercado são constitutivas da própria favela, tanto quanto mostram a dependência dessa relação de mercado com a economia doméstica e autárquica. Embora os relatos não sejam precisos, em mais de um se encontra a referência ao fato que os proprietários desses primeiros barracos oferecidos para locação ou compra eram ou teriam sido empregados das famílias moradoras nas grandes casas situadas na Saint Roman que, muitas vezes, usavam o morro no fundo das casas onde trabalhavam para a criação de animais e o desenvolvimento de pequenas roças, em uma versão citadina da economia de subsistência, e, em função dessa atividade paralela, teriam construído casebres na área.

Tendo como referência a literatura e os relatos dos moradores, pode-se propor que dois fatores foram fundamentais para o início da ocupação do morro com moradias pelas classes populares: as políticas de higienização que estiveram subjacentes à destruição das casas de cômodos no Centro da cidade e bairros próximos, os chamados *cabeças-de-porco* e *cortiços*; e

¹⁶³ Cf. dados de 2002 do SABREN/IPP, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, a ocupação é de 1931.

a urbanização dos bairros da zona sul, em particular de Copacabana, e, em seguida, de Ipanema. A urbanização de Copacabana, em particular através da dinâmica de densificação do uso do solo pela edificação vertical, ao incrementar a presença da indústria da construção civil, junto à presença de pequenas e médias indústrias de confecção, associada ao fim da alternativa de habitações populares na região central da cidade, levaram às classes populares a buscarem alternativas de moradias na zona sul. Uma das alternativas que se efetivou, através da existência de alguns barracos disponíveis para locação e compra e da existência de grande área desocupada no entorno, foi no Morro do Pavão. Ocupação que se desenvolveu através do aumento no número de cômodos nos barracos e o aumento do número de moradias no morro. A articulação da ocupação da favela com a densificação e conseqüente intensificação da presença da construção civil em Copacabana não se limitava apenas à oferta de trabalho, mas também à própria incrementação da ocupação, na medida em que os trabalhadores da construção civil, através de relações diretas ou indiretas com os moradores do morro, ajudavam no fornecimento de material de construção retirado das obras, em geral, e mesmo com seu trabalho. Nessa última situação, quando havia alguma relação mais próxima, normalmente, já constituindo rede social em que trabalho e família se conectavam. As melhorias e mesmo a construção de muitos barracos dependeram, então, do acesso ao material de construção que sobrava após o término das obras de edificação dos prédios no bairro, ofertado pelos trabalhadores aos moradores, através de relações constituidoras de redes de sociabilidade cujos vínculos se intensificavam, a partir dessas práticas.

Na medida em que há espaço e esses sujeitos têm domínio, o *savoir-faire*, da construção, desenvolve-se a autoconstrução como atividade doméstica associada a rede social, tendo como ponto referencial a família, viabilizando a atração por esses primeiros moradores de seus

familiares que, em muitos casos, ainda viviam no sertão, inseridos e dependentes da economia de subsistência. Encontram-se nos relatos inúmeros casos em que o homem jovem recém-casado, às vezes já com filhos, deixou a esposa e crianças na roça e veio procurar trabalho na indústria na capital do país, só trazendo o restante da família, em alguns casos incluindo outros familiares como irmãos, cunhados, sobrinhos, primos e até mesmo os próprios pais, ao se instalar no morro, dada a possibilidade de expansão da moradia e de construção de novas. Embora se encontre entre os moradores envolvidos nessa dinâmica primordial na formação da favela algum oriundo dos estados do nordeste brasileiro, grande parte tem sua origem nas regiões rurais dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo.

Um segundo momento e fator de densificação da ocupação está paradoxalmente ligado à política de remoção das favelas da zona sul. Conforme os relatos, muitas famílias chegaram à favela vinda de outras, situadas na zona sul, que estavam sendo removidas para conjuntos habitacionais na zona oeste, em especial para Cidade de Deus. Um dos relatos apresenta informações particularmente relevantes do ponto de vista da compreensão do grau de legitimidade da ocupação. Assim como entre aqueles que primeiro ocuparam o morro se encontra a realização de relações formais de compra e locação dos hipotéticos proprietários, mesmo que sem reconhecimento jurídico, entre os moradores chegados ao morro vindos de outras favelas também se encontram relações compreendidas pelos moradores como sendo legítimas. No caso, trata-se de como o pai e tio de uma das moradoras mais antigas da favela chegaram ao Pavão-Pavãozinho. Ambos, pai e tio prestavam serviços a órgão da Prefeitura e teriam suas vidas desestruturadas caso fossem removidos para Cidade de Deus, como estava ocorrendo com os demais moradores da favela em que moravam. Então, um superior, funcionário da Prefeitura, teria indicado o Morro do Pavão como local onde não haveria

remoções, especificando a área em que deveriam construir, aquela hoje conhecida como Serafim. Assim, as duas famílias ali se instalaram, construíram seus barracos, ampliaram-nos, construíram moradias para seus filhos e filhas, transformaram os barracos em casas de alvenaria, verticalizaram as edificações, criaram um estoque de moradias e as colocaram no mercado através da venda de uma das construções, entre as quatro que se originaram a partir do dois primeiros barracos construídos na área por indicação de um funcionário da Prefeitura.

Uma breve apresentação da dinâmica de ocupação de uma das áreas da favela e de como essa ocupação tem em sua origem a presença de uma autoridade que, embora informalmente, interfere na dinâmica de ocupação e as torna legítima frente ao entendimento dos sujeitos das classes populares. Afinal, a orientação tinha sido dada por um doutor. Ainda nesse mesmo período, encontra-se a presença da Associação de Moradores controlando e orientando a ocupação e expansão das moradias já existentes.

A dinâmica de ocupação que aparece como ilegal ou informal tomada do ponto de vista jurídico, tem frente aos moradores uma legitimidade dada por autoridades reconhecidas pelos poderes públicos como legítimas. Afinal, tanto os guardas municipais, chamados de Os Trinta, como os primeiros construtores de barracos no morro, provavelmente empregados das casas situadas no bairro, como as indicações de funcionários da Prefeitura ou, posteriormente, da Associação de Moradores, são interlocutores reconhecidos pelos moradores que legitimam a construção da moradia e sua expansão. Embora as construções sejam realizadas e expandidas a partir de avaliações quanto ao risco de perda por intervenção do poder público, demonstrando a existência de um nível de controle sobre a precariedade da legitimidade evocada.

Um outro momento importante na dinâmica de configuração da favela foi o acesso à água e à iluminação doméstica nos anos 60. Até a conquista dessa infra-estrutura tem-se uma

história marcada por muito esforço, pois as condições de acesso à água dependiam de seu transporte em latas de azeite desde o posto do Corpo de Bombeiros, localizado no bairro de Copacabana, no lado oposto a entrada do morro, no início da ocupação e, mais tarde, a partir da construção dos prédios de edifícios em Copacabana, da possibilidade oferecida pelos porteiros ou trabalhadores na construção de pontos de água nesses edifícios. De qualquer maneira, era necessário subir-se o morro, num primeiro momento diretamente na pedra e depois por uma escadaria de madeira precária, carregando as latas de azeite na cabeça, a exemplo das trouxas de roupas carregadas pelas lavadeiras que usavam a lagoa Rodrigo de Freitas, próximo à Catacumba. A imagem é clássica. Já a iluminação elétrica se difundiu a partir da fiação puxada de pontos públicos e depois da Associação. Depois, é o acesso à água e à iluminação doméstica, através da rede pública, mesmo que limitado a algumas áreas da favela, que vai desencadear o começo do movimento de transformação dos barracos de madeira em casas de alvenaria, segundo os relatos. A chegada da água e da luz, de forma institucional, parece ter tido o caráter para os moradores de sinal derradeiro que a possibilidade de remoção e a ilegalidade de suas moradias estava definitivamente descartada. Os barracos de madeira, pendurados no morro, aos poucos vão ficando apenas na memória popular e as casas são cada vez mais construídas ou reformadas utilizando a alvenaria.

Pouco antes desse período, mais precisamente em 1966, ocorreu um grande desabamento no morro em função de fortes chuvas que desalojou muitas famílias tendo, inclusive, vítimas fatais. 13 anos depois, em 1979, há outro desabamento, também deixando muitas famílias sem suas moradias, mas agora sem vítimas fatais. Porém, o mais trágico acidente veio a ocorrer na noite de Natal de 1983 quando, segundo os relatos, em uma das casas mais atingidas pelo desmoronamento ocorria uma das maiores festas da favela. A tragédia teve mortos e feridos,

além da destruição de muitas casas. O motivo do deslizamento mostra claramente os problemas de infra-estrutura que atingem essas áreas e o risco aos quais estavam submetidas a população: o lixo depositado no alto do morro veio a baixo com a chuva, desmoronando a caixa d'água que destruiu vidas e casas de moradores. Muitas casas já construídas em alvenaria, aumentando ainda mais as conseqüências do desastre.

O momento se configura como a grande tragédia na história da favela e marca, segundo a memória dos moradores, uma mudança de postura das autoridades em relação ao Pavão-Pavãozinho. Embora as informações documentais apresentem 1964 como ano onde ocorre a primeira urbanização da favela, através da canalização de água e esgoto, construção de canaletas para o esgoto pluvial e de uma quadra de esportes, fator que estaria associado ao início da mudança no padrão construtivo do barraco de madeira ou mesmo estuque para as casas de alvenaria, a grande transformação se deu a partir de meados dos anos 80 com a política de urbanização das favelas pelo governo de Leonel Brizola¹⁶⁴. A referência a esse momento e ao político é muito forte nas narrativas dos moradores mais antigos. Conforme documento oficial¹⁶⁵, foi no Pavão-Pavãozinho e Cantagalo onde o programa de regularização fundiária Cada família um lote teve sua implantação mais completa, pois além da regularização de muitos lotes foram realizadas obras de infra-estrutura e instalação de equipamentos. Foram edificadas prédios para moradia junto a abertura da Estrada do Cantagalo, cuja construção permitiu o acesso a entrada da favela, mas que exigiu a destruição de moradias e uma igreja, invertendo completamente a dinâmica das ações realizadas pelo Estado, em seu diferentes níveis, nas favelas até então, ao romper com a política de remoção

¹⁶⁴ Entre 1983 e 1986.

¹⁶⁵ Cf. Programa especial de urbanização para Cantagalo e Pavão-Pavãozinho, CEHAB-RJ, Rio de Janeiro, 1985, mimeo.

das populações para conjuntos habitacionais construídos na periferia da cidade e criar as condições para a sua permanência.

Pela primeira vez, a política implantada pelo Estado era de garantir a permanência dos moradores na própria favela. Mesmo dos moradores das casas que foram removidas para abertura da via. Estes tiveram acesso facilitado aos apartamentos no prédio construído na própria Estrada do Cantagalo. Outra obra de impacto foi a construção no Pavão-Pavãozinho do Plano inclinado com a instalação do elevador para facilitar o acesso dos moradores ao morro. Também a implantação desse equipamento e suas estações implicaram na remoção de moradias e na construção, junto ao próprio Plano inclinado, de prédios de apartamentos para onde foram os moradores das habitações removidas e outras consideradas em áreas de risco. A infra-estrutura e equipamentos instalados nessa intervenção paradigmática de ações urbanísticas em favela foram: abertura da Estrada do Cantagalo, reforma e ampliação da rede de água e esgoto sanitário, elevador Plano inclinado, construção de prédio de apartamentos no Cantagalo, construção de prédio de apartamentos no Pavão-Pavãozinho, construção de edifício para igreja Evangélica que foi demolida para abertura da Estrada, construção de cinco casas no Cantagalo para família remanejadas pela abertura da estrada, construção e reconstrução de vias internas às favela, em especial das escadarias no Pavão-Pavãozinho, construção de casas para famílias cujas casas estavam em situação de risco, transferência da propriedade do lote¹⁶⁶. Dezoito anos após a implantação desse programa, pode-se avaliar como ainda problemática a questão da propriedade da terra, pois muitos relatos se referem ao recebimento de um

¹⁶⁶ Informações dos moradores, Associação e técnicos da Prefeitura consultados informam que a regularização foi muito limitada e algumas das realizadas apresentam problemas jurídicos.

documento provisório, enquanto documentos da época afirmam terem sido distribuídos títulos de propriedade¹⁶⁷.

Assim, aparece no interior da favela as mais diferentes situações em relação a propriedade da moradia, desde os proprietários com título de propriedade até as posses absolutamente informais, passando por distintos níveis de legitimidade e litígios, onde o registro na Associação de Moradores ocupa posição central de legalização prática. Todavia, é inegável que em virtude dessas ações a condição na área foi excepcional durante muito tempo em relação às demais favelas da cidade. Essa diferença não se mantém, devido a implantação e extensão nos últimos anos pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro do Programa Favela-Bairro que, aliás, encontra-se no momento em implantação no Pavão-Pavãozinho e Cantagalo. E, mais uma vez, apresenta como principal diferença em relação ao padrão utilizado nas demais favelas onde já foi implantado, o projeto de construção de prédios de edifícios destinados aos moradores de moradias que deverão ser removidas. Permanece a distinção.

Se o emprego da alvenaria remonta aos anos 70, em função do acesso à água e iluminação doméstica, mesmo que parcial, uma parcialidade que foi responsável por uma melhoria extensiva ao conjunto da favela, pois facilitava a extensão das redes de infraestrutura de maneira informal, com menores riscos e maior estabilidade no fornecimento, e da percepção que a possibilidade da remoção se tornava cada vez mais distante; a verticalização aparece como um terceiro momento de aceleração na densificação da ocupação nas favelas, imediatamente associado às políticas de regularização fundiária e de urbanização implementadas nos anos 80. Essa transformação dos barracos de madeira em alvenaria e em seguida a verticalização das edificações está, também, relacionada com a disponibilidade de

¹⁶⁷ Cf. Programa especial de urbanização para Cantagalo e Pavão-Pavãozinho, CEHAB-RJ, Rio de Janeiro, 1985, mimeo..

acesso maior a determinados materiais de construção. A diminuição no custo do material de construção de alvenaria, em relação ao custo da madeira, e o domínio da técnica de feitura das lajes, a partir da difusão no país do pré-moldado, assim como o alto custo, em termos de uma relação custo-benefício, dos materiais empregados para o acabamento, em especial do reboco e pintura, são fatores fundamentais para a compreensão da mudança no padrão construtivo e de ocupação que vieram a configurar as favelas com a imagem que hoje reconhecemos como sendo própria delas: ocupação altamente densa de edificações em alvenaria e cada vez mais verticalizadas, sem acabamento, tendo a cobertura na forma de lajes.

As lajes desempenham funções fundamentais para a vida social e material nas favelas contemporâneas, pois tanto servem para a expansão futura da edificação, como para atividades de sociabilidade, similar a função do antigo quintal, onde se desenvolvem os churrascos com amigos e familiares, regado a cerveja e embalado pelo samba. Também são apropriadas pelas crianças como área de lazer, na medida em que a densificação do uso do solo e o padrão de ocupação escassearam os espaços públicos e, num sentido oposto, pelos envolvidos em atividades criminosas como caminhos alternativos pelo alto para fugas ou posto de controle da movimentação na área da polícia ou de inimigos, cuja aproximação é sinalizada pelas pipas dos garotos que atuam como olheiros ou pela detonação de fogos de artifício.

8.4. A ocupação em números

O acompanhamento do ritmo de ocupação, desde dados quantitativos sobre o crescimento do número moradias e habitantes, a partir de 1984 até 2002, no Pavão-Pavãozinho, permite que se tenha uma noção mais clara da dinâmica existente nos últimos 20

anos, exatamente o período em que a favela assume a configuração atual. No entanto, parece importante salientar nesse momento os problemas que os dados tratados apresentam.

Se a comparação entre dados de diferentes fontes é por princípio perigosa e imprecisa, e se assume aqui o risco e a imprecisão como não sendo grandes o suficiente para que se abra mão de sua apresentação, tomando-se como mais relevante o que indicam essas informações, tem-se presente que mesmo aquelas originárias das mesmas fontes, no caso o IBGE para os anos de 1991 e 2000 e a Prefeitura em 1984 e 2002, não estão submetidas a mesma metodologia, logo trazendo também problemas em relação a sua manipulação. Aliás, o problema das distorções leva à opção de se descartar os dados relativos a 1996 do IBGE, pois apresentam números absolutamente incompatíveis com os demais dados, seja tomando-se as relações internas a série, seja tendo-se como referência a literatura sobre o assunto ou mesmo as informações primárias coletadas com a população. Além disso, a contagem de 1996, a partir dos dados do censo de 1991, é reconhecida por técnicos e estudiosos como trazendo enormes e graves problemas em seus resultados, apesar de não existirem posições oficiais sobre o problema, nem mesmo na literatura que manipula mais sistematicamente os dados do IBGE. Em que pesem as ressalvas, os dados trazem informações absolutamente relevantes na relação interna entre moradias e habitantes e permitem a quantificação da dinâmica de ocupação e seu padrão detectados no trabalho de campo, em especial pelas entrevistas, mesmo que aproximada em função dos problemas de comparação.

A Tabela II apresenta nitidamente o crescimento do número de habitantes e de domicílios no intervalo de 18 anos, em que pese a diminuição do número de habitantes entre 1984 e 1991, problema que será tratado mais adiante.

TABELA II: Domicílio e habitantes

	1984*	1991**	2000***	2002****
Domicílios	716	827	1.283	1.809
Habitantes	3.312	3.026	4.256	5.780

* Cf. documento Programa especial de urbanização para Cantagalo e Pavão-Pavãozinho, CEHAB-RJ, Rio de Janeiro, 1985, mimeo.

** Dados do censo do IBGE, cf. documento Programa especial de urbanização para Cantagalo e Pavão-Pavãozinho, CEHAB-RJ, Rio de Janeiro, 1985, mimeo.

*** Cf. Censo IBGE 2000, micro-dados do universo, IBGE, 2002.

**** Cf. dados do diagnóstico para implantação do Programa Favela-Bairro, Secretaria Municipal de Habitação da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2002.

Na Tabela III, tem-se a série em termos das alterações na densidade populacional em relação aos domicílios, informação mais fina que permite se perceber um fenômeno bastante revelador: o da diminuição da densidade habitante/residência.

TABELA III: Densidade

	1984	1991	2000	2002
Densidade	4,62	3,66	3,32	3,19

Os dados da Tabela III apresentam uma queda sistemática, embora decrescente, na densidade a partir de 1984. Essa constatação pode ser entendida em função da intensificação no uso do solo, através da verticalização das edificações e o conseqüente aumento do número de moradias na mesma área. A essa dinâmica se pode conectar, a partir das informações qualitativas dos moradores, o surgimento de quartos e apartamentos para locação, fenômeno que deve ter contribuído para esse decréscimo da relação habitante/moradia.

Infelizmente, não se têm dados sobre a densificação da área construída, isto é, sobre o uso do solo, porém, a análise de fotos e aerofotogramétricos da área permite a visão da

intensificação no uso do solo, baseado na transformação do padrão de ocupação do barraco de madeira ou mesmo da casa de alvenaria para a edificação de moradias na forma de apartamentos autônomos em construções verticais. Pode-se supor, assim, que a densificação da área construída seria o fator explicativo do decréscimo no número de habitantes por moradia, fenômeno cuja expressão mais radicalizada na alteração da relação com o uso das moradias seria o desenvolvimento de um mercado de locação de quartos.

A análise do crescimento do número de moradias, conforme a Tabela IV abaixo, derivada da Tabela II, embora contaminada pelo problema decorrente da comparação entre dados de diferentes instituições e metodologias, demonstra como ocorre uma aceleração nos anos 90 no aumento do número de domicílios, que permanece na entrada desse novo século.

TABELA IV: Crescimento no número de moradias

Moradias/período	1984-1991	1991-2000	2000-2002
Aumento	111	456	526
Crescimento %	15,5%	55,1%	40,9%
Crescimento/ano*	15,85	50,6	263

* O crescimento do número de moradias por ano é uma projeção linear.

A Tabela IV acima mostra o grau de intensificação no ritmo de ocupação do uso do solo na favela, pois não se constata uma extensão territorial da área, isto é, os limites da favela, devido à ocupação formal em seu entorno, por limitações geológicas ou por razões históricas, no caso do limite com o Cantagalo, não sofreram modificações. Dessa forma, os dados acima revelam uma dinâmica de intensificação da ocupação da favela em termos do número de moradias construídas que se acelera nos anos 90 e que parece manter seu ritmo de

aceleração no início da nova década. Tal dinâmica e ritmo são confirmados pelas informações qualitativas e, mesmo, pela literatura sobre as favelas no Rio de Janeiro no período¹⁶⁸.

Todavia, ao tomar-se como referência a experiência¹⁶⁹ na análise de dados em que se compara a informação coletada diretamente aos dados do censo do IBGE pode-se propor que esses últimos números tendam a apresentar valores subestimados em relação às informações coletadas por outras fontes *in loco*. Assim, na Tabela IV, o 1º intervalo, 1984-1991, pode apresentar um desvio para menos, pois os números de 1984 são oriundos de pesquisa realizada por técnicos da Prefeitura destinada a nortear a regularização e urbanização da favela, enquanto os dados de 1991 são do censo. Inversamente, o último intervalo, relativo ao período entre 2000 e 2002, talvez esteja superestimado pelo mesmo motivo, na medida em que o dado base de 2000 é fruto do censo e o de 2002 de pesquisa realizada para o diagnóstico da situação da favela visando subsidiar a implementação do Programa Favela-Bairro. O que é importante reter-se é a aceleração do crescimento do número de moradias, a partir da década de 90.

Em relação ao crescimento da população, a Tabela V abaixo, com base nas mesmas fontes, apresenta nos dois últimos períodos um movimento similar, embora com taxas menores, ao crescimento do número de moradias.

TABELA V: Crescimento do número de habitantes

Habitantes/ano	1984-1991	1991-2000	2000-2002
Aumento	-286	1230	1524
Crescimento %	-8,6%	40%	35,8%
Crescimento/ano*	- 40,85	136,6	762

* O crescimento do número de habitantes por ano é uma projeção linear.

¹⁶⁸ Cf. Lago e Ribeiro (2001)

¹⁶⁹ As diferentes escalas envolvidas e o tempo para revisão dos dados coletados explicam a diferença de precisão.

As taxas menores de crescimento populacional em relação as de moradias, entre 1991 e 2000 e 2000 e 2002, estão em sintonia com a evolução detectada no que se refere a densidade habitante por moradia. No entanto, o período entre 1984 e 1991 traz uma informação que merece uma atenção especial. Mesmo que esteja superestimada a diminuição no número de habitantes, devido aos problemas acima tratados na comparação de dados de diferentes fontes, no caso aqueles coletados pela Prefeitura em 1984 e os do censo do IBGE de 1991, a quantidade impressiona. Uma hipótese para explicar esse movimento de diminuição no número de habitantes seria que a regularização e urbanização implicaram em um maior controle pelos antigos moradores da entrada de novos, fenômeno que poderia estar associado a um efeito de encarecimento das moradias, também devido a regularização e melhoria nas condições de infra-estrutura, o que causaria o aumento no número de moradias vendidas, hipoteticamente, para famílias em melhor situação econômica e, provavelmente, menores. Desde os testemunhos não há informações que apontem tal explicação para o fenômeno, porém nas entrevistas com os moradores, o final dos anos de 1980 e o início da década de noventa são apontados como período de grande instabilidade em termos de segurança na área. Abre-se outra linha de interpretação do fenômeno da diminuição do número de habitantes.

O efeito da violência em uma favela pode trazer impacto discrepante em termos de uma análise quantitativa. Os anos pré Eco 92, apontado como evento que marcou um controle maior da violência entre os bandos de traficantes, são lembrados como um período de violência intensa na favela, mesmo que restritos a um ou dois anos, o que pode explicar o decréscimo populacional no período entre 1984-1991. É comum a saída da população em momentos de violência aguda, movimento de retirada tanto maior quanto mais tempo a violência dure. Além disso, nesses momentos muitas vezes famílias inteiras são expulsas de

suas moradias quando os bandos armados que controlam o tráfico nas favelas mudam, em função de ligações de algum familiar com o bando derrotado, e, também, é comum serem impedidos nesses períodos de instabilidade no domínio armado da área a entrada de novos moradores. Tais fatores articulados constroem um painel que permite compreender-se essa particular dinâmica de diminuição da população na segunda metade dos anos oitenta e início dos noventa.

Tal como os moradores já apontavam, os dados quantitativos mostram a aceleração e intensificação da ocupação nos anos noventa, porém, a partir das quantidades, tem-se uma noção mais precisa da proporção numérica dessa dinâmica. Junto ao aumento da população e do número de moradias os dados mostram a diminuição da densidade populacional em relação ao número de moradias, o que se explica pelo aumento da autonomia residencial que a extensão das famílias ganha com a utilização da laje e verticalização das edificações, através da construção de apartamentos sobre as antigas moradias para as novas alianças matrimoniais e, também, pelo surgimento de um mercado de locação de quartos.

8.5. A metrópole praticada desde a favela: a mobilidade espacial

Os relatos dos moradores permitem estabelecer as relações e implicações em termos identitários de suas práticas espaciais. Relatos que muitas vezes assumem a dimensão de verdadeiros testemunhos, pois o contato com o pesquisador e a temática colocada em pauta possibilita que muitos dos entrevistados façam dos relatos testemunhos de sua existência, assumindo frente ao outro o papel de sujeito da história. São esses testemunhos que tornam claro que o espaço experiencial tem uma escala metropolitana, tanto quanto profundamente enraizado na própria favela. Essa articulação, aparentemente contraditória, entre uma

territorialidade metropolitana que faz parte da experiência existencial dos moradores, independente da geração, e o enraizamento na própria favela, aparece sistematicamente.

Embora com o passar dos anos e o envelhecimento aumente a dificuldade em vencer o obstáculo que são as escadarias para o deslocamento e contato com outras áreas da metrópole, o que se detecta é uma apropriação do espaço em uma escala metropolitana, embora limitada. A restrição se apresenta como uma restrição de classe, ou seja, o espaço metropolitano praticado pelos moradores, seja em virtude de relações familiares, trabalho ou lazer, está delimitado às áreas mais pobres da metrópole. Na Baixada Fluminense, particularmente Queimados e Vilar dos Teles, São Gonçalo, ou na cidade do Rio de Janeiro, em especial na zona oeste, em Jacarepaguá ou Cidade de Deus, o que narram os moradores é a dinâmica de apropriação de um espaço onde estão as classes populares, isto é, seus iguais. Em que pesem as distâncias desse espaço metropolitano das classes populares e sua não-contigüidade, os relatos indicam que as áreas apropriadas se constituem enquanto territorialidade, entendida como espaço praticado e aos quais suas existências estão ligadas.

Entretanto, o fenômeno da precarização do trabalho tem dado outros contornos a função desse aspecto na constituição da territorialidade das classes populares no Rio de Janeiro metropolitano. Se em tempos passados a extensão do território praticado na escala metropolitana esteve articulada ao espaço do trabalho, tendo-se como referência o período imediatamente posterior ao começo da ocupação e a polarização pela oferta de trabalho na construção civil no entorno imediato, atualmente o trabalho precário associado a presença de familiares em outras áreas da metrópole tem levado a um movimento de circulação em busca da diminuição de custos de moradia.

Em alguns relatos aparecem experiências de tentativa de moradia em áreas mais distantes, às vezes nos limites da metrópole, em função do preço da moradia, seja no caso de aluguel, seja no caso de venda da residência por um valor acima daquele que será investido na aquisição de outra moradia em área mais distante. Essa mobilidade nem sempre é bem sucedida, levando os atores a retornarem ao local de origem, devido a proximidade de maiores possibilidades de atividades monetárias e a necessidade de diminuição nos custos de transporte, mesmo que com um custo de moradia e riscos de violência maiores. Situações como essa aparecem tanto vivenciadas pelos próprios entrevistados como, em grande parte das vezes, através da experiência de outros membros da rede social familiar trazidas à entrevista.

De forma mais recorrente, o fenômeno da apropriação da metrópole pelos moradores das famílias mais antigas do Pavão-Pavãozinho aparece como sendo fruto da extensão territorial de suas redes sociais familiares e cuja apropriação ocorre de maneira esporádica, através de visitas e participação em atividades de lazer. A existência de membros da rede social familiar vivendo em áreas distantes no interior da metrópole não impede a convivência entre eles, antes pelo contrário, pois funciona como um pólo de atração que se transforma em fator de criação de vínculos com essas outras áreas. Essa dinâmica de apropriação de territórios em uma escala metropolitana¹⁷⁰, através dos vínculos familiares, em geral, se desenvolve da infância até a idade adulta, com especial ênfase na juventude.

Nos relatos dos sujeitos da 1ª geração, a prática do território da metrópole está normalmente referida ao passado, pois, além das relações de trabalho, que levavam a extensão do domínio territorial, as especificamente ligadas a rede social familiar aparecem normalmente dependente das atividades de lazer que tendem a ser menos praticadas na medida em que a

¹⁷⁰ Dinâmica encontrada pelo Censo 2000, embora referida aos deslocamentos realizados em função de trabalho e estudo, cf. Comentários dos resultados, no Censo demográfico 2000.

idade dos sujeitos sociais avançam. Enquanto na idade adulta e na infância estavam predominantemente vinculadas às festas familiares, na juventude se manifestam, tanto na 1ª como na 3ª geração, através da participação em festas/bailes ou práticas esportivas. Em todas as situações permitindo a criação de laços espaciais além dos limites do próprio lugar de moradia.

Circulação que, cada vez mais, restringe-se aos espaços com a presença de membros da rede social familiar, fortalecendo a função dessa rede ao mesmo tempo em que aumenta a dependência dela, tanto em termos da intensificação dos vínculos como da extensão no tempo de sua influência, pois a escola e o trabalho, instituições que potencialmente permitiriam um alargamento das redes de sociabilidade, a partir da adolescência e idade adulta, através de uma recomposição da rede formada na infância desde a polarização dada pelas relações da rede social familiar estabelecida pelas gerações anteriores, cumprem cada vez menos a função de socialização para fora da rede social familiar. Eis um aspecto do aumento das funções dessa rede social familiar.

Em relação às jovens individualidades, a constatação é que ao se afastarem ou perderem a referência em suas redes sociais familiares ficam mais vulneráveis a serem polarizadas pelas redes de relações ligadas ao tráfico e às atividades criminosas. A situação se torna dramática tomada desde o testemunho de jovens do sexo masculino, por princípio, inseridos em suas redes familiares. Esses sujeitos da pesquisa ao chegarem por volta dos 20 anos já contam com poucos amigos do círculo da adolescência e infância, em virtude da grande quantidade de jovens que morrem nos conflitos armados ligados ao tráfico¹⁷¹, seja por estarem envolvidos

¹⁷¹ “O aumento do número de mortes entre jovens do sexo masculino já começa a afetar a proporção de homens e mulheres no país, segundo a Síntese dos Indicadores Sociais do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Além da expectativa de vida maior das mulheres, as mortes não-naturais (causadas por acidentes ou

diretamente nas atividades criminosas, seja por apenas serem jovens do sexo masculino moradores de favela, o que os inclui no perfil construído pela representação social e incorporado pela polícia e bandos armados originários de outros lugares como potencial *soldado do tráfico*¹⁷². Enquanto as meninas, mesmo estando menos expostas a esse fator de risco, ou seja, estarem ou serem percebidas como potencialmente ligadas diretamente ou indiretamente às atividades do tráfico, também tendem a rapidamente saírem do circuito jovem pela maternidade na adolescência¹⁷³.

A diminuição do período de vida juvenil, embora mais extrema para aqueles que se afastam da rede social familiar, atinge ao conjunto dos jovens, levando aos que pertencem a redes sociais familiares a fortalecerem seus vínculos de dependência com esta, aprofundando as relações existentes com as extensões da rede na escala metropolitana, ao mesmo tempo em que aceleram e intensificam a dinâmica de enraizamento na própria favela. Dessa maneira, a prática extensiva do espaço metropolitano fica cada vez mais restrita às relações atravessadas pelas redes sociais familiares.

O tema da mudança, enquanto mobilidade espacial, está presente nas entrevistas e sempre quando abordado leva o entrevistado à apresentação de suas formulações sobre as vantagens e desvantagens de tal possibilidade. Na maior parte das vezes, a possibilidade de

atos de violência) entre homens de 20 a 24 anos chegam a ser dez vezes maiores do que a de mulheres nesta mesma faixa etária. Nem sempre foi assim. De 1980 a 2003, o número de mortes por causas externas passou de 121 para 184 a cada 100 mil habitantes. Antes, as mortes por causas naturais superavam as violentas. Entre as mulheres, a taxa permaneceu praticamente inalterada neste período. Os jovens de 20 a 24 anos são os principais alvos de mortes violentas” (<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u106006.shtml>).

¹⁷² Expressão aplicada àqueles envolvidos nas atividades armadas do tráfico.

¹⁷³ “(...) segundo uma pesquisa inédita da Unesco (órgão da ONU para educação, ciência e cultura)...: levantamento feito com mais de 10 mil jovens nos 26 Estados do país apontou que as meninas deixam mais a escola do que os meninos na faixa etária dos 15 a 17 anos. As três principais causas para o afastamento prematuro da escola são necessidade de trabalhar, gravidez não-planejada e dificuldades de aprendizado. (...) De 1991 a 2000, houve um aumento de 25% na fecundidade de jovens de 15 a 19 anos. Já de 2002 para 2003, de acordo com dados do IBGE sobre registro civil, houve um aumento de 12% nos partos de adolescentes - menor que a média da década anterior” (Folha de São Paulo, 5 de janeiro de 2005, pp. C1).

sair da favela é descartada em virtude da impossibilidade de transferência de toda a rede social familiar conjuntamente. Embora seja uma alternativa, em geral, avaliada positivamente, sobretudo nos mais idosos da 1ª geração, mesmo que o lugar projetado como objetivo para mudança tenha condições de infra-estrutura e equipamentos mais precários reconhecidos pelo próprio entrevistado. Isto é, ao nível da formulação discursiva dos sujeitos, não são as condições urbanas que fazem as famílias permanecerem na favela, mas a impossibilidade de todos se mudarem, impossibilidade que, em geral, está associada exatamente às positivities locacionais existentes na favela e ao seu enraizamento.

Tal problema para a mobilidade espacial se apresenta independente das gerações, tanto para a 1ª como para a 3ª geração. Ou seja, os vínculos e as relações de dependência no interior da rede social familiar situada na mesma favela, apresentam-se como um fator impeditivo da mobilidade espacial, independente da geração. Mesmo quando existem ramificações da rede social em outras áreas da metrópole, os vínculos de enraizamento se impõem em termos territoriais. Obviamente, não impede que haja um número muito grande de famílias antigas que tenham deixado, ao longo dos anos, o morro, mas explica a grande quantidade de famílias formadoras da favela ainda presente, mesmo após décadas e com todas as transformações que a área e as sociabilidades passaram. Aliás, a realização da pesquisa permitiu que tanto os membros da Associação como os próprios entrevistados se mostrassem surpresos com o número de famílias antigas ainda morando no morro. A reação inicial era sempre de considerar que existiriam poucas famílias antigas ainda vivendo ali, impressão que se desfazia na medida em que os interlocutores passavam a refletir sobre quem entre a vizinhança pertencia a alguma família ligada aos primórdios da ocupação. Não eram poucos. Possivelmente, a densificação e o aumento do número de moradores e moradias, junto a

grande quantidade de pessoas que passaram a residir temporariamente no interior da favela, expliquem essa impressão inicial incorreta dos moradores.

Na maior parte dos depoimentos, a 1^a geração expressa mais sistematicamente vontade de trocar a vida na favela por um lugar mais tranquilo e, normalmente, com características mais interioranas, porém eles não têm interesse em separar-se de filhos, netos, noras, sobrinhos, agregados e demais componentes de sua rede social familiar que não tem possibilidade de se mudar. As dimensões e expansão das moradias ao longo do tempo contribuem para essa dificuldade. Embora muitos dos membros da 3^a geração se manifestem contrários à mudança pela avaliação da relação custo-benefício, mesmo expressando vontade de viver em outros lugares, outros remetem o problema exatamente à necessidade da proximidade de equipamentos e serviços de saúde para o atendimento dos idosos. E os idosos, em relação ao tema, colocam entre suas justificativas para preferirem sair a dificuldade de deslocamento em função da quantidade, extensão e inclinação das escadarias que atendem à maior parte dos moradores.

8.6. Representação gráfica ligada ao discurso: os mapas mentais

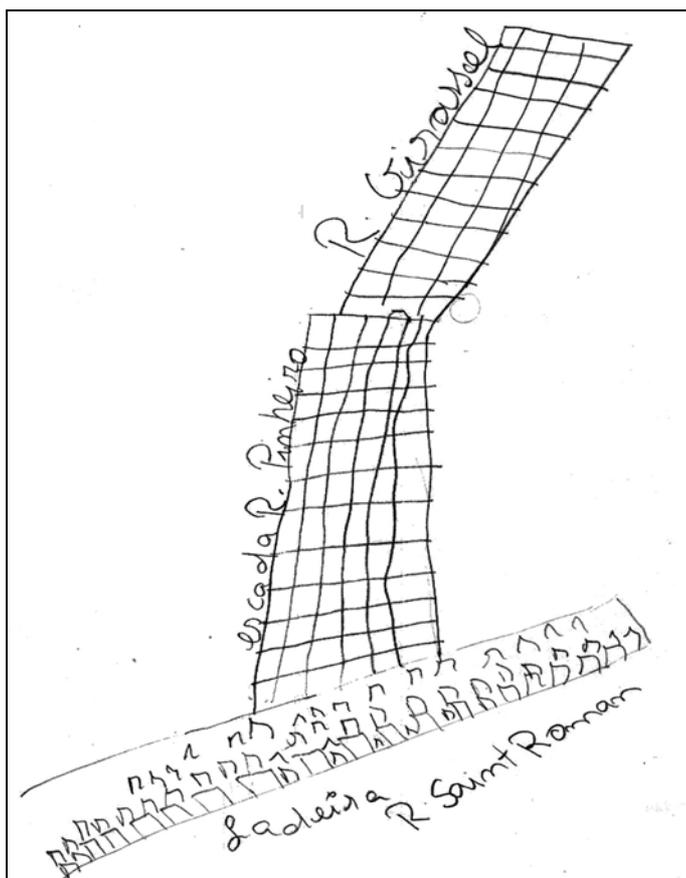
O fardo da configuração do território da favela, mesmo após a urbanização de 1984, emerge contundente não só nos testemunhos da 1^a geração, mas também nos mapas mentais¹⁷⁴ aplicados no conjunto dos entrevistados. Em que pese as resistências que os idosos tendem em geral a manifestar quando são solicitados a desenharem o mapa do local onde moram, as experiências em pesquisa anteriores confirmadas nesse campo mostram que a utilização dessa técnica tem razoável abrangência, na medida em que pessoas não-alfabetizadas conseguem

¹⁷⁴ Cf. Lynch (1984).

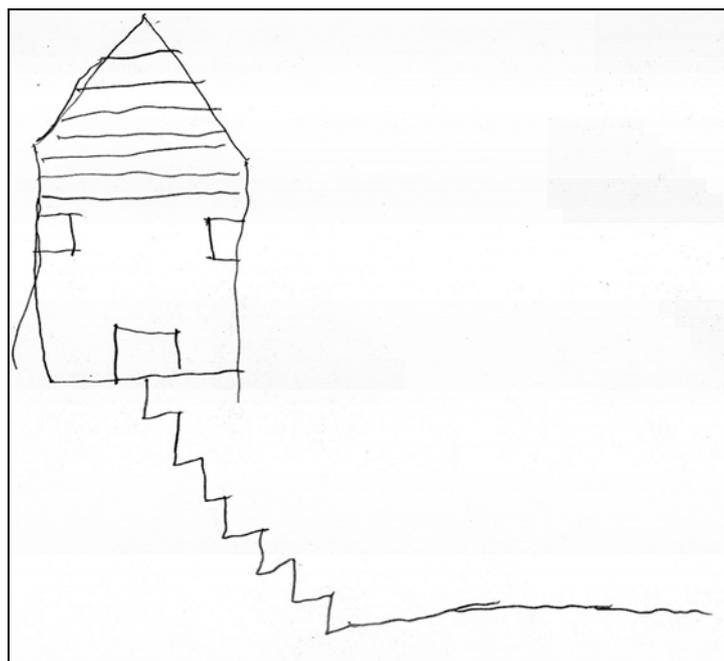
representar seu espaço. Porém, nesse caso, alguns sujeitos da 1ª geração apresentavam dificuldade para conseguir desenhar, que parecem ser de tonicidade, em virtude de prováveis problemas nas articulações dos dedos, conforme alguns manifestaram. Mesmo assim, em sua quase totalidade, deixaram seus traços de identificação da imagem do lugar em que vivem.

O problema das escadarias, apresentado no item anterior, tem uma expressão contundente ao se observarem os mapas mentais. Com poucas exceções, todos os mapas mentais, das duas gerações, apresentam representações de escadas ou de percursos ascendentes.

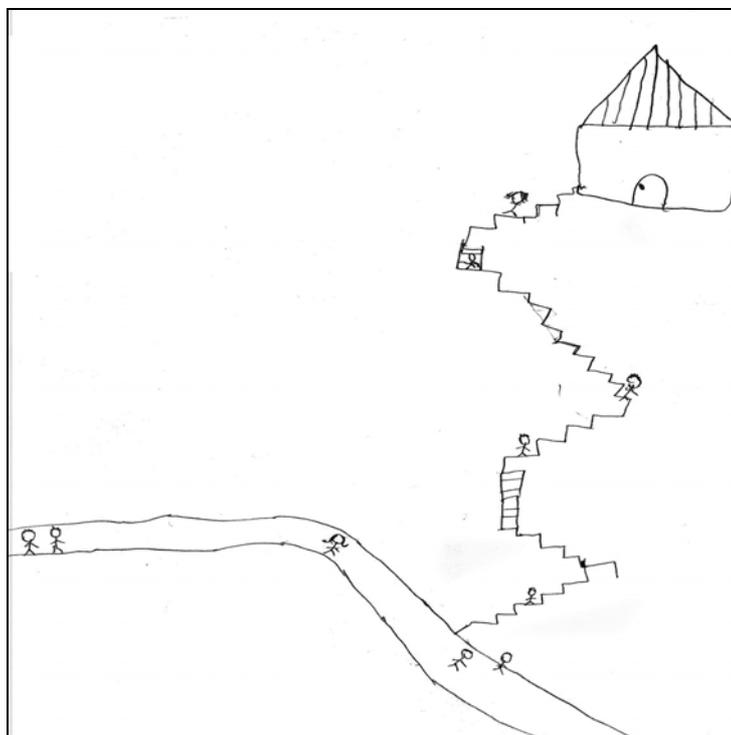
MAPA 2: Mapa mental com limite e escadaria



MAPA 3: Mapa mental de escadaria e casa

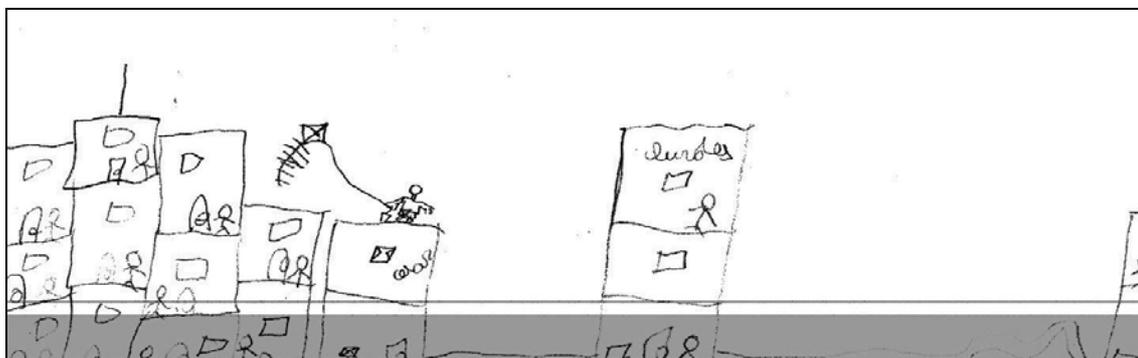


MAPA 4: Mapa mental da subida

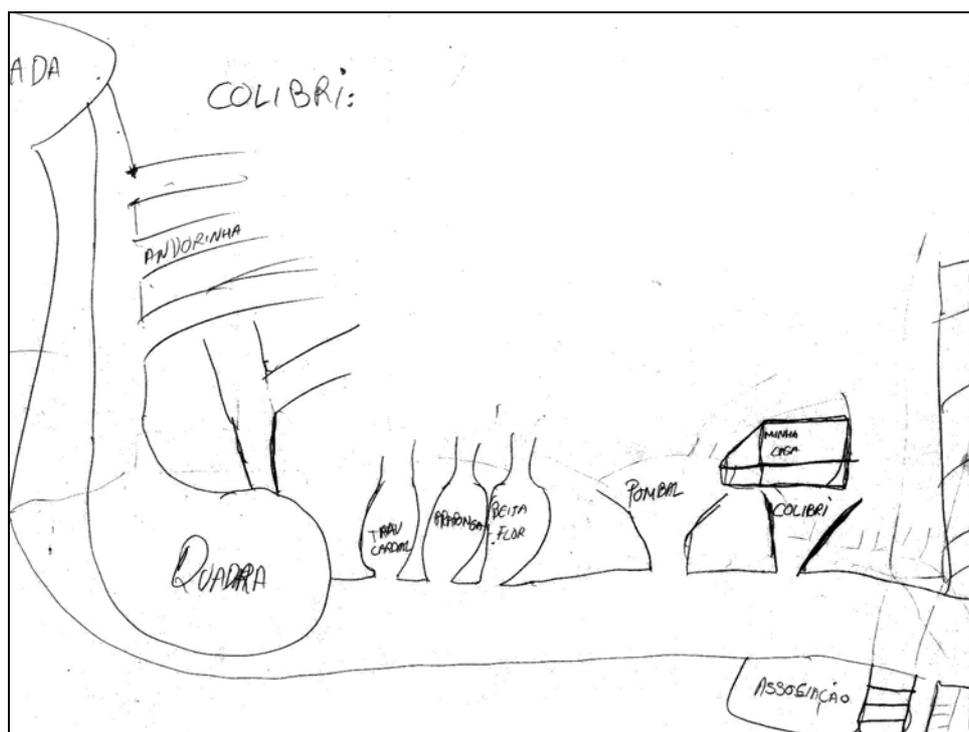


Apenas o mapa mental de uma criança na puberdade, tem um único plano. Aliás, esse desenho em primeiro plano é o único rico em detalhes, em especial mostrando uma criança sobre uma laje soltando pipa, e pessoas no interior das casas. Outro mapa mental que chama atenção pela diferença é o de um jovem que demarca áreas, como a quadra, onde o entrevistado trabalha, e ruas referenciais.

MAPA 5: Mapa mental da criança



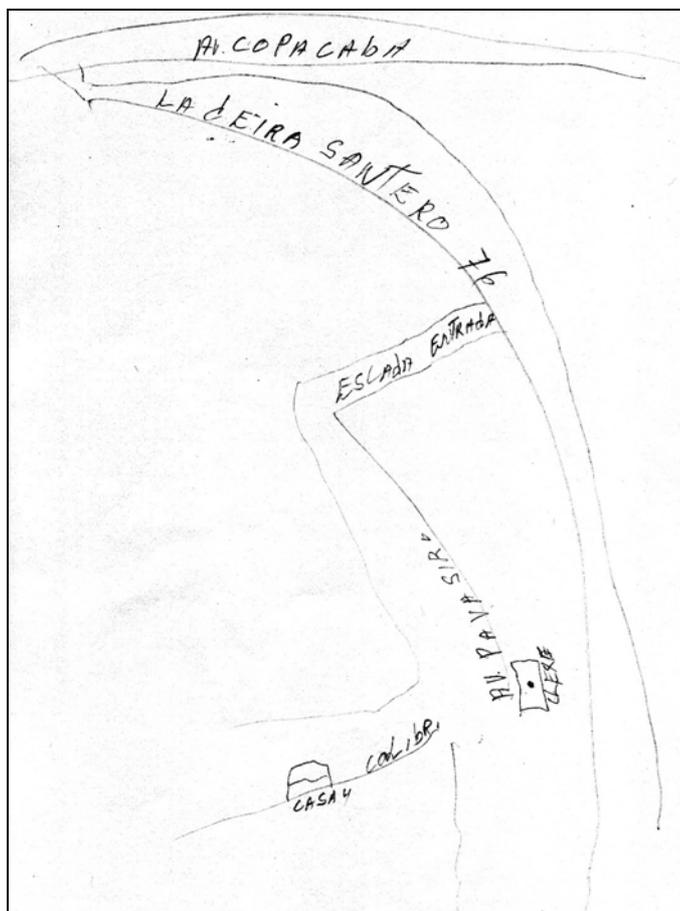
MAPA 6: Mapa mental com ruas e equipamentos



A utilização de números e letras descrevendo o endereço, também, aparece em mais de uma representação gráfica. O emprego de números na rua Saint Roman remete à necessidade

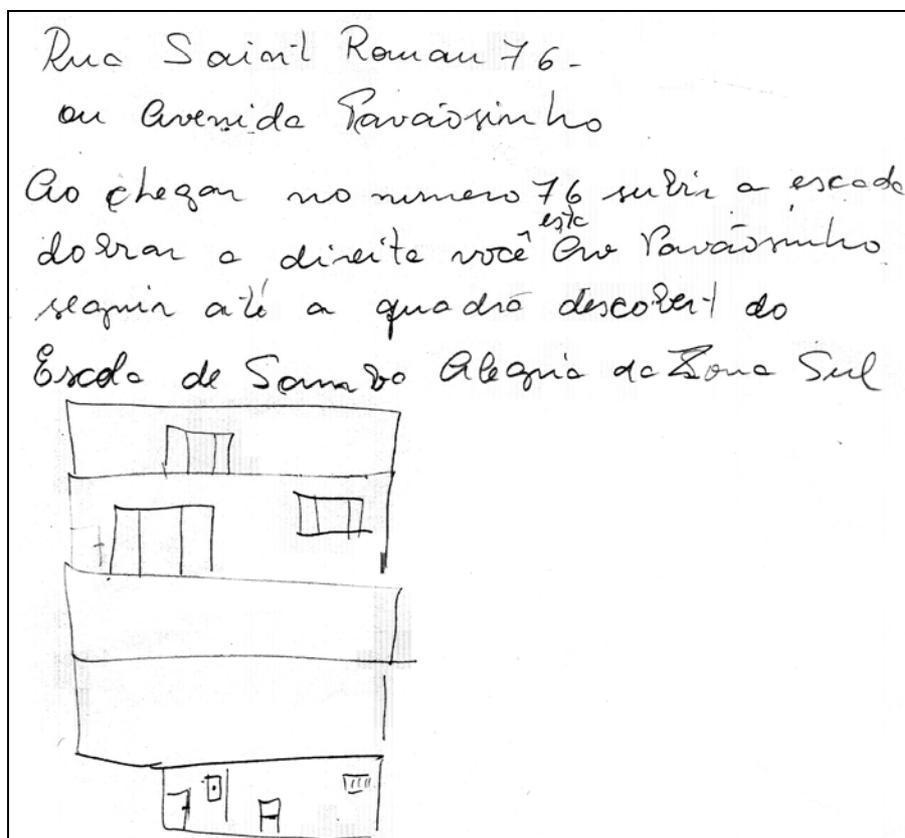
de se vincular ao tecido do bairro formal, algo também constatado em algumas entrevistas ao se tratar do endereço, mesmo que haja uma distribuição interna da correspondência pela Associação, tendo como referência a nomenclatura das ruas e numeração interna. Muitos formulam discursivamente seu endereço associado ao número da escadaria de acesso, a partir da rua Saint Roman, marco formal da localização.

MAPA 7: Mapa mental com número da escada de acesso



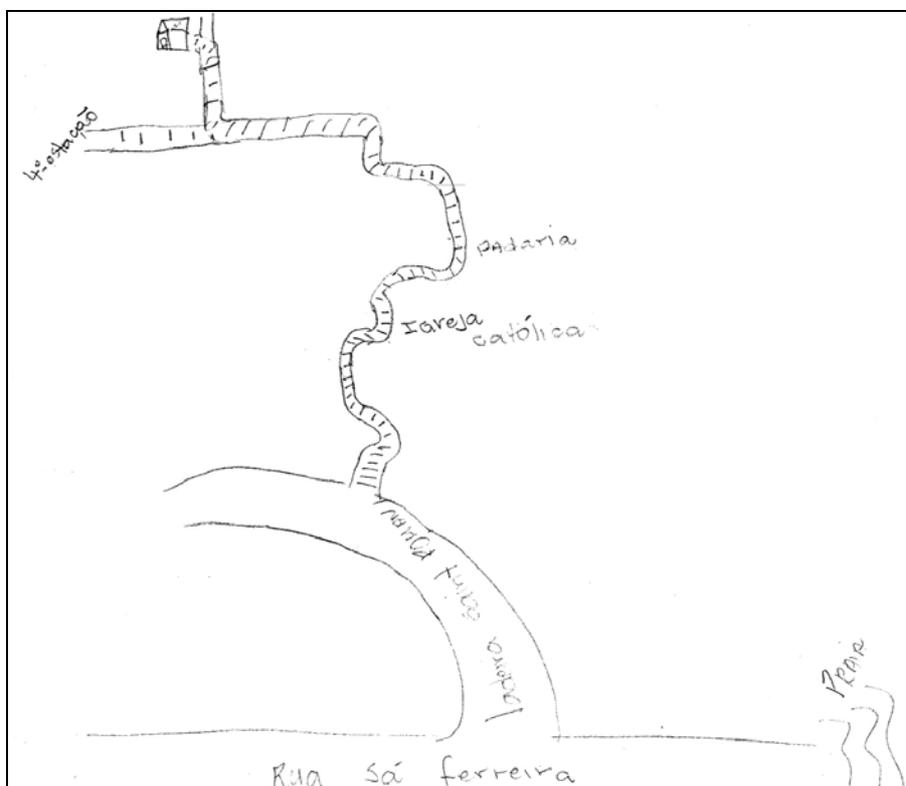
O detalhamento por escrito do endereço, ao invés do desenho do mapa, em apenas dois casos, deixa a impressão em um deles, mesmo que ilustrado com o desenho do prédio onde se situa a moradia, tanto ao comparar-se ao conjunto dos mapas mentais quanto no próprio momento de aplicação da técnica, de afirmação de um traço de distinção: o domínio pleno da linguagem escrita. No outro, parece, antes, dificuldade em manipular o lápis, pois a escrita tem problemas, embora não se deva descartar a possibilidade de tentativa de expressar também o domínio da escrita, mesmo que limitada, pois é bastante valorizado em particular entre os mais idosos, que é o caso, ainda mais tendo à frente o entrevistador e o filho presente, que cumpre papel de liderança política e intelectual do morro, morador nascido e criado que aos poucos foi se tornando um dos principais contatos no campo.

MAPA 8: Mapa mental e domínio da escrita



Outra constatação absolutamente recorrente é que poucos entrevistados incluíram em seu mapa-mental o bairro ou as ruas de Copacabana, com exceção da Saint Roman e Sá Ferreira, que cumprem a nítida função de limite, sendo que a primeira está incorporada ao território. Mesmo a praia e as ruas de acesso aos pontos de ônibus aparecem poucas vezes como parte do território da favela na representação dos moradores.

MAPA 9: Mapa mental e a praia



A dinâmica de segregação da favela do bairro entorno constatada nas entrevistas, confirma-se de maneira absoluta na expressão dos mapas de seu lugar de moradia. Parece intrínseca a compreensão de que seu lugar de moradia é desconhecido pelo morador do resto da cidade, a partir da rua Saint Roman, reafirmando o caráter atribuído a essa rua de interface entre o bairro formal e o território da favela. A seguir, esse aspecto será tratado mais especificamente como parte fundamental para a compreensão da dinâmica de enraizamento e pertencimento.

8.7. O próximo distante: as relações com o entorno

Em relação à hipotética apropriação de territórios com características semelhantes próximos geograficamente, em outras palavras, as favelas vizinhas, tem-se uma situação que pode ser apresentada como aparentemente contraditória. Nos relatos das duas gerações espanta o pouco contato com outras favelas da zona sul, a não ser o Cantagalo que é absolutamente contíguo. As favelas próximas como Vidigal, no Vidigal, a Rocinha, em São Conrado, Ladeira Tabajara, em Copacabana, ou o Chapéu Mangueira, no Leme, apresentam-se como referências territoriais fracas e não como territórios praticados. O mesmo acontece com o conjunto habitacional Cruzada São Sebastião, no Leblon, na divisa com Ipanema, onde moram famílias com condições socioeconômica semelhantes.

Tal situação poderia estar associada ao contemporâneo domínio das favelas por bandos armados de traficantes que impedem a entrada em seus territórios de moradores originários de locais onde atuam grupos rivais. Embora essa situação não possa ser desconsiderada como parte do afastamento social das favelas geograficamente mais próximas, e será particularmente tratada mais adiante, o aparecimento desse distanciamento em relação as favelas vizinhas também nos relatos dos sujeitos da 1ª geração, testemunhos relativos a uma época quando não havia esse controle dos territórios das favelas por bandos armados, enfraquece o argumento. As informações obtidas levam à hipótese de que os fatores de atração das redes sociais familiares para uma favela abrangem um raio razoavelmente extenso, explicando o espraiamento geográfico da rede, sua configuração não-contígua e a intensificação da dependência das relações intrafavela.

Também a relação com o entorno mais imediato, isto é, o bairro de Copacabana, vem ficando mais restrita com o passar dos anos, tanto para a 1ª quanto para a 3ª geração. Se a 1ª

geração ainda pode praticar o bairro em diferentes papéis, seja como usuário de suas áreas de lazer, em particular a praia, seja pelo trabalho, uso do comércio ou mesmo das atividades religiosas, hoje o bairro é apenas um local de passagem para a circulação em direção aos outros territórios dos pobres, salvo as exceções, tipicamente carioca, da praia, ainda ocupada como área de lazer junto às classes médias do bairro e aos turistas, ou o uso do comércio de grande porte, em especial dos supermercados que aceitam os cheques alimentação fornecidos pelo governo do Estado¹⁷⁵.

No entanto, mesmo a praia, em particular o Posto 5 em Copacabana, parece vir perdendo relevância como espaço de lazer, em especial para as crianças e adolescentes, na medida em que se desenvolvem cada vez mais atividades voltadas para essas faixas etárias dentro da própria favela e a estigmatização social sobre os moradores aumenta, além das explosões de violência serem imprevisíveis, deixando os pais e responsáveis pelas crianças cada vez mais preocupados em os terem o mais próximo possível às moradias.

Se as dificuldades de acesso, em função das grandes escadarias que separam o bairro da favela, impedem os mais velhos, a 1ª geração, de praticar Copacabana, os mais jovens tendem a afastar-se por encontrarem ali um espaço hostil a sua presença. Hostilidade que está vinculada tanto à representação social que se construiu dos moradores da favela, sobre tudo dos jovens, estigmatizando-os como violentos e perigosos, como também pela perda de vínculos através do trabalho ou da escola com os moradores do bairro, como existia anteriormente, conforme os relatos dos mais antigos, gerando um movimento de retro-alimentação entre estigmatização e distância social.

¹⁷⁵ Chamado Cheque-cidadão.

Por um lado, a precarização do trabalho e o aumento do desemprego explicam a perda de vínculo entre os adultos das diferentes classes sociais, desencadeando uma dinâmica na qual cada vez mais as relações de trabalho ficam restritas ao mesmo grupo social, incluindo a própria clientela, por outro, a deterioração da escola pública e seu abandono pelas classes médias e classes abastadas fazem com que a convivência das crianças na escola se limite a iguais, o mesmo acontecendo com aqueles que conseguem chegar à adolescência ainda vinculados à escola.

Enquanto os relatos dos adultos mostram, cada vez mais, o desenvolvimento de atividades de trabalho ligadas às redes sociais familiares, na medida em que os empregos formais constituidores de relações institucionalizadas e, por princípio, interclasses e interespaciais são cada vez mais raros ou esporádicos, os testemunhos dos jovens e crianças, por sua vez, permitem uma visão nítida da perda da função da escola enquanto espaço de formação civil fundada na convivência entre diferentes origens de classe. Limites de convivência que se dão por estudarem na escola pública apenas crianças da mesma classe social, sendo muitos moradores da própria favela, outros de favelas vizinhas, alguns filhos de trabalhadores regulares em prédios do bairro, em que a relação com colegas moradores em outras favelas na região tem o desenvolvimento da convivência fora da escola dificultado por ser considerado perigoso, devido a sempre presente possibilidade de explosão de conflitos armados e ao controle da circulação pelos bandos armados de pessoas de outras favelas.

Então, enquanto para fora há essa dinâmica paradoxal, onde se encontra um afastamento social das áreas geograficamente mais próximas e uma proximidade social com áreas distantes, em virtude da dinâmica de distribuição espacial das redes sociais familiares, representação social da favela associada à violência, abandono das escolas públicas pelas

demais classes sociais, precarização das relações de trabalho e restrição da circulação das pessoas nas favelas pelos bandos armados ligados ao tráfico de drogas; para dentro da própria favela há uma intensificação das relações socioeconômicas.

8.8. O fator risco: violência que gera enraizamento e pertencimento

Quanto à problemática da sociabilidade violenta¹⁷⁶, a transformação na última década das favelas cariocas em territórios ocupados por bandos armados de traficantes, sempre com a possibilidade latente da eclosão de algum conflito armado entre bandos rivais ou destes com a polícia, conflitos que teriam se intensificado pela hipotética diminuição do suborno aos policiais¹⁷⁷, levou os moradores a evitarem o máximo possível a circulação fora da favela. Essa tática garante um maior controle pelos moradores da possibilidade de eclosão de conflitos armados e, logo, de se efetivarem ações visando a segurança de sua rede social familiar. Além disso, essas redes sociais familiares, cada vez mais, procuram preservar as novas gerações da exposição ao contato com a violência e com as individualidades ligadas ao tráfico, o chamado *movimento*.

A relação desse contexto com o desenvolvimento de dinâmicas de enraizamento e sentimento de pertencimento remete, além dos fatores de controle maior do território e dos acontecimentos em seu interior, a necessariamente menor e mais atenta circulação não só no interior da favela como em seus acessos, pois se trata de território sempre passível de ser atacado pelas forças policiais, tanto como pelos demais bandos armados. Se o enraizamento é uma alternativa para melhor controlar a instabilidade da violência e seus níveis altamente letais, dado o armamento utilizado por todos os envolvidos no conflito e, logo, da segurança

¹⁷⁶ Cf. Machado (2004).

¹⁷⁷ A hipótese aparece eventualmente na imprensa e nas falas de alguns entrevistados na pesquisa de campo.

da rede, também é imposto pela sistemática associação, em momentos críticos, tanto pelos bandos armados com origens em outros locais como das forças policiais, entre o lugar de moradia do indivíduo e o bando lá dominante. Tal associação é uma representação cuja existência, enquanto representação, acaba por se efetivar na prática.

Por mais que as redes sociais familiares busquem distanciar-se dos bandos de traficantes armados originários da própria favela a capacidade destas em controlar os movimentos e ações dos bandos e mesmo de se impor, através de alguma autoridade moral, fato cada vez mais raro, mas ainda existente, em relação aos chefes, em função de uma comunhão de sentimento de pertencimento, as leva a tornarem-se, em momentos de luta armada altamente violenta, antes simpatizante dos grupos locais do que dos invasores ou mesmo da polícia, que invade sistematicamente seu lugar de moradia sem a menor preocupação em expor civis aos tiros do armamento de guerra e termina, frente aos moradores, na prática, constituindo-se em mais um bando armado¹⁷⁸, sob a alcunha de *comando azul*, segundo os moradores denominação auto-atribuída pelos próprios policiais, durante incursões realizadas há anos.

A circulação fora da favela, desse ponto de vista, oferece riscos e quanto menor a circulação de membros da rede social familiar e mais enraizada e ligada ao seu lugar de moradia ela for, menor tendem a ser os riscos. Logo, o oposto, ou seja, a circulação interna e externa, as relações pouco enraizadas e sem sentimento de pertencimento são vistas como de

¹⁷⁸ “Depois de protestos e tiroteios, a situação é tranqüila em Copacabana, na zona sul do Rio, na manhã desta quinta-feira. Por volta das 21h de quarta, centenas de moradores do morro Pavão-Pavãozinho fizeram um protesto e queimaram pneus e colchões na rua Sá Ferreira, um dos acessos do morro, após a morte de três pessoas. A versão apresentada por moradores é de que, durante uma incursão policial ocorrida por volta das 19h, quatro pessoas do morro teriam morrido. A polícia confirmou a morte de três pessoas. (...) Segundo policiais do 19^a BPM (Batalhão de Polícia Militar), o tiroteio aconteceu entre traficantes de quadrilhas rivais. O cenário era de guerra: pedras, paus e pneus queimados nas ruas do bairro, moradores enfurecidos jogando objetos nos policiais, que revidavam com bombas de efeito moral. O comércio local foi fechado e clientes ficaram presos dentro das lojas.(...) Por algum tempo, eles tiveram dificuldade para subir o morro e atiravam das ruas de Copacabana em direção ao morro” (Folha Online Cotidiano, 04/03/2004 - 09h08).

risco tanto pelos moradores como pelos demais envolvidos no conflito latente. Como se pode saber quem são aqueles que ninguém conhece, que apenas moram na favela? A necessidade de se enraizar e articular a alguma rede social familiar, tanto pelas individualidades como pelos grupos de jovens adultos trabalhadores sem enraizamento e sentimento de pertencimento, se tornam imperiosas para a manutenção da integridade física.

Os estranhos às redes sociais familiares com circulação desenvolvida no interior da favela acabam sendo, salvo raras exceções, rapidamente desvendados pelos sujeitos do território, como foi o caso do próprio pesquisador no início da investigação ou de trabalhadores que ali atuam. Breves instantes na sede da Associação e se descobre como alguém que circula ou busca informações tem sua identidade mapeada, normalmente associada a uma rede social familiar, situada territorialmente, ou a alguma atividade profissional. Como pólo institucional, todos que não são moradores ou são novos buscam, em alguma medida, serem vislumbrados por quem atua junto à Associação, incluindo mesmo novos integrantes do bando armado de traficantes, com posição relevante, para que seja identificado pelos moradores¹⁷⁹.

A dor da perda de familiares, amigos ou conhecidos por terem se envolvido no tráfico ou pela pura extrapolação de qualquer limite no uso da violência armada marca profundamente a maioria dos testemunhos, além dos dramas daqueles que já foram expulsos da favela ou que vieram fugidos de outras, pelo mesmo contexto de violência e uso das armas. E contribui para a dinâmica de enraizamento e sentimento de pertencimento como tática de manutenção da própria vida.

¹⁷⁹ “Quem é? Esse daí, é sobrinho do homem. Ah...” Diálogo ouvido pelo pesquisador, enquanto sentia-se observado pelo jovem negro, muito alto e forte, com indumentária que lembra a de seguranças de casas noturnas.

8.9. Pouca circulação de dinheiro e a função da moradia

Não se pode fugir ao estabelecimento também da constituição de outro paradoxo nessa intensificação das relações socioeconômicas e aumento do sentimento de pertencimento detectado nas relações intrafavela, na medida em que tais dinâmicas se desenvolvem no período em que esse espaço no interior da metrópole vem sendo marcado pelos conflitos entre bandos de traficantes armados e destes com a polícia, todos contando cada vez mais com maior quantidade de armas e armamento mais pesado, gerando sistematicamente vítimas entre os moradores. Período que, exatamente por essas circunstâncias, vem acentuando a representação social negativa desses espaços e, assim, aumentando ainda mais as dificuldades da existência de seus moradores, tanto no cotidiano vivido no interior da favela, como na tentativa de ocupação de posições sociais mais valorizadas.

Se os motivos que dificultam as relações com o entorno apresentadas trazem bem mais do que explicações espaciais, mas antes a espacialização de problemas especificamente sociológicos, em especial quando se abordou o aumento da distância social com o bairro de Copacabana, devido a perda do caráter republicano da escola pública e da precarização do trabalho, servem para a compreensão da aceleração e intensificação do enraizamento e sentimento de pertencimento, é necessário se descreverem os aspectos que compõem essa dinâmica internamente.

No conjunto de famílias investigadas e nas indicações, a partir de suas informações, sobre a vizinhança, aparece nitidamente uma dinâmica que remete ao surgimento de um mercado de moradias nas favelas em que se encontra, desde a instalação dos pioneiros de cada família na ocupação da área do morro, ao longo das décadas, uma constante expansão do

número de moradias e intensificação do uso do solo. Entre os moradores das famílias mais antigas pesquisadas, apenas uma vive sem parentes nem agregados, curiosamente a única que mora em um apartamento do edifício construído junto ao Plano inclinado para abrigar as famílias que foram deslocadas em função da urbanização ou desmoronamento na década de 80. Todas as demais apresentam uma estrutura em rede, com aumento no número de moradias e extensão da área ocupada, e, posteriormente, a densificação da ocupação do solo com a correspondente diminuição da densidade de habitante por moradia.

Mais do que isto, os testemunhos mostram como a expansão da família, seja pelas novas alianças formadas pelos filhos e o conseqüente nascimento de netos, seja pela chegada de familiares oriundos de outras cidades, normalmente, em um primeiro momento, vindos da região de origem e, depois, de cidades da região metropolitana ou de outros bairros do Rio de Janeiro, são responsáveis pelo aumento das moradias e da área ocupada. Expansão que desemboca na densificação do uso do solo que tem efeito econômico imediatamente não-monetário, mas significativo, na medida em que o custo da habitação fica limitado a construção e expansão da própria moradia, própria no sentido de pertencente a rede social familiar.

Essa característica de investimento pouco monetarizado tende a sofrer transformações, através da colocação mais adiante no tempo de uma ou mais moradias no mercado de venda ou locação, e/ou a passagem de sua função de moradia para atividade comercial. Daí a importância em compreender como se desenvolve a construção com pouca aplicação de dinheiro e sem recursos de financiamento. A importância de salientar-se o caráter de esse efeito econômico se efetivar com pouco emprego de dinheiro e, em geral, fora do circuito

financeiro-monetário, deve-se a combinação de dois fatores, que ocupam tempos diferentes, na relação dinheiro-moradia.

O primeiro fator, associado ao primeiro momento, é o da construção com pouco, e diluído no tempo, investimento de dinheiro e sem prática monetária. Investimento que fica restrito a compra do material de construção que, com o surgimento do comércio no interior da favela, é adquirido aos poucos, de acordo com as necessidades. Embora o custo unitário maior, essa tática permite o abatimento no preço do frete e o parcelamento no dispêndio de dinheiro, através da aquisição diluída no tempo, dada a proximidade geográfica e social com o comerciante, além de evitar a preocupação com o armazenamento do material. Condições fundamentais para sujeitos pouco monetarizados, fora dos circuitos de financiamento e que se regem pela ética em honrar compromissos de débito. Enquanto o trabalho empregado é não-remunerado e realizado pela rede social familiar. Tais práticas são constatadas em especial no momento em que o barraco vira casa em alvenaria com laje.

Essa relação com o trabalho, segundo os relatos e as observações empíricas, tem sofrido alterações com o aumento da prática de contratação de trabalhador do próprio local, contemporaneamente, porém, mantendo-se, mesmo com a contratação de trabalho remunerado, a tradição da participação da rede social familiar no trabalho de construção da expansão das moradias. O que parece estar diminuindo, segundo os testemunhos, é a tradicional prática de socialização que a construção da moradia trazia. Outrora, as construções eram levantadas em atividades coletivas realizadas pela rede social, onde a família anfitriã oferecia feijoada acompanhada de cachaça para os convidados. A roda de samba era decorrência. Nesses tempos mais remotos, ao se levantar ou construir os barracos com o emprego do madeirame doado pelos trabalhadores da construção civil de prédios vizinhos e

outros materiais reaproveitados, como as latas de azeites dos restaurantes de Copacabana transformadas em chapas para o telhado, havia a participação de uma rede social mais ampla. Era uma rede social distinta, pois, se como sempre, estava polarizada pela família, incluía os colegas de trabalho de algum membro da família ao menos, na maior parte das vezes, trabalhadores da construção civil envolvidos na doação de parte do material, além dos vizinhos e parte da rede social familiar destes. Essa convivência, mesclando trabalho e recreação, relações familiares, de vizinhança e trabalho, tinha como retribuição típica dos anfitriões o oferecimento de uma confraternização.

Se cruzarmos as informações sobre o *boom* da utilização da laje, associado ao momento de mudança dos barracos para casas de alvenaria, com as informações que descrevem essas atividades sociais de construção das moradias pela denominação de levantar laje, pode-se supor que tal prática se manteve até pouco tempo. Todavia, não aparece nos relatos de construções atuais, nem a observação empírica constatou a existência de alguma atividade similar durante os meses de pesquisa de campo. Pelo contrário, as informações sobre a forma de expandir as moradias em curso descrevem o funcionamento da atividade como sendo de mescla do trabalho de participação da rede social familiar, eventual e normalmente nos fins de semana, ao trabalho remunerado, permanente, em termos do período correspondente ao pagamento. O fim da feijoada com cachaça e samba associado ao levantar laje, é constatada com tristeza em vários relatos, pois era um momento especial de socialização e festividade relacionada à expansão e consolidação das relações de sociabilidade no cotidiano da favela.

Assim, o primeiro fator que, em uma temporalidade tipificada, seria o primeiro momento, é o do investimento de dinheiro reduzido e diluído no tempo, tanto na remuneração do trabalho, que passa a existir mais recentemente, como no material, cujo custo em dinheiro

passou a ser incorporado com a transformação dos barracos de madeira em alvenaria, na construção e expansão das moradias. Com o passar do tempo e o desenvolvimento de alterações nas relações familiares, em especial com o aumento da quantidade de alianças matrimoniais por membro da família em espaços cada vez menores de tempo e da maternidade na adolescência, em função de uma liberalização nos costumes, expressa inclusive em termos da legislação brasileira a respeito do casamento¹⁸⁰, e a diminuição da oferta de trabalho remunerado estável e regular, parte dessas moradias construídas pelo esforço da rede social familiar e para seu próprio usufruto passa a ser disponibilizada em um mercado de moradias.

Se no início da densificação do uso do solo e verticalização da favela, a prática que sustenta o movimento de expansão e aumento das moradias para os membros da rede social familiar mantém uma tradição que remete aos primórdios da ocupação e, quiçá, mesmo a um legado de práticas socioeconômicas oriundas da economia de subsistência, da qual esses sujeitos são herdeiros, a expansão da moradia para as novas gerações e agregados, na atualidade, embora normalmente ainda movida pelas necessidades criadas pela expansão da família, inclui o cálculo econômico no investimento de ampliação das edificações a possibilidade de disponibilizá-la futuramente ao mercado e, assim, criar uma fonte de renda em dinheiro. Tendo-se presente que os moradores das favelas, em geral, e o Pavão-Pavãozinho não é exceção, embora tenha uma história privilegiada em termos de urbanização e mesmo de algum nível de regularização, é formada por indivíduos, em idade ativa, que são desempregados vivendo de atividades eventuais, trabalhadores temporários e trabalhadores empregados em ocupações pouco qualificadas, tem-se a dimensão de o quanto na área a

¹⁸⁰ Para uma compreensão desse processo a partir dos anos 70, ver Ribeiro; Ribeiro (1994).

circulação de dinheiro é limitada e a produção de bem com potencial de remuneração em dinheiro no futuro relevante para as famílias.

A Tabela VI¹⁸¹, abaixo, mostra os níveis médios de rendimento dos responsáveis pelas moradias da favela, em comparação com o mesmo dado para o entorno imediato à favela no bairro de Copacabana e no bairro como todo, o que inclui outras favelas, permitindo uma melhor compreensão dos valores.

TABELA VI: Rendimentos médios dos responsáveis (em salários mínimos de 2000)

BAIRRO	Ate 1SM	1 até 3SM	mais 3 à 5SM	mais 5 à 10SM	mais de 10SM
Copa	5,2%	7,3%	9,5%	23,6%	54,4%
Entorno	5,8%	7,0%	9,7%	25,5%	52,0%
Pavão	17,5%	53,9%	18,2%	9,6%	0,8%
Total Global	5,5%	8,5%	9,8%	23,3%	52,9%

Mais de 71% dos moradores da favela têm rendimentos médios mensais até 3 salários mínimos, enquanto apenas 12% da população do bairro ou do entorno imediato. No lado oposto, tem-se mais de metade dos responsáveis com rendimentos acima de 10 salários no bairro e apenas 0,8% na favela. Na favela apenas 10,4% dos responsáveis pelas famílias declararam receberem rendimentos acima de 5 salários mínimos contra 78% no bairro e 77,5% no entorno imediato. As proporções mostram o nível de desigualdade entre a condição de quem mora na favela em relação àqueles que residem em suas proximidades no bairro formal. Mesmo que se suponha a existência de razoável volume de dinheiro oriundo do tráfico, este

¹⁸¹ Cf. Censo IBGE 2000, micro-dados do universo, IBGE, 2002. Organização do Metrodata/Observatório de políticas urbanas e gestão pública/IPPUR-UFRJ.

tende a ficar concentrado e ser em grande parte gasto fora da favela, através da compra de armas e suborno de autoridades¹⁸². Apesar de difícil, fica a sugestão de quantificação da circulação de dinheiro no interior da favela em geral e posterior subtração dos valores declarados oficialmente, como maneira de chegar-se ao volume aproximado originário de fontes ilícitas, onde o tráfico de drogas certamente ocupa posição relevante. Todavia, é certo que os valores normalmente divulgados pela imprensa da movimentação do tráfico ou não ficam nas favelas ou não correspondem a realidade, dado os baixos valores em dinheiro envolvidos nas transações econômicas cotidianas. Relevante reter-se, aqui, é a importância que a moradia assume como fonte de rendimentos em dinheiro, em um contexto de pequena quantidade de relações monetárias.

Se há informações sobre a existência de edificações cuja função atual é o mercado de locação de moradias, onde ocupa situação peculiar a locação de quartos, controlada por ex-moradores, essa situação não se constitui em regra, mas pelo contrário, em exceção. Assim, o que se constata é a predominância nas transações no mercado de moradias da sistemática participação das redes sociais familiares mais antigas seja de venda ou locação, a última intensificada em período mais recente. Apenas tomando-se como referência as famílias investigadas tem-se, na maior parte dos casos, pólos de moradias distribuídos nas diferentes territorialidades internas, cuja origem são essas redes sociais. Outra constatação importante é que na totalidade das redes sociais familiares investigadas o número de moradias colocadas no mercado é bastante inferior àquelas ainda ocupadas pelos membros da rede.

Esse desenho das relações entre rede social familiar, moradias e mercado de compra e locação, leva a uma configuração onde o controle sobre os novos moradores pelos antigos é

¹⁸² Ver Soares (2000), Ventura (2001), Lins (2000), Barcellos (2003).

forte, dada a inevitável proximidade geográfica. Em geral, as famílias mais antigas constituem pólos de edificações nas áreas internas, possibilitando um razoável controle e, eventualmente, mesmo incorporação à rede social familiar dos novos moradores. A renda em dinheiro, oriunda da colocação no mercado das moradias, torna-se, então, um componente fundamental na composição econômica da rede familiar, talvez com relevância similar ao trabalho e às aposentadorias dos mais idosos¹⁸³.

8.10. Enraizamento socioeconômico e circulação de dinheiro

Não é só a colocação no mercado do excedente de moradias construído ao longo dos anos pelas redes sociais familiares que intensifica os vínculos de pertencimento e enraizamento. Se antes, segundo os testemunhos, havia uma vida que se desenvolvia fora da favela associada à inserção em instituições como o trabalho e a escola, hoje se constata uma redução radical das possibilidades externas à favela, tornando os moradores que têm vínculos externos como trabalhadores constituidores de uma elite, uma elite estritamente econômica, na medida em que a elite social será composta pelas redes sociais familiares que articulam sentimento de pertencimento e enraizamento socioeconômico, através de rendimentos monetários altos, em relação ao padrão, oriundos tanto de atividades internas como externas, derivados de uma posição social em que a ancestralidade na área se torna fator importante. Sendo, então, a elite socioeconômica composta pelos indivíduos das redes sociais familiares mais antigas, ligados à tradição afro-brasileira. Já a elite econômica seria, em geral, composta

¹⁸³ “Uma nova pesquisa do IBGE feita a partir de dados do Censo 2000 indica que já não é mais verdadeira a imagem de que os idosos são quase sempre dependentes financeiramente dos filhos e de outras pessoas em idade ativa. Pelo contrário, a pesquisa Indicadores Sociais Municipais, (...) mostra que 44% da população com mais de 60 anos no Brasil é responsável por garantir mais da metade da renda dos domicílios onde vivem. No caso de mais de um quarto (27%) dos idosos brasileiros, quase todo o rendimento do domicílio onde vivem -90%- é garantido pela sua renda” (Folha de São Paulo, 30/12/2004, in: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff3012200429.htm>>.

pelos adultos solteiros ou as famílias chamadas de nordestinas, conforme a definição local já apresentada.

Nessa divisão interna entre os moradores mais antigos ou aqueles integrados às suas práticas culturais afro-brasileiras e os nordestinos, o que se constata é a atribuição aos últimos da ocupação de postos de serviços no entorno, tendo-se como situações típicas o trabalho em prédios de Copacabana ou em restaurantes, enquanto os primeiros têm mais e melhores possibilidades em ocupações mais estabilizadas fora com boas remunerações, devido às possibilidades que a rede social familiar disponibiliza para algumas individualidades, e, ainda decorrente do pertencimento à rede social familiar, em atividades internas remuneradas, embora, normalmente, em situação precária em termos de relações de trabalho.

No entanto, as redes sociais familiares antigas que não conseguiram alcançar esse posicionamento em que se articula ocupação remunerada no interior da favela, colocação de excedente das moradias por alterações nas relações familiares no mercado, contribuição da aposentadoria dos mais idosos e atividade remunerada externa, acabam se situando em posição de inferioridade na comparação com os demais e, muitas vezes, atribuindo essa situação à forma como os novos moradores, os nordestinos, tomam as ocupações disponíveis no mercado de trabalho entorno.

QUADRO 1: Fontes de remuneração da rede social familiar:

<ol style="list-style-type: none">1. Atividade externa remunerada regular2. Moradias3. Atividade interna remunerada regular4. Aposentadoria
--

Essas quatro (4) fontes de remuneração aparecem construindo uma articulação de interdependência e assumindo uma função estruturadora das relações socioeconômicas na dinâmica interna da favela. Pois, a combinação no interior de uma rede social familiar de atividades de trabalho dentro da favela, quantidade relevante e com excedente de moradias, remuneração pela aposentadoria de idoso e trabalho externo, garante uma posição privilegiada, ao mesmo tempo em que dá o ritmo da dinâmica de enraizamento e do desenvolvimento do sentimento de pertencimento para o conjunto dos moradores.

Durante o período do campo, entre os principais indivíduos ligados à Associação de Moradores ou referenciais para aqueles com funções formais estabelecidas, todos pertenciam a redes sociais familiares antigas, com pelo menos quatro moradias, às vezes já tendo uma ou mais vendidas, e com familiares ocupando essas diferentes esferas. Em um caso, o vínculo externo era frágil, através de um tio, e essa rede, no interior desse grupo com participação associativa, expressa na participação formal na Associação, tinha uma posição inferior. Todavia, junto ao conjunto dos moradores ocupava ainda posição de destaque. As demais se tornavam nitidamente uma elite política, econômica e social, tendo membros da rede social familiar ocupando posições nas quatro fontes de remuneração estabelecidas como referenciais para a posição da família no interior da favela.

De certa forma, a não ocupação de postos de trabalho formais fora da favela ou a ocupação de pelo menos duas posições nessas quatro esferas, tende a formar um estrato médio, enquanto aqueles indivíduos desprovidos de rede social familiar e sem atividade remunerada formalizada externa, ou mesmo as redes sociais familiares com poucas moradias, tendem a configurar os níveis mais baixos, em termos de uma estratificação socioeconômica, sem incidência política.

TABELA VII: Estratificação da posição dos indivíduos das redes sociais familiares

Posição socioeconômica	Fontes de remuneração
1. Elite socioeconômica e política	Ao menos 3 de 4
2. Elite econômica	Trabalho remunerado regular externo
3. Nível médio	Até 2
4. Subordinados e vulneráveis	1 ou menos

Tal construção modelar exige que se tenha presente a interdependência constatada entre atividade remunerada no interior da favela com posição social dada pela antiguidade da rede social familiar, normalmente originária de relevância adquirida ao longo da consolidação da favela, em termos de extensão da rede social familiar e capacidade de investimento na construção de moradias. Essa articulação entre posição social das redes sociais familiares mais antigas que ocuparam mais áreas da favela, através da expansão das moradias, posterior densificação, pela verticalização, e conquista de ocupações remuneradas em atividade interna, associa duas instâncias da dinâmica de enraizamento e pertencimento. Além de contarem ainda, em geral, com a remuneração de uma ou mais aposentadorias de idosos e, em muitos casos, de fonte de remuneração externa regular.

Assim, a própria dinâmica de enraizamento socioeconômico da rede social familiar constatada contemporaneamente está dependente de um mínimo de remuneração regular atingido no passado de algum membro da rede familiar que facilitou o aumento do número de moradias e que hoje termina por contribuir duplamente para a posição privilegiada que essas famílias ocupam em uma estratificação das famílias no interior da favela, desde o recebimento de uma aposentadoria e a posse de mais de duas (2) moradias. Fontes de remuneração que,

reunidas, atribuem a posição social para os membros da rede social familiar facilitando a conquista dos postos remunerados em atividades internas, fortalecendo ainda mais sua posição e intensificando o enraizamento e pertencimento.

8.11. Trabalhos remunerados no interior da favela: aprofundando o enraizamento

As atividades internas remuneradas de forma regular na favela se referem, em especial, a contemporânea ação de ONGS, o desenvolvimento de projetos governamentais, em particular da Prefeitura e a contratação para o serviço público de moradores, sendo o caso do recolhimento do lixo o mais presente, enquanto atividades com remuneração regular, além de serviços profissionais oferecidos por moradores, como consertos de eletrodomésticos e atividades na construção civil, cujas remunerações são esporádicas e irregulares. O comércio, em geral, não se constitui como fonte de remuneração regular.

Dentre essas, tomar-se-á para análise o caso das ONGS e projetos governamentais desenvolvidos no interior da favela por serem ações bastante contemporâneas em sintonia com as políticas focais e a passagem de obrigações historicamente atribuídas ao Estado para organizações externas não-estatais, assim como uma das formas de expressão da precarização do trabalho. Ações particularmente reveladoras do funcionamento da dinâmica de enraizamento associada a um sentimento de pertencimento que remete às gerações anteriores.

As atividades desenvolvidas por ONGS e projetos governamentais são muitas, sobretudo porque em geral são atividades oferecidas tanto aos moradores do Pavão-Pavãozinho e Cantagalo. Para uma melhor compreensão da estratificação socioeconômica proposta em termos de seus efeitos sobre as dinâmicas de enraizamento e pertencimento, serão destacadas

três situações de entrevistados que têm atividade remunerada no interior da favela, ligadas a esse tipo de atividade.

A primeira entrevistada posta em tela foi tomada como 1^a geração por já ser avó, mas na realidade ela pertence à 2^a geração, pois veio criança com os pais. Senhora separada que vive com um filho adulto no último pavimento de edificação, onde todos os demais são ocupados por familiares, incluindo sua mãe adoentada e idosa, em área central e de fácil acesso. As condições da sua moradia são invejáveis, contando com duas salas, cozinha, banheiro e dois quartos, com assoalho com lajotas e paredes revestidas por azulejos. A mobília também apresenta boas condições. O testemunho deixa nítido, embora a ênfase no esforço pessoal, que apenas a estruturação em rede social da família permitiu, através do investimento oriundo de diferentes membros em distintos momentos e com diversas origens, a construção das moradias e seu conforto coletivo, a partir de um barraco inicial. Esse núcleo da rede social familiar tem hoje como renda monetária a contribuição do salário do filho, empregado formal, extraordinariamente para o contexto, embora não seja caso único, com curso superior, e os próprios proventos mensais da entrevistada como responsável por projeto financiado pela Prefeitura, com duração limitada cuja continuidade é sempre uma incógnita, e que não dá direitos trabalhistas à entrevistada.

Nesse núcleo há uma alta circulação de dinheiro, em comparação com o apreendido durante as atividades de campo e os valores médios com base nos dados¹⁸⁴, todavia parte dela é destinada a contribuir com a moradia e as necessidades da mãe idosa que vive com outro membro da família em outro pavimento na mesma edificação. Sua rede social familiar se estende até outro entrevistado que vive em outra área, através de vínculo estabelecido pela

¹⁸⁴ Cf. manipulação do Observatório de políticas urbanas e gestão pública/IPPUR-UFRJ de dados do Censo IBGE 2000, microdados do universo, IBGE, 2002.

antigüidade das famílias e laços de aliança já desfeitos. A entrevistada tem um histórico de participação nas atividades associativas, estando hoje concentrada na manutenção e extensão de ações voltadas para adolescentes e jovens, mas mantendo uma interlocução sistemática com atores mais imediatamente políticos.

Os outros dois casos tomados são de jovens representantes da 3^a geração, mas já desenvolvendo atividades remuneradas no interior da favela. O primeiro a se tratar toma como base o testemunho de um jovem de família que já está em sua 4^a geração, composta pelos sobrinhos do entrevistado, que na época da investigação começava a levantar sobre a laje do 2^o pavimento da edificação onde moram seus familiares sua própria moradia, a partir de seus proventos fixos, cuja relação é precária, embora seja responsável por projeto de caráter institucional. Esse jovem tem o 2^o grau, mas tal escolarização não permitiu acesso a ocupações mais qualificadas ou pelo menos mais formalizada. Todavia, sua renda está permitindo o aumento do número de moradias da rede social familiar e a melhoria na condição de vida dos demais membros moradores da mesma edificação, na medida em que o aumento na área construída, mesmo com a incorporação de mais um membro, sua esposa, implicará na diminuição da densidade habitante por moradia/área construída. Além das três moradias no mesmo lote em futuro próximo, a rede social familiar ainda tem outros membros ocupando áreas distintas da favela, em especial uma que forma outra rede a partir de um tio paterno do entrevistado, contando com mais duas moradias e, pelo lado materno, mais uma moradia onde mora a avó. Como no caso anterior, os entrevistados têm familiares próximos como atores sociais na Associação de Moradores, membros recebendo aposentadorias e desenvolvendo outras atividades remuneradas no interior da favela.

A última entrevistada tomada para mostrar a relevância das atividades remuneradas internas em ONGs ou projetos sociais e sua relação com a posição social da família na estratificação proposta é uma jovem, neta mais velha, também com 2º grau completo, que trabalha com educação de crianças em projeto de uma ONG. A jovem, em virtude da falta de alternativas, consequência da inexistência de relações fora da favela e do desmembramento de sua rede de amigas, já que na maior parte as meninas de sua geração são mães, utiliza seu salário para compor a renda da família e ajudar na expansão e melhoria da moradia do núcleo mínimo composto pelos pais e irmãos (2) pequenos. Sua rede social familiar apresenta um conjunto de três moradias, sendo apenas a de seu núcleo não contígua àquela onde mora a avó, todas em expansão e apresentando boas condições de acabamento interno e mobília. Embora não tenha vínculos imediatos com a Associação, a família é a referência em uma importante faixa do morro e ainda reúne proventos de aposentadoria e atividades externas regulares.

A apresentação dessas situações mostra como se articulam os elementos que irão compor uma condição privilegiada para as redes sociais familiares mais antigas tanto quanto mais enraizadas se tornam. Dinâmica que é alimentada e nutre a intensificação do sentimento de pertencimento. Além desses casos, há outros referentes a atividades remuneradas internas, em particular, ligadas à construção civil e ao conserto de eletrodomésticos, que cada vez mais se desenvolvem no interior da favela, em virtude das dificuldades em se conseguir praticar tais ofícios com remuneração que valha a pena fora. O comércio interno, seja estabelecido em edificações, ou ocupando a rua Saint Roman, criando um clima de feira permanente na entrada da favela, com a venda que vai de alimentos a eletrodomésticos, também é exemplo de investimento nas atividades no interior da favela. No setor de serviços, chama a atenção ao analista o desenvolvimento de atividades ligadas ao audiovisual, seja pela existência de duas

lojas de locação de vídeos e dvds ou, em especial, a existência de uma tevê a cabo interna, oferecida apenas aos moradores. Esse aspecto será tratado especificamente mais adiante.

Essas constatações levam a pensar sobre as conseqüências que a desconsideração do trabalho não-remunerado como atividade produtiva pelas instituições definidoras do nível de atividades econômicas, pois dessa desconsideração emergem sérias distorções para a compreensão da intensidade da vida econômica em espaços similares ao caso em estudo. Afinal, as atividades de trabalho não remunerado, por princípio, não trazem nem colocam em circulação dinheiro, mas explicam a grande movimentação de trabalho que marca o cotidiano da favela. Atividades que acabam por alimentar a dinâmica de enraizamento, pois, além de exigirem o aprofundamento de relações na rede social familiar para sua efetivação, em geral, estão ligadas a consertos ou mesmo expansão e melhorias das moradias da própria rede, funcionando como investimento de trabalho não remunerado monetariamente.

A precarização das relações de trabalho e as baixas remunerações pelo trabalho pouco qualificado¹⁸⁵, além dos altos custos de transporte envolvidos na busca de atividades onde seus ofícios têm demanda, podem levar muitos adultos em idade ativa a terem sistematicamente horários livres ou a avaliarem que seu esforço em realizar trabalho com renda monetária gerará um benefício menor do que o investimento de trabalho na melhoria da condição das moradias da rede social familiar, fazendo com que optem por permanecer realizando trabalhos não remunerados no interior da própria favela. Situação semelhante vivem os indivíduos cujo

¹⁸⁵ “O número de pessoas com rendimento inferior a um salário mínimo proporcionalmente às horas que trabalharam para uma jornada de 40 horas semanais cresceu 19,3% em dezembro de 2004 na comparação com o mesmo mês de 2003. (...) Em dezembro de 2003, o número era menor: 2,281 milhões de pessoas, de acordo com dados da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) obtidos pela **Folha**. Esse grupo de pessoas que ganham menos de R\$ 1,63 por hora cresceu relativamente mais do que o número de empregos criados. (...) Com isso, a proporção de sub-remunerados em relação ao número total de pessoas empregadas subiu, ao passar de 12,1% em dezembro de 2003 para 14% em dezembro de 2004” (Folha de São Paulo, 04/02/2005, in: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0402200502.htm>).

trabalho é o conserto de eletrodomésticos, pois, na relação custo-benefício, parece valer mais atender a uma clientela local, mesmo que pouco monetarizada, do que arriscar gastos com poucas possibilidades de retorno ao deslocar-se oferecendo seu trabalho em áreas mais ricas da cidade. Tendo-se ainda como agravante a transformação técnica no funcionamento e mesmo nos próprios equipamentos utilizados pelas demais classes sociais, tornando seu *savoir faire* limitado aos segmentos com menor poder de consumo e, logo, de atualização dos recursos tecnológicos existentes nos equipamentos de última geração.

Outro fator de diminuição do acesso ao dinheiro na vida cotidiana é ligado às contemporâneas políticas focais de enfrentamento pelo Estado da pobreza, ou, visto de outro ângulo, da moderna expressão para a manutenção de velhas práticas clientelísticas, são os cheques e vales com destinação prévia, como cheque alimentação e vales transportes que circulam no interior das redes sociais familiares mais pobres, segundo as informações e conforme se pode constatar no campo, formando uma espécie de *mix* de moedas, cuja reunião, a princípio no interior da rede social familiar, mas que pode se estender além, cria um movimento quase constituidor de novas relações monetárias, porém pouco universais. A proliferação desses cheques e vales acentua e intensifica o pequeno fluxo de dinheiro na vida cotidiana na favela, ao mesmo tempo em que permite o surgimento, desde aqueles que têm alguma capacidade de investimento, de mais atividades comerciais, embora os grandes beneficiados sejam, a partir das observações empíricas, as grandes redes de supermercados situadas próximas ao morro.

8.12. Tecnologia e bens audiovisuais: fontes de trabalho dos jovens

Se as transformações tecnológicas trouxeram reveses para determinados sujeitos cujos saberes perderam mercado de trabalho, como os consertos em eletrodomésticos, reduzindo a clientela às classes populares e funcionando como fator de enraizamento; a democratização das tecnologias de ponta associada aos cursos de formação oferecidos em programas governamentais e organizações não-governamentais no interior da própria favela para os jovens, em geral vagas ocupadas por aqueles que fazem parte da elite socioeconômica ou econômica das redes sociais familiares, aparecem como fontes de remuneração e atividades criativas e produtivas. Porém, também, contribuindo para o enraizamento.

Um grupo de jovens do sexo masculino, polarizado por um em particular, que vive na favela e está imbricado em redes sociais familiares como agregado, mesmo não tendo origem nem familiares ali, é responsável pela difusão de bens audiovisuais que funcionam como fonte de remuneração. Dois serviços se enquadram nessa definição: a tevê a cabo interna e a rede de 2 lojas de locação de vídeos, dvds e cds. Um dos proprietários do empreendimento que oferece canais fechados pagos, faz parte da 2ª geração de uma das redes sociais familiares investigadas. Jamais houve referência aos outros sócios, todavia nunca o adulto em questão foi apresentado como o único proprietário. Enquanto as locadoras são apresentadas como sendo do jovem que polariza as atividades e apresenta domínio técnico das operações. O contato com o adulto foi indireto, pois ocorreram alguns encontros casuais no interior da favela. A relação sempre foi amistosa, provavelmente porque o primeiro contato visual tenha sido quando sua mãe era entrevistada e ele soubesse de meu contato com seu filho.

A relação com esse grupo foi particularmente privilegiada, durante um bom período, na medida em que, por solicitação de membro da Associação, em cuja sede realizam operações

comerciais e de atendimento ao público, os jovens guiavam o pesquisador aos endereços dos sujeitos a serem entrevistados. Além desses momentos, as esperas na sede para definir o futuro entrevistado ou por alguém que pudesse acompanhar o pesquisador na incursão em busca da moradia do entrevistado, permitiram um contato íntimo com o grupo, seja observando-os ou conversando. Todos na faixa de 20 anos, em sua maioria de famílias há apenas duas gerações na favela, indivíduos sem familiares. São sobreviventes de uma geração do sexo masculino.

As caminhadas, acompanhadas por alguns deles, mostravam claramente a intimidade com o outro único grupo de jovens homens que circula publicamente pela favela durante o dia, o *pessoal do movimento*, normalmente localizados na *boca*¹⁸⁶ situada em um ponto de confluência entre uma escadaria de acesso e a avenida Pavãozinho, ou no espaço onde está o desenho mural, um *grafitt*, do Bob Marley, já descrito. Aliás, nesse ponto foi onde se viu pela única vez, durante os meses de campo, um jovem ostensivamente portando um revólver ao cumprimentar com toques de ombro aquele que acompanhava o pesquisador. Fora essa situação todas as vezes em que se viu armas no interior da favela foram com policiais, normalmente com pistolas, fuzis e metralhadoras. E não foram poucas.

O conhecimento da área, embora existissem lugares que apenas o membro da rede social familiar conhecesse, era fruto de suas atividades profissionais. Esses jovens trabalham no atendimento comercial e ao cliente, em linguagem administrativa, ou seja, recebem pagamentos, definem multas, explicam valores, estabelecem novos contratos, fazem e atendem aos problemas de instalação ou ampliação de pontos. O valor da instalação era de R\$ 10,00 e a mensalidade de R\$ 23,00, R\$ 8,00 custava a instalação de mais um ponto, dando acesso a 16

¹⁸⁶ Referência ao espaço onde ocorre especificamente o tráfico de maconha.

canais fechados, mais MTV¹⁸⁷, um canal comunitário, onde fazem anúncios de atividades e eventualmente transmitem vídeos realizados pelo próprio grupo, além de disponibilizar canais de filmes pornográficos nos sábados de madrugada¹⁸⁸. Segundo informações do jovem que controla a tecnologia, os canais são captados por uma antena parabólica instalada legalmente e, então, distribuídos na favela, através de cabeamento. A tecnologia de difusão dos canais fechados captados e sua distribuição via cabeamento interno está baseada em uma pequena ilha de emissão contando com 2 computadores localizada, em uma primeira visita, no próprio apartamento do responsável técnico, e, depois, em pequena sala na própria sede da Associação. Eis a versão da modernidade tardia para o *gato*¹⁸⁹.

A atividade polariza outros jovens, além daqueles remunerados e responsáveis pelo funcionamento da atividade comercial. São os jovens envolvidos em cursos de vídeo disponibilizados por ONGs em outros momentos e, mais adiante, participando de produções amadoras, sempre polarizadas pelo sujeito com domínio tecnológico. Teve-se a oportunidade de assistir a um dos vídeos realizados pelo grupo, que estava sendo preparado para ser difundido no canal destinado à comunidade. Era um vídeo simples, onde os próprios produtores eram documentados em uma festa, mas, sem dúvida, divertido. Com a música e o esporte, em particular o futebol, a produção audiovisual oferece a possibilidade de atividades aos jovens que não os colocam em risco, embora não pareçam servirem para estender as redes de sociabilidade além da própria favela.

Já a cadeia de lojas de locação apresenta-se como um negócio que conta com uma loja grande e agradável, reproduzindo um pouco a arquitetura e a decoração das redes

¹⁸⁷ Emissora musical destinada ao público jovem que transmite em UHF na cidade.

¹⁸⁸ Episódio curioso foi a tensão encontrada em um domingo, porque o operador dormiu e o canal ficou disponibilizado pela manhã, tendo sido assistido por algumas crianças.

¹⁸⁹ Como são popularmente chamadas as ligações elétricas clandestinas.

institucionalizadas, localizada na avenida Pavãozinho, exatamente defronte à sede da Associação ao lado de um bar, talvez o ponto mais central da favela. Há em seu interior um monitor passando filmes ou clipes de *rap*¹⁹⁰, cartazes de divulgação de lançamentos e gôndolas oferecendo as fitas e dvds, que em nada ficam a dever para as locadoras instaladas nos bairros de classe média vizinhos. A porta é ampla e aberta, só faltando a vidraça para ser uma reprodução exata do padrão arquitetônico empregado em geral por essa atividade comercial. Essa loja funciona como espécie de matriz da rede. A outra atende à clientela que mora na chamada 4ª estação, na parte de cima do morro. É uma loja pequena, quase sem decoração, com porta de entrada comum e fechada, estando a atividade comercial identificada apenas pelos cartazes colocados nas paredes externas. É um barraco de alvenaria clássica, sem reboco, nem pintura, utilizado como loja. Espécie de versão de comércio contemporâneo de bens simbólicos das tradicionais *biroscas*. Essa segunda loja foi a primeira a ser aberta. O responsável afirma que o negócio é lucrativo, pois a quantidade de vídeos-cassete e mesmo dvds nas moradias seria grande. Como fora da favela, o grande movimento é no fim de semana.

Fora raríssimas exceções, a relação com a produção cultural, que não a popular, dá-se apenas através dos bens audiovisuais e os da indústria fonográfica, esses também sendo consumidos desde práticas não-legais, seja pela compra ou reprodução de cd's chamados popularmente de *piratas*. Teatro e dança, música erudita e artes plásticas estão completamente distantes do universo simbólico da maior parte dos moradores, embora existam atividades ligadas a essas expressões culturais desenvolvidas com as crianças e jovens, mas todos de alcance muito limitado. A maior parte dos moradores, segundo os entrevistados, nunca assistiu

¹⁹⁰ Do inglês *rhythm and poetry*.

a um espetáculo de dança, mesmo tendo ex-moradores que dançam profissionalmente, teatro, música erudita ou visitou uma exposição de artes plásticas. Museus, galerias de arte, teatros e bibliotecas são desconhecidos. A leitura é rara. E os livros não estão presentes em nenhum espaço.

É através da produção audiovisual de massa que captam o mundo que não é o seu e vêm a representação social difundida de seu próprio mundo.

Capítulo 9: A *cité* francesa: o caso de controle em Clos Saint-Lazare

9.1. Uma breve contribui o   discussão metodológica

A compara o entre a favela brasileira e a *cité* parisiense, a partir do senso comum ou senso comum cient fico¹⁹¹, apareceria como um verdadeiro despropósito, uma ofensa   inteligência e às diferenças entre as sociedades nacionais francesa e brasileira, enfim, uma ofensa ao cidadão e ainda maior ao sociólogo franc s¹⁹². Seria isto, mas não o  , pois se trata de um procedimento sociológico. Sociológico por construir os termos da análise dentro da tradi o da disciplina e/ou área do conhecimento. Em termos do espaço social, do espaço ocupado por cada um dos territórios no interior da representa o social de cada na o. Assim, a perspectiva comparada não está fundada em uma hipotética similaridade entre a favela brasileira e a *cité* francesa em termos de suas condi es materiais e/ou sociais, que seriam passíveis de questionamentos infinitos mesmo   luz da mais singela abordagem do senso comum ou das mais sofisticadas do senso comum científico, mas antes na análise da posi o¹⁹³ que esses dois espaços ocupam em termos da representa o social em cada uma das sociedades, entendendo por representa o social as constru es existentes tanto nas descri es da estrutura social por órgãos governamentais¹⁹⁴ ou pela própria investiga o acadêmica, como aquelas atribuídas e difundidas pela comunica o social e políticas públicas. Logo, não se trata de uma análise restrita às representa es sociais oferecidas pelos meios de comunica o de massa.

¹⁹¹ Bourdieu (1987).

¹⁹² Situa o muitas vezes manifestada por colegas sociólogos em entrevistas privadas em que a pesquisa era apresentada em Paris e arredores. Todavia, a guarda ca  sempre ao ser especificado os termos da análise.

¹⁹³ Cf. Bourdieu (1999).

¹⁹⁴ IBGE e IPP e SMH da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, no Brasil; e INSEE, na França.

A partir dessa construção analítica, em que a similaridade entre a favela e a *cité* está na posi o social desses territórios em rela o às classifica es existentes para cada um em cada uma de suas sociedades nacionais, pode se explicitar suas posi es e similaridades em diferentes níveis, desde as descri es demográfico-sócio-econômicas até as características estigmatizadoras apresentadas pelos meios de comunica o de massa, conforme capítulo a seguir, tanto como na defini o desses espaços como territórios particulares destinados a políticas públicas focais pelo Estado.

Foi assim que se partiu para a investiga o em campo sobre como a dinâmica de pertencimento a um território atribuído pela representa o social como espaço dos pobres poderia ser constituidor de uma identidade social, incidindo concretamente sobre os sujeitos que l  moram. Na literatura espec fica¹⁹⁵ ou na representa o social em geral,   a *cité* e não qualquer outro território existente na classifica o corrente na sociedade francesa, tais como *banlieue*, *arrondissement*, *quartier*, *ville*, *agglomeration* e *pavillon*, que aparece como espaço dos pobres. A *banlieue*, no entanto, merece uma aten o especial.

*Banlieue*¹⁹⁶   como os franceses denominam a periferia parisiense, incluindo a totalidade da Ile de France. Esse   o sentido estritamente espacial associado ao nome. Todavia, ao longo dos séculos XIX e, especialmente, do XX, essa periferia, por defini o submetida a polariza o exercida por Paris, assumiu uma conota o social, como espaço das classes populares. Porém, a forma o dessa periferia sempre apresentou diferenças, em particular no limite   oeste e sudoeste de Paris, no entorno ao *Bois de Boulogne*. Essa faixa teve sua

¹⁹⁵ Cf. Beuad; Pialoux (2003); Stebe (1999); Castel (1995); Sintomer (2002); Sintomer; Bacque (2002); Dubet; Lapeyronne (1992); Champagne (1991); Bidou (1996).

¹⁹⁶ Cf. Stebe (1995).

ocupação, desde o século XVII¹⁹⁷, caracterizada pela presença da elite. Assim, a nomenclatura de *banlieue* foi se restringindo a periferia localizada ao norte e leste, onde se situaram historicamente as classes trabalhadoras, a partir da revolução industrial, devido à concentração industrial na região e, em menor escala, ao eixo sul. Isto no que se refere a chamada 1ª coroa¹⁹⁸, a circunferência onde estão as cidades que fazem fronteira com Paris. As demais coroas, mais distantes, também são chamadas pelo nome de *banlieue*, nomenclatura tanto mais utilizada quanto mais o território a que se refere estiver marcado pela presença das classes populares. Todavia o nome ainda é empregado para caracterizar os territórios periféricos à Paris, em um sentido estritamente geográfico.

Como se nota, *banlieue* é uma denominação que na realidade procura espacializar uma determinada situação e posição social, sendo desta forma imprecisa. A partir das políticas públicas de construção dos grandes conjuntos de habitação social na periferia, a imagem de *banlieue*, como espaço dos pobres, se configurou nas *cités*. Assim, contemporaneamente, são os grandes conjuntos de habitação social, localizados na *banlieue*, que aparecem na representação social francesa como o espaço de concentração dos problemas urbanísticos, sociais, econômicos e, até mesmo, morais. A *cité*, então, emerge como território que ocupa na representação social do espaço dos pobres na França, posição social similar a da favela na sociedade brasileira.

A problemática questão da análise comparada entre sociedades nacionais ao ser abordada com um método construído sobre informações primárias qualitativas, apresenta um movimento duplo de complexificação e esclarecimento. Desde uma abordagem que tem os

¹⁹⁷ A construção do Castelo de Versailles, é emblemática.

¹⁹⁸ Essa é uma sub-divisão que o INSEE utiliza para diferenciar a situação das localidades de Ile de France em relação à Paris.

dados estatísticos do objeto empírico articulados àqueles ainda mais genéricos sobre as condições demográficas nas regiões e divisões da Ile de France, na realidade o entorno de influência de Paris, fundamentando análises sobre os macroprocessos de ocupação do território, enquanto painel de fundo, constroem-se os parâmetros para uma investigação qualitativa. Associa-se, então, aos dados estatísticos a penetração no *locus*, logo, em um território, através de pesquisa que aciona procedimentos etnográficos e entrevistas com moradores, constituindo contatos diretos e imediatos, embora breve, com a paisagem e seus sujeitos. Torna-se a pesquisa mais complexa, quiçá com dificuldade de efetivação coerente e metodologicamente controlada. No entanto, acrescenta-se, ao mesmo tempo, qualidade às informações ao incorporar à narrativa, além dos dados estatísticos, a experiência em campo. Complica-se a já complicada questão da análise comparada, levando a um emaranhado de informações imprecisas e confusas, ou se abrem possibilidades para a criação de padrões para o controle e inventividade, fazendo surgir uma arte da sociologia?

Consciente do risco toma-se a segunda hipótese, colocando como incontornável a inclusão no procedimento de pesquisa do contato vis-à-vis com o lugar e sua história para se aproximar da vida lá através das narrativas de moradores. Enfim, a necessidade de circulação pelo território e contato com moradores e sujeitos da pesquisa. Tal construção do método toma, em parte, referências à experiência de campo no Pavão-Pavãozinho, em parte, às decisões *ad hoc* muitas vezes tomadas durante o percurso no metrô 13 até o terminal na *Université Saint Denis* ou se completando no caminho do ônibus 255 que sai do terminal e vai até a *Mairie* de Stains. Decisões que afirmam a liberdade de inventar na nova situação, frente aos limites dos procedimentos já testados, desde que sem perder o paradigma subjacente ao programa de investigação: a qualidade das informações, a qualificação dos dados estatísticos e

das análises destes como *construto* de uma paisagem a ser tornada lugar de pesquisa, apropriada como *locus* para a imersão existencial na problemática do território dos pobres, para melhor entender mesmo a literatura que trata desse espaço.

De fato, constrói-se um outro caso, um caso de onde se possa refletir mais claramente situado sobre o estudo realizado na favela carioca, um caso de controle parisiense para a favela, para os bairros pobres favelizados, para a territorialidade dos pobres na metrópole brasileira. Pressupõe-se que tanto mais nítida ficará a abordagem e as especificidades de um determinado contexto nacional quanto mais clara for a comparação com outras sociedades nacionais.

As complicações para o emprego do método levariam a desistência do procedimento? Como estabelecer o percurso comparativo, como realizar a comparação entre o caso de estudo e o de controle? Eis os problemas fundamentais encontrados para o desenvolvimento do mesmo método em uma favela no Rio de Janeiro e na *cité* na região de Paris.

O recurso de método, relembra-se, pressupõe as rela es entre familiares e seu entorno mais imediato como rede social e se desenvolve nessa rede de rela es para desvendar as dinâmicas que permitiriam a constitui o de uma identidade social a partir do pertencimento a um determinado espaço. No caso parisiense, a existência de uma estrutura familiar que não constitui rede social, pois mais individualizada, logo, atomizada, como padrão, e a irrelevante presença de sujeitos da primeira gera o aparecem como complicadores da aplica o do método. Problemas oriundos do campo, da tentativa de aplica o de um método qualitativo, já utilizado em outro contexto nacional, mas ainda em um território dos pobres. Tais diferenças culturais inviabilizariam a compara o? A manipula o de uma mesma estratégia de método, além de permitir a compara o entre sociedades nacionais sobre a problemática específica,

traz em seu bojo inevitavelmente a questão da universalidade do método científico nas ciências sociais. É possível empregarem-se metodologias qualitativas sem incorporar decisões *ad hoc*? As decisões contextuais durante o trabalho de investigação sociológica devem ser incorporadas como parte do método? Como ficam as diferenças no método: seriam parte intrínseca ou limite intransponível da pesquisa?

O contato com o território de *Clos St. Lazare* ajudará a encontrar pistas para responder às perguntas. A entrada no campo ocorreu pela intermediação de uma instituição pública, não-governamental¹⁹⁹, que atua nesse conjunto de habitação social, a partir da indicação de um profissional do *Plaine Commune*, organização pública que reúne um conjunto de municipalidades da aglomeração de Saint Denis voltada ao desenvolvimento de projetos econômicos. Ao contrário do Brasil, onde normalmente alguns telefonemas resolvem a questão e rapidamente já se está no campo, a experiência francesa mostra um ritmo lento e profundamente institucionalizado, em seu sentido burocrático clássico. Os dois elos contatados para penetrar no campo exigiram agendamentos com grande espaço de tempo entre um e outro e entrevistas pessoais. No entanto, o resultado foi bastante produtivo, não só por explicitar ao pesquisador as diferenças culturais para a realização da pesquisa já no pré-campo como também, no caso, pelo território indicado ser típico da problemática das *cités* e, por consequência, da condição sócio-espacial dos pobres na França. Claro que tal situação foi quase condicional do interesse e esforço em abrir esse *locus* e não se tentar outro(s).

As possibilidades apresentadas desde o início dos contatos apontavam a construção de um campo em uma *cité* clássica. Boa fortuna para o desenvolvimento do trabalho. *Clos Saint Lazare*, o conjunto indicado, é uma *cité* tradicional e típica. As primeiras conversas, ainda no

¹⁹⁹ Conhecido como MOUS (*Main ouvirère urbain et social*), organismo responsável por preparar a intervenção urbanística junto à população do conjunto habitacional.

pré-campo, colocaram problemas hipotéticos que não se manifestaram no desenvolvimento da pesquisa. Um dos principais problemas tratava das prováveis dificuldades que seriam encontradas pelo pesquisador, em relação às particularidades idiomáticas²⁰⁰ encontradas nas *cités*, ainda agravadas pela condição de estrangeiro. Por isto, as primeiras indicações para construção de uma rede social de informantes no interior do *Clos* foram pessoas de origem latino-americana. Na realidade, em nenhum momento a condição de estrangeiro ou as diferenças fonéticas no emprego do idioma se manifestaram como problemas seja nas entrevistas seja no contato cotidiano com os moradores. Talvez, a convivência deles com um conjunto imenso de acentos e mesmo com idiomas diferentes explique a inexistência dessa dificuldade pressuposta pelos contatos institucionais que não vivem ali. Essa condição de convivência com acentos e idiomas variados ficará ainda mais acentuada no caso daqueles que se tornaram sujeitos da pesquisa enquanto informantes, mesmo que não como partes de uma rede social.

Três latino-americanas, uma argentina e duas chilenas, no caso mãe e filha²⁰¹, em seguida mãe e filha, esta uma criança alfabetizada, a mãe da Guiné²⁰² e, em seguida, o jovem amigo da filha da família chilena, filho de argelinos. Todos tiveram como idioma dos encontros o francês, no caso dos *hispano-hablantes* por opção dos próprios.

A aproximação esteve revestida, inevitavelmente, de um caráter institucional e, logo, hierarquizado, pois as indicações dos primeiros contatos vinham de pessoas com posições institucionais superiores. Porém, a partir dos primeiros contatos com as mulheres latino-

²⁰⁰ Essa é uma problemática central nos estudos sobre as *cités*, em especial devido ao emprego por jovens do *verlam*, apropriação da língua por marginais urbanos do século XX, através da inversão silábica, em que, por exemplo, *café* fica *feca*, *flic* se torna *clif*. Como se nota no último exemplo há ainda uma adequação fonética no procedimento de inversão.

²⁰¹ Jovem franco-chilena, em sua auto-definição e definição jurídica supõe-se, pois tem dupla nacionalidade.

²⁰² Ex-colônia francesa da costa ocidental africana.

americanas, o desenvolvimento do campo teve um curso mais qualitativo e menos institucional, mas, ao mesmo tempo, apresentando cada vez mais limites. Em resposta aos limites, o método se alongava, flexibilizava e ficava mais método, entendido como parâmetro referencial para o tratamento das informações e conhecimento do problema no sentido proposto.

O primeiro ponto de manifestação das dificuldades para o desenvolvimento do mesmo método na favela e *cité* apareceu no momento em que se tentava constituir uma rede social familiar desde os primeiros informantes, os egos. Retomando, o procedimento padrão empregado no Brasil era o de entrevistar algum morador antigo, a 1^a gera o e, em seguida, outro familiar morador da 3^a gera o, enfim, av ( )s e neto(a)s. Os mais idosos indicavam outros moradores contemporâneos da família, isto  , com antiguidade similar na favela e com a 3^a gera o ainda vivendo ali. O que se desenvolveu com razoável facilidade no caso brasileiro virou um problema em Paris.

Os sinais de que a continuidade da pesquisa, através de redes de sociabilidade não institucionalizadas por algum órgão de regula o, estaria em risco se explicitavam. Durante as tomadas de decisões *ad hoc*, emergia a reflexão sobre a origem do trabalho com redes sociais ser européia, classicamente inglesa, mas sempre em redes sociais institucionalmente constituídas, como pais de escola, ou vizinhos agrupados em vida associativa. No caso francês, sentia-se o peso das institui es reguladoras.

Para melhor compreender a situa o   importante se apresentar um dado, desde análises estatísticas, que surgiu de forma contundente durante a investiga o de campo no *Clos*. A análise de base de dados demográficos sobre os imigrantes na França demonstra que de modo significativo a 1^a gera o ou retorna ao país de origem após a aposentadoria, ou

assume a nacionalidade francesa fazendo com que haja uma diminuição significativa dessa geração de imigrantes²⁰³. Constatação demográfica que aparecerá nas entrevistas seja enquanto projeto de retorno ao país de origem manifesto por adultos, seja através do relato tratando do retorno das gerações anteriores da própria família ou de outras conhecidas. Como se observará em item a seguir, a quantidade de nacionalidades que convivem no *locus* é muito grande, explicando a naturalização com que tal diversidade de culturas nacionais aparece nos discursos dos entrevistados e a dificuldade em encontrar famílias em que convivam três gerações. Quadro que tende a caracterizar em geral as populações que vivem nas *cités* francesas.

Durante a construção das fontes, através da tentativa de formação de redes sociais familiares que estivessem morando na *cité* há mais de 2 gerações, com a presença de moradores da 1ª geração e 3ª, imediatamente apareceu o problema de poucos idosos morando no mesmo conjunto que seus descendentes. Existem famílias assim, mas são exceções, pois, em geral, confirmam todas as fontes, os idosos se mudam, muito normalmente retornando ao país de origem. Assim, o pressuposto do método de que as famílias mais antigas moradoras tenderiam a ter mais de duas gerações vivendo no local se desfez, embora existam muitos casos de famílias que estão lá há três gerações, mas poucas vivendo com familiares das três gerações. Importante notar que o período de ocupação do conjunto está em uma temporalidade que permitiria a convivência de três gerações, como confirmam as exceções. Ou seja, a diferença com a favela não se explica pela variável temporal. Além desse problema, constatou-se que a estrutura familiar não constitui uma forma de sociabilidade que permita a construção de uma rede social vertical, tal como no caso brasileiro, e, também, que os sujeitos

²⁰³ Cf. Rhein (1998).

não se permitem indicar um vizinho para expandir a rede social horizontalmente por não incorporarem as relações de intimidade com vizinhos ou agregados. Chega-se a um impasse.

Se o problema da relação intergeracional no interior da mesma família pode ser superado através da investigação apenas de duas gerações, a inexistência de sociabilidades em rede, desde a família, incorporando moradores amigos e agregados, tornou a continuidade da pesquisa uma incógnita. As dificuldades eram assustadoras. Pois se a falta de sociabilidade amistosa entre os vizinhos impedia o desenvolvimento das redes de informantes em termos horizontais, a falta de intimidade entre pais/mães e filho/as dificultava o movimento vertical, isto é, intergeracional. A questão que se colocava era: tais diferenças culturais inviabilizariam a comparação? Sim e não.

Afinal, os entrevistados da 1ª ou 2ª geração eram capazes de narrar a história de suas famílias no território, num movimento regressivo, e projetar sua posição futura. Sem dúvida há uma perda, mas se perde o que não poderia se conquistar: a possibilidade de comparação intergeracional mais ampla. Em termos horizontais, o custo talvez seja maior, na medida em que o número de contatos se torna extremamente limitado, mas as informações não se tornariam por isto irrelevantes. Transformando o problema em solução, ao se deparar com as negativas dos entrevistados em indicarem outras famílias moradoras restou alterar o caráter dos entrevistados que, ao invés de ser parte de uma rede social, passaram a ter a condição de informante e, assim, as entrevistas passaram a enfatizar, com uma força não utilizada no caso brasileiro, aspectos da vida em geral no conjunto habitacional e as mudanças no território, desde a colocação do entrevistado em uma posição mais analítica e autônoma de sua trajetória particular e familiar. Ao contrário do caso brasileiro, em que as entrevistas viraram testemunhos, aqui se transformaram em verdadeiros diálogos sobre a vida no *Clos*.

Pode-se propor, a partir dessa situação, que a manipulação de uma mesma estratégia metodológica em diferentes países, além de permitir a comparação entre sociedades nacionais sobre a problemática específica em foco, traz em seu bojo inevitavelmente a questão da universalidade do método científico nas ciências sociais. Seguindo nessa linha de análise, o que se colocaria em situações desse tipo frente ao pesquisador é, muito antes dos limites à investigação comparada, a necessidade de adequação do método às peculiaridades de cada contexto específico, em especial em estudos alicerçados sobre pesquisa qualitativa.

A inventividade, enquanto artesanaria, aproximaria a ação sociológica de uma verdadeira arte²⁰⁴, em seu sentido mais restrito. Afinal, as adequações tomadas a partir de decisões que pressupõem criatividade e autonomia se dão nos marcos do método como *construto*, garantindo a coerência comparativa, coerência essa que ficaria comprometida caso se optasse por romper os pressupostos epistemológicos subjacentes ao método empregado. Se, ao invés de transformar aqueles que deveriam fazer parte de uma rede social familiar de entrevistados em informantes, optasse por realizar questionário distribuído por algum órgão institucional às famílias mais antigas ou simplesmente marcando entrevistas com moradores definidos a partir de indicação de alguma instituição, estar-se-ia resolvendo o problema da expansão horizontal – no caso as relações de vizinhança, mas rompendo com o paradigma qualitativo norteador do conjunto da pesquisa. A dimensão comparada se perderia completamente. Desse ponto de vista, o emprego de decisões *ad hoc* em pesquisas qualitativas se torna tão mais imperioso quanto mais abrangente for a abordagem dada à problemática.

Refletir sobre tais questões é parte do próprio fazer sociológico, da arte da sociologia e aponta para um compromisso ético com a produção do conhecimento nas ciências sociais em

²⁰⁴ Cf. Becker (1999).

que a difusão e o debate sobre os impasses e as soluções encontradas durante o desenvolvimento da investigação são parte fundamental do trabalho científico ele mesmo²⁰⁵. Então, ao caso de controle na *cité*.

9.2. *Clos Saint-Lazare: uma cité típica em Stains*

No entorno   Paris, na província da Ile de France, há um grande número de enormes conjuntos de habita o social, chamados popularmente de *cit s*²⁰⁶, implantados pelo poder público visando resolver o problema da habita o popular, a partir do Pós-Guerra²⁰⁷. No interior de um desses conjuntos de habita o social será desenvolvido o caso de controle, um dos mais clássicos e conhecidos grandes conjuntos: o de *Clos Saint-Lazare*, o *Clos*, conforme seus moradores.

Situado em Stains, *ville pauvre* na região de *Saint Denis*, no chamado *cinturon rouge*²⁰⁸, dentro da chamada primeira coroa, *Clos Saint-Lazare*   apresentado no rol das *banlieues en difficult *. Qualifica es encontradas nos documentos de políticas públicas do Estado francês. *Villes pauvres*, *quartiers* ou *banlieues en difficult * são qualifica es que imediatamente apontam a posi o social ocupada por esses espaços na representa o social francesa. Cidade pobre, bairro em dificuldades, defini es que se sobrepõem e servem para fundamentar políticas públicas implantadas, em particular, a partir dos anos 80.   representa o social de territórios urbanos com problemas corresponde sua institucionaliza o

²⁰⁵ “Se fizermos frente aos nossos problemas de método e de técnica com uma combina o de análise logicamente rigorosa e de compreensão sociológica da pesquisa como um empreendimento coletivo, talvez possamos finalmente criar uma ciência viável” (BECKER, op.cit., p. 46).

²⁰⁶ Referência a sua configura o fechada, a exemplo das cidades fortificadas.

²⁰⁷ Cf. Bidou (1996); Stebe (1999).

²⁰⁸ Cinturão vermelho pela histórica participa o dos partidos de esquerda no governo das cidades, desde 1914.

como espaços definidos para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à sua qualificação e integração social. Ou vice-versa.

Stains é uma antiga cidade industrial, cuja industrialização remonta ainda ao século XIX. A cidade não escapou ao processo que atingiu o conjunto das regiões industriais, a partir do final dos anos 70 e início dos anos 80, sofrendo as conseqüências das transformações pelas quais as indústrias passaram, seja pela diminuição do número de empregos devido às mudanças tecnológicas, seja pelo deslocamento das unidades fabris no território, em suma, pela crise do modo fordista de produção industrial. Como toda a região de *Saint Denis*, *Stains* sofreu com a desindustrialização. A crise atingiu ainda de forma mais direta aos habitantes de seu maior conjunto de habitação social: *Clos Saint-Lazare*.

Erguido entre 1966 e 1970, o *Clos* é vizinho de outra tipologia clássica voltada às classes populares, a *cité jardin* construída nos idos dos anos 20 do século XX. Embora a proximidade física, a distância nas formas de implantação e mesmo social entre a *cité jardin* e o *Clos* são significativas.

A *cité jardin* está localizada entre o prédio da *Mairie* de *Stains* e o *Clos Saint-Lazare*, apresentando todas as características típicas das vilas operárias inspiradas no programa das cidades-jardins²⁰⁹. As casas térreas e as com dois pavimentos têm jardim frontal e quintal nos fundos, enquanto os prédios têm no máximo quatro andares, todos em alvenaria com tons de marrom e telhados avermelhados, contando com varanda na entrada. Edificações unifamiliares e multifamiliares, em um ambiente urbano marcado por ruas estreitas e calçadas arborizadas. Na *cité jardin* estão concentradas pessoas idosas e pequenas famílias, porque as moradias,

²⁰⁹ Cf. Choay (1979), modelo concebido por Ezbener Howard.

sejam as casas ou os apartamentos, são pequenos, do tipo²¹⁰ F2, com 1 quarto, ou F3, com 2 quartos, em suas 1.640 unidades residenciais.

O caso em tela, o conjunto de habitação social de *Clos Saint-Lazare*, tem como limites a *cit e jardin*, *Avenue de Stalingrad*, *Avenue Paul Couturier*, *Avenue Nelson Mandela*, ruas *Paul Verlaine* e *Jean Cocteau*, tendo a sudoeste uma horta e um grande vazio urbano. Sua proximidade   Paris está dada fundamentalmente pelo acesso, através de ônibus, 255, desde a estac o onde está a *Universit  de Saint Denis*, Paris-13, aonde se chega pela linha de metrô 13, que liga Paris   *Saint Denis*.

²¹⁰ Forma de classifica o das residências, em que: F2, significa 1 quarto, F3, 2 dormitórios e assim sucessivamente. F1 são *studios*, similar aos conjugados brasileiros.

como referência as estruturas federativas, ainda mais por estarem passando nos últimos anos por um processo de descentralização administrativa. O escritório departamental HLM corresponderia a uma autoridade pública de direito privado que atua na aglomeração de municípios da região de *Saint Denis*, cuja referência legal é o *Conseil Général de Seine Saint Denis*, não sendo assim subordinado nem às instâncias políticas da cidade de Stains, nem da província Ile de France. Aliás, os conjuntos de habitação social podem ser controlados por organismos vinculados ao município, ao departamento, à província ou mesmo serem submetidos a instituições totalmente privadas. No caso do *Clos*, o órgão público responsável é departamental, instância administrativa intermediária entre a gestão local (municipal) e a província. No entanto, o órgão responsável pelo financiamento das intervenções nos conjuntos de habitação social, desde 2004, é a *Agence nationale pour la rénovation urbaine* (ANRU), encarregada de examinar os projetos de renovação e reabilitação urbana e destinar os créditos. Essa agência está submetida ao Ministério *de la Ville*, que fixa suas atribuições. As intervenções previstas para 2005 foram aprovadas pelo órgão que deu origem à agência, o *Comité national d'engagement* (CNE), e serão desenvolvidas no âmbito da ANRU.

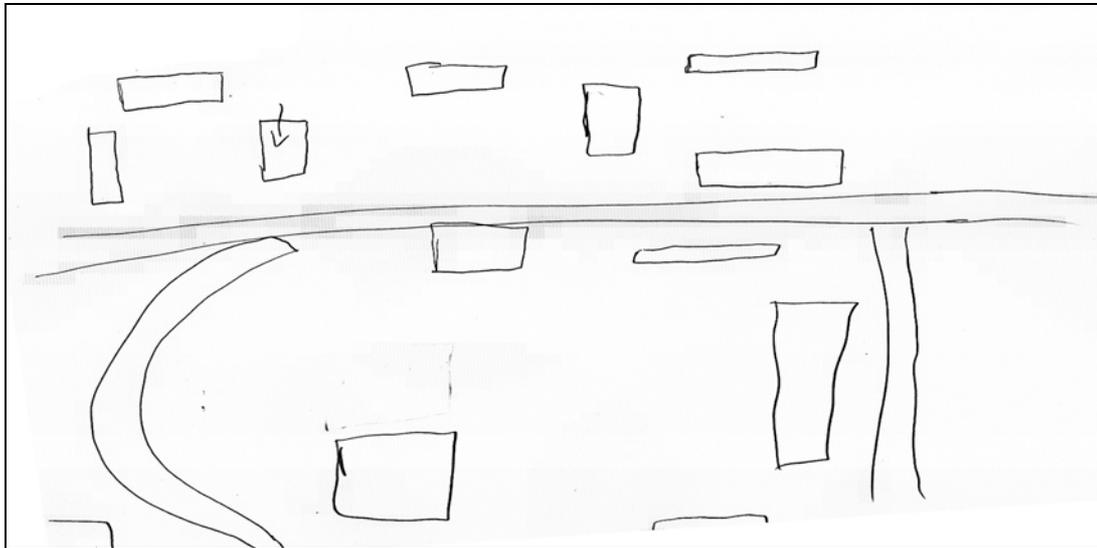
Ao longo das últimas duas décadas, o *Clos* passou por uma série de intervenções arquitetônicas e urbanísticas. Entre 1985 e 1991 houve uma intervenção de reabilitação do conjunto, principalmente de embelezamento arquitetônico e instalação de novos equipamentos, e, em 2000, outra de caráter mais urbanístico, sendo esta marcada pela abertura de uma via que hoje conecta as vias internas do conjunto ao traçado da cidade, na *Avenue de Stalingrad*, através da implosão de um prédio. Prepara-se uma nova intervenção que deverá começar em 2005, cujo sentido será o de qualificar ou instalar novos serviços e espaços públicos, além de abrir o *Clos* para a cidade através da criação de outras novas ruas, conforme

os documentos oficiais²¹¹. Como já ocorreu em 2000, a abertura de vias implica na implosão de prédios gerando resistência entre os moradores que serão realojados. As intervenções que buscam conectar viariamente o conjunto à cidade mostram o quanto sua configuração arquitetônico-urbanística é fechada em si mesma.

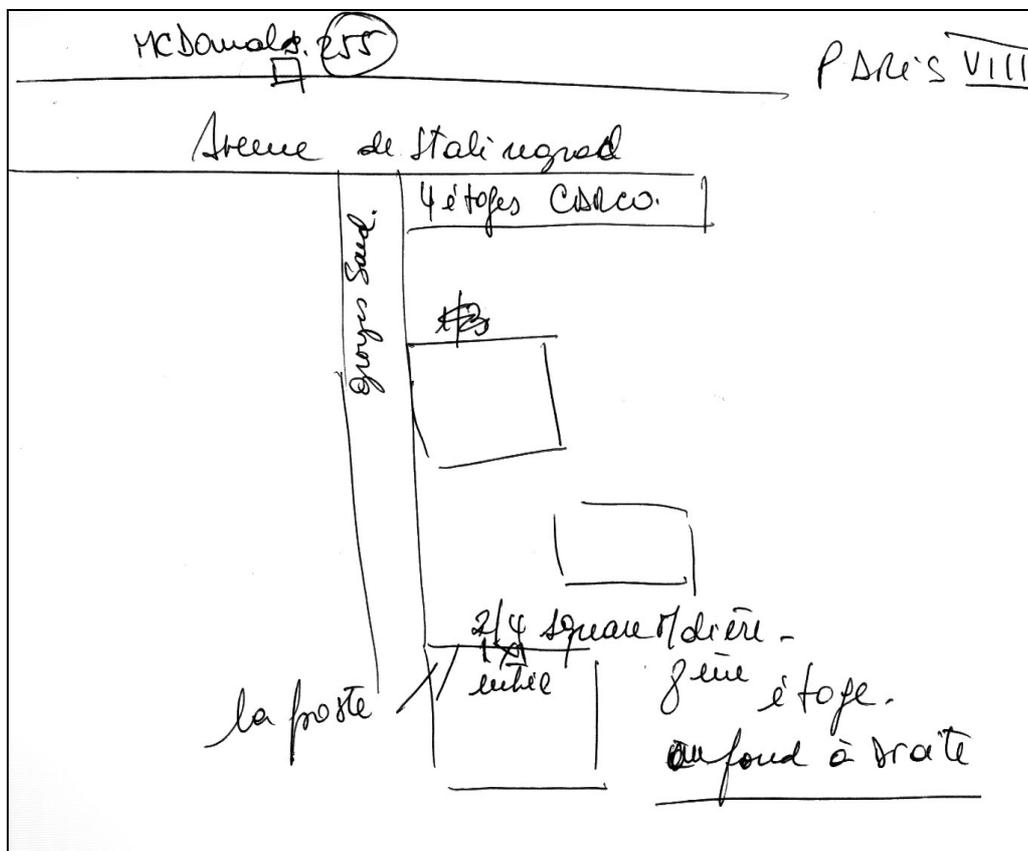
Essa configuração fechada com edificações soltas no espaço e um arruamento distante e sem formar malha, aparece na totalidade dos mapas-mentais que os entrevistados realizaram. Com uma exceção, os demais apresentam um ponto de vista de cima e são esquemáticos, com linhas formando as avenidas e quadrados e retângulos representando as edificações. Apenas em dois há elementos da arborização existente, embora esparsa, que não tira a sensação de aridez do local. Significativamente foram mapas feitos por uma menina e uma jovem. Somente no mapa realizado pela criança o ponto de vista é frontal e não de cima, mas apresenta o prédio como uma massa de portas e janelas. Em uma janela há uma figura e os dizeres: “*c’est moi*”. Ela se representa perdida na imensidão da massa edificada, entre inúmeras janelas.

²¹¹ Todos os dados a seguir sobre o *Clos* foram extraídos do material de divulgação da nova intervenção utilizado em painéis na *Boutique du projet*, onde se expõe e explica o projeto.

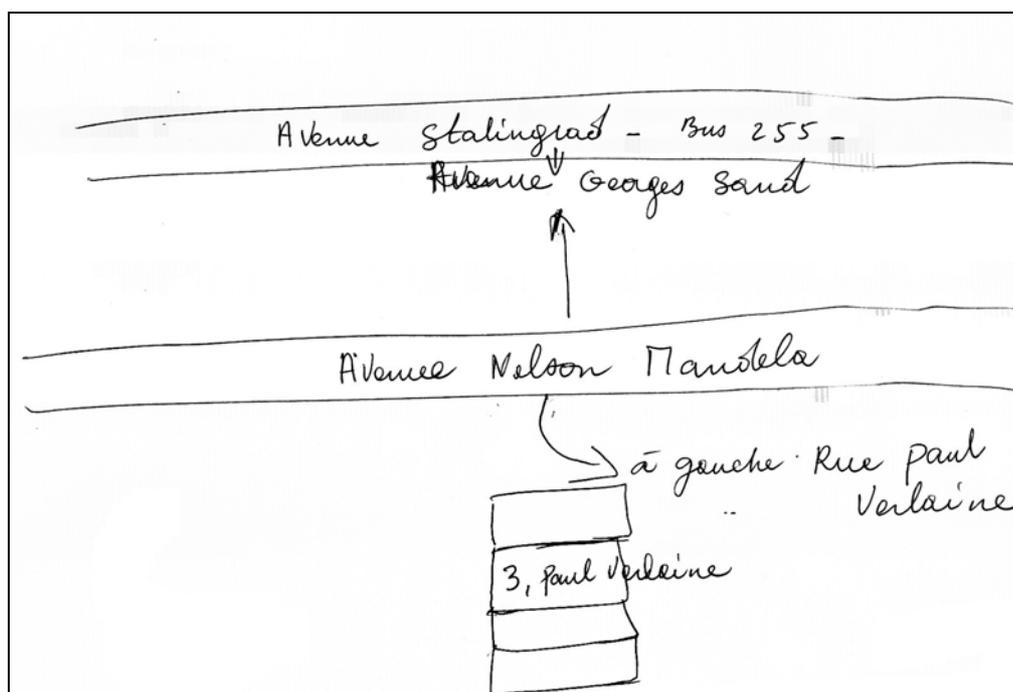
MAPA 11: Mapa mental esquemático



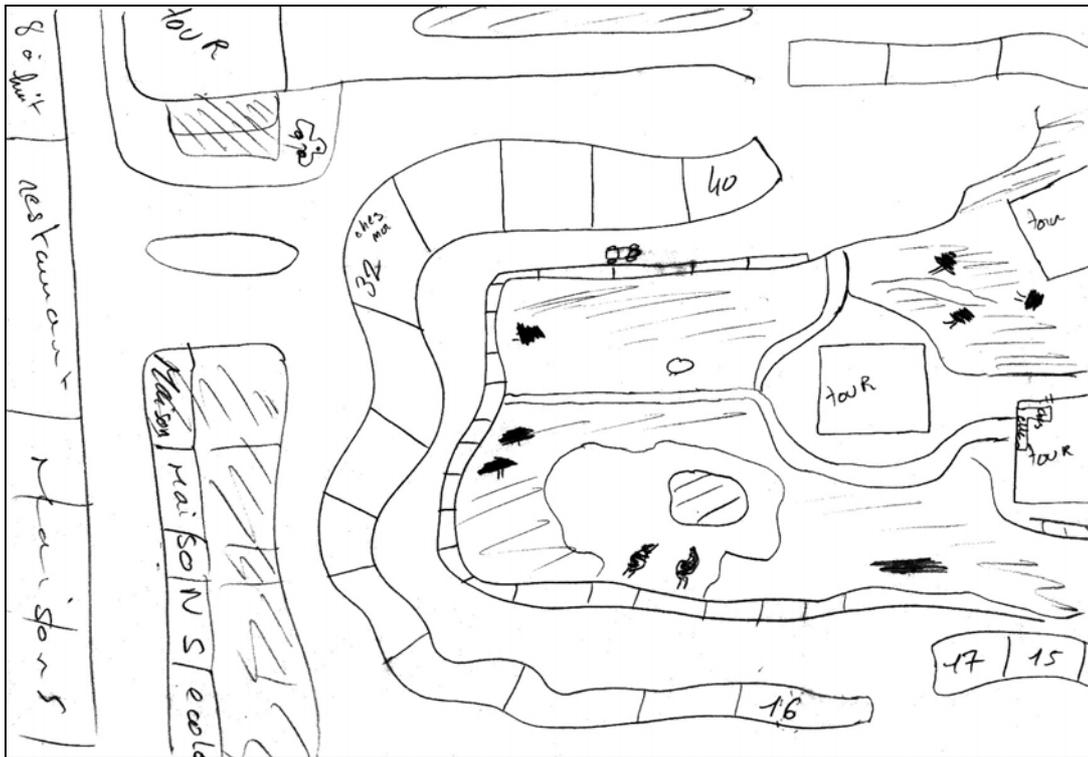
MAPA 12: Mapa mental descriptivo

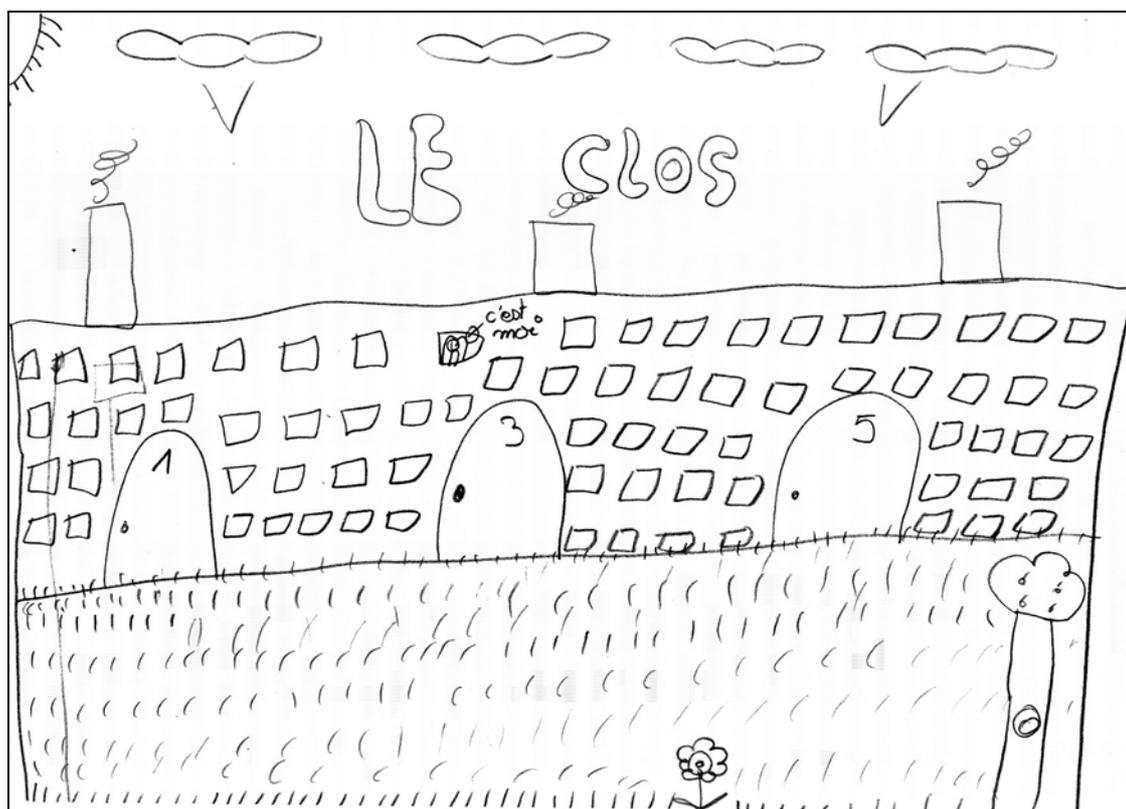


MAPA 13: Mapa mental esquemático descritivo



MAPA 14: Mapa mental com arborização



MAPA 15: Mapa mental *c'est moi*

Em seu interior, os relatos, descrevem a existência de uma separação em áreas que ganham denominações específicas. A região de *barres* é conhecida como *plaine* e a das *tours* como *montagne*²¹², mas nem todas as torres estão na *montagne*, pois há algumas no interior da *plaine*, deixando claro o aspecto simbólico da denominação. Uma das *tours*, em um limite da área do conjunto, é considerada domínio dos haitianos, mas não se obteve informações de outras áreas associadas à ocupação por determinado grupo étnico, religioso, ou nacionalidade.

²¹² Planície e montanha, respectivamente.

Em termos arquitetônico-urbanísticos de implantação e gestão administrativa, *Clos Saint-Lazare* é uma típica²¹³ *cité*.

Está composto por 9 torres de 8 andares com 36 moradias, 8 torres de 15 andares e 126 apartamentos e 5 prédios em *barres* de 4 andares que formam um “S” incompleto, Além dos prédios de um centro comercial, maternal, creche, colégio, centro de lazer, dois ginásios, sinagoga, capela e mesquita. E o Liceu em uma de suas fronteiras. Ocupa 29ha, com uma popula o oficial de 8.000 moradores, correspondendo a 24% da popula o da cidade que tem 32.839 habitantes²¹⁴. A densidade no conjunto   de 17,096hab/km²²¹⁵. Conta com 2.318 moradias, sendo que inicialmente era prevista a constru o de 5.000 apartamentos. Enquanto o *Clos* tem 2.318 unidades em 2.186 apartamentos de 5 tipos e 132 unidades de alojamento para solteiros, a cidade de *Stains* tem em sua totalidade 5.447 unidades, dos tipos F2, F3 e F4.

QUADRO 2: Número de apartamentos, conforme seu tipo

Tipo de residência	Quantidade
F1	11
F2	613
F3	496
F4	707
F5	359
<i>Residence sociale</i> ²¹⁶	132
TT	2.318

O Quadro 2, acima, deixa nítido que os moradores são famílias em sua maior parte com filhos. Além do grande número de apartamentos com mais de 1 quarto, chama a aten o a

²¹³ T pica, tanto em termos do senso comum como no sentido weberiano.

²¹⁴ Dados do INSEE, 1999, cf.: http://www.stains.fr/5_la_ville/index_ville.html.

²¹⁵ Cf. nota anterior sobre dados do *Clos*.

²¹⁶ Alojamento para jovens e solteiros.

grande quantidade de F4, ou seja, apartamentos com 3 dormitórios. Saliente-se ainda que os apartamentos têm áreas bastante superiores aos de mesmo tipo encontrados em Paris e ocupados pela classe média. A população apresenta características distintas daquela encontrada na cidade de *Stains* e similar a existente em outras *cités*. Segundo os dados mais recentes, 50% dos habitantes têm menos de 25 anos, sendo 52,1% do total de mulheres.

TABELA VIII: Composição das famílias (%)

Tipo de família	% de moradores
Casal	68,2%
Monoparental feminino	28,4%
Monoparental masculino	3,4%

Enquanto 28,4% de lares monofamiliares são feminino e apenas 3,4% masculino, chegando a 31,8% de lares monofamiliares no *Clos*, em *Stains* são 21,7%.

TABELA IX: Número de filhos por família (%)

Número de filhos	% de moradores
Sem filhos	19,6
1 filho	10,6
2 filhos	12,2
3 filhos	13,6
4 ou + filhos	12,6

Importante ressaltar que a correspondência entre a proporção do número de filhos e os tipos de apartamentos, deriva dos critérios utilizados pelo organismo gestor para a concessão

das residências. Assim, tendo-se como fontes de dados apenas os oficiais não haveria como ser diferente. Em comparação com a cidade de Stains, apenas 7% da população conta com mais de 4 filhos, contra 12,6% no *Clos*.

A precariedade é avassaladora no *Clos*, pois 35,5% da população ativa está desempregada. Aliás, é o mesmo percentual de não diplomados. A juventude da população e sua pequena qualificação servem para compreender o alto índice de desemprego. Veja-se a Tabela X, abaixo, para fins comparativos²¹⁷.

TABELA X: Evolução do crescimento do desemprego na França Metropolitana (%)

Situação	1990	1999
Em relação à população	10,8	12,8
De 15 a 24 anos	19,9	25,6
Entre as mulheres	14,4	15,0
Entre estrangeiros	18,8	24,1

Se entre 1990 e 1999 o número de desempregados na França metropolitana aumentou em geral, seu salto foi particularmente relevante entre os estrangeiros e aqueles com idade entre 15 e 24 anos. Exatamente as situações que mais caracterizam os moradores do *Clos*. Os dados demonstram a gravidade da situação socioeconômica dos moradores, pois se na chamada França metropolitana o crescimento médio do desemprego foi de 24,5% e nas ZUS²¹⁸ 22,8%, durante o período, no *Clos* atingiu a 35,5%, ou seja, 11% a mais do que o crescimento na região.

²¹⁷ Cf. Le Toqueux ; Moreau (2002)

²¹⁸ *Zones urbaines sensibles*, cf. lei de 14 de novembro de 1996, em que se enquadra a cidade de Stains.

Universo multi-nacional-étnico-linguístico, como a maior parte das *cités* na região de Paris, o *Clos* têm em seu interior a presença de 52 nacionalidades, chegando a 28,5% dos moradores contra a presença de 22,5% em *Stains*. No entanto, entre 1990 e 1999, anos de referência dos dados, ocorreu uma diminuição na proporção de estrangeiros, conforme Tabela XI.

TABELA XI: Evolução da presença de estrangeiros

	1990	1999
Moradores estrangeiros	34%	28,5%

Essa diminuição deve estar associada ao maior controle da entrada de estrangeiros na França na década de 90, mas também pelo envelhecimento da 1ª geração e sua conseqüente naturalização francesa ou regresso ao país de origem, conforme já foi apresentado anteriormente. Todavia, tanto as informações dos moradores, como a imagem para o pesquisador, quanto a própria representação social do *Clos*, assim como as demais *cités*, é a de um predomínio absoluto dos não-franceses europeus. Ou seja, os 71,5% de não-estrangeiros, segundo os dados de 1999, são compostos em sua imensa maioria por descendentes de estrangeiros, de antigas colônias ou das províncias de *Outre mer*²¹⁹. Pois, segundo as informações obtidas, a chegada acelerada e significativa de imigrantes oriundos da África Negra e do Haiti e a saída das famílias tipicamente francesas, ocorreu principalmente durante a década de 80. No mesmo período houve a desindustrialização, a saída das famílias francesas européias típicas, a ocupação acelerada do *Clos* por famílias africanas e haitianas e o conseqüente aumento da heterogeneidade étnica e precariedade no trabalho.

²¹⁹ Departamentos ultramarinos: Guadalupe e Martinica, as Antilhas, Guiana e a Ilha Reunião, no oceano Índico.

Não há dados em relação ao tipo de cor da tez dos moradores, como ocorre com o Censo no Brasil, mas é visível a predominância de negros e descendentes do norte da África, a região conhecida como *Maghreb*, no conjunto. No entanto, os moradores mais antigos originários de ex-colônias da África Negra, não se incluem no grupo de africanos, mas sim no de descendentes de franceses das colônias. Situação similar, conforme os relatos, é atribuída aos antilhanos e aos negros originários da Guiana. Ou seja, os oriundos das antigas colônias ou dos departamentos ultramarinos tendem a se colocar em uma posição distinta e hierarquicamente superior em relação aos demais afro-descendentes, em especial dos negros vindos da África subsaariana e do Haiti. Todavia, ao nível da representação social na sociedade francesa todos são considerados, em maior ou menor grau, conforme a situação e as questões colocadas em jogo, não-franceses, por não terem os traços antropofísicos que caracterizariam os franceses nascidos no hexágono, isto é, no território da França na Europa.

A composição étnica primordial do conjunto teria sido, então, por franceses típicos, os originários do *Maghreb*, isto é, as famílias vindas das antigas colônias francesas do norte da África, Marrocos, Tunísia e Argélia, os antilhanos, asiáticos oriundos do sudeste da Ásia, também antigas colônias francesas, e de algumas antigas colônias na África subsaariana, como Camarões, Senegal e Guiné. Todavia, o fluxo desses últimos parece ter aumentado nos anos 80 junto a outros grupos da África negra e dos haitianos. Embora não apareçam na fala dos moradores, é visível a presença de moradores de origem indiana, provavelmente do Sri Lanka, antigo Ceilão²²⁰. Essa mistura de origens étnicas não é atribuída como um problema, no entanto as entrevistas apresentam um claro preconceito com práticas culturais consideradas criminosas e condenadas pela formação ocidental-cristã, como a poligamia ou mesmo a forma

²²⁰ São apenas os originários desse país no chamado continente indiano que aparecem com força demográfica.

de utilizar as dependências dos apartamentos pelas famílias com origem na África negra. Os haitianos, paradoxalmente aqueles que aparecem ao olhar ocidental com a postura e estilo de presença pública menos estranhos entre a população negra, são vistos como perigosos.

Se oficialmente o *Clos* tem cerca de 8.000 habitantes, os moradores e mesmo profissionais que lá atuam supõem que o número deva ser razoavelmente maior em virtude de as famílias que crescem no interior do mesmo apartamento, seja por reprodução, seja pela formação de novas famílias, ou ainda pela agregação de familiares vindos do país de origem, além de práticas culturais que atingem etnias e religiosidades particulares, como a poligamia, não serem declaradas em função da legislação francesa. Fato que explicaria a convivência nos apartamentos de um número de moradores muito acima da média oficial de 3,6 habitantes por apartamento.

As diferenças religiosas e a forte presença pública das práticas muçulmanas parecem incentivar o desenvolvimento de uma afirmação de pertencimento entre os católicos e judeus, mesmo que seja comum entre os jovens de famílias muçulmanas um distanciamento dos valores religiosos, tal como encontramos entre os jovens de famílias católicas no Brasil. O uso de indumentárias afirmativas de uma religiosidade, como a *burkha* nas mulheres e o *tchapan* nos homens, no caso dos muçulmanos, ou do pertencimento à uma cultura particular, no caso dos africanos subsaarianos, em especial das mulheres com seus turbantes e vestidos multicoloridos, e o uso das línguas de origem, como dialetos africanos que ao ouvido brasileiro pareciam música, e o árabe no espaço público do *Clos* e seu entorno têm uma presença muito acima daquela encontrada nos bairros de Paris ou nas cidades limites a oeste e sudoeste, caracterizando fortemente o lugar pela multiculturalidade. Os asiáticos conversam pouco e falam muito baixo, embora se façam ouvir também, e tenham sua presença marcada

pelos traços fisionômicos. Os apartamentos, segundo as informações obtidas, tendem a reproduzir em seu interior as moradias dos países de origem nas áreas de uso comum e quartos dos pais, sendo, porém, absolutamente ocidentalizados nos quartos dos filhos jovens e adolescentes. Todavia, mesmo nestes, os relatos afirmam que se encontram referências ao país de origem da família. A forma de utilização da cozinha aparece em alguns relatos como sintomática da inadequação cultural dos africanos, em especial, ao ocidente europeu, e responsável pela degradação dos espaços privados como, também, dos públicos, em virtude da maneira com se relacionariam esses moradores com a produção de lixo.

Os jovens moradores, em sua maioria, após a comprovação da realização dos estudos na França obtêm a nacionalidade francesa, porém são identificados, e afirmam essa identidade, com os países e cultura de origem da família. Exercem, concretamente, uma dupla nacionalidade, exercício que fica claro quando se descobre que é comum os documentos e correspondências oficiais serem controlados pelos filhos e filhas, entre essas famílias de origem não-francesa, dada a dificuldade dos pais com o idioma francês, mesmo entre os originários de antigas colônias, em especial, os do *Maghreb*. Esse controle das atividades legais e contratuais das famílias pelos filhos aparece com centralidade nos debates que tratam dos problemas da decomposição familiar dos imigrantes na sociedade francesa, sendo que essa mesma perspectiva aparece em algumas falas de moradores do *Clos*. Porém, nas conversas com o jovem de origem argelina que viveu a situação no interior de sua família, por ser o filho mais velho e o primeiro a dominar plenamente o idioma francês em sua casa, já que os pais têm como idioma o árabe, tal relação entre perda de autoridade dos pais frente aos filhos em função do controle por parte das crianças e adolescentes da correspondência oficial da família lhe pareceu espantosa. Contudo, parece plausível que seja uma das manifestações da

problemática da integração à sociedade francesa dos filhos de pais imigrantes e a conseqüente decomposição familiar por rompimento dos elos identitários, dinâmica na qual o entrevistado está envolvido e, logo, sem capacidade de problematizá-la.

Talvez, a informação de que esse jovem tenha achado absolutamente descabida a tentativa de aproximação para entrevista, através dele, dos pais e o fato de que divide o apartamento com um amigo, sejam sintomáticos dessa separação contundente e destruturadora que a integração dos filhos dos imigrantes pela educação gere nas famílias. Por outro lado, tal postura dos jovens não parece profundamente diferente do que se reconhece como sendo tipicamente francês ficando, talvez, a diferença nos efeitos sobre a família de origem no caso dos imigrantes, enquanto as famílias tipicamente francesas-européias tenham em si essas dinâmicas como constituidoras de sua própria formação e reprodução.

Outra característica forte na representação social da *cité* e cujo tema foi abordado nas conversas com os moradores jovens   a existência de tráfico de drogas no *Clos*, além do roubo, em particular de veículos. Aliás, no limite do conjunto com um vazio urbano, encontrou-se durante uma caminhada uma quantidade enorme de peças de carros esparramadas que juntas talvez pudessem formar um carro, sem se abrir mão da hipótese de que na realidade sejam um ou mais carros desmontados. Tal problema, dos carros abandonados e/ou desmontados no interior do *Clos*,   tratado de forma institucional em publica o do órgão responsável pela gestão do conjunto²²¹, demonstrando sua intensidade e perenidade. Essas atividades ilegais e criminosas, que parecem polarizadas pelo tráfico, são conhecidas pelo nome de “*business*”, do inglês *business*. Embora sejam visíveis as práticas ilegais e os vestígios de atividades possivelmente ilícitas, a presença de armas de fogo não faz

²²¹ *Porte Cl s, le journal de l’office public d’HLM de Seine-Saint-Denis, juin 2004.*

parte do cotidiano daqueles que moram na *cité*, informam as entrevistas. Ou seja, o pessoal do *business* não pratica uma criminalidade violenta.

Apesar da qualidade dos serviços e equipamentos públicos disponíveis e da cobertura do Estado francês para os desempregados e as famílias com muitos filhos,   nítido que as condi es de vida nos conjuntos de habita o social são bastante inferiores àquelas encontradas nos espaços ocupados por outras classes sociais e, em que pese as interven es de reabilita o dos prédios e dos equipamentos públicos e até mesmo de alguma qualidade arquitet nica, a aparência do conjunto em geral   de degrada o e de falta de manuten o. Essa situa o, em algumas falas,   atribuída   chegada dos novos contingentes, os originários da África negra e os haitianos sendo os principais acusados pela dinâmica de degrada o do espaço, porém a essa atribui o negativa em alguns casos se junta o fato de a ocupa o dos apartamentos e dos prédios, em muitos casos, exceder ao seu máximo. Além de se apresentar a dinâmica de mudança da composi o étnica e social como simultânea ao descaso do  rgo respons vel²²² com a manuten o da infra-estrutura e do conjunto em sua totalidade, mesmo com as interven es realizadas nas últimas décadas. Parece que há uma articula o de diferentes dinâmicas no interior de um mesmo processo: o de constitui o do espaço dos pobres como problema.

²²² Os dados apontam que o atual gestor, l'office d partamental HLM du 93, assumiu a propriedade em 1982.

Parte 3: Das relações entre território e classes populares na modernidade tardia

Nessa derradeira parte da tese constrói-se uma conclusão, por princípio, provisória e limitada aos aspectos encontrados ao longo da pesquisa na literatura e nos *loci* investigados. O percurso rumo às conclusões inicia no Capítulo 10 com a análise da representação social do espaço das classes populares na modernidade tardia, a partir do tratamento encontrado nos meios de comunicação. A análise da construção da representação social do espaço das classes populares, no Brasil e na França, enfoca particularmente sua expressão no cinema, tomando-se para estudo dois filmes contemporâneos e legitimados pelas instâncias de consagração. Filmes que têm como cenário, personagens e conflitos o universo social dos territórios definidos pelo estudo como típicos, em cada um dos países. No Capítulo 11, sistematizam-se os principais aspectos encontrados na investigação empírica, em cada um dos espaços, em uma abordagem cuja estratégia comparativa tem como referente prioritário a favela carioca. Definem-se as recorrências e distinções, em especial em relação às dinâmicas pela quais os aspectos ressaltados se manifestam. No capítulo seguinte, exercita-se a capacidade explicativa do presente estudo e sua contribuição para a área, através de uma crítica à tese recente que defende o esgotamento do valor heurístico do fenômeno favela. Por fim, no Capítulo 13, apresenta-se uma resposta para a indagação sobre o efeito de território da configuração favela na construção de identidade social de seus moradores e, também, as conseqüências dessa conclusão em relação às políticas públicas em implantação e acionadas para o enfrentamento das condições urbanas que caracterizam a favela brasileira. A escala espacial que o estudo ganhou permite levantarem-se conjecturas a respeito da universalidade, ao menos nas modernas sociedades ocidentais, do efeito de território sobre a situação e posição das classes populares na modernidade tardia e suas especificidades no caso brasileiro e francês.

Capítulo 10: A representação social do espaço dos pobres

10.1. Dá para comparar a favela carioca e a *cité* parisiense?

A tradi o sociológica apresenta como um nível analítico incontornável a questão da constru o da representa o social. A representa o social dos pobres na metrópole vem se estabelecendo a partir da caracteriza o de seus espaços, como se os espaços determinassem sua condi o socioeconômica e, mesmo, moral. Espaços que são apresentados como exteriores, distantes e violentos em rela o   sociedade estabelecida. Os pobres, então, são tratados como os atores de um cenário urbano-metropolitano propício   eclosão de uma dinâmica social caracterizada pela violência. O cenário, atores e conflitos surgem pr -concebidos para um roteiro latente.

Essa articula o entre pobres, seu espaço e violência esboça os contornos da configura o de uma representa o social particularmente alimentada no cotidiano pelas diferentes m dias de massa, televisão, rádio e imprensa, em especial. No entanto, a legitimidade dessa representa o social alcança um nível elevado ao ser apresentada através de um bem simbólico audiovisual forjado por uma poderosa indústria cultural, como a cinematográfica, em fun o do alcance e relevância econômica e cultural que o bem filme tem ao ser legitimado pelas instâncias de consagra o aos quais está submetido.

As condi es sócio-históricas colocam a tentativa de compara o de fen menos sociais no Brasil e na França, por princípio, como potencialmente fadadas ao fracasso ou, no mínimo, candidatas a irrelevantes revela es. Afinal, o processo de forma o e desenvolvimento capitalista, em cada uma dessas na es, foi profundamente distinto e suas posi es no concerto das na es   ainda radicalmente diferente.

No entanto, ao nível da reflexão, é inegável a influência na constituição do pensamento sociológico brasileiro e, logo, no quadro de constituição de uma especificidade social nacional brasileira, da sociologia francesa. Assim, a dinâmica no campo cultural que instaura e reafirma a distância entre as duas formações sociais, ao estabelecer uma hierarquia fundada em uma relação de influência e dominação da França sobre o Brasil, ao mesmo tempo as aproxima de maneira inexorável, isto é, a partir da influência francesa sobre o pensamento social brasileiro fica estabelecida a possibilidade de análises comparadas, dada as inerentes proximidades epistemológicas.

Se a reflexão sobre a sociedade brasileira é parte constitutiva de sua existência enquanto tal, pois é a atividade reflexiva do pensamento que a explicita instaurando as condições e especificidades dela como formação sócio-histórica, e esse pensamento social, constitutivo e constituinte da sociedade brasileira, tem como uma de suas matrizes a tradição da sociologia de origem francesa, chega-se a particular pertinência da reflexão comparada de fenômenos sociais desses dois países.

Tal potencialidade analítica para estudos comparados torna-se ainda maior sendo a reflexão destinada ao campo científico-acadêmico, pois, afinal, foram nas ciências sociais produzidas no interior das universidades brasileiras onde a influência da sociologia francesa se estabeleceu de forma nítida e institucionalizada. Ora, ao se partir da idéia geral de que as maneiras de investigar a realidade social são parte da própria definição dessa realidade, ou seja, que parte da definição do mundo social é realizada exatamente pelos mesmos sujeitos que têm como papel estabelecer seus fenômenos, dinâmicas e processos, torna-se plausível propor que no interior de uma mesma matriz de conhecimento os estudos comparativos sejam por princípio, viáveis e legítimos.

As *cités* hoje na França são socialmente representadas como espaços marginais, marcados pela violência e anomia. Tal como as favelas no Brasil. Em que pese as diferenças oriundas fundamentalmente da função do Estado em cada um desses contextos urbanos, o que se pode observar em termos da literatura e da forma como cada um desses espaços sociais são apresentados pelos meios de comunicação de massa é uma grande semelhança. Impressiona essa semelhança mais ainda exatamente em função da diferença sobre a qual os dois espaços estão constituídos. Enquanto as favelas brasileiras são fruto do descaso e da falta de políticas urbanas e sociais pelo Estado, as *cités* são exatamente o contrário, ou seja, espaços construídos a partir de políticas urbanas e sociais no interior do quadro do Estado de Bem-Estar francês. Se as favelas brasileiras são resultado da falta, da carência, as *cités* francesas seriam consequência dos investimentos públicos na manutenção de políticas visando diminuir e amenizar as desigualdades sociais. Esse poderia ser um primeiro caminho de reflexão. Um caminho fadado ao infortúnio.

As chamadas *cités*, imensas, com uma tipologia modernista e implantação em ruptura com o tecido tradicional das cidades ou construídas nas periferias das regiões metropolitanas, bastante similares aos conjuntos habitacionais no Brasil, expressões massificadas desse modelo urbanístico, são, na França contemporânea, socialmente representadas também como espaço de carência: de emprego, de renda, de manutenção dos espaços, de consumo, de sucesso escolar. Ou, abordadas de outro ângulo, as *cités* seriam o espaço do desemprego, da falta de remuneração, da pouca capacidade de consumo, do fracasso escolar²²³. Essa descrição a respeito da representação social das *cités* parece encerrar o assunto sobre as semelhanças com as favelas brasileiras. No entanto, é necessário cuidado, pois não se trata aqui de

²²³ « *Ces quartiers sont présentés comme insalubres et sinistres, et leurs habitants comme des délinquants* » (CHAMPAGNE, 1991, p. 70).

semelhança da realidade, mas sim da representação social do espaço dos pobres. A ressalva é fundamental, mas seu sentido talvez não seja imediato.

Se as representações sociais do espaço dos pobres na metrópole brasileira e francesa são apresentadas como similares tal similitude não é fruto de uma distorção da realidade. E sim, de distorção das duas realidades. Ou seja, a semelhança não aponta para uma distorção na representação da mídia de massa na França apenas. O que se pretende aqui demonstrar é a manifestação de uma dinâmica de estigmatização do espaço dos pobres e, por consequência, deles próprios, como comum a ambas realidades socioespaciais e formações sociais.

Em que pese as grandes diferenças historicamente constituídas em relação aos espaços dos pobres nas metrópoles brasileiras e francesas, em particular devido à função exercida pelo Estado francês e não exercida no caso brasileiro, na sociedade contemporânea marcada pela crise do emprego e do estatuto de trabalhador e, logo, da classe operária, enquanto referente central das classes populares seja em termos econômicos, políticos ou ideológicos, encontra-se do ponto de vista da estrutura social uma aproximação entre a condição presente dos pobres das classes populares seja no Brasil, tendo-se com referência a favela carioca, seja na França, tomando-se a *cité* na região parisiense.

Fen menos como o trabalho não-assalariado, a precariza o da mão-de-obra, a falta de perspectiva para os jovens, as m s condi oes de manuten o dos espaços públicos e a convivência com o desemprego encadeiam dinâmicas do processo que coloca em situa oes similares, nas respectivas sociedades nacionais, os pobres e seus espaços. Por um lado, tem-se o efeito da dinâmica, tardia e insuficiente, de a oes públicas nas favelas²²⁴, desenvolvido a partir dos anos 90, e a deteriora o de espaços constituídos desde a oes anteriores do Estado

²²⁴ O projeto Favela-Bairro na cidade do Rio de Janeiro   emblemático.

no Brasil, como no caso dos conjuntos habitacionais e loteamentos populares, em especial aqueles para onde foram removidos habitantes de favelas. Por outro, os efeitos da crise do Estado de Bem-Estar e das mudanças estruturais do capitalismo contemporâneo na França, tornaram dramática a situação das classes populares. Dois movimentos que se encerram em um mesmo processo e cuja representação social se assemelha.

10.2. Os pobres no cinema: Cidade de Deus e L'Esquive

Para abordar a expressão estrita da representação social do espaço dos pobres na modernidade tardia nessas duas sociedades nacionais se tomará como referência dois filmes contemporâneos que têm como foco narrativo o cotidiano de jovens nesses dois espaços emblemáticos da condição dos pobres na França e Brasil: a *cit e* e a favela.

Com a análise pretende-se tematizar as semelhanças e diferenças na constru o da representa o social dos pobres no Brasil e na França e a fun o do bem simbólico filme nessa constru o e, assim, procurar constituir parâmetros de análise visando permitir uma maior fluência no diálogo entre as ciências sociais no Brasil e França, no que se refere   questão das classes populares na metrópole.

Particularmente relevante notar no caso do filme brasileiro que, embora seja tratado mundialmente como sendo uma representa o social da favela carioca e, por extensão do efeito de representa o que o Rio assume no estrangeiro de expressão da brasilidade, da favela brasileira, Cidade de Deus   originalmente um conjunto habitacional para onde foram removidos os moradores de várias favelas da cidade do Rio de Janeiro nos anos 60 e 70, ou seja, em termos jurais estrito não   uma favela. Todavia, esse sentido jural se torna irrelevante exatamente pela dinâmica de faveliza o do espaço dos pobres, em fun o de seu abandono

pelo Estado, como ocorreu em Cidade de Deus, e, também, pelas ações de urbanização e regularização fundiária desencadeadas nas últimas décadas que alteraram, em parte, o estatuto da propriedade e o acesso à infraestrutura urbana de quem mora nas favelas, sem alterar estruturalmente sua inserção no espaço geográfico e social da metrópole. As semelhanças têm, então, como um de seus pressupostos a constituição de referenciais analíticos de base comum, o que explica em parte as similitudes apresentadas, mas a extensão dos processos socioeconômicos e seus efeitos sobre os pobres se impõem como nível de realidade que aproximam as condições desses espaços em ambas as sociedades.

O sentido da comparação não será o de demonstrar como as diferentes realidades geraram representações distintas, afinal se aponta para uma aproximação das condições de existência e de representação social em ambas a sociedade; nem tampouco se apresentará a semelhança nas representações sociais dos pobres, embora as diferentes realidades, pois já se demonstrou que as realidades são espantosamente bastante similares; logo, também não se trata de semelhanças entre as duas realidades criando diferentes representações sociais na mídia audiovisual; mas sim a demonstração de como em formações sócio-históricas tão distintas se constituem representações sociais sobre fenômeno semelhante com os mesmos traços de deformação.

No Brasil, em que pese uma longa tradição cinematográfica tematizando a favela, essa particular representação dos pobres na metrópole contemporânea encontra sua expressão mais emblemática na versão cinematográfica da obra literária do, já paradigmático, Cidade de Deus²²⁵. Através de uma narrativa ancorada em linguagem audiovisual que remete imediatamente ao videoclipe e à publicidade, explorando modernas possibilidades

²²⁵ Brasil, 2002. De Fernando Meirelles. Co-direção: Kátia Lund.

tecnológicas, o filme apresenta as trajetórias individuais de personagens marcados pela dinâmica social da violência. A obra foi acompanhada em seu percurso de difusão por um conjunto de controvérsias, envolvendo desde a legitimidade do autor da obra literária adaptada até a indicação para a premiação ao Oscar apenas de um dos diretores do filme, passando pela crítica a opção estética para tratar o tema e o inevitável questionamento da função do bem na estigmatização como violenta da área e população em foco.

Por outro lado, na sociedade francesa esse fenômeno de constituição da representação social dos pobres e seu espaço, no caso as *cités* das grandes metrópoles, através de filmes, vem aparecendo nos últimos anos em diferentes obras. Em 2004, ocorre o sucesso de um filme cujos principais (não) atores são jovens adolescentes moradores de uma *cité* em uma *banlieue* na região de Paris. A trama aborda, antes de qualquer coisa, a tensão lingüística e do modo de vida entre a França do século XVIII e a contemporânea, mostrada nos detalhes dos conflitos e práticas cotidianas desses adolescentes, na medida em que a adaptação de uma peça de teatro²²⁶, por uma turma de estudantes, é o fio condutor da narrativa. O filme se chama *l'Esquive*²²⁷, expressão carregada de sentidos²²⁸ no contexto desse jogo de espelhos entre jovens pobres da *banlieue* na metrópole parisiense do século XXI e a sociedade da corte francesa do século XVIII. Alcançou sucesso de público e crítica, embora realizado com pequeno orçamento e poucos recursos técnicos, pois foi captado em câmera digital.

²²⁶ Trata-se de *Le jeu de l'amour et du hasard*, de Marivaux, 1730.

²²⁷ France, 2003. De Abdellatif Kechiche.

²²⁸ *Esquive* é o jogo da mulher cortejada que evita o assédio. É também expressão empregada para aquele difícil de ser pego, similar ao sentido de “esperto”, na gíria brasileira.

10.3. Da tevê ao cinema: a mídia audiovisual e a construção da representação social

Muito além da já excessivamente tratada função ideológica dos meios de comunicação de massa, e a idéia de excesso aqui tem o sentido de apontar equívoco, a abordagem sobre a relevância das mídias na construção da representação social é inevitável. Os instrumentos de comunicação, em qualquer sociedade, têm por função construir sua representação e, dessa forma, são instrumentos fundamentais para a existência mesma da sociedade que se reconhece nessa representação difundida. Eis o efeito de realidade da representação social.

Nas sociedades modernas, a imprensa tem desenvolvido essa capacidade, tanto mais quanto mais próxima de uma representação realista as possibilidades tecnológicas colocam ao seu alcance. Afinal, quanto menor o estranhamento e a codificação da expressão, mais forte será o efeito de realidade e mais verossímil a construção da representação social. A partir de tais considerações se pode vislumbrar o poder de construção de representação social das mídias audiovisuais, tão mais potentes quanto mais massivas e sistemáticas forem sua escala e temporalidade. Exemplar dessa dinâmica de constituição da representação da realidade social pelos meios de comunicação de massa audiovisual é a importância que assume nas sociedades ocidentais, nos diferentes países, o telejornal.

Seu efeito de realidade é poderoso, pois cumpre todos os requisitos de uma representação social quase inquestionável como verdade: expressa sons e imagens em movimento, atinge milhões de pessoas simultaneamente e é diário. Além dessas características, ou exatamente por elas, sua influência contamina todos os demais discursos instituídos: do senso comum ao ilustrado, passando pelo político e estético. No interior dessa dinâmica poderosa de constituição da representação da sociedade torna-se inevitável que seja referência inclusive para as demais mídias e, através delas, em particular da imprensa escrita,

atinja com igual força os campos e posições sociais mais críticos e responsáveis pela elucidação da própria vida social. E, dessa forma, alimenta um círculo vicioso que só novos acontecimentos com potencial audiovisual podem romper ou enfraquecer. Sim, porque a representação social difundida pelos meios audiovisuais tem limites que não são apenas os dos interesses políticos, econômicos e ideológicos. Há limites tecnológicos para a eficácia do efeito de realidade. O sucesso da audiência depende, antes de tudo, desse efeito.

Se as condições acima apresentadas são fundamentais para a compreensão da importância na construção da representação social dos meios de comunicação de massa audiovisuais, em especial os telejornais noturnos, os eventos que irão nutrir essa construção também têm pré-condições. Essas pré-condições não se reduzem ao interesse que podem despertar em virtude de seus significados, de seus efeitos sobre a vida social, mas acima de tudo de sua dramaticidade audiovisual.

O impacto de uma norma jurídica, como a exigência de comparecimento às agências da Previdência Social de todos os brasileiros com mais de 90 anos beneficiados, é pequeno em si se comparado ao efeito que traz a imagem em movimento e com áudio de idosos quase centenários em filas para provarem sua existência²²⁹. Tomando-se o enfraquecimento dos movimentos das classes populares, em função do esvaziamento da centralidade da classe operária e a crise do emprego, com a conseqüente diminuição e institucionalização das manifestações de rua, fazendo com que seu caráter explosivo e propício à eclosão de eventos diminuísse, levaram ao deslocamento do cenário e mudança dos conflitos das ações sociais

²²⁹ Fato amplamente noticiado pela imprensa brasileira, a partir da exigência do Ministério da Previdência Social de cadastramento dos idosos com mais de 90 anos, através da presença física em postos do INSS, visando coibir fraude. A exigência foi, posteriormente, revogada.

enfocadas pelas emissões de televisão. A dramaticidade agora se concentra no espaço dos pobres e em suas ações violentas.

Não é necessária muita capacidade de abstração para se pensar a diferença em termos de impacto audiovisual obtido pelo registro de uma incursão policial em um bairro pobre no Rio de Janeiro, com toda a sua carga dramática de violência e tensão, com crianças e mulheres na linha de fogo, jovens morrendo antes de chegar à idade adulta em proporção comparável a de guerras, e aquela que se pode ter em uma hipotética reportagem sobre lavagem de dinheiro do narcotráfico, através de investimentos em saúde, educação, esporte ou, quem sabe, para o financiamento de campanhas políticas. Ou entre a forte abstenção eleitoral nas eleições para o parlamento europeu na França em 2004, embora a cobertura da tevê, e a de uma revolta ou ataques de cunho discriminatório em uma *city*. A necessidade de dramaticidade audiovisual é requisito fundamental para a eficácia e potencialização do efeito de realidade intrínseco ao trabalho de construção de representação social das mídias de massa audiovisuais.

A afirmação dos espaços dos pobres como problema, dada sua potencialidade audiovisual, são garantias de uma dramaticidade da qual a expressão fílmica e a indústria cinematográfica não poderiam fugir. O evento audiovisual está mais do que pronto e absorvido pela recepção. Com cenário, atores e conflitos latentes. Público preparado. E a narrativa vem com estrutura literária resolvida, no caso do Cidade de Deus e incorporação de texto dramático clássico no criativo roteiro de *l'Esquive*. Segue o ciclo vicioso de construção da representação social de valor negativo do espaço dos pobres e seus moradores. Ou não?

10.4. O bem simbólico filme frente às instâncias de consagração²³⁰

A indústria cultural assume função preponderante nas sociedades contemporâneas ocidentalizadas, sendo a circulação dos bens simbólicos marca característica de nossa época. Poderosa em termos econômicos, políticos e ideológicos essa indústria tem como um de seus principais pilares a indústria cinematográfica. Com potencial de influência planetária e de criação de gostos em escala mundial, é também fonte de obras capazes de assegurar ou resgatar identidades culturais históricas. Sua força simbólica serve tanto para apresentar elementos de resistência de identidades sociais como para difundir padrões culturais homogeneizadores.

Embora seja extremamente poderosa no que diz respeito ao emprego de inovações tecnológicas e, assim, vinculada à ponta de lança do desenvolvimento capitalista, essa mesma relação com os recursos tecnológicos possibilita cada vez mais sua difusão e a produção de expressões audiovisuais que fortalecem identidades específicas ou locais, permitindo que cumpra sua função de construção de representação social tanto ao nível de uma homogeneização dos gostos e padrões simbólicos conforme os interesses das ações do capitalismo financeiro globalizado, como de afirmação de identidades sociais específicas e localizadas, ou ainda permitindo o reconhecimento de identidades entre sociedades ou grupos sociais afastados geográfica ou socialmente. Em maior ou menor medida, no entanto, sempre se trata de um bem, simbólico, mas com sua dimensão econômica inseparável de sua própria existência.

Como bem simbólico, o filme é avaliado por diferentes instâncias de consagração, independentemente do interesse de seus criadores ou proprietários, que vão da exclusivamente

²³⁰ Cf. Bourdieu (1999).

econômica, cuja avaliação será dada principalmente pela quantidade de público e veículos interessados, às estritamente culturais, isto é, aquelas controladas por críticos da produção cultural e os pares da produção audiovisual. Entre esses dois extremos de um hipotético *continuum* tem-se diferente variação da consagração, seja mais diretamente econômica, mesmo que ainda no interior do campo da cultura, pois remetendo a sua capacidade de atrair interesse do público, seja em diferentes níveis que mesclam da consagração entre o público, ou públicos, ao reconhecimento especificamente cultural, manifesto através da crítica, enquanto opinião dos pares. Inclua-se na crítica seu efeito sobre a academia e a capacidade desta em consagrar obras após sua difusão, independente da dimensão de seu público. Nessa apresentação esquemática dos níveis das instâncias de consagração, que vai do público à crítica cultural, é importante adicionar uma dimensão temporal, isto é, a capacidade do bem simbólico ser perene, dinâmica que depende prioritariamente das instâncias mais estritamente culturais, e escala espacial, pois sua abrangência pode ser fator de consagração, ou, ao contrário, sua consagração pode ser fruto de uma intensidade territorialmente limitada.

No caso dos dois filmes, é curioso ter sido exatamente *Cidade de Deus*, o filme brasileiro, que teve maior circulação e repercussão mundial, ancorado na consagração pelas instâncias do mercado cinematográfico internacional, chegando ao auge de concorrer em dois anos consecutivos ao Oscar²³¹, representação mais explícita das dinâmicas das instâncias de consagração dos bens simbólicos em termos mercadológicos.

Essa articulação entre representação social dos pobres de um país periférico e inserção do filme no molde da indústria cinematográfica americana, seja nas opções narrativas e estéticas, seja no emprego da tecnologia, seja na consagração de público no Brasil e uma

²³¹ Nos anos de lançamentos no Brasil e no mercado americano, respectivamente 2002 e 2003.

circulação mundial, graças a sua distribuição ser realizada por uma das grandes empresas de Hollywood²³², é particularmente relevante. Cidade de Deus, enquanto bem simbólico, foi extremamente consagrado pelas instâncias mais influenciadas no campo cultural pelas posições mais próximas ao campo econômico, isto é, público, circulação internacional, indicações sucessivas ao Oscar. No entanto, sua consagração nas instâncias mais especificamente culturais foi, no mínimo, controversa.

Adaptado de obra literária cuja consagração foi a princípio das posições intermediárias no campo cultural, tendo-se como referência os extremos da consagração pelo público/mercado e crítica/academia, ou seja, o livro não teve uma repercussão particularmente relevante de público, não chegando a ser um *best-seller*, nem de crítica, embora parte da crítica e de intelectuais da academia o tenha saudado. A versão fílmica, por outro lado, trouxe a tona um conjunto de questionamentos pelas instâncias situadas nas posições mais especificamente culturais do campo da qual nem mesmo a obra literária escapou. Sistemáticamente, pode-se apresentar as principais querelas envolvendo Cidade de Deus como:

- 1) legitimidade e ética do autor da obra literária adaptada;
- 2) indicação para a premiação ao Oscar apenas de um dos diretores do filme;
- 3) crítica à opção estética para tratar o tema;
- 4) questionamento ético da apresentação como violenta da área e população em foco, presumindo que pudesse aumentar a estigmatização.

Se os itens 2 e 3 são específicos de um debate das instâncias de consagração estritas ao bem filme, seja pelo questionamento da indicação à premiação de apenas de um dos diretores,

²³² Trata-se da Miramax.

pois o filme tem em seus créditos a figura da co-direção, seja na crítica à opção estética ultramoderna para representar um drama dos pobres no Brasil ironicamente rotulado pelos críticos e imprensa de *cosmética da fome*²³³, os itens 1 e 4 remetem a instâncias mais amplas do campo cultural.

A problemática da autoria é clássica em estudos sobre o livro e a literatura e ressurge no caso em virtude de grande parte do conteúdo ficcional da obra ter-se baseado em trabalhos de campo que o autor realizou, como estagiário, em pesquisas antropológicas. O questionamento de sua legitimidade como autor veio junto à crítica ética de que sua obra estava por demais próxima da realidade e assim estaria expondo indivíduos e famílias da Cidade de Deus que poderiam ser reconhecidos. Não deixa de ser irônico o sentido dessa crítica oriunda da academia, na medida em que a escolha como estagiário deva ter levado em conta o fato de o autor na época ser morador de Cidade de Deus. Antes de pesquisador, o autor foi morador.

Já o item 4, apresenta uma crítica imediatamente vinculada à problemática da representação social. Seu principal formulador foi um cantor de *rap* com cd's gravados e veiculação nos meios de comunicação, em particular naqueles ligados à indústria fonográfica, logo, inserido na indústria cultural e submetido às suas instâncias de consagração, que também morou em Cidade de Deus. O argumento é que o filme levaria a uma maior estigmatização daquele espaço como violento, trazendo ainda mais problemas para a população que lá vive. Algumas enquetes jornalísticas mostraram que as pessoas que vivem em espaços similares no Rio de Janeiro, incluindo a própria Cidade de Deus, emitiram opiniões bastante variadas após assistirem ao filme, havendo desde aqueles que acharam um exagero a violência e que sua

²³³ Referência ao manifesto do Cinema Novo escrito por Glauber Rocha Por uma estética da fome.

divulgação só iria aumentar os pré-conceitos em relação a quem vive nesses espaços, até os que construíram formulações políticas e viam no filme um manifesto de denúncia das condições às quais estão submetidos os moradores, e outros ainda que simplesmente reiteravam aquilo mostrado no filme. As duas últimas formulações colocam em suspensão a crítica.

L'Esquive é o oposto. Até sua consagração no César 2005²³⁴, seu sucesso de público não esteve ancorado na consagração em instâncias estritamente vinculadas às dinâmicas mercadológicas, antes pelo contrário. Sua distribuição esteve até então restrita à França e seu circuito foi o das pequenas salas parisienses. O filme era mesmo projetado em vídeo e sua captação não contou com recursos de ponta, mas acima de tudo com a utilização da popularização da tecnologia audiovisual.

Essa distância da dinâmica mais industrial e mercadológica se afirma também em suas opções narrativas e estéticas, pois o filme tem tom quase documental, com poucas elipses de tempo e acompanha o desenvolvimento de uma ação específica: a montagem de uma peça em uma escola de uma *banlieue* e o cotidiano nesse período de tempo dos jovens adolescentes envolvidos. Manipulando os limites da tecnologia a serviço de sua abordagem o filme privilegia planos fechados, incluindo muitos *big-closes*, dando uma proximidade com os personagens que chega ao nível da percepção da textura da pele e de seus traços e movimentos mais sintomaticamente adolescentes, além de explorar as possibilidades de usar a câmera na mão, mantendo uma agitação nas imagens característica da faixa etária, quando em grupo. Há algo do neo-realismo nessa maneira de abordar a vida dos adolescentes em uma *cit e*. Afinal, os atores representam a si mesmos em um cen ario similar  aquele onde vivem, tendo como

²³⁴ Felizmente, na maior premia o da ind ustria cinematográfica francesa o César 2005, posterior a primeira elabora o desse capítulo, o filme foi premiado como melhor filme, diretor, roteiro e atriz revela o.

trama ficcional a tensão entre a incorporação de uma outra cultura que, no entanto, é ainda a de seu país, a da sociedade da corte na França do século XVIII, e a sua.

Eis um ponto em comum com Cidade de Deus: assim como este, em *L'Esquive* o que se tem são não-atores atuando em espaços do mesmo tipo em que vivem, no entanto de uma forma muito mais natural em *L'Esquive* do que em Cidade de Deus. Outra similaridade foi o efeito do filme na crítica e mesmo em outras instâncias do campo cultural, muito além das restritas a produção fílmica.

No caso do filme francês, suscitou debates, em particular com educadores, servindo para a retomada do questionamento sobre a representação social das *banlieues* e de seus jovens. No entanto, ao contrário de Cidade de Deus, acusado de reforçar aspectos estigmatizantes do espaço, *L'Esquive* é saudado exatamente por não ter como foco as características que constituem a estigmatização do espaço dos pobres sem, no entanto, deixar de mostrar alguns dos problemas com os quais esses jovens convivem. Em especial ao tratar da tensão lingüística, entre a entonação e a construção de um francês popular, mas do século XVIII, e o linguajar absolutamente particular dos jovens das *banlieues*, com sua reinvenção do *verlam*, atualizada pelos jovens das *cités* através da inclusão de expressões do idioma de origem de seus antecedentes. De certa forma, o filme apresenta dois momentos de transformação no idioma francês. Situando o tão criticado *argot*²³⁵ dos jovens das *cités* no mesmo nível do processo que ocorreu com a língua francesa no século XVIII e foi consagrado por Marivaux, apenas como parte provável de um processo histórico de alterações na língua, através do resgate do *verlam* e da incorporação de expressões de outras origens idiomáticas, dinâmica que parece coerente com a inevitável integração das populações de novos

²³⁵ Gíria.

contingentes migratórios, em especial da África negra e *Maghreb*, à sociedade francesa. Enfrenta, assim, ao pensamento conservador e ao senso comum que atribuem a essa peculiar gíria a responsabilidade pela exclusão e marginalização desses grupos e, ao mesmo tempo, por uma hipotética deterioração do idioma, sintomática de uma decomposição da identidade cultural francesa.

A violência é latente em *l'Esquive*, mas se expressa muito mais através dos significantes lingüísticos abundantemente utilizados na conversa cotidiana dos adolescentes do que em atos, embora se manifestem atitudes violentas em situações absolutamente inusitadas, por exemplo, quando um amigo do personagem principal seqüestra o celular da amiga da protagonista exigindo que a primeira faça a outra dar uma resposta se aceita o amigo protagonista como namorado. Ou em situações mais tradicionais como a ação policial violenta revistando os adolescentes que conversavam em volta de um carro, enquanto o casal de protagonistas conversa e fuma haxixe no interior do carro. Em *Cidade de Deus*, o contexto de violência envolve os protagonistas que não encontram alternativa e a todos os demais, que vão sendo engolfados por uma espiral de violência na qual se está inserido, queira-se ou não.

10.5. Efeitos de realidade na representação social e sua dimensão identitária

Estado militarizado e penalização em massa dos pobres²³⁶ articulados ao desespero das classes populares, em especial dos jovens, por sua condição instável e precariedade de existência, tornam seus espaços cenários potencialmente atraentes para a cobertura audiovisual dos eventos que ali se desenrolam. Estabelecendo-se os contornos para a reafirmação

²³⁶ WACQUANT (2001).

contemporânea de antigos pré-conceitos com as classes populares e seus espaços. As classes perigosas retornaram, agora em versão audiovisual. Seria isto?

Em termos espaciais, o antigo lugar da promiscuidade, falta de higiene, ocupado por malandros, ladrões, prostitutas e mães solteiras, como eram caracterizados os cortiços e depois as favelas, agora é o espaço do pobre em geral, todo ele denominado de favela. E ainda apresentado como lugar da violência e do crime. Já no espaço social francês, talvez a situação seja ainda mais dramática, pois se trata de uma sociedade que conviveu durante todo o Pós-guerra com uma classe operária forte e completamente inserida, sendo responsável com suas conquistas pela extensão de benefícios sociais ao conjunto das classes populares e baliza de um modelo de Estado. Atores sociais, hoje, transformados em indivíduos que vêm sua identidade social fundada na posição, na produção e inserção política e ideológica com perspectivas cada vez mais restritas, tendo seus espaços de moradia representados socialmente como perigosos, marginais e violentos. Tal como foram representadas as classes populares no início do século XX, recebem novamente a qualificação de classes perigosas.

Essa condição do espaço dos pobres fica reforçada por sua representação social, através da mídia audiovisual de massa, construindo um ciclo no qual os próprios moradores desses espaços são contaminados por essa representação e passam a se ver e a verem seu lugar com as características construídas pelos meios de comunicação de massa audiovisual. Tem-se aqui um segundo efeito de realidade, ou seja, quando a representação social se impõe até mesmo sobre aqueles a quem representa, incorporando o papel a eles destinados por um conjunto de fatores que não garantem a veracidade de tal representação. No entanto, é claro que há sempre uma base de realidade sobre a qual essa representação se constitui. A história apresentada no filme de Cidade de Deus não é algo generalizado nem ali, nem nos demais

espaços dos pobres no Rio de Janeiro ou no Brasil, todavia é inegável que tais eventos têm uma tendência a acontecerem mais e de forma mais dramática nesses espaços. Assim como não teria sido uma invenção descabida se o autor de *L'Esquive* inserisse uma cena de violência na *cité* onde se passa o filme. Apenas os sentidos das narrativas são distintos.

Se a representação social construída pela televisão e reforçada e consagrada pela expressão fílmica pode ser incorporada e gerar um ciclo vicioso de incorporação de traços negativos a uma determinada identidade social, naturalizando-o pode, também, assumir o caráter de denúncia e de desnaturalização da convivência com a violência ao concentrar o efeito de realidade inerente às mídias audiovisuais nos aspectos mais dramáticos. Por outro lado, o desenvolvimento de narrativas cuja temática não seja específica do espaço dos pobres, mas na qual o conflito se desenvolva dadas às peculiaridades desse espaço e seus moradores, como em *L'Esquive*, não oferece nenhuma garantia de inversão da representação social negativa a eles atribuída.

Capítulo 11: Similaridades e diferenças nos territórios dos pobres: a *cité* e a favela

11.1. Família e moradia na dinâmica de enraizamento

Os caso da favela carioca e da *cité* parisiense, colocados em análise permitem uma melhor compreensão de suas dinâmicas, não são pela investiga o cruzada de dados estatísticos e entrevistas, associadas a um viés etnográfico que a imersão nos *loci* traz, mas também pela incorpora o de um caso de controle de um país central do capitalismo, cujos postulados de compreensão da vida social fazem parte da compreensão da sociedade brasileira.

Isoladas as diferenças objetivas entre as condi es de existência, encontradas no estudo de caso na favela brasileira e no caso de controle na *cité* parisiense, parece que a grande distin o residiria no peso que as moradias têm nas dinâmicas socioeconômicas de enraizamento associado ao sentimento de pertencimento encontrado nas favelas, a partir das informa es obtidas desde a investiga o da forma o do estoque que irá gerar o mercado de moradias nas favelas e sua relevância na dinâmica de enraizamento que não se encontra nas *cit s*, devido   forma institucional como cada uma dessas configura es se estabeleceu ao longo do tempo. Entretanto, o peso dessa distin o pode ser relativizado.

Nas narrativas sobre a implanta o das políticas públicas de constru o dos *grands ensembles*, a partir de decreto de 31/12/1958, no quadro da ZUP²³⁷, encontra-se o remetimento ao enfrentamento do problema das moradias das classes populares nas *banlieues*, cuja dinâmica apresenta significativas semelhanças   da forma o das favelas. Primeiro, viria a constru o de um barraco, depois de um barracão, em seguida um abrigo mais sólido e por

²³⁷ *Zones   urbaniser en priorité.*

último uma casa individual²³⁸. Apenas com a implantação dos grandes conjuntos de habitação social é que o problema das condições precárias de moradia²³⁹ da classe trabalhadora na França foi temporariamente superado, ressurgindo nos anos de 1980 já em função da precarização das condições de inserção no trabalho dos moradores desses conjuntos. Porém, é importante salientar a existência ainda hoje de dinâmicas de ocupação similares diluídas ao longo das vias dos trens suburbanos²⁴⁰, e mesmo próximo a alguns grandes conjuntos, embora sem relevância demográfica, nem na representação social. Tais excepcionalidades tendem a serem removidas em virtude do forte controle que o Estado francês impõe sobre o território, porém a dinâmica de ocupação irregular e ilegal permanece existindo, apesar das possibilidades de moradias oferecidas pelos conjuntos.

Assim, se no caso brasileiro as moradias nas favelas evoluem de maneira de resolução do problema da habitação para as classes populares para a possibilidade futura de fonte de dinheiro, na França o controle pelo Estado da questão social encaminhou a solução do problema da moradia para as classes populares para os grandes conjuntos de habitação social. Curiosamente, solução encaminhada apenas parcialmente no caso brasileiro, parcialidade que permitiu tanto a expansão e consolidação das favelas como o próprio desenvolvimento da mesma dinâmica nos conjuntos habitacionais, cujo exemplo mais contundente ao nível da representação social é o conjunto habitacional de Cidade de Deus ser tido como favela. Todavia, os desdobramentos contemporâneos, em termos da representação, posição e situação social de cada um desses espaços em suas respectivas sociedades nacionais, os aproximam.

²³⁸ « *Qu'à cela ne tienne, l'attrait pour la maison individuelle est trop fort pour que l'on renonce ; aussi les ouvriers construisent-ils eux-mêmes leurs demeures en suivant une sorte de 'parcours initiatique' dans la construction, tout d'abord une cabane, puis un 'guitoune', un abri et enfin un pavillon* » (STEBE, 1999, p.23).

²³⁹ Tal como mostra o filme *L'Argent de poche* (1976), de François Truffaut.

²⁴⁰ Denominados de *RER*.

Ambos, favela, em seu sentido expandido, e *cité* aparecem no presente como territórios segregados. Segrega o que se manifesta espacialmente, embora tal manifesta o seja dependente das condi es socioeconômicas de seus moradores em rela o ao conjunto da popula o de cada um dos países.

Enquanto na favela encontrou-se uma dinâmica de enraizamento, a partir do sentimento de pertencimento, acelerado em fun o da impossibilidade de inser o em redes institucionalizadas ligadas ao trabalho e a escola, a estigmatiza o dos moradores e ao controle por bandos armados de traficantes dos territórios, que se liga, aparentemente de forma paradoxal, ao deslocamento e incorpora o como parte de seu espaço territórios distantes situados no interior da metrópole, onde está parte de sua rede social familiar, por outro lado, na *cité*, o que se constata   um enclausuramento no *Clos* e seu entorno imediato, ficando como território eventualmente praticado a cidade de Paris, não havendo praticamente deslocamentos fora do entorno ao conjunto, com exce o das eventuais *balades*²⁴¹ na capital. Em termos de escala, o domínio do espaço dos moradores da favela se apresenta como mais amplo do que os da *cité*. Porém, as rela es externas ao *Clos* são estabelecidas por redes de sociabilidade ligadas ao trabalho e   educa o e, assim, mais aut nomas das famílias e dependentes das institui es, em especial do Estado.

No caso das *cit s*, a segrega o espacial vem sendo enfrentada com a abertura de vias conectando seu traçado ao da cidade ou região em que estão implantados, marcando as políticas de urbaniza o dos conjuntos de habita o social dos anos 90 pela imagem impressionante das implosões de grandes conjuntos, que seguiram em frente pelo que se acompanhou em 2004 e deverão continuar, pelo que há projetado para 2005 no próprio *Clos*.

²⁴¹ Tradua o literal: passeio. Empregado pelos jovens para descrever suas caminhadas em grupo.

Solução que parece mais próxima da tentativa de controlar as ações em seu interior do que expressar ao nível urbanístico uma integração social dos habitantes do lugar, cujo movimento, na realidade dos dados, tem sentido inverso, isto é, cada vez de maior segregação. As dinâmicas descritas no que se refere à segregação, aliás, apresentam um movimento de oposição similar às diferenças encontradas em suas configurações e padrão arquitetônico-urbanístico. Pois, se a favela é uma configuração urbana radicalmente caracterizada pela ocupação sem planejamento nem projeto, historicamente constituída e parte da paisagem das metrópoles brasileiras cujas políticas públicas atuais tendem a melhorar suas condições de urbanização internas, a *cité*   exemplo perverso de implanta o no território do programa do urbanismo progressista²⁴² que sofre nos últimos anos interven es visando   integra o de seu traçado ao entorno.

O cuidado em não tratar com a no o de enraizamento a dinâmica encontrada na *cité* se deve ao fato de ela não ter a autonomia socioeconômica encontrada na favela. No entanto, apesar da distin o nas fontes de sustenta o social das possibilidades econômicas, dos níveis de acesso ao dinheiro, e do grau de dependência da rede social familiar, que são absolutamente distintos, talvez se tenha em ambos os casos uma dinâmica de enraizamento no sentido de dependência socioeconômica do território, incluída a  uma dimensão intersubjetiva, ligada   família no caso da favela e aos amigos, ao menos entre os jovens, na *cité*. Como na favela, as inser es dos moradores na *cité* têm uma dinâmica que aponta para a diminui o da importância das redes de sociabilidade institucionalizadas, no entanto com dinâmicas distintas. No caso parisiense, o crescimento do nível de desemprego encontrado no conjunto da habita o social, a proximidade geográfica do Liceu e mesmo da Universidade, a qual os

²⁴² Cf. Choay (1979).

jovens, em geral, ainda têm acesso, levam à permanência e aceleração de uma dinâmica de enclausuramento nas novas gerações. No entanto, essa dinâmica socioeconômica encontrada na *cité* não apresenta a intensidade de atividades encontradas no interior da favela. Antes, pelo contrário. Mesmo o comércio, informal, mas quente na favela não parece ter grande relevância no interior do *Clos*, provavelmente dado o controle institucional das atividades, embora a existência de espaço projetado para abrigar essa atividade. A implantação de uma atividade comercial deve ter custos altos em relação às possibilidades dos empreendedores e oferecer alto risco econômico, devido às condições de remuneração de grande parte dos moradores. Essa hipótese parece plausível para compreender o abandono da maioria das lojas existentes na área do mercado interno no *Clos*, local que concentra quase $\frac{1}{4}$ da população da cidade. E a ocupação de uma das lojas pela *Boutique du projet*, serve como emblema das dificuldades e da substituição das atividades econômicas tradicionais pelas associadas ao desenvolvimento de projetos, embora seja pouco significativa em termos das relações sociais acionadas, em função da quantidade de trabalho e de trocas econômicas que o comércio envolveria e aquele que se desdobra das ações de projetos governamentais, através de organizações não-governamentais.

A imagem das lojas de comércio fechadas na área projetada como comercial, onde a novidade é a instalação de serviços ligados a ONGS, é provocadora. Atividades que somadas aos serviços públicos oferecidos em seu interior, parecem criar um pólo institucional não só para quem utiliza os serviços, mas também como fonte de trabalho para os moradores. As únicas atividades remuneradas no interior da *cité*, fora o comércio ainda existente, são as desenvolvidas pelas ONGS ou os serviços públicos, em que grande parte das ocupações dos postos parecem ser ocupadas pelos próprios moradores. Em relação à função e presença das ONGS nos dois territórios, parece existir grande semelhança.

Se na favela as redes sociais familiares cumprem função central na articulação de dependência do território e no desenvolvimento de atividades econômicas, por outro lado, a inexistência de uma sociabilidade fundada na família, que marca a sociedade francesa e se impõe às classes populares, mesmo àquelas cujas famílias têm origem cultural não-européia, por causa da função que a educação pública tem na inserção e incorporação dos indivíduos aos padrões culturais da sociedade estabelecida, dão ao enclausuramento territorial na *cité* contornos distintos daqueles encontrados na favela brasileira. No caso francês, a dependência   do Estado. Dependência que implica no direito ao ensino público, atividades de lazer, subsídio às moradias e remunera es em dinheiro, como o s lrio desemprego. Mantendo, assim, o nível de monetariza o e individualiza o das rela es sociais altos, em que pese as dificuldades de inser o em atividades de trabalho remuneradas regulares, e da pouca relevância e extensão das redes de sociabilidade que sofrem poucas altera es, dadas essas condi es de dependência do território associadas às atividades institucionais reguladas pelo Estado.

11.2. Juventude, crime e estigma

Ao incremento e polariza o exercido pelas atividades ligadas   tecnologia e audiovisual entre os jovens na favela, correspondem, na *cite*, o consumo de bens simbólicos da indústria audiovisual ou a forma o ligada   tecnologia ou atividades artísticas. A rede social de amizade de um dos entrevistados   composta em sua maioria por indivíduos ligados a estas. Dos doze amigos citados, apenas quatro não tem atividades ligadas   comunica o, educa o ou artes. O próprio entrevistado   técnico de nível superior em informática e mostrou sua intimidade com jogos eletr nicos ao conceder uma das entrevistas ao mesmo tempo em que

jogava um *game*²⁴³ hiper-realista. Essa importância da rede social de amigos, um pouco como na classe média brasileira, em que pese nestas a presença da família ser muito mais forte e a do Estado menos, explica-se tanto pela intensidade da convivência como sua durabilidade. Intensidade e permanência que se devem à sobreposição do convívio no mesmo território e nas instituições educacionais e recreativas até a Universidade²⁴⁴, em geral. Nessa rede somente quatro não cursa(ra)m Universidade.

Ainda atendo-se à rede de sociabilidade dos jovens na *cité*, chama a aten o em termos da configura o étnica-nacional o fato de entre os doze indivíduos citados pelo entrevistado, apenas um ser filho de pais franceses do hexágono. Todos os demais tinham pelo menos um dos pais oriundo de país estrangeiro. Situa o radicalmente oposta   da favela, onde a diferença de origem das famílias remonta a três ou quatro gera es, em grande parte dos casos, e em que os jovens têm uma convivência com os membros de sua gera o abreviada pela saída da escola, gravidez precoce e morte. O pequeno período de escolariza o, a vincula o direta, indireta ou atribuída ao tráfico de drogas e a gravidez precoce tornam a convivência entre os jovens da mesma gera o na favela pouco intensa e extensa. No entanto, a proximidade com as atividades criminosas também parecem ser maior entre os jovens do que entre os adultos na *cité*. A propor o de jovens envolvidos certamente   infinitamente inferior   existente na favela, sendo que o mais importante   que a dramaticidade e risco do envolvimento também mudam profundamente. Afinal, segundo os testemunhos e a representa o social difundida, embora o comércio de drogas exista no *Clos* e nas *cit s* em geral em maiores propor es que no resto do território, tal como as demais atividades criminosas a ele associadas, como o roubo de carros, os conflitos não se manifestam em uma

²⁴³ Trata-se da versão mais atual (2004) do *Final Fantasy X*.

²⁴⁴ Com apenas uma exce o, todos fizeram ou cursam na *Universit  de Saint Denis*, Paris 13.

dimensão armada. Apesar de não serem raras as incursões da polícia ou mesmo as brigas por pontos de drogas, as disputas não se caracterizam pelo emprego de armas de fogo, muito menos por armas de guerra. A diferença ficaria situada no desenvolvimento acelerado de uma sociabilidade violenta na favela, enquanto a criminalidade na França teria níveis de controle e, logo, vítimas infinitamente menores. Aliás, uma das principais indagações ao pesquisador de um dos entrevistados que assistiu ao filme brasileiro, *Cidade de Deus*²⁴⁵, é sintomática: “a quantidade e as armas são aquelas mostradas?”

A presença de afro-descendentes, tanto lá como na favela espanta, devido a grande quantidade, levando-se a pensar que a relação da Europa ocidental e das elites americanas com origens européias, em relação às populações africanas vai muito além das conseqüências da escravidão. E é entre as jovens afro-descendentes que se constata a maior presença de mães adolescentes e jovens na *cit  *. Constatação confirmada pela jovem entrevistada, segundo a qual a opção pela gravidez est   associada    conquista de uma maior liberdade e respeitabilidade, enfim, pela mudan  a de papel no interior das fam  lias origin  rias da   frica negra. Em geral, corresponderia    incorporação pela jovem da indument  ria tradicional, os belos e coloridos panos que cobrem o corpo e cabelo das negras oriundas da   frica subsaariana. Situação semelhante    encontrada na favela e explicação em acordo com algumas hip  teses levantadas sobre a continuidade do fen  meno da gravidez na adolesc  ncia, mesmo em espa  os com atividades educativas e distribuição gratuita de preservativos.

A m  sica, que explicita indiscutivelmente as diferen  as na favela, tendo-se de um lado o forr  o e a m  sica dita sertaneja, ligada aos nordestinos, de outro o samba e o *rap*, associado    cultura negra, sendo este   ltimo estilo musical estrito aos jovens, n  o parece ser fator maior de

²⁴⁵ Emitido em 2004 na Fran  a pelo Canal +, sob o t  tulo *Cit   de Dieu*.

distinção entre as etnias e as nacionalidades, em que pese a diversidade no *Clos*. Neste, a grande diferença parece residir entre o gosto das diferentes gerações, pois a manifestação pública, ao menos, da preferência entre os adultos remete à tradicional *chanson française*²⁴⁶, enquanto os jovens afirmam a preferência discursiva e prática pelo *rap*²⁴⁷. No espaço público, enquanto na favela²⁴⁸ se ouve tanto o samba como o forró e a música, dita, sertaneja, vinda dos rádios do interior das moradias, na *cité* o *rap* passa de carro e vem de aparelhos de som com muita potência. A posse de um carro   fator de distin o na *cité*, em uma dimensão mais pública do que na favela, na medida em que as ruas internas naquelas são veiculares, enquanto nestas, em geral, exclusivamente peatonais. Nas *cit s*, muito antes pelo contrário, os caminhos peatonais praticamente inexistem, dada sua configura o urbanística.

Embora não tenha aparecido nas entrevistas, provavelmente devido a pouca exposi o e pequena quantidade de idosos vivendo no *Clos*, na literatura²⁴⁹ mais atual se encontra um problema em rela o às gera es mais antigas moradora das ZUS similar àquele encontrado nos testemunhos dos moradores da favela. Nos dois casos, emerge o problema do isolamento dos idosos, porém em escalas distintas, pois o isolamento na favela refere-se   impossibilidade de deslocamento geográfico em fun o da configura o do território, enquanto no caso francês trata-se de um isolamento estritamente social, na medida em que as famílias tendem a não se responsabilizarem por seus idosos.

²⁴⁶ Com fun o no imaginário da cultura francesa similar ao samba e a MPB no Brasil. Tem como paradigma Edith Piaf.

²⁴⁷ O *rap* francês incorpora o linguajar e os conflitos dos jovens das *cit s*, tanto como elementos da música africana e  rabe.

²⁴⁸ Na favela o *rap*   ouvido de maneira menos pública, enquanto o famoso funk carioca parece restrito às festas.

²⁴⁹ « *C'est bien la concentration et la fréquence de facteurs socio-d mographiques caract risant les franges les plus modestes de la population qui augmentent le risque structurel d'isolement relationnel dans les ZUS* » (SHON, 2003, s/p).

11.3. Da recorrência de aspectos às diferenças de dinâmicas

Esse conjunto de aspectos que aproximam assim como constituem as distinções no espaço das classes populares no Brasil e França, em que pese as diferenças em termos das condições físicas e objetivas dos espaços e seus moradores, faz saltar aos olhos como os problemas e seus efeitos são similares, tanto quanto as dinâmicas distintas. A partir das descrições, consequência da investigação na favela do Pavão-Pavãozinho e daqueles encontrados no caso de controle na *cité de Clos Saint Lazare*, parece justo estabelecerem-se os seguintes aspectos comparativos:

1. Espaço praticado;
2. Posse e circulação de dinheiro;
3. Situação frente ao trabalho;
4. Função da família e demais redes sociais;
5. Condição de crianças e jovens, por um lado, e idosos, por outro.

Na favela, a dinâmica de enraizamento, tomando-se os aspectos acima, aparece como dependente dos seguintes fatores:

1. Controle de outros espaços na metrópole, porém limitado aos territórios das classes populares e a moradia polarizando o trabalho não-remunerado, como investimento que pode se tornar dinheiro;
2. Incremento de trabalhos pouco ou sem remuneração, junto aos vales e cheques com destinação específica em seu interior ocasionam uma pequena circulação de dinheiro e um afastamento do circuito monetário-financeiro;

3. Poucas atividades com remuneração regular, sendo as oferecidas cada vez menos remuneradas, e aumento das atividades precárias, havendo cada vez mais atividades desse tipo em seu próprio interior, muitas ligadas a projetos sociais governamentais ou não-governamentais;
4. A família funciona como rede social, aquém e além dos laços de consangüinidade e aliança, como organização mantenedora das condições de existência, através de combinações e complementaridade entre os membros, em termos socioeconômicos;
5. Idosos cada vez mais presos e isolados devido às condições da ocupação e saúde, porém vinculados às redes familiares, enquanto as crianças e jovens vêem suas possibilidades externas à favela se restringirem cada vez mais e sua rede de sociabilidade fraterna e geracional extrafamiliar se extinguir antes da chegada à idade adulta, pela morte violenta ou gravidez precoce.

Em termos sumários, na *cité*, os que se encontram em rela o aos mesmos aspectos, são:

1. Território praticado   o da *cité* e seu entorno imediato, ficando reduzido o contato com a metrópole às poucas visitas   Paris, sendo que a moradia não se desdobra em investimento de trabalho nem como possibilidade de inser o no mercado, apenas como residência que pode incorporar temporariamente novas alianças e gera es;
2. Dependência do s lario-desemprego e de atividades eventuais como fontes de remunera o, embora o alto  ndice de desemprego mantenha a integra o ao circuito financeiro-monetário;
3. Poucas atividades econômicas no interior do *Clos*, além dos projetos governamentais e não-governamentais, que tendem a contratar os próprios moradores, há um pequeno comércio, apesar do grande número de moradores;

4. A família funciona como núcleo mínimo e perde relevância, enquanto organização social, quando os filhos chegam à idade adulta, não tendo responsabilidade maior pelos idosos, nem maior implicação em termos socioeconômicos;
5. O desmembramento da família deixa os idosos em situação de abandono, sendo recorrente a referência, mesmo para aqueles ainda na idade adulta e ativa, ao horizonte de retorno ao país de origem familiar, enquanto os jovens têm pouca expectativa de inserção profissional, além do salário desemprego e demais coberturas da assistência do Estado e de atividades eventuais ou trabalhos com baixa remuneração, embora tenham formação de 3º grau.

QUADRO 3: comparação entre a favela e a *cité*

Aspectos/local	Favela	<i>Cit�</i>
1) Território	Domínio do espaço metropolitano e moradia como investimento econômico	Domínio do espaço da <i>cité</i> e entorno imediato. Moradia não incorpora dimensão financeira
2) Dinheiro	Pequena circula�o de dinheiro e distância do circuito financeiro-monetário	Circula�o de dinheiro e participa�o no circuito monetário-financeiro
3) Trabalho	Baixa remunera�o, não-remunerado ou precário e cada vez mais no interior da favela	Precário ou desemprego, com poucas alternativa no interior da <i>cité</i>
4) Família	Funciona como rede social temporalmente perene e pólo socioeconômico	Núcleo mínimo perde relevância com o tempo, sem maior fun�o socioeconômica
5) Gera�es	Idosos espacialmente isolados, jovens sem perspectiva de trabalho, nem manuten�o da rede de amizade	Idosos socialmente isolados, jovens com pouca perspectiva de inser�o profissional e manuten�o dos vínculos pela rede de amizade

Nos dois casos, o que se constata   a presença de uma mesma força centrípeta atraindo os moradores para um alto grau de dependência em suas rela es socioeconômicas do território, sendo que os aspectos envolvidos nessa dinâmica são similares. Todavia, a configura o desses aspectos e sua dinâmica de enclausuramento, são bastante distintas. Distin o em fun o da diferença em como a fun o do Estado aparece em cada um dos contextos e, também, de como as sociabilidades constroem as maneiras de enfrentar os

problemas colocados pela situação de dependência do território e o esgotamento das possibilidades de inserção em redes de sociabilidades espacialmente mais ampla e com menor relevância do território. Problemas, não se deve esquecer, em termos absolutos de magnitude absolutamente diferente que assumem, porém, no interior da estrutura social de cada país posições e situações bastante semelhantes.

Capítulo 12: Fim da favela ou favelização ampliada

12.1. O esgotamento da favela como fenômeno

Enraizamento articulado ao sentimento de pertencimento, conforme apresentado até aqui, são dinâmicas que marcam os espaços das classes populares nas metrópoles ocidentais na modernidade tardia, se analisadas à luz da literatura sobre a questão e os casos investigados. Na medida em que se optou pela construção de um caso de estudo em favela carioca para enfrentar a questão da relação identidade social e espaço, a partir da análise por contraste com a condição encontrada na investigação da *cité* parisiense, abre-se a possibilidade de estabelecer interlocu es com estudos que problematizam a condi o da favela. Condi o, entendida enquanto a posi o que ocupa a configura o urbano-arquitet nica nomeada favela tanto ao nível da representa o social como de seu hipotético efeito sobre determinada forma o identitária.

Colocada dessa maneira, a problemática da favela brasileira leva   reflexão sobre sua relevância enquanto território privilegiado para a compreensão das rela es entre classes populares e espaço. Foco analítico pol mico no campo de estudo, seja no âmbito do debate sobre a precisão heurística de se tratar o território da favela como definidor de uma comunidade, seja na crítica ao estabelecimento dessa equivalência, ou ainda nas abordagens que incorporam essa equivalência entre território da favela e comunidade, mas o fazem afirmando que a abordagem comunitária deve ser utilizada restrita a cada favela, entendida como totalidade específica. Embora mais marcada na antropologia urbana, essa pol mica atravessa todo o campo das ciências sociais²⁵⁰. Ao tratar a questão identitária, tomando como problema a constitui o de uma identidade social nas classes populares, a partir da

²⁵⁰ Cf. Alvito (2000).

investigação do efeito de território na favela, o presente estudo inevitavelmente está inserido nesse debate.

Debate que toma contornos ainda mais específicos se tratado desde a tese que propõe o esgotamento da capacidade heurística do fenômeno espacial favela, em função de suas transformações contemporâneas²⁵¹. O argumento balizar dessa tese é que o desenvolvimento de atividades econômicas generalizadas, incluindo o mercado de imóveis, a heterogeneidade sócio-econômica encontrada entre seus moradores, as profundas distinções existentes entre o conjunto de territórios homogeneizado sobre o nome de favela e, poder-se-ia incluir, as políticas urbanas contemporâneas de urbanização e regularização, levariam ao esgotamento da análise sociológica da favela como espaço síntese para a compreensão das classes populares e de suas dinâmicas territorialmente definidas no Brasil. Segundo a tese, a sustentação do que chama dogmas da hipotética condição de típico espaço urbano segregado dos pobres, em suma, como território da carência de serviços e equipamentos urbanos e de trabalho e rendimentos, teria como principais interessados o poder público, as associações de moradores e as organizações não-governamentais que ali atuam, além de colocar a hipótese de os próprios moradores terem interesse em manter a especificidade da favela como espaço dos pobres, cuja expressão visível seria a manutenção do mau aspecto exterior de suas residências²⁵².

Para analisar a pertinência da tese do esgotamento explicativo do fenômeno urbano favela, à luz da investigação realizada, abordar-se-á cada um dos argumentos apresentados, a

²⁵¹ Cf. Valladares (2000).

²⁵² “On peut se demander d’ailleurs si cette insistance des leaders associatifs sur le dénuement, Qui fait partie de jeu des intérêts, n’est pas renforcé par les pratiques des habitants eux-mêmes que investissent toujours en dernier lieu sur amélioration de l’aspect extérieur de leur maison, ce qui prolonge la perception des espaces précaires alors même que le confort des logements a pu notablement progresser” (Op. Cit, p. 68).

saber: a) desenvolvimento de atividades econômicas, em especial do mercado imobiliário, b) heterogeneidade sócio-econômica interna, c) heterogeneidade entre as favelas. No interior da análise de cada aspecto da argumentação, serão apresentadas sempre duas perspectivas. Primeiro mostrar-se-á o que foi constatado ao nível dos casos investigados, em uma perspectiva interna à favela. Segundo, apresentar-se-á as dinâmicas existentes fora das favelas, sempre tendo como referência prioritária as informações coletadas no estudo de caso.

a) É inegável a movimentação econômica no interior da favela carioca, embora haja poucos estudos, e apenas preliminares, sobre sua dimensão precisa em termos monetários, geração de trabalho e renda e escala de influência. A observação empírica mostrou que a relevância e intensidade dessa movimentação econômica dependem da consolidação da favela, fator dependente do tempo de ocupação, no entanto, essas condições não são determinantes. Aliás, as informações sobre o surgimento do mercado de moradias, permite uma melhor avaliação do significado dessa dinâmica. O surgimento do mercado, e grande parte das moradias colocadas nele, são, absolutamente, dependentes de investimentos típicos, ainda em curso, da ocupação que caracteriza a favela, conforme a análise realizada, desde dados preliminares e informações qualitativas coletadas em campo, isto é, a autoconstrução ancorada nas redes de sociabilidades ou a construção por trabalhador contratado da própria favela ajudado pelo trabalho do núcleo familiar mais imediato junto ao investimento diluído no tempo em material de construção na expansão da moradia. De fato, constata-se uma dependência do mercado de moradias de outras expressões econômicas como a economia doméstica, de subsistência ou mesmo autárquica. Como tal dinâmica permanece em curso, parece arriscado afirmar que a existência de atividades econômicas cada vez mais fortes, tendo como exemplo mais contundente a existência de um mercado de imóveis que, exatamente por

sua particularidade, é tratado aqui como de moradias, seja um fenômeno autonomizado de sua dinâmica de origem, típica, embora não exclusiva, da favela, na medida em que permanece presente e ainda sendo estruturado por relações sociais que não se restringem ao mercado, em especial sendo dependente das redes sociais familiares. Situação semelhante se encontra nas demais atividades comerciais existentes no interior da favela, como demonstraram os casos apresentados do sistema de tevê a cabo e, mesmo, as atividades desenvolvidas em projetos sociais governamentais ou não-governamentais. Ou seja, ao invés de serem atividades que colocam a favela em condição semelhante aos bairros formais, o desenvolvimento dessas atividades comerciais e demais atividades em seu interior tendem a intensificar sua segregação sócio-espacial. Todavia, sem dúvida, alteram a situação e posição da favela na estrutura do espaço da metrópole, em relação a sua construção histórica e representação social associada à carência com sentido de ausência. A argumentação ainda apresenta a existência de franquias comerciais atuando na favela como demonstrativo do fim da especificidade desta, fato que a experiência de campo e as informações coletadas demonstraram ser, na realidade, antes exceção do que regra. A regra nas atividades comerciais e de serviços encontradas atuando no interior da favela é serem investimento de moradores ou ex-moradores. O caso da tevê a cabo é sintomático, embora seja conhecida a oferta por uma grande operadora nesse mercado de um produto específico para as favelas, oferta, ressalte-se, limitada a alguns espaços entre os quais não se inclui o caso de estudo. Aqui, surpreende o aparecimento de um serviço cuja tecnologia é dominada localmente e, as informações apontam, a existência de situações similares em outras favelas. Mesmo sendo um serviço que apresenta condições e dificuldades tecnológicas para instalação, distribuição e controle. O que permite pensar-se que é um exemplo radicalizado de o quanto o incremento de atividades de serviços e comerciais no interior da

favela, ao invés de ser expressão de sua incorporação pelas empresas como um espaço qualquer da cidade, aparece atualizando as dinâmicas constituidoras da própria especificidade do espaço. Curioso efeito da expansão do domínio das tecnologias, quiçá, fruto da escolarização das novas gerações.

b) No que tange à heterogeneidade sócio-econômica dos moradores da favela é importante se relativizar profundamente a informação. Se os rendimentos passaram por transformações, no sentido do surgimento de uma maior quantidade de faixas de renda entre os moradores da favela e estes têm hoje acesso a bens de consumo duráveis e não-duráveis, alcançando níveis de escolarização antes não atingidos, por outro lado, a posição de seus moradores na estrutura social se ampliou horizontalmente e distanciou-se verticalmente dos demais estratos²⁵³, devido à dinâmica de concentração e ao estreitamento das chamadas classes médias, levando a uma alteração significativa em sua situação de classe²⁵⁴. Logo, a constatação da existência de uma classe média no interior da favela parece estar ligada a uma avaliação apenas da dimensão econômica e mesmo esta deve ser ponderada, em termos de sua relevância sobre a dinâmica específica do espaço, pois como demonstra a Tabela VI da Parte 2, os rendimentos mais altos são parcela ínfima no interior do caso em estudo em relação ao que se encontra no bairro entorno. Note-se, no caso, que nem Copacabana é um bairro de concentração de altas rendas, como Leblon, Ipanema ou Barra da Tijuca, nem o Pavão-Pavãozinho é um espaço que concentra as piores condições entre o espaço das classes populares²⁵⁵. Isto é, se hoje há níveis mais elevados de renda aumentando a heterogeneidade

²⁵³ Supõe-se que a aplicação do método de Wright e Dwyer (2003) no Brasil apresentaria resultados mais contundentes do que os encontrados nos EUA, em termos do afastamento das classes populares das classes médias.

²⁵⁴ Situação cf. Bourdieu (1999).

²⁵⁵ As condições habitacionais encontradas na favela podem servir para dimensionar sua situação em relação a outros espaços. Ver Capítulo 8 e Tabela I.

no interior da favela, tal informação perde relevância ao pensar-se em relação aos níveis de rendimento das classes médias e à proporção que essas faixas de remuneração têm no conjunto dos moradores das favelas. Então, a grande mudança é histórica, analisada apenas a dinâmica no interior da favela.

c) Sem dúvida, a heterogeneidade entre as favelas é muito significativa, em termos de condições de moradia, situação sócio-econômica dos moradores e movimentação econômica em seu interior. Tão significativo quanto são as diferenças entre os bairros formais, a ponto de encontrar-se bairros em posição inferior a algumas favelas, numa hipotética hierarquização do espaço metropolitano desde os rendimentos dos responsáveis pelo domicílio ou da condição habitacional. Todavia, ao levar-se em conta o nível das condições encontradas nas favelas e nos bairros formais aparecerá uma certa homogeneidade entre as favelas em relação ao que se constata nos bairros. Tomando-se os rendimentos dos responsáveis pelos domicílios e a condição habitacional, aparecem situações que permitem uma melhor compreensão das relações. As favelas localizadas próximas aos bairros da elite, entendida enquanto frações da burguesia e das classes médias, apresentam condições bastante inferiores às encontradas nos bairros. Já aquelas situadas em bairros periféricos ou do subúrbio tradicionalmente pobre tendem a ter sua condição mais próxima ou até mesmo igual a dos bairros formais de seu entorno. Esses bairros do subúrbio historicamente pobre ou da periferia, muitas vezes apresentam condições inferiores ou similares às favelas localizadas junto aos bairros das elites. Logo, as favelas dos bairros periféricos ou dos subúrbios pobres podem apresentar condição inferior àquelas encontradas nas favelas próximas aos bairros das elites. Essa perspectiva relacional aponta primeiro para o fato de que em relação aos bairros formais das classes abastadas e médias as favelas apresentam condições semelhantes, porém em uma comparação

apenas entre as favelas surge uma diferenciação que está associada a sua localização, isto é, depende da condição dos bairros de sua proximidade. E ainda encaminha o problema no sentido de uma equivalência de condições entre as favelas e os bairros dos subúrbios e periferia²⁵⁶.

À indagação se é possível ainda tomar a favela como enclave urbano dos pobres e da cultura popular, a resposta absoluta seria: não! Negativa que exige ressalva, pois a favela já há muito tempo não é espaço exclusivo dos pobres nem da cultura popular, porém funciona como pólo e, mais adiante isto será abordado, paradigma do espaço das classes populares na metrópole brasileira, na modernidade tardia. Quanto à construção simbólica das favelas como espaço excluído do processo econômico geral, a literatura crítica²⁵⁷ também há décadas demonstrou como essa imagem de exclusão, ou marginalidade, apresentava uma visão dualista que não corresponderia à dinâmica do processo, na medida em que tal dinâmica vista como exclusão na realidade é parte do processo.

Criticamente a esta crítica, no entanto, pode-se apontar que há um afastamento radicalizado na atualidade das classes populares da ordem social competitiva²⁵⁸, em termos de sua posição e situação na estrutura social, inerente ao processo econômico da modernidade tardia, que assume contornos ainda mais dramáticos nos países não-centrais do capitalismo. A constatação, infelizmente, não significa a atribuição às alternativas encontradas pelas classes populares, em ações de tipo táticos, como instauradoras de uma nova ordem, fundada na solidariedade, a partir do enraizamento em redes sociais. A perspectiva é, antes, demonstrativa

²⁵⁶ Cf. simulações realizadas no Metrodata do Observatório de políticas públicas e gestão municipal-IPPUR/UFRJ, a partir da aplicação do Índice de carência habitacional aos setores censitários.

²⁵⁷ Cf. Oliveira (2003) e Perlman (2002).

²⁵⁸ Cf. Fernandes (1977).

de como tais táticas se constituem no limite da sobrevivência social e psicológica, às vezes mesmo, biológica.

A análise dos três aspectos, movimentação econômica interna, heterogeneidade sócio-econômica entre os moradores e heterogeneidade entre as favelas, acionados para criticar os ditos dogmas a serem desconstruídos, na perspectiva da tese de que o fenômeno socioespacial favela não apresenta mais relevância para análise sociológica, mostra como a argumentação apresenta problemas quando se toma uma perspectiva relacional. Problemas agravados ainda mais pela ênfase localizar-se em aspectos que procuram demonstrar que a favela não é mais o espaço exclusivo dos pobres, nem de carências, nem da cultura popular. Se algum dia foi espaço exclusivo de expressão das condições socioeconômicas, em função das condições de infra-estrutura urbana e cultural das classes populares, não o é mais há tempos, mas, todas as informações indicam, ainda é um pólo espacial dessas expressões.

Embora os limites, a argumentação da tese em análise apresenta dois aspectos que devem ser retidos:

- 1) A favela passou por transformações radicais, em geral associadas à dinâmica que se tratou como de enraizamento e pertencimento²⁵⁹;
- 2) Tal dinâmica vem nivelando as diferenças entre os bairros das classes populares no subúrbio e periferia e as favelas.

Por último, uma ressalva em relação à hipótese apresentada no artigo²⁶⁰ dos interesses subjacentes à manutenção dos dogmas, no que se refere à hipotética tática dos moradores das favelas em deixarem por último as melhorias externas de suas residências como forma de preservar a prioridade dos investimentos públicos nos espaços de carência. Antes de uma

²⁵⁹ Cf. Parte 2.

²⁶⁰ Valladares (Op. Cit.).

tática para a manutenção do privilégio dos investimentos nas áreas carentes pelos poderes públicos, trata-se de um cálculo econômico: os custos para melhoria externa são dos mais altos em termos de material da construção civil. Assim, os moradores, com seus recursos limitados, imbuídos de uma racionalidade econômica elementar preferem invariavelmente investir na expansão ou na melhoria interna de sua moradia, seja na própria edificação, seja em termos da aquisição de equipamentos para terem mais conforto. Afinal, mesmo havendo moradores situados em faixas de renda privilegiadas em relação aos demais moradores, não se trata de classe social situada na abundância dos recursos monetários.

A tese do esgotamento do fenômeno favela como *locus* privilegiado para compreensão da ocupação urbana das classes populares no Brasil aparece, em última instância, como incorreta, não pelos argumentos apresentados, mas exatamente por não ser capaz de detectar nas dinâmicas descritas seu sentido afirmador de uma nova condição do espaço das classes populares, onde a favela ocupa lugar central como paradigma de uma dinâmica que se alastra pelos bairros do subúrbio tradicional, no caso carioca, e pela periferia metropolitana, em geral. A centralidade analítica da favela reside no fato de ela funcionar como primeira expressão e mais bem acabada de uma dinâmica que cada vez mais se encontra nos demais territórios das classes populares, regular ou não, legal ou ilegal, fruto também das políticas públicas focais que alteraram sua condição jurídica e urbanística, tanto como o impacto sobre as classes populares das mutações nas relações de trabalho, seja no aumento da precarização das relações de trabalho, diminuição relativa dos rendimentos e a permanência na última década de altos níveis de desemprego. Fatores que fizeram com que aspectos antes atribuídos especificamente aos moradores das favelas se generalizassem ao conjunto do espaço das classes populares.

Assim, antes da melhoria nas condições da favela enquanto território, em que pese a importância das políticas de urbanização e regularização fundiária realizada nos últimos anos, sua perda de distinção em relação aos demais espaços das classes populares se deve ao alastramento da posição e situação de classe que antes caracterizava particularmente seus moradores e a conseqüente degradação generalizada dos territórios onde não vivem e quase nem circulam as classes médias e abastadas. A massificação dos pobres e a ampliação da segregação e degradação de seu espaço tornaram a condição da favela pouco específica, tanto quanto paradigmática da condição do espaço das classes populares no Brasil.

12.2. Segregação ampliada e o padrão-favela

A dinâmica de implantação e incremento de atividades comerciais, mercado imobiliário e projetos sócio-educativos, ou urbanístico-arquitetônicos, com a presença do Estado direta, ou indireta, junto à instalação e expansão de infra-estrutura urbana, vem alterando a condição da favela no sentido de aproximá-la das encontradas nos bairros tradicionais das classes populares, seja no chamado subúrbio carioca ou na periferia da metrópole. Condição que permite atribuir-se uma valoração positiva, na medida em que a favela se transforma em um espaço com recursos similares àqueles encontrados nos bairros populares, em termos jurídicos e de acesso aos serviços e equipamentos urbanos. Equivalência que também ocorre ao nível da situação e posição de classe dos moradores.

Se até alguns anos atrás a favela se caracterizava pela presença de uma população composta pelo subproletariado, isto é, o conjunto dos trabalhadores urbanos mais desqualificados e com menores rendimentos, normalmente empregados na construção civil e em serviços domésticos, em oposição ao núcleo duro do proletariado, àqueles ligados à

produção industrial, ou simplesmente aos trabalhadores urbanos assalariados estáveis, que moravam nos bairros do subúrbio, nas últimas décadas os moradores da favela e do subúrbio assim como os da periferia metropolitana passaram, em geral, a ocupar uma mesma posição e situação de classe. Não pela melhoria da posição e situação de classe daqueles que vivem em favelas, mas pela precarização generalizada da condição de trabalho e, logo, equalização por baixo da condição de classe dos moradores dos bairros populares. Dinâmica que se imbrica ao descaso do Estado com os equipamentos e serviços públicos, em um processo que expressa essa equivalência de forma cada vez maior no conjunto do espaço das classes populares.

A dicotomia espacial entre o lugar das elites, correspondendo às classes abastadas e às classes médias, mas também do próprio conjunto dos trabalhadores assalariados estáveis, e o das classes populares, isto é, os trabalhadores precários, desempregados ou com remuneração sem direitos trabalhistas, apresenta-se de forma cada vez mais contundente na metrópole²⁶¹. Surge um espaço metropolitano dual²⁶², onde os espaços de níveis intermediários entre as elites e os trabalhadores urbanos precários e desqualificados, como eram os típicos bairros de trabalhadores, os subúrbios no caso carioca, onde viviam a classe operária e os trabalhadores urbanos assalariados estáveis, em virtude de sua diminuição quantitativa associada ao deslocamento das indústrias para outros espaços além da metrópole, tendem à favelização, tanto em termos de suas condições estritamente espaciais como das condições socioeconômicas de seus moradores²⁶³.

Expressão espacial de processos econômicos e políticos característicos da modernidade tardia, a saber, a produção pós-fordista e as políticas focais, a expansão da dinâmica antes

²⁶¹ Entende-se que o caso dos conjuntos populares em bairros de classe média são exceções, analiticamente relevantes, mas cuja excepcionalidade ressalta a tendência da dicotomia.

²⁶² Cf. Ribeiro (2004).

²⁶³ Processo geral na modernidade tardia. Ver em especial: Davis (2004) e Wacquant (2001).

particular da favela agora atinge o conjunto do espaço das classes populares, permitindo seu entendimento no que tange à apropriação espacial encontrada na investigação empírica. Processo histórico que trouxe como consequência a aproximação social e espacial do que está geograficamente distante. Proximidade espacial não geográfica, servindo para explicitar o sentido que as dinâmicas e condições existentes nesses territórios assumem, dadas as semelhanças ao nível da posição e situação de classe de seus moradores. Associa-se a esse fenômeno o fato da existência de uma força de atração, tanto mais forte quanto mais próximo dos indivíduos ou famílias, para os territórios onde as redes sociais familiares são mais enraizadas, e se tem elementos para uma compreensão mais precisa das informações que apontam a existência de uma maior proximidade entre os moradores da favela em estudo com territórios mais distantes do que com os mais próximos, mesmo estes não tendo condição diferente, como as favelas vizinhas.

Essa dinâmica de equalização entre os diferentes espaços das classes populares, desde a narrativa sobre sua apropriação pelos moradores de uma favela, permite que se consiga maior precisão para a reflexão sobre a expansão da segregação socioespacial das classes populares, não só em termos da quantidade de moradores que cada vez mais vivem nesses espaços, mas também geográfica, em termos de aumento da área contígua a favela, pois a ampliação da favela sobre os bairros dos subúrbios tende a ser mais forte e rápida nas áreas mais próximas a ela, como se a favela fosse avançando sobre o bairro formal, e, também, no próprio território da metrópole, na medida em que a dinâmica da favela aplicada aos limites da metrópole permite o próprio alargamento de suas fronteiras.

A manipulação do espaço descrita pode ser compreendida como uma multiterritorialidade²⁶⁴, pois ao enraizamento na própria favela corresponde uma apropriação externa de espaços distantes geograficamente, expressando a dinâmica dessa prática ao longo do tempo a dimensão cotidiana de uma territorialidade-zona e territorialidade-rede, simultaneamente, mesmo que com diferentes ênfases. Enquanto a territorialidade-zona é praticada ao longo de toda a vida, a territorialidade-rede aparece ligada a infância e juventude, quase desaparecendo na velhice, enquanto prática, todavia presente como referência espacial. A favela, também, pode aparecer como um chamado aglomerado de exclusão²⁶⁵, embora o que se constate ao nível empírico é a aproximação desta noção apenas com o momento de ocupação de uma área. Devido à compreensão de que a noção de exclusão esconde mais do que revela dinâmicas de dominação e, também, pela idéia de aglomerado, na tradição sociológica, trazer em si um sentido de instabilidade, isto é, como termo relativo a fenômenos não-institucionalizados, utilizar-se-á, com o mesmo sentido, apenas o termo aglomeração.

Ao longo do tempo, o que se desenvolve nos espaços das classes populares é uma dinâmica de reterritorialização em que os antigos aglomerados são consolidados, tornando-se território-zona, cuja expansão articula e envolve aos subúrbios e a periferia metropolitana, desenhando um território-rede no quadro de uma ampliação da segregação espacial das classes populares.

O fenômeno de configuração de um território-rede contradiz a idéia que associa proximidade e identidade²⁶⁶, na medida em que há essa expansão geográfica de apropriação do espaço não-contíguo pelas classes populares. Porém, se essa prática espacial configura uma

²⁶⁴ Cf. Haesbaert (2004).

²⁶⁵ Cf. Haesbaert (Op. cit.).

²⁶⁶ Cf. Santos (2002)

territorialidade, enquanto território-rede, estando sua emergência associada à existência de um espaço de apropriação e/ou dominação ancorado no território-zona, a presumida contradição se esvai. Esvai-se, primeiro porque a noção de território-rede implica outra dimensão de proximidade espacial, agora não mais imediatamente dependente da vizinhança espacial, da contigüidade geográfica, mas relativa ao pertencimento a um mesmo território ainda que configurado em rede. E, também, porque a eclosão dessa apropriação espacial detectada no caso é dependente e subordinada ao enraizamento.

Tome-se, por um lado, que as ocupações não consolidadas das classes populares não constituem territórios-zona, no sentido de espaço apropriado ou dominado²⁶⁷, mas antes formam aglomerados e, por outro, que as populações flutuantes entre os territórios-zona configuram um território-rede, porém sem consolidarem um sentimento de pertencimento nem enraizamento, na maior parte dos casos sendo uma população composta por jovens, sejam casais, mães com filhos ou individualidades. Essa população flutuante constituidora de um território-rede, no entanto, depende para sua flutuação da existência de territórios-zona, isto é, áreas consolidadas, exatamente aquelas construídas, ao longo das décadas, pelas redes sociais familiares enraizadas e constituintes de territórios-zona. Assim, tem-se a expressão na metrópole carioca da idéia de multiterritorialidade. No caso de sujeitos dos fluxos metropolitanos que não se articulam aos territórios-zona, eles tenderão a fazer parte das ocupações formadoras dos aglomerados. O que se propõe, nos termos tomados, é que as classes populares praticam uma multiterritorialidade, ao associarem a um movimento de enraizamento a apropriação de outros territórios-zonas, configurando um território-rede, ou apenas se localizando temporariamente, sem enraizamento, em territórios-zona, tornando-se

²⁶⁷ Cf. Haesbaert (Op. cit.).

sujeitos de um fluxo constitutivo de um território-rede, sujeitos que, no entanto, dependem da consolidação estabelecida pelas redes sociais familiares de territórios-zona para poderem flutuar. Se não, terão como única alternativa a inserção na precariedade extremada e instável dos aglomerados que, enquanto aglomerado, exige a inclusão em um território-rede.

Os fatores intrínsecos à territorialização ao longo do tempo se intensificaram e expandiram, transformando a dinâmica enraizadora encontrada na favela em modelo para as classes populares enfrentarem sua precariedade, agora não mais centrada apenas nas condições de equipamento e serviços urbanos, mas principalmente em relação à exclusão do trabalho assalariado e ao descaso do Estado com esse espaço da metrópole, em termos de implantação de políticas públicas universalistas. Surge uma perversa equivalência socioespacial.

Equivalência expressa na semelhança da configuração urbano-arquitetônica que revela a precarização da inserção no trabalho das classes trabalhadoras urbanas, antes assalariadas estáveis, e o fim das políticas urbanas de caráter universalista, pelo lado da degradação das condições de existência nos bairros das classes populares, enquanto pelo lado da favela, aparece devido à implantação de serviços e equipamentos urbanos e os conseqüentes investimentos econômicos, monetários ou não, através das redes sociais familiares, nas melhorias das condições das moradias. Processo político-econômico que caracteriza a modernidade tardia e traz como desdobramento socioespacial a similitude de condições sociais e econômicas e urbano-arquitetônicas entre as favelas e bairros das classes populares, criando a necessidade de incorporação da dinâmica de enraizamento praticada historicamente na favela pelos moradores dos bairros dos subúrbios, conjuntos habitacionais populares, loteamentos irregulares e demais territórios das classes populares.

Eis, assim, a segregação socioespacial ampliada, cujo padrão de configuração e modelo socioeconômico é a favela contemporânea.

Capítulo 13: Identidade social e territorialidade das classes populares

As conseqüências do enfraquecimento das matrizes identitárias modernas na época atual, entendida como modernidade tardia, remetem ao surgimento de uma proliferação de identidades sociais, fazendo com que a problemática relação território-identidade social assumam novos contornos. Na perspectiva tratada, no âmbito das classes populares situadas no espaço metropolitano, tal processo coloca em tela o surgimento da representação social de uma identidade social dos pobres ligadas ao seu espaço. Ao nível do senso comum e mesmo do senso comum científico, tal relação aparece como se as condições dos espaços das classes populares, os pobres, fossem responsáveis pelos problemas advindos da situação e posição de classe dos sujeitos que vivem nesses territórios. Essa representação social dos territórios onde vivem as classes populares está marcada por uma valoração absolutamente negativa.

Em que pese seja fundada em uma inversão cognitiva ao atribuir às condições do espaço a valoração negativa estabelecida aos sujeitos sociais que vivem nesses territórios, existe um sentido subjacente que se articula às dinâmicas encontradas no espaço dessas classes sociais. O sentido que une a representação social dos dois sentidos comum à dinâmica da relação encontrada entre espaço e identidade social das classes populares está no processo de precarização das condições de trabalho associado à degradação dos espaços onde vivem esses sujeitos.

No caso brasileiro, a representação social que trata como equivalente o conjunto do espaço das classes populares, tendo a favela como paradigma, mas não distinguindo entre esta, os antigos bairros populares ou os conjuntos habitacionais, de certa forma corresponde à dinâmica de prática dos territórios encontrada desde o estudo de caso. Para os moradores da favela os Outros não são aqueles que não vivem nas favelas, mas sim os que moram nos

bairros das elites, isto é, as classes abastadas e médias. O morador do bairro no subúrbio, na periferia metropolitana, no loteamento para classes populares, ou no conjunto habitacional, todos herdeiros de um legado ligado à economia de subsistência e posteriormente inseridos, de forma subordinada, na ordem social competitiva, como trabalhadores pouco qualificados, hoje desempregados, trabalhadores precários, ou, na melhor das hipóteses, trabalhador assalariado com baixa remuneração, responsável por sustentar as relações monetárias da rede social familiar, fazem parte de uma mesma totalidade identitária. São todos reféns da sociabilidade violenta²⁶⁸, tendo que negociar entre a ordem estabelecida, representada pela polícia e demais organizações juridicamente institucionalizadas, que atuam em seus espaços, e os bandos armados ligados ao narcotráfico, seja na favela ou no subúrbio, na periferia ou conjunto habitacional.

No caso de controle em Paris, encontram-se efeitos similares do processo, todavia suas conseqüências espaciais são mais limitadas, devido à pulverização territorial das classes trabalhadoras e a concentração das classes populares nas chamadas *cités*. Concentração que apresenta semelhanças às encontradas no Brasil em termos de atribuição ao espaço como causa dos problemas de ordem socioeconômica, ainda realçada pelos fatores étnicos envolvidos.

No contexto especificamente da metrópole carioca, as classes populares são lançadas à necessidade de viabilizar seus espaços enquanto territórios totais, aumentando suas moradias, criando mercados imobiliários, de serviços, comércio e, logo, de trabalho. Dinâmica que é acelerada pelas políticas focais desencadeadas pelo Estado nas favelas, seja diretamente, através de serviços e instalação de equipamento, ou de projetos sócio-educativos pelas ONGS,

²⁶⁸ Cf. Machado (2004).

internalizando as ações e incrementando ainda mais a dinâmica de segregação desses territórios, ao mesmo tempo em que os tornam mais semelhantes ao restante dos territórios das classes populares. Amplia-se a escala da segregação.

A perda de centralidade do trabalho assalariado, em geral, e em particular a diluição e diminuição da representatividade do operariado industrial fez com que a identidade de classe passasse por uma mutação e se transfigurasse em uma identidade social definida desde o território. As antigas classes trabalhadoras urbanas, em função da precarização das relações de trabalho, passaram a ser reconhecidas pelo seu espaço. E esse espaço, caracterizado pelo abandono das políticas públicas universalistas e pela deterioração das condições de inserção no trabalho de seus moradores, passa a ser tomado como gerador de problemas cujo fundamento está especialmente na situação na estrutura social das classes populares. Processo que leva à horizontalização da situação de classe dos segmentos populares na estrutura social, através da diminuição da possibilidade de mobilidade social e do afastamento das classes médias, estabelecendo as condições para a equivalência geral dos espaços das classes populares. Classes populares que ao perderem a referência no trabalho, perdem junto a função referencial cumprida em um primeiro nível pelas classes trabalhadoras urbanas, enquanto assalariadas, e, em uma perspectiva histórica, perde seu núcleo duro, o operariado industrial.

Enfraquecida a matriz identitária de classe, as individualidades das classes populares vêm sua condição de indivíduo como unidade social ter seu papel sobrecarregado. Desencadeando daí, um processo de hipo-individualização, com repercussões assustadoras em termos das disfunções psicossociais decorrentes. Individualidade sobrecarregada que acaba por perder as referências de pertencimento social ficando à deriva, sem compromissos societários, nem laços de sociabilidade. Sem vínculos societários, na medida em que o Estado

também abdicou de sua função como instância agregadora das relações sociais junto a essas individualidades, dado o enfraquecimento do próprio Estado-nação, como referencial identitário da nacionalidade.

A afirmação da nacionalidade se torna ainda mais complexa, no caso parisiense, em função da política integracionista do Estado francês ser paradoxal com uma população cada vez mais multi-étnica. A existência de populações vindas dos departamentos de além-mar, oriundas de antigas colônias da África subsaariana, da África do Norte ou mesmo do sudeste asiático, populações que se fazem cada vez mais presentes no hexágono, o território contínuo da França na Europa, compõem um mosaico étnico-racial que configura as classes populares na França contemporânea. No entanto, a função societária do Estado é muito forte e, talvez, dada sua intensidade, ocasione distúrbios nas formações identitárias individuais por lançar as diferentes gerações em choque. Problemática étnico-racial que também aparece no caso carioca, na medida em que a população das classes populares, segregada em seus territórios, tem uma grande proporção negra e de origem regional do interior de alguns estados do nordeste brasileiro. Porém, aqui, o problema em relação ao Estado é antes de sua presença esporádica, diluída e pontual, tal como suas políticas. E não da força de sua presença, mas antes da força de sua ausência.

Sobrecarga do papel do indivíduo que, se no caso francês fica radicalizada pela função do Estado em integrar as novas gerações, através da escola e disponibilização de uma rede de seguridade ainda forte, comparada às dos estados latino-americanos, podendo levar ao rompimento de laços comunitário-familiares de dimensão cultural, no caso brasileiro tende a empurrar o jovem ao investimento na busca de valores socialmente difundidos como de distinção, através do consumo de bens não-duráveis e duráveis, podendo ter como

conseqüência o envolvimento na criminalidade, em especial os do sexo masculino ou a formação de famílias, em especial entre as jovens, através da gravidez na adolescência. Abrevia-se a juventude quando os sujeitos tentam constituir algum nível de laço de sociabilidade. Condições que tornam tão relevantes na dinâmica de enraizamento a função da rede social familiar na favela, responsável pela constituição de uma identidade social imediatamente associada ao território. E na *city*, através da função do Estado, ao oferecer serviços e equipamentos públicos no interior do *Clos* ou em seu entorno imediato.

Em termos gerais, o conjunto das classes populares no Brasil passa por um processo de nivelamento e equivalência, tendo como referência a dinâmica de ampliação da segregação de seus territórios, reconhecendo como iguais aqueles que vivem nesse espaço no interior da metrópole, em situações que permitem sua circulação e apropriação desses territórios. No entanto, encontram-se, no interior dessa dinâmica identitária, distinções internas. Distinções que remetem a uma dimensão de cunho regional-racial. Pois, ao mesmo tempo, os sujeitos das classes populares se identificam com a situação e posição social de seus iguais, independente da condição jurídica de configuração do território, dada suas semelhanças de condições, constituindo uma identidade social que ao nível da representação social se explicita pelo espaço, remetendo em termos analíticos a uma identidade de classe, aparece uma diferenciação entre negros e nordestinos e outra de localização na metrópole, através de uma hierarquização interna aos territórios das classes populares.

A primeira diferença assume contornos particulares ao inverter a ordem social do preconceito racial na sociedade brasileira, no caso da favela. Internamente à favela, o que se constata é uma distinção estabelecida pelos negros e seus descendentes entre eles e os Outros, especificamente os brancos vindos dos estados mais empobrecidos do nordeste brasileiro. Por

isto denominados nordestinos. Saliente-se que não fazem parte desse grupo os negros vindos do chamado nordeste. O pertencimento a um legado da cultura afro-brasileira delimita o campo. Distinção que não assume maior implicação em termos da identificação social, pelo menos nas condições atuais. No entanto, em alguns relatos, possivelmente em função do preconceito racial existente na sociedade em geral, os membros das redes sociais familiares mais enraizadas, negras, parecem atribuir suas dificuldades em conseguir postos de trabalho assalariados, mesmo que precários, à disputa com os nordestinos. Também aos nordestinos são atribuídas a intensificação do comércio interno e a construção de imóveis para o mercado de locação. Ao se tomar como referência o fato de os negros ocuparem proporcionalmente posições mais subalternas no trabalho e menores remunerações em relação aos demais, assim como terem menor escolaridade, na sociedade brasileira em geral, pode-se projetar que a condição de não-negro facilite a inserção no mercado de trabalho e, eventualmente, a acumulação monetária capaz de explicar, de forma interligada, a maior capacidade dos brancos de investirem no estabelecimento de atividades comerciais e imobiliárias no interior da favela. A subordinação social interna seria compensada pelo preconceito racial externo trazendo como consequência o melhor posicionamento, em termos econômicos, no interior da favela, daqueles a princípio em posição socialmente subordinada.

Outra distinção interna à identidade das classes populares diz respeito à localização do território em relação às elites. Embora pratiquem o território do subúrbio e os limites da cidade e mesmo da metrópole, infere-se das narrativas uma distinção positiva atribuída pelo fato de morarem junto aos bairros das classes abastadas e médias. Tal distinção, no entanto, é marcada por nuances, pois muitas vezes a vida no subúrbio, no bairro distante ou na região metropolitana se apresenta marcada por positivities como a maior tranquilidade e o maior

espaço. Essa distinção aparece de forma similar àquela encontrada na própria classe média e classes abastadas, onde a vida no bairro distante, ligada a maior oferta de espaço, seja na própria moradia ou de espaço público, é contrastada com a vida urbana mais intensa pela oferta de serviços e equipamentos em bairros centrais, ou, no caso carioca, da zona sul.

Apesar do sentido da investigação ter-se encaminhado para a atribuição de uma maior relevância analítica à referência ao pertencimento à classe, é importante se retomar, à luz dos dados empíricos e da literatura específica sobre as relações espaço-identidade social, a abordagem da questão da nacionalidade. Se no caso francês ela atravessa explicitamente a questão identitária das classes populares, conforme apresentado, no Brasil o problema se apresenta de forma menos explícita. Todavia, a distância social exacerbada entre as classes populares e as demais classes e frações e a assimilação dessa distância como natural pelos sujeitos das classes populares aponta para uma cisão e serve para explicar a pequena referência identitária, na nacionalidade. Esse nível identitário, que tem seu enfraquecimento associado, em geral, às transformações nas funções do Estado-nação, assume contornos particulares no contexto encontrado no estudo de caso na favela. Mesmo tendo-se uma imagem cada vez mais forte da nacionalidade brasileira ligada a valores e práticas das classes populares, particularmente através da difusão e acesso aos meios de comunicação de massa audiovisual, em especial a televisão, mas também, vídeo e dvd, a identificação com a nacionalidade é irrelevante.

Se, por um lado, o povo brasileiro é representado com a imagem estetizada dos indivíduos das classes populares e a cultura brasileira apresentada tem como referência aquela praticada e recriada pelas classes populares, por outro, o afastamento do Estado-nação da vida cotidiana, manifesto na diluição da presença na esfera pública pelas ONG's ou projetos de

responsabilidade dispersa, e o desenvolvimento da participação política siga reduzido à barganha eleitoral, onde o cidadão e as organizações associativas se comportam como um consumidor que negocia seu voto, constituem um ambiente em que o amálgama da identidade nacional assume pouca relevância.

Até aqui, tem-se o aumento da diferenciação e da distância entre as classes, expressa na exacerbação da segregação social, espacialmente estabelecida, como acelerando o enfraquecimento da nacionalidade como matriz identitária. A essa condição se pode somar a dinâmica encontrada no caso empírico de aumento da relevância atribuída às distinções regionais, seja tomando-se os parâmetros acionados para a construção de diferenciações internas à favela, seja na própria atribuição de uma posição hierarquicamente superior ao pesquisador, ligada à sua origem regional. Antes do pertencimento em comum à mesma nacionalidade o que se salienta são as distinções regionais hierarquicamente estabelecidas.

Por último, e em nível identitário síntese da análise, a moderna individualidade emerge, também, nas classes populares como inflada de atribuições sociais, tendo que assumir, enquanto unidade social, o conjunto das ausências que caracterizam o enfraquecimento das demais matrizes identitárias. Esse desmonte nas funções modernamente definidoras das matrizes identitárias de classe e nacionalidade tende a sufocar de responsabilidade a individualidade que, por essa sobrecarga de papéis, vindas da desfuncionalidade do Estado, enquanto referente da nacionalidade, e do trabalho, como parâmetro de classe, acaba por ocasionar disfunção em seu nível mais estritamente constitutivo de sua própria individualidade, o psíquico. Parte dos transtornos da sociabilidade na modernidade tardia, em especial aquela que tem como palco o espaço das classes populares, remetem a disfunção do papel da moderna individualidade, que se encontra em luta com obrigações, muitas vezes vital,

para sua sobrevivência biológica, antes ligadas a funções do Estado e do trabalho assalariado, enquanto estruturas institucionais. Eis a expressão contemporânea da tirania da intimidade.

É sob essas condições que se encara a tarefa de apresentar uma resposta definitiva à pergunta: existe o favelado, enquanto identidade social sociologicamente relevante para compreensão da constituição das identidades sociais no contexto da pulverização e diluição das identidades na modernidade tardia? A resposta, definitivamente, no quadro da presente investigação, é: não.

Não, pois tem-se nas narrativas e práticas narradas pelos moradores da favela o surgimento de uma identidade social fundada no território, esse território não é o da favela, mas antes o espaço das classes populares. Enquanto expressão identitária discursiva encontra-se a referência ao fato de ser pobre. Na formulação do morador da favela os iguais são os pobres, condição definida a partir dos espaços onde moram. Assim, os Outros são os moradores dos bairros das classes abastadas e classes médias. Ao buscar-se uma definição sociológica para esses pobres, o que se encontra são as classes populares. Não mais as classes trabalhadoras urbanas, tampouco o operariado industrial, mas as classes populares. Exatamente aquele conjunto formado pelas classes sociais subordinadas na estrutura social, mas que tinham como pólo o operariado industrial e em seguida pelo conjunto das classes trabalhadoras urbanas. Tinham, pois a precarização do trabalho e a perda de centralidade do processo industrial levou ao enfraquecimento socioeconômico dessas frações de classe e ao alargamento das classes populares, simultaneamente ao aumento de sua distância da classe média, em termos de sua posição e situação de classe na estrutura social. Resta uma identidade social associada a essa configuração de classe diluída em termos sociais, pois sem núcleos referenciais, e reconhecida a partir de sua localização, expressão espacial visível da

equivalência em termos de posição e situação na estrutura social. Cabe salientar que aqui ocorre não só o reencontro com a condição de classe, como seu resgate analítico, mas também a afirmação de uma identidade social que remete a um passado mais longínquo. Afinal, as classes populares, antes divididas em diferentes frações, na modernidade tardia, dada sua posição na esfera econômica, ao passarem pelo processo de equalização descrito, alcançam uma perversa igualdade na posição e situação de classe. Condição que cria a necessidade de que sejam acionados, em sua tática cotidiana para manutenção de condições mínimas de existência biológica e psíquica, recursos atualizados similares àqueles estudados pela literatura e narrados pelos sujeitos da pesquisa da economia de subsistência.

Para encerrar, desde uma abordagem de sobrevôo, apesar das transformações contemporâneas na produção capitalista e a diluição da função de matrizes das identidades modernas indivíduo, classe e nacionalidade, se afirma aqui que, por serem as relações sociais de produção dominantes ainda capitalistas e a episteme de autocompreensão da sociedade permanecer no interior dos paradigmas da modernidade, mantendo-se ainda a sociedade estruturada em classes, embora a mobilidade social esteja cada vez mais restrita, as identidades sociais encontradas seguem remetidas a posição e situação de classe, mesmo que não reconhecida pelos próprios atores. E, desde uma abordagem de dentro, pode-se afirmar que o suposto efeito de território da favela na constituição identitária existe, porém na medida em que a especificidade da favela se alastra e expande como padrão de configuração espacial e de dinâmica socioeconômica simultânea à segregação dos territórios dos pobres, a identidade encontrada é a das classes populares, afirmada em sua escala espacial.

Antes ainda, mais uma resposta, à invariável pergunta: e o que se pode fazer com tal tese? Além de lê-la, tarefa que certamente será realizada pelos muito pacientes ou

interessados, supõe-se que as questões tratadas e a revelação das dinâmicas intrínsecas às relações entre identidade social e espaço, a partir da favela carioca, tendo como contraponto a *cité* parisiense, apontam para a necessidade do desenvolvimento de a es gerais para o espaço das classes populares, que engloba necessariamente a metrópole, independente do âmbito institucional de a o jurídico-formal, seja pelo Estado, organiza es civis ou institui es de mercado. Em termos acadêmicos, espera-se ter demonstrado, apesar de não ser esse o objetivo inicial, a perenidade da capacidade heurística para compreensão dos fen menos do espaço do conceito de classe social.

Visto já em retrospectiva, o caminho traçado termina por deixar revelado que na modernidade tardia o espaço dos pobres está configurado como território das classes populares. No Brasil, esse território tem um padrão: a favela contemporânea. E a territorialidade das classes populares  , por princípio, metropolitana. O efeito de território, ao invés de dar contornos mais específicos às identidades sociais, acaba por reinstaurar a identidade de classe. A questão da segregac o espacial na metrópole   uma questão de classe. Das classes populares agora definidas desde sua condi o socioespacial.

Referências:

- 1 ABRAMO, P. Uma teoria econômica da favela: quatro notas sobre o mercado imobiliário informal em favelas e a mobilidade residencial dos pobres. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, ano 16, n. 2, p. 103-131, ago./dez. 2002.
- 2 AGUALUSA, J.E. *O ano em que zumbi tomou o Rio*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2002.
- 3 ALVITO, M. *As cores de Acari*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- 4 ANDERSON, B. Introdução. In: BALAKRISHNAN, G (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 7-22.
- 5 ARAUJO, Frederico Guilherme Bandeira de. Espaço-temporalidades digitais: elementos para uma prática epistemológica. *Cadernos IPPUR/UFRJ*. Planejamento e território: ensaios sobre a desigualdade, Rio de Janeiro, Ano 15, n. 2/Ano 16, n.1, p. 347-362, ago./dez. 2001/ jan./jul. 2002.
- 6 _____. Introdução. Práticas contemporâneas e saber. In: _____. *Saber sobre os homens, saber sobre as coisas*. Rio de Janeiro: DP & A: FAPERJ, 2003.
- 7 _____. Tempo-espaço-ambiente: para uma nova episteme. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, ano 15, n. 1, p. 69 – 95, jan./jul. 2001.
- 8 ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- 9 AUGÈ, M. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papyrus, 1994.
- 10 AZAÏS, C. De-segmentação do mercado de trabalho e autonomia: algumas palavras introdutórias. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 17, n. 41, p. 15-24, mai./ago., 2004.
- 11 BACHELARD, G. Discurso preliminar. In: _____. *A formação do espírito científico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999. p. 7-15.
- 12 BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- 13 _____. A imaginação nacional. In: _____ (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 209-225.
- 14 BARCELLOS, C. *Abusado: o dono do Morro Santa Marta*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

- 15 BAUER, O. A nação. In : BALAKRISHNAN, G (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2000. p. 45-83.
- 16 BEAUD, S. ; PIALOUX, M. *Violences urbaines, violence sociale : genèse des nouvelles classes dangereuses*. Paris: Fayard, 2003.
- 17 BENJAMIN, W. O narrador. *Os pensadores: Walter Benjamin, Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Jürgen Habermas*. Textos escolhidos. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 57-74.
- 18 BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- 19 BHABHA, H. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- 20 BECKER, H. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- 21 BENVENISTE, E. O vocabulário das instituições indo-européias. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995. (Economia parentesco, sociedade, v.1).
- 22 BIDOU-ZACHARIASEN, C. Les classes moyennes : définitions et controverses depuis les années 1970 dans la littérature sociologique de langue française et anglaise. *Education et sociétés*, janv. 2005.
- 23 _____. De la sociologie des classes sociales à la socio-économie des inégalités, évolution des représentations de la structure sociale française depuis 20 ans. In : LOJKINE, Jean (Coord.). *Les sociologies critiques du capitalisme*. Paris : Presses Universitaires de France, 2002.
- 24 _____. A propos de la « service class » : les classes moyennes dans la sociologie britannique. *Revue Française de Sociologie*, Paris, v. 41, n. 4, p. 777 – 796, 2000.
- 25 _____. La prise en compte de l’“effet de territoire” dans l’analyse des quartiers urbains. *Revue Française de Sociologie*, Paris, v. 38, n. 1, p. 97-118, 1997.
- 26 _____. Les rigidités de la ville fordiste, réflexions sur la genèse des dysfonctionnements dans les banlieues françaises. *Espaces et sociétés*, Paris, n. 82-83, p. 149 – 166, 1996.
- 27 _____. Rénovation urbaine et stratégies familiales: une étude de cas. *Sociétés Contemporaines*, n. 17, p. 11 – 27, 1994.
- 28 BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- 29 BOTT, E. *Família e rede social*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

- 30 BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.
- 31 _____. Introduction à la socioanalyse. *Actes de la recherche*, n. 90, p. 3-5, dec. 1991.
- 32 _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- 33 _____. *Razões práticas*. São Paulo: Papirus, 1996.
- 34 _____. (Org.). *A miséria do mundo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- 35 BOURDIEU, P., CHAMBOREDON, J.C. ; PASSERON, J.C. *El oficio de sociólogo*. México: Siglo Veintiuno, 1987.
- 36 CÂNDIDO, A. *O discurso e a cidade*. São Paulo: Duas Cidades; Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004.
- 37 CARDOSO, Adauto L. Política habitacional: a descentralização perversa. *Cadernos IPPUR/UFRJ*. Planejamento e território: ensaios sobre a desigualdade, Rio de Janeiro, Ano 15, n. 2/Ano 16 n. 1, p. 105-122, ago./dez. 2001/ jan./jul. 2002.
- 38 CASTEL, R. *Les métamorphoses de la question sociale : une chronique du salariat*. Paris : Fayard, 1995.
- 39 _____. La remontée de l'incertitude. In : _____. *L'insecurité sociale. Qu'est-ce qu'être protégé ?* Paris : Seuil, 2003.
- 40 CASTRO, M. G. Palavras em busca de corpos e terras: identidades, identificação, políticas de identidade – leituras de esquerda. *Cadernos CRH*, Salvador, n. 32, p. 55 – 86, jan./jun. 2000.
- 41 CERTEAU, M. de. *A cultura no plural*. São Paulo: Papirus, 1995.
- 42 _____. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1996. (Artes de fazer, v. 1).
- 43 CHAMPAGNE, P. La construction médiatique des « malaises sociaux ». *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 90, p. 64 – 75, dec. 1991.
- 44 CHATTERJEE, P. Comunidade imaginada. In BALAKRISHNAN, G. (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 227-238.
- 45 CHAUVEL, L. Pouvons nous (de nouveau) parler de classes sociales ? In : LOJKINE, Jean (Coord.). *Les sociologies critiques du capitalisme*. Paris : Presses Universitaires de France, 2002.
- 46 CHOAY, F. *O urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

- 47 CHRISTIN, R. Première génération. *Actes de la recherche*, n. 90, p. 37 - 45, dec. 1991.
- 48 CONINCK, F. de ; GODARD, F. L'approche biographique à l'épreuve de l'interprétation. Les formes temporelles de la causalité. *Revue Française de Sociologie*, Paris, v. 31, p. 23 - 53, 1989.
- 49 COSTA, A. *Corpo e escrita : relações entre memória e transmissão da experiência*. Rio de Janeiro : Relume Dumará, 2001.
- 50 COUTO, M. *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- 51 DAVIS, M. Planet of slums. *New Left Review*, v.26, p. 5 – 34, mar./apr. 2005.
- 52 DELEUZE, G. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- 53 DELGADO, G. C. *O setor de subsistência na economia e na sociedade brasileira: gênese histórica, reprodução e configuração contemporânea*. Brasília: IPEA, jun. 2004. (Texto para discussão, n. 1025).
- 54 DEMAZIÈRE, D. La négociation des identités des chômeurs de longue durée. *Revue Française de Sociologie*, Paris, v. 33, p. 335 – 363, 1992.
- 55 DONZELOT, J. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro, Graal: 1980
- 56 DUARTE, L. F. D. Classificação e valor na reflexão sobre identidade social. In: CARDOSO, Ruth. *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- 57 _____. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro: J. Zahar; Brasília: CNPq, 1986.
- 58 _____. A psicanálise argentina como linguagem social: o caso argentino. *Mana: estudos de antropologia social*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 183 – 193, out.1992.
- 59 DUBAR, C. Formes identitaires et socialisation professionnelle. *Revue Française de Sociologie*, Paris, v. 33, p. 505 – 529, 1992.
- 60 DUBY, G. Le lignage. X-XIII siècle. In : NORA, P (Org.). *La Nation*. Paris: Gallimard, 1986.
- 61 DUHAU, E. Las metrópolis latino-americanas en el siglo XXI: de la modernidad inconclusa a la crisis del espacio. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, ano XV, n. 1, p. 41 – 68, jan./jul. 2001.
- 62 DUMONT, L. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

- 63 _____. *Introduction à deux théories d'anthropologie sociale : groupes de filiation et allia de mariage*. Paris: Mouton, 1971.
- 64 EDWARDS, J; STRATHERN, M. Including our own. In: CARSTEN, J. (Org.). *Culture of relatedness: new approaches to the study of kinship*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- 65 ELIAS, N. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1993. v. 2.
- 66 _____. *O processo civilizatório: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1990.
- 67 _____.; SCOTSON, J.L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.
- 68 FARIA, T. C. Estratégias de localização residencial e dinâmica imobiliária na cidade do Rio de Janeiro. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, ano 13, n. 2, p. 133 – 155, ago./dez. 1999.
- 69 FERNANDES, F. Problemas de conceituação das classes sociais na América Latina. In: ZENTENO, R.B. (Coord.). *As classes sociais na América Latina: problemas de conceituação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- 70 FORREST, R.; KEARNS, A. Social cohesion, social capital and the neighbourhood. *Urban Studies*, Glasgow, v. 38, n. 12, p. 2111 – 2124, nov. 2001.
- 71 FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987b
- 72 _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- 73 _____. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1987a.
- 74 _____. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- 75 FREEMAN, J. D. On the concept of the kindred. *The Journal of the Royal Anthropological Institute*, n. 91, p. 192-220, 1961.
- 76 FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.
- 77 GANS, H. J. *The urban villagers: group and class in the life of Italian-Americans*. New York: The Free Press, 1965.
- 78 GELLNER, E. O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe. In: BALAKRISHNAN, G. (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 107-154.

- 79 GOLDTHORPE, J. The service class revisited. In: BUTLER, T; SAVAGE, M. (Ed.). *Social change and middle classes*. London: UCL Press, 1995.
- 80 GOLSE, B. Le concept de transgénérationnel. *Carnet Psy*, n. 6, 1995.
- 81 GOW, P. O parentesco como consciência humana: o caso dos Piro. *Mana: Estudos de antropologia social*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 39-66, 1997.
- 82 GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, v. 9, n. 3, p. 481-510, 1985.
- 83 _____. La fuerza de los vínculos débiles. *American Journal of Sociology*, v. 78, n. 6, p. 1360 – 1380, 1973.
- 84 GREIMAS, A.J.; COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Editora Cultrix, 1989.
- 85 HABERMAS, J. *A constelação pós-nacional: ensaios políticos*. São Paulo: Littera Mundi, 2001.
- 86 _____. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. v. 2.
- 87 _____. A nova intransparência. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 18, p. 103-114, set. 1987.
- 88 _____. Realizações e limites do Estado nacional europeu. In: BALAKRISHNAN, G. (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002. p. 297 – 310.
- 89 HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- 90 HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- 91 _____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP& A, 2002.
- 92 _____. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T.T. da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- 93 HAMNETT, C. Les aveugles et l'éléphant : l'explication de la gentrification. *Strates*, n. 9, 1996 – 97.
- 94 HARDMAN, F.F. *Trem-fantasma: a ferrovia Madeira – Mamoré e a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

- 95 HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2000.
- 96 HEIDEGGER, M. O princípio da identidade. *Que é isto - a filosofia? Identidade e diferença*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1971. p. 45-68.
- 97 HOBSBAWN, E. J. Etnia e nacionalismo na Europa de hoje. In: BALAKRISHNAN, G. (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 271-282.
- 98 HOGGART, R. *The uses of literacy*. Middlesex: Penguin Books, 1986.
- 99 HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- 100 KÄES, R. Introduction au concept de transmission psychique dans a pensée de Freud. In : _____. (Org.). *Transmission de la vie psychique entre générations*. Paris : Dunod, 1993.
- 101 KAZTMAN, R. Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. *Revista de la CEPAL*, n. 75, p. 171 -189, dic. 2001.
- 102 KEARNS, A.; PARKINSON, M. The significance of neighbourhood. *Urban Studies*, Glasgow, v. 38, n. 12, p. 2103 – 2109, nov. 2001.
- 103 KEHL, M.R.. Prefácio. In: COSTA, A. *Corpo e escrita: relações entre memória e transmissão da experiência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. p. 11-27.
- 104 LAGO, Luciana Corrêa do. A lógica segregadora na metrópole brasileira: novas teses sobre antigos processos. *Cadernos IPPUR/UFRJ*. Planejamento e território: ensaios sobre a desigualdade, Rio de Janeiro, Ano 15, n. 2/Ano 16, n. 1, p. 155-176, ago./dez. 2001/jan./jul. 2002.
- 105 _____.; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiróz. A divisão favela-bairro no espaço social do Rio de Janeiro. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, n. 5, p. 37-59, 2001.
- 106 LAUTIER, B. Ce qui structure et différencie l'économie informelle. In : _____. *L'économie informelle dans le tiers monde*. Paris : La Découverte, 2004.
- 107 LEPOUTRE, D. *Coeur de banlieu : codes, rites et langages*. Paris: Editions Odile Jacob, 1997.
- 108 LE TOQUEUX, J-L. ; MOREAU, J. Les zones urbaines sensibles. Forte progression du chômage entre 1990 et 1999. *INSEE*, n. 835, mars. 2002.
- 109 LÉVI-STRAUSS, C. La famille. In : _____. *Le regard éloigné*. Paris : Plon, 1983.
- 110 LINS, Paulo. *Cidade de Deus*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

- 111 LYNCH, K. *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70, 1982.
- 112 LYOTARD, J. F. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1986.
- 113 MAÎTRE, J. Avant-propos dialogué avec Pierre Bourdieu. In : *L'autobiographie d'un paranoïaque : l'abbé Berry (1878-1947) et le roman de Billy Introïbo*. Paris: Anthropos, 1994.
- 114 _____. Les deux soeurs. *Genèses*, Paris, n. 24, p. 33-56, 1996.
- 115 MALINOWSKI, B. Kinship. *Man*, n. 17-18, p. 19-29, 1930.
- 116 MARTINS, J. S. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- 117 MARX, K. *El capital: crítica de la economía política – el proceso de producción de capital I – libro primero*. México: Siglo Veintiuno; Madrid: Siglo Veintiuno de España, 1979.
- 118 _____. *O capital: crítica da economia política. Livro terceiro: o processo global da produção capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- 119 _____. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- 120 MAUSS, M. *Ensaio de sociologia*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1999.
- 121 _____. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: EPU, 1974. v. 1, 2.
- 122 MEDICK, H.; SABEAN, W. D. Interest and emotion in family and kinship studies: a critique of social history and anthropology. In: _____ (Org.). *Interest and emotion: essays on the study of family and kinship*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988. p. 9-27.
- 123 MELLO, J.M.C. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- 124 MILLS, C. W. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- 125 NAIPAUL, V. S. *Meia vida*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- 126 OLIVEIRA, F. de *Crítica à razão dualista e o onitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- 127 OLIVEIRA, N. L. *Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- 128 PASSERON, J. C. Biographies, flux, itinéraires, trajectoires. *Revue Française de Sociologie*, Paris, v. 31, p. 3 – 22, 1989.

- 129 PAUGAM, Serge. Les formes contemporaines de la pauvreté et de l'exclusion : le point de vue sociologique. *Genèses*, Paris, n. 31, p. 138 -159, juin. 1998.
- 130 PENNETIER, Claude ; PUDAL, Bernard. La « vérification » (l'encadrement biographique communiste dans l'entre-deux-guerres). *Genèses*, Paris, n. 23, p. 145 - 163, juin. 1996.
- 131 PERLMAN, J. O cenário e seus ocupantes. In: _____. *O mito da marginalidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- 132 POLANYI, K. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- 133 PUTNAM, R. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- 134 RAHIMI, A. *As mil casas do sonho e do terror*. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.
- 135 _____. *Terras e cinzas*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
- 136 RHEIN, Catherine. Globalisation, social change and minorities in metropolitan Paris: the emergence of news class patterns. *Urban Studies*, Glasgow, v. 35, n. 3, p. 429-447, 1998.
- 137 _____. Structures sociales en île-de-France. In: MATTE, M.F. ; PUTMAN, D. (Ed.). *Données urbaine*. Paris: Anthropos: INSEE : CNRS, 2000.
- 138 RIBEIRO, I.; RIBEIRO, A.C.T. Família e desafios na sociedade brasileira: valores como um ângulo de análise. São Paulo: Edições Loyola; Rio de Janeiro: Centro João XXIII, 1994.
- 139 RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiróz. A metrópole: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. In: _____ (Org.). *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 17-40.
- 140 _____. Segregação, acumulação urbana e poder: classes e desigualdades na metrópole do Rio de Janeiro. *Cadernos IPPUR/UFRJ*. Planejamento e território: ensaios sobre a desigualdade, Rio de Janeiro, Ano 15, n. 2/Ano 16, n. 1, p. 79-103, ago./dez. 2001/jan./jul. 2002.
- 141 SAHLINS, M. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.
- 142 SANTOS, M. O lugar e o cotidiano. In: _____. *A natureza do espaço*. São Paulo: EDUSP, 2002.

- 143 _____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- 144 _____. O território e o saber local: algumas categorias de análise. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, ano XIII, n. 2, p. 15 – 26, ago./dez. 1999.
- 145 SAVAGE, M. Class analysis and social research. In: BUTLER, T; SAVAGE, M. (Ed.). *Social change and middle classes*. London: UCL Press, 1995.
- 146 SCHAPIRA, Marie-France Prévôt. Amérique Latine: la ville fragmentée. *Esprit*, p. 128-144, nov. 1999.
- 147 _____. (Coord.). Métropoles d'Amérique Latine : de l'espace public aux espaces privés. *Cahiers des Amériques Latines*, Paris, n. 35, p. 15-20, 2000.
- 148 SENNETT, R. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- 149 SHON, J-L P. K. Isolement relationnel et mal-être. *INSEE*, n. 931, nov. 2003.
- 150 SILVA, Luiz Antonio Machado da. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Org.). *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 291-315.
- 151 _____. Sociabilidade violenta: uma dificuldade a mais para as favelas. In: RIO a democracia vista de baixo. Disponível em:
<http://www.ibase.br/pubibase/media/ibase_dvb_capitulo4.pdf>.
- 152 _____ ; LEITE, M. P. Favelas e democracia: temas e problemas da ação coletiva nas favelas cariocas. In: RIO a democracia vista de baixo. Disponível em:
<http://www.ibase.br/pubibase/media/ibase_dvb_capitulo6.pdf>.
- 153 SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In : VELHO, O. G. (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.
- 154 _____. *Les pauvres*. Paris: PUF, 1998.
- 155 SINTOMER, Y. Peut-on encore parler de quartiers populaires? *Espaces et Sociétés*, Paris, n. 108-109, p. 29-46, 2001.
- 156 _____ ; BACQUÉ, M-H. Les banlieues populaires entre intégration, affiliation et scission. In : BAUDIN, Gérard ; GENESTIER, Philippe. *Banlieues à problèmes : la construction d'un problème social et d'un thème d'action publique*. Paris : La Documentation Française, 2002.
- 157 SOARES, L. E. *Meu casaco de general*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

- 158 SORÁ, G. Introducción, literatura y nación. In: _____. *Traducir el Brasil: una antropología de la circulación internacional de ideas*. Buenos Aires: Zorzal, 2003.
- 159 SOUZA, M. A. O Plano urbanístico e a conformação do espaço carioca: o caso da Barra da Tijuca. In: SEMINÁRIO NACIONAL DO PROCAD/CAPES, 3., 2004. *Anais ...* Rio de Janeiro, 2004. Mimeografado.
- 160 STÉBÉ, J-M. *La crise des banlieues: sociologie des quartiers sensibles*. Paris : PUF, 1999.
- 161 STEINER, P. *La sociologie économique*. Paris : La Découverte, 1999.
- 162 STORPER, M. Las economías regionales como activos relacionales. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, ano XIII, n. 2, p. 29 – 68, ago./dez. 1999.
- 163 SVAMPA, M. *Desde abajo: la transformación de las identidades sociales*. Buenos Aires: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2000.
- 164 SWYNGEDOUW, E. Neither global nor local: "glocalization" and the politics of scale. In: COX, Kewin R. (Ed.). *Spaces of globalization: reasserting the power of the local*. New York: The Guilford Press, 1997. p. 137-166.
- 165 THERBORN, G. Between sex and power: the family in the world of the 20th century. In: Yale COLLOQUIUM ON COMPARATIVE SOCIAL RESEARCH, 2002. *Annals ...*
- 166 THOMPSON, E. P. *Costumbres en común*. Barcelona: Grijalbo Mondadori, 1995.
- 167 TULARD, J. *Dicionário de cinema: os diretores*. Porto Alegre: L&PM, 1996.v. 1.
- 168 VAINER, Carlos Bernardo. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? *Cadernos IPPUR/UFRJ*. Planejamento e território: ensaios sobre a desigualdade, Rio de Janeiro, Ano 15, n.2/Ano 16, n. 1, p. 13-32, ago./dez. 2001/jan./jul. 2002.
- 169 VALLADARES, Licia, Qu'est-ce qu'une favela? *Cahiers des Amériques Latines*, Paris, n. 34, p. 61-72, 2000.
- 170 VENTURA, Z. *Cidade partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- 171 VERNIER, B. *La genèse sociale de sentiments : aînés et cadets dans l'île grecque de Karpathos*. Paris: EHESS, 1991.
- 172 WACQUANT, L. *Corpo e alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

- 173 _____. *Os condenados da cidade: estudos sobre a marginalidade avançada*. Rio de Janeiro: Revan, 2001.
- 174 WEBER, F. Práticas econômicas e formas ordinárias de cálculo. *Mana: estudos de antropologia social*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 151–181, out. 2002.
- 175 WEBER, M. *Economia e sociedade*. Brasília: Ed. UnB, 2000. 2v.
- 176 WRIGHT, E. O.; DWYER, R. E. The patterns of job expansion in the USA: a comparison of the 1960s and 1990s. *Socio-Economic Review*, n.1, p. 289–325, 2003.
- 177 ZALUAR, A.; ALVITO, M. *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.